

Índice

ABREVIATURAS.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
1 - O ESTADO NOVO E A II GUERRA MUNDIAL.....	11
1.1- O regime, contexto interno e externo	11
1.2- A actuação de Portugal face aos beligerantes	14
1.3- A Guerra e a questão das subsistências e dos abastecimentos	19
2- ABASTECIMENTOS, PODER E SOCIEDADE	26
2.1-A guerra europeia e os abastecimentos	26
2.1.1-Suécia	26
2.1.2-Reino Unido	27
2.1.3-Alemanha	30
2.1.4-Espanha	35
2.2- Salazar e a questão dos “abastecimentos”. Os abastecimentos e o seu aparelho.....	38
2.3- Economia de Guerra e impactos sociais	47
2.3.1-Tribunal Militar Especial	56
2.3.2-Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios	58
3- A GUERRA E A QUESTÃO DOS “GÉNEROS” NO DISTRITO DA GUARDA	60
3.1-Realidade Local	60
3.2- Culturas Agrícolas	67
3.4- Manifestos	79
3.5-Racionamento e consumo	84
3.6 – Preços	92
3.7- Distribuição de géneros	97
4- Expressão social da crise dos abastecimentos.....	101
4.1- Queixas e protestos	101

4.2- Expedientes de poder e sobrevivência	113
5- O QUOTIDIANO	120
5.1- Isolamento e transportes	120
5.2- Negócios e investimentos.....	135
5.3- O Contrabando	141
6 - O RETOMAR DA “NORMALIDADE”	148
6.1- O desmantelamento da economia de guerra	148
6.2- O pós-guerra e o balanço à organização corporativa.....	153
CONCLUSÕES.....	157
ANEXOS.....	163
DOCUMENTAÇÃO.....	181
BIBLIOGRAFIA	184
ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS	189
ÍNDICE DE ANEXOS.....	1890

ABREVIATURAS

AN – Assembleia Nacional
ADG – Arquivo Distrital da Guarda
AMG- Arquivo Municipal da Guarda
BRCIM – Brigada de Repressão do Comércio Ilícito de Mercadorias
BRFEIGA – Brigada da Repressão e Fiscalização da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios
CEE – Comunidade Económica Europeia
CGAT – Comisaría General de Abastecimientos y Transportes
CEA – Comissão de Estudo do Abastecimento
CMG – Câmara Municipal da Guarda
CRCL – Comissão Reguladora do Comércio Local
CRMIR – Comissão Reguladora das Moagens em Rama
DGS – Direcção Geral de Segurança
DGSV – Direcção Geral dos Serviços de Viação
EFTA – European Free Trade Association
FNIM – Federação Nacional dos Industriais de Moagem
FNPT – Federação Nacional dos Produtores de Trigo
GAM – Grémio dos Armazenistas de Mercearia
GNR – Guarda Nacional Republicana
IGA – Intendência Geral dos Abastecimentos
INE – Instituto Nacional de Estatística
INP – Instituto Nacional do Pão
JNA – Junta Nacional do Azeite
JNF – Junta Nacional das Frutas
JNPP – Junta Nacional dos Produtos Pecuários
MEW – Ministry of Economic Warfare
MUD – Movimento de Unidade Democrática
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PCP – Partido Comunista Português
PSP – Polícia de Segurança Pública
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SFGA – Serviços de Fiscalização de Géneros Alimentícios
TCGA – Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios
TJCG – Tribunal Judicial da Comarca da Guarda
TME – Tribunal Militar Especial
TMT – Tribunais Militares Territoriais
TPC – Tribunais Plenários Criminais

Agradecimentos

A presente dissertação só tem um autor, sendo o mesmo responsável pelas limitações que o texto final possa integrar. Resulta, no entanto, da contribuição e do apoio de muitas pessoas, sem as quais nunca poderia ter sido realizada.

A viagem em causa iniciou-se em Setembro de 2006, quando comecei a frequentar, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Curso de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea. Agradeço ao Doutor João Paulo Avelãs Nunes ter aceite orientar um trabalho que, nas primeiras etapas, apresentava contornos pouco definidos; ao Doutor Álvaro Garrido, por nos ter acompanhado neste projecto. Manifesto, igualmente, o meu agradecimento aos Doutores Rui Cascão, António Martins da Silva e Irene Vaquinhas pelo acompanhamento assegurado nos respectivos seminários, permitindo-me evoluir enquanto investigador.

Não posso, ainda, deixar de referir o prazer e o proveito com que ouvi as estórias da vida do Dr. António Figueiredo, meu colega de mestrado, que para além de permitirem o contacto com um período da história recente de Portugal – a década de 70, ajudaram a suplantar as longas Segundas-Feiras do 1º ano do Curso.

Estou, finalmente, grato ao Doutor António Rafael Amaro pela disponibilidade em ouvir-me e pelas suas reflexões, que contribuíram tanto para o aperfeiçoamento da linha de investigação, como para o ampliar dos núcleos de documentação e de bibliografia a consultar.

Durante o processo de elaboração deste trabalho recorri a várias bibliotecas e arquivos onde pude contar com a disponibilidade dos respectivos profissionais. Agradeço aos funcionários dos vários Institutos e da Biblioteca Central da Faculdade de Letras, em especial à D^a. Conceição França. Evoco também os funcionários da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Municipal da Guarda salientando, nesta última a Dr^a. Ana Maria Pessanha (Directora). Manifesto, igualmente, a minha gratidão ao Dr. Levi Coelho (Director do Arquivo Distrital da Guarda) e a todos os outros funcionários daquele organismo. Ainda na cidade da Guarda, agradeço a disponibilidade e as facilidades concedidas pela Câmara Municipal, na pessoa do Dr. Virgílio Bento, vereador da Cultura, para consultar o Arquivo Municipal, onde voltei a

contar com a preciosa ajuda do Sr. Luís e o Sr. Rui. Refiro, também, a cooperação do Governo Civil da Guarda, que viabilizou a consulta de documentação existente no seu arquivo histórico.

Agradeço, ainda, o apoio prestado pelo Centro de Estudos Ibéricos, que acreditou no sucesso deste trabalho e me atribuiu uma bolsa de iniciação à investigação.

Não esqueço, igualmente, as sugestões da Mestre Joana Brites, que ajudaram a perceber o que estava em causa e à estruturação, em termos concretos, do projecto de investigação. Estou, também, muito grato a todos aqueles que se dispuseram a receber-me em suas casas e a partilhar comigo vivências de há mais de sessenta anos. Um obrigado muito especial ao Sr. Manuel Pires e ao Sr. Luciano Alves, à D^a. Maria de Jesus Santos e ao Sr. Fernando Jerónimo Pina, à D^a. Irene Tadeu e ao Sr. José dos Santos André, ao Sr. António José de Sousa Júnior e ao Sr. José Ramos pela confiança que em mim depositaram.

Finalmente, mas não em último lugar, umas palavras de apreço aos “autores involuntários” desta dissertação, a Maria, o Pe-Zé e a Celeste.

Introdução

À semelhança de diversas outras famílias do interior do país, também na minha sempre houve estórias sobre a época em que se andava pelas serras, ora fazendo contrabando, ora na apanha do volfrâmio, procurando, a todo o instante, não cruzar os caminhos com “a Guarda”. Essas narrativas, por vezes fantasiosas, cativavam facilmente os espíritos mais jovens. A curiosidade da criança não foi esquecida pelo homem adulto, desejoso que a investigação permita a preservação da memória colectiva de um tempo distante, que já poucos se lembram.

Hoje em dia já existem diversos estudos de âmbito geral sobre o impacto da Segunda Guerra Mundial em Portugal. Contudo julgo que ainda há muito para fazer quanto à análise de temáticas mais locais e particulares, quiçá as mais esclarecedoras sobre as condições materiais de vida das populações durante aquele período tão marcante. Foi este o objectivo por detrás da realização deste trabalho, que espero traga novos dados e dúvidas para outros projectos de investigação.

De forma a elaborar um retrato do distrito da Guarda, das questões ligadas à economia de guerra e aos abastecimentos, usou-se sobretudo documentação local encontrada no Arquivo Distrital da Guarda (Fundo do Governo Civil da Guarda e do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda) e no da sua respectiva Câmara Municipal (Correspondência Expedida e Recebida pela Câmara Municipal da Guarda). As pesquisas também envolveram a consulta de um periódico local, *A Guarda*, periódico que nos anos 40 tinha um raio de penetração bem para além do distrito onde estava inserido. Foram, ainda, efectuadas pesquisas com vista à localização dos acervos documentais da Comissão Reguladora do Comércio Local e da Delegação Distrital da Intendência Geral dos Abastecimentos, porém nada foi localizado. Outros dados relevantes para o trabalho foram obtidos com a leitura de inúmeros estudos publicados, quer em Portugal, quer no estrangeiro e recorrendo ao testemunho de quem viveu aquele período.

A investigação procurará mostrar como Portugal se preparou, ou não, para fazer face à situação de economia de guerra que viveu entre 1939 e 1947. Este período cronológico abarca desde o início da II Guerra em 1939, até aos primeiros anos do pós-guerra, onde 1947 assume um carácter especial, pois foi o momento em que Daniel Barbosa, defensor de um desenvolvimento económico assente na industrialização, foi chamado para a pasta da Economia do Governo do Estado Novo português. O novo

governante, que tinha por objectivo levar a cabo uma política com vista à normalização da situação económica do país no que toca à questão dos abastecimentos e ao desmantelamento da economia de guerra que se havia instalado.

Quanto ao âmbito geográfico do trabalho, parte da realidade nacional para, posteriormente, se centrar a análise no interior do país, mais concretamente no distrito da Guarda. Procurar-se-á encontrar elementos que permitam descrever o modo como a economia de guerra se implantou e organizou no terreno, não só a um nível nacional, temática para a qual já existem vários estudos, mas sobretudo a uma escala mais regional e local.

No primeiro capítulo, “O Estado Novo e a II Guerra Mundial”, procuraremos contextualizar a consolidação do regime salazarista no contexto da grave crise económica internacional de 1929 e da “Grande Depressão”, não esquecendo uma breve análise sobre a I Guerra Mundial e acerca da participação portuguesa nesse mesmo conflito. Será interessante observar como as acções e inacções do regime republicano nascido em 1910 marcaram a população de um modo geral e, em particular, as futuras elites dirigentes do Estado Novo. Ainda neste capítulo se esboçará, em traços largos, a posição que o regime irá assumir durante o segundo conflito mundial. Veremos como foi defendida a neutralidade portuguesa, quer no plano interno, quer termos externos. Finalmente e em jeito de introdução à temática chave deste trabalho, far-se-á uma descrição da economia de guerra montada pela I República durante a Guerra de 1914-1918.

No segundo capítulo, “Abastecimentos Poder e Sociedade”, veremos como as outras nações europeias organizaram as suas economias perante o conflito de 1939-1945. Analisar-se-á a situação dos principais países em confronto assim como a de nações com grande afinidade com Portugal, quer pela proximidade, como a Espanha, quer pelo estatuto assumido, como a Suécia. Será interessante fazer uma análise comparativa para verificar o modo como esses países lidaram com as suas economias de guerra, sabendo que cada um estava sujeito a constrangimentos diferentes, dependendo muito da localização, geografia, regime político e aparelho económico.

Contudo, esperamos perceber alguns indicadores que permitam averiguar da situação da população portuguesa face às suas congéneres de outros países europeus, assim como perceber o tipo de medidas e organismos que lá foram criados para fazer face aos mesmos problemas. Também se procurará caracterizar sinteticamente o pensamento dos homens do poder, sobretudo neste caso o de António de Oliveira

Salazar; o modo como o regime encarou a organização da economia de guerra e as questões relativas aos abastecimentos, imbricadamente relacionadas com o seu projecto político. Veremos, ainda, as relações estabelecidas entre o Estado e as populações que tinham como denominador comum a economia de guerra.

O terceiro capítulo, “A Guerra e a Questão dos Géneros no Distrito da Guarda” levará a investigação para o âmbito regional e local, procurando analisar as condições económicas que o distrito da Guarda oferecia às suas gentes, com um destaque claríssimo para a agricultura e suas principais culturas, cujo comportamento durante a guerra tentaremos explicar. Um outro aspecto abordado passará por reconstruir como se processava a distribuição dos géneros alimentícios às populações, assim como saber quais eram as suas quantidades. Aqui se analisarão preços e salários, indicadores importantes para averiguar o quotidiano da situação económica e social.

O quarto capítulo dará voz à “Expressão Social da Crise dos Abastecimentos”, onde se poderá contactar com as queixas e protestos que chegavam aos poderes locais do distrito, que permitirá descrever mais correctamente o grau das dificuldades das gentes. Haverá, também, espaço para outros queixumes, feitos por pequenos poderes envolvidos em lutas pela manutenção do *status quo*, reagindo contra quem ameaçava os seus pequenos reinos, que lhes conferiam um poder substancial sobre o dia-a-dia dos mais pobres e dependentes.

No quinto capítulo (“Quotidiano”) retratar-se-ão a as condições de vida das populações, sobretudo no que diz respeito à sua mobilidade ou à falta dela, assim como os diversos negócios proporcionados directa e indirectamente pela guerra. Ao lado das dificuldades havia casos de sucesso, de quem, legal ou ilegalmente, fez fortuna ou, simplesmente aproveitou da melhor maneira possível uma conjuntura negativa. Veremos uma certa abundância desses exemplos no interior do país, em virtude das condições geográficas e geológicas favoráveis.

Por fim, a atenção centrar-se-á no pós-guerra com “O retomar da “normalidade”” e a análise das medidas tomadas pelo Estado Novo com vista à normalização da economia. Também se examinará o modo como o regime fez o balanço da sua actuação durante a guerra, quer para consumo interno, quer a um nível externo, procurando dar sinais de mudança.

Apresentadas as linhas gerais do trabalho resta abordar as questões e hipóteses que conduziram a investigação. Procurou-se caracterizar a situação de economia de guerra com um enfoque particular na sua aplicação ao nível local e do quotidiano. Tal

exercício permitirá verificar se houve ou não uma homogeneidade nas dificuldades entre a escala nacional e regional. O âmbito geográfico escolhido, facilitará, igualmente, um contacto com fenómenos tão típicos das zonas fronteiriças como são o contrabando e outros que floresceram durante a guerra. Analisar-se-á a actuação do Estado perante a economia de guerra e sobretudo a relação que estabeleceu com as populações afectadas pelas suas decisões. Resta esperar que o retrato aqui apresentado seja fiel à memória de um tempo pouco lembrado mas não esquecido.

1 - O Estado Novo e a II Guerra Mundial

1.1- O regime, contexto interno e externo

O 5 de Outubro de 1910 foi um momento muito aguardado pela sociedade portuguesa, sobretudo pela classe média e pelo operariado, os homens da Rotunda e da Carbonária, que projectavam no regime republicano a solução dos problemas do país e dos mais desfavorecidos.

O fim da Monarquia há muito que estava anunciado, sobretudo após o descontentamento social suscitado pela cedência ao Ultimato inglês de 1890. D. Carlos, apesar da popularidade que reunia junto da população, não conseguiu superar a crise política a que se somaram os problemas financeiros agudizados pela falência das casas de crédito inglesas no virar do século. O Parlamento, instituição assente no rotativismo partidário, não apresentava soluções que augurassem um futuro à Monarquia. A passagem de João Franco pelo Governo em 1906 acabará por esgotar a confiança que ainda existia no Rei e na Monarquia. O modo autoritário como o novo Primeiro-Ministro governou acabou por passar a certidão de óbito ao Monarca e ao seu filho mais velho, assassinados a 1 de Fevereiro de 1908. Daí para a frente D. Manuel II, o sucessor, passou a fazer uma gestão involuntária do regime até à queda definitiva do mesmo em 5 de Outubro de 1910.

A República surgia aos olhos dos republicanos como uma panaceia, explicando assim, em parte, a azáfama legislativa que irá atingir o Parlamento português. Os republicanos queriam transformar o país mas também tentavam responder aos anseios dos seus apoiantes, implementando, por isso, importantes reformas ao nível laboral, social e educativo. No entanto, os sucessivos governos contaram sempre com a oposição, quer de parte das elites sociais e do campesinato, quer especialmente, da Igreja e da acção católica, alvo de um forte ataque por parte de uma República marcadamente laicizante, anti-clerical e agnóstica.

Do ponto de vista económico, o regime republicano sofreu com a constante instabilidade interna, marcada pelas diversas tentativas de reimplantação da Monarquia e pelo contexto internacional com a Grande Guerra. O primeiro conflito mundial ganhou uma relevância particular para os políticos republicanos pois, se por um lado estava em causa a posse dos territórios coloniais africanos, por outro, a entrada na guerra poderia cimentar o reconhecimento internacional do regime, já que a vizinha

Espanha monárquica havia declarado a sua neutralidade. A participação militar de Portugal no conflito acabou por marcar indelevelmente a Primeira República pelo seu impacto político mas sobretudo económico-social e financeiro. A má gestão dos efeitos do conflito conduziu ao agudizar das clivagens políticas ideológicas e sociais. Convenceu, ainda, os descrentes na solução demoliberal republicana, que se começaram a movimentar no sentido de a substituir. Logo em 1917, com a curta experiência da ditadura de Sidónio Pais; de modo decisivo com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

A Ditadura Militar surgiu aos olhos de muitos portugueses como a solução para os problemas económicos e financeiros do país e, especialmente, para a constante instabilidade política da Primeira República. Os militares de 1926 acabaram, em 1928, por chamar para Ministro das Finanças António de Oliveira Salazar, jovem professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, dirigente da Acção Católica e crítico da República. Nessas funções ganhará o prestígio que o conduzirá à chefia de um outro projecto político, o Estado Novo. Este regime será fruto não só das condições internas, mas, também, das circunstâncias políticas e económicas mundiais.

O final da década de 20 do século XX ficou marcado pela crise dos sistemas demoliberais na Europa, a braços com uma grande agitação social provocada pelos efeitos da Grande Guerra na economia e, ainda, pelas ideologias mais radicais que saíram fortalecidas daquele cenário e com o perigo ou exemplo da Revolução Soviética. A Europa estava envolta num clima de grande contestação, marcada por inúmeras greves sobretudo operárias. A grave crise económica de 1929 acabará por agudizar uma situação já de si difícil, catapultando definitivamente, nalguns países, as forças mais extremistas para o poder. Em Portugal, Oliveira Salazar usará a situação económica para reivindicar cada vez mais poderes para o seu Ministério, até conseguir controlar os destinos de todo o Governo ao ser nomeado Presidente do Conselho de Ministros em 1932. Um ano depois, em 1933, começará formalmente o Estado Novo.

O regime nascido em 1933 fora fortemente influenciado pelo fascismo italiano, movimento orquestrado por Benito Mussolini logo após o final da Grande Guerra, aproveitando o período de crise económica e social que se vivia na Itália. A guerra acentuara as dificuldades e, sobretudo, mostrara a aparente ineficácia do regime demoliberal para solucionar os problemas. O fascismo apresentou-se como a solução, rejeitando para isso parlamentarismo, usando a força para restabelecer uma “nova ordem” e para implementar as suas ideias. Prometera-se aos italianos o retomar dos tempos gloriosos do Império Romano e a obtenção de protagonismo internacional, não

obtido durante a Grande Guerra apesar de a Itália ter combatido ao lado dos vencedores. O estabelecimento de uma economia forte, nacional e independente era outro dos objectivos do *Duce*. A Espanha de Primo de Rivera e de Afonso XIII, será outro dos países onde se tentarão aplicar princípios autoritários durante quase uma década (1923-1930).

Servirá, igualmente, de exemplo para o Golpe Militar de 1926 em Portugal e, depois, para a criação do Estado Novo. O regime autoritário, nacionalista e anti-parlamentar de 1933 acabou por ser a conclusão de um processo com vários episódios, destacando-se a participação portuguesa na Grande Guerra, o Sidonismo e o 28 de Maio de 1926. Ora o Estado Novo caracterizava-se pela forte oposição ao liberalismo, nutrindo uma forte simpatia pelos regimes autoritários que iam surgindo pela Europa. Este novo regime criticava e culpabilizava a liberdade económica, tão defendida pelas soluções demoliberais e que, do seu ponto de vista, tinha fracassado e provocado a crise na pátria de todas as liberdades, os Estados Unidos da América.

Portugal, à semelhança de quase todo o Mundo, foi confrontado com os efeitos da Grande Depressão. Como resposta à crise económica motivada pelo *laissez faire*, o novo regime defendia um enquadramento da economia e das relações sociais num projecto colectivo, o corporativismo, no qual os interesses individuais se submeteriam aos da Corporação da Nação. Tal pressuposto era inequivocamente referido no art. 7º do Estatuto do Trabalho Nacional, onde se dizia que o “Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social determinando-lhe os objectivos”, designadamente com o fim de evitar “que os diferentes agentes económicos estabeleçam entre si oposição prejudicial ou concorrência desregrada” (Rosas, 1996: 268). O dirigismo económico do Estado serviria, assim, tanto para fomentar o crescimento da economia, como para proteger os sectores mais tradicionais da mesma. Pretendia-se, não só diminuir as importações e aumentar as exportações, como satisfazer determinados *lobbies* que haviam apoiado a ascensão do regime. Por outro lado, o crescente intervencionismo económico visava, também, impedir o ressurgimento dos “erros do passado”, dos tempos da Primeira República, evitando, assim, novas crises e assegurando a “harmonia social”. O segundo conflito mundial que se avizinhava iria colocar os valores e as práticas corporativistas à prova.

1.2- A actuação de Portugal face aos beligerantes

A Segunda Guerra Mundial começou nas longínquas fronteiras da Polónia mas rapidamente, quase tão depressa como os tanques da *Wehrmacht*, afectou Portugal devido à dependência externa da sua economia. O desequilíbrio da balança comercial nacional era uma realidade já bem conhecida dos governantes portugueses, talvez desde a fundação do Estado, tendo sido pontuada por alguns momentos de superavit fruto das riquezas coloniais. Portugal importava quase a totalidade dos seus combustíveis, assim como as principais matérias-primas para as indústrias (ferro, aço, algodão) e a maquinaria essencial para a agricultura, principal sector da economia. Neste último domínio um problema começou a ressurgir quase ao mesmo tempo que a guerra, a importação de cereais. A Campanha do Trigo, levada a cabo pelo Estado Novo, conseguiu, durante algum tempo, reduzir a dependência de Portugal nesse capítulo. Contudo, o início da guerra marcava o seu estertor, ajudado pela crescente falta de adubos azotados.

A guerra, igualmente, irá pôr a descoberto as deficiências da marinha mercante portuguesa, sem tonelagem nem embarcações modernas, para assegurar o abastecimento do país mesmo quando havia mercadorias disponíveis. Era, também, através da via marítima que a Metrópole estabelecia a ligação com o seu Império Colonial, que aumentou o seu peso comercial ao nível das importações durante o conflito (chegou a atingir percentagens entre os 15%¹ e 22%, quando antes do mesmo se situava perto dos 10%). Tal cenário deveu-se à conjuntura comercial internacional, que complicara o comércio luso pois três dos seus quatro principais parceiros, quer a nível da importação, quer da exportação, participavam directamente na guerra (Reino Unido, Alemanha e França). Já o outro, os Estados Unidos da América, entrará na guerra no fim de 1941, se bem que desde o início prestasse apoio financeiro e material aos Aliados, sobretudo à sua antiga Metrópole.

A posição portuguesa no plano geopolítico e económico da Segunda Guerra Mundial era intrincada. O país estava condicionado pela tradicional Aliança luso-britânica e pela nova afinidade ideológica com o *Nuevo Estado* franquista, alcandorado ao poder com o apoio do Estado Novo salazarista, da Itália fascista e do III Reich nacional-socialista. De salientar, ainda, a admiração que a “Grande Alemanha”

¹ As percentagens aqui apresentadas foram retiradas de Barbosa, Daniel, *Alguns aspectos da economia portuguesa*, Porto, Livraria Lello & Irmão, 1949, p.190.

granjeava entre as elites portuguesas, especialmente junto dos sectores politicamente mais à direita. Deste modo, a diplomacia nacional era obrigada a agir com prudência para não colocar em perigo o Império Colonial e até a própria independência. Recorde-se que dirigentes espanhóis próximos de Francisco Franco sugeriam a anexação de Portugal, apesar do Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol de 17 de Março de 1939. Face aos riscos de um eventual apoio a um dos lados em contenda, o regime declarou desde o início o estatuto de neutralidade.

A posição assumida por Portugal era bem recebida pelo Reino Unido, não obstante a secular Aliança existente entre os dois países. A neutralidade portuguesa ia ao encontro dos interesses britânicos, pois não contribuía para uma hipotética agitação na Península Ibérica, entenda-se a Espanha, desincentivando, assim, a entrada desta na guerra ao lado dos países do Eixo. Por outro lado, o estatuto de neutralidade assegurava um certo grau de independência a Portugal, permitindo a realização de futuros negócios com as várias partes beligerantes.

Inicialmente, a expectativa do Estado Novo face à guerra era de que esta teria um rápido desenlace, que talvez terminasse na assinatura de um tratado de paz entre alemães, britânicos e franceses, onde estes últimos aceitassem as conquistas do III Reich na Europa Central e de Leste. Foram a rendição da França e a consequente disputa pelo domínio do Atlântico, entre Berlim e Londres, que forçaram o Governo inglês a questionar a neutralidade de Lisboa. Portugal beneficiava de uma certa complacência no que toca ao controlo do seu comércio colonial e metropolitano, o que amenizava os efeitos da guerra e permitia o desenvolvimento do contrabando com a Alemanha cedendo a produtos, divisas e ouro. Contudo, a queda de Paris em Junho de 1940 trouxe novos elementos a um quadro diplomático complicado. Por um lado, conduziu ao aumento da pressão diplomática britânica, que lutava pela sua sobrevivência e não queria continuar a aceitar as relações comerciais de Portugal com o III Reich. A entrada das tropas alemãs na “Cidade Luz” veio, por outro lado, trazer uma nova variável, a presença do Exército germânico nos Pirinéus. Poderiam penetrar na Península com vista à ocupação de Gibraltar e a ajudar os sectores mais radicais do franquismo a darem azo aos seus planos de uma Grande Espanha, receios que se faziam sentir sobretudo após a declaração espanhola de não beligerância em Junho de 1940. Também era viabilizada a criação de um corredor de transporte de mercadorias entre Lisboa e Berlim.

O ano de 1941 acabou por ser de grande tensão para a diplomacia portuguesa, confrontada com um eventual plano britânico ou norte-americano para a invasão de Portugal, ou, pelo menos, dos Açores, como resposta a um hipotético ataque do III Reich. A isto somava-se a entrada na guerra da U.R.S.S. e dos E.U.A., países que gozavam de pouca simpatia por parte do Estado Novo e engrossavam agora o bloco dos Aliados. Os novos desenvolvimentos da guerra em 1942 e 1943 apertaram o cerco económico imposto à Península por britânicos e norte-americanos. Os Aliados irão assegurar um nível de abastecimento a Portugal sempre inferior às reais necessidades do país, de modo a tentar impedir a reexportação dos bens em causa para Espanha e para a Alemanha. Portugal só no final de 1942 aceitou negociar com os Aliados um Acordo Comercial de Guerra que visava regular a integração da economia lusa numa economia mundial marcada pela guerra económica. O acordo em causa foi sendo renovado até 1944, altura em que a guerra pendia claramente para os Aliados e a Península Ibérica perdera grande parte do interesse estratégico que antes tivera. Contudo, até chegar esse momento, as relações entre os Aliados e o Governo português viveram alguma tensão devido às questões dos Açores e do volfrâmio.

Estas ilhas adjacentes tinham uma importância geoestratégica devido ao papel nuclear que desempenharam no apoio aos sistemas de comunicação, tráfego marítimo e aéreo entre as duas margens do Atlântico. Tal foi a razão que levou o Reino Unido e os E.U.A. a solicitar em 1943 ao Governo português, a construção de instalações militares nos Açores. A renitência de António de Oliveira Salazar em aceder ao pedido poderia ter esgotado a paciência dos Aliados, sobretudo dos norte-americanos, dispostos a ocupar as ilhas e, em último caso, a apoiar o derrube do ex-professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Os entraves colocados pelo Governo português relacionavam-se, em parte, com uma eventual resposta do Eixo face a uma intensificada colaboração de Portugal com os Aliados.

Todavia, o ano de 1943 já era de viragem na guerra, com as derrotas alemãs na frente oriental, a expulsão de Erwin Rommel no Norte de África e o desembarque de ingleses e norte-americanos no Sul da Itália. Mussolini será afastado do poder antes do fim do Verão, acontecimentos mais do que suficientes para que o Governo português fosse obrigado a reconhecer de que lado sopravam os ventos da vitória sem receio de represálias. O acordo relativo aos Açores será firmado em Agosto de 1943 e abrirá portas à realização de um outro, de índole comercial, o que resultou no aliviar da difícil situação da economia portuguesa.

Um outro momento em que o estatuto de neutralidade de Portugal, ou a sobrevivência do Estado Novo, estiveram em risco deveu-se ao volfrâmio. O tungsténio era importante para o esforço de guerra alemão e foi alvo de uma acesa disputa entre o III Reich e os Aliados (ingleses e norte-americanos). Estes últimos, apesar de disporem de outras fontes de fornecimento, competiam pelo minério português com o intuito de dificultar e, mais tarde evitar o acesso dos alemães ao mesmo. O volfrâmio português e espanhol ganhou um interesse mais relevante para os alemães a partir de Junho de 1941, altura em que foi lançado o ataque à U.R.S.S. e que deixou de ser possível poder contar com os fornecimentos oriundos da China transportados através do território soviético.

As incertezas das fases iniciais do conflito permitiram que Portugal exportasse volfrâmio a preços extraordinários, vendendo a ambos os blocos beligerantes. Os Aliados não ficavam satisfeitos com tal situação, justificada pelo Governo português com o seu estatuto de neutralidade e, por outro lado, com uma eventual ameaça de ataque alemão caso parasse com o fornecimento de minério. No entanto, a guerra evoluiu e como vimos, o ano de 1943 revelou-se aziago para o Eixo levando ao enfraquecimento dos argumentos portugueses. A partir desse momento, cresceu a pressão aliada sobre Portugal para que reduzisse ou cessasse as vendas de volfrâmio à Alemanha. Os Aliados lembravam ao Governo português já não haver motivo para recear um ataque do Eixo, ao mesmo tempo que aproveitavam as questões ligadas aos fornecimentos para pressionar fortemente uma decisão favorável por parte do Executivo de Lisboa. Portugal ainda arrastará a questão do “ouro negro” até Junho de 1944, altura em que António de Oliveira Salazar cedeu às pretensões dos Aliados e decidiu o encerramento das minas de volfrâmio, assim como o embargo da sua exportação.

No fim da guerra, o estatuto de neutralidade assumido por Portugal acabou por ser vantajoso para todas as partes envolvidas. Os Aliados conseguiram manter o conflito fora da Península Ibérica, tendo assim menos uma ou várias frentes de combate com que se preocupar. O envolvimento de Portugal na guerra arrastaria a Espanha e alargaria o raio do conflito às “Ilhas Adjacentes”. O Eixo também saiu beneficiado com a neutralidade lusa, pois possibilitou acesso aos bens e serviços portugueses e, mesmo a produtos fornecidos a Lisboa pelos Aliados, parte deles transaccionados às claras e outra parte através do contrabando.

Do lado nacional a economia, sobretudo os sectores ligados à exportação de bens significativos em contexto de conflito militar generalizado, usufruiu do comércio com os beligerantes, auferindo elevados proveitos que levaram, inclusive, à imposição

do Impostos Sobre os Lucros Extraordinários obtidos pelos agentes económicos durante o conflito. Já o regime, apesar dos contratemplos e dos momentos de forte tensão vividos, acabou por garantir a sua sobrevivência. Internamente, superou a contestação social e política reemergente a partir de 1943; no plano internacional, foi reconhecido como um importante parceiro dos vencedores, nomeadamente devido ao clima de Guerra-Fria que se instalará no segundo pós-guerra. A neutralidade, de um modo geral acabou por beneficiar a generalidade da população, que não teve de suportar directamente os efeitos destruidores de uma eventual participação no conflito. Contudo, isso teve um custo, pago pelos portugueses, a maioria que não teve acesso aos “negócios de guerra” e que perderam o emprego, deixaram de vender o que produziam, viram os bens de primeira necessidade serem exportados, açambarcados ou vendidos a preços especulativos.

1.3- A Guerra e a questão das subsistências e dos abastecimentos

A guerra é uma realidade que mexe com inúmeros aspectos da sociedade, vertentes ética, político-ideológica, sócio-económica. Quanto maior a magnitude do conflito, maior o impacto na situação de cada país. Num Mundo onde os recursos são finitos e estão desigualmente distribuídos, há nações que sentem mais intensamente os efeitos indirectos da guerra, independentemente de serem beligerantes, não beligerantes ou neutrais.

A principal preocupação de um Estado face a um conflito armado é assegurar a sobrevivência dos seus cidadãos, não apenas por motivos humanitários, mas porque a sua população pode ser “necessária à própria condução da guerra” (Leite, 1943:10). Ora uma fase de economia de guerra é um período em que o aparelho económico de um país é sujeito aos efeitos directos e, ou indirectos, causados por um conflito militar. Portugal viveu essa situação em pelo menos dois momentos no século XX, coincidindo com a I e a II Guerra Mundiais.

A participação portuguesa na Grande Guerra (1914-1918) já mereceu estudos substanciais por parte de outros autores e, apesar de não caber aqui a análise desse período, não posso deixar de focar determinadas acções ou inacções dos Governos republicanos face aos problemas económicos provocados pelo primeiro conflito global da história da humanidade. A Primeira República viveu sempre de equilíbrios precários, fosse por causa das intrigas políticas internas, das movimentações monárquicas ou, então, porque os governantes republicanos dirigiam um povo que continuava, por razões diversas, e alheado dessas entidades abstractas que era o Estado português e o regime republicano.

A Grande Guerra foi uma novidade e um choque para todas as nações, pouco preparadas para um conflito daquela magnitude e duração. As medidas tomadas pelos Governos em prol das suas populações não terão sido as mais adequadas. Houve, no entanto países que pela força das circunstâncias e, talvez, devido à capacidade das suas elites, intervieram com maior acuidade na economia de modo a assegurar, dentro da normalidade possível, a subsistência das populações.

Os Governos da Primeira República, devido à periclitante situação do regime, não tiveram a força e o engenho políticos para apressar e implementar devidamente medidas que condicionassem o abastecimento das populações e mobilizassem o país

para a gravidade da situação que se estava a viver. Não nos esqueçamos que Portugal, para além de sofrer os efeitos do conflito no plano da importação e da exportação, tinha ainda o ónus da sua participação militar nos teatros de guerra europeu e africano.

Face ao cenário traçado, o país poderia ter adoptado algumas das seguintes soluções com vista a garantir os géneros essenciais à população e às empresas: produzir mais, desperdiçar menos, organizar melhor a distribuição.

O momento não era o mais propício para o lançamento de um grande plano de fomento agrícola, mineiro e industrial, sobretudo tendo em conta os recursos naturais endógenos, a falta de financiamento e a quase imperiosa necessidade de se recorrer à importação de combustíveis, maquinaria e outros bens para o sucesso do empreendimento. Afastada essa solução, os governos republicanos teriam de restringir o consumo da população, hipótese que só tardiamente foi considerada e implementada pois, receava-se que esta medida pusesse em causa o ténue equilíbrio social existente.

Apesar de alguma indecisão e relutância, foi logo no dealbar da guerra, em 1914, que se tomaram medidas, formalmente substanciais, para impedir a crise de subsistências. Em Agosto instituíram-se as Comissões de Subsistência para os Géneros Alimentícios e Combustíveis, a funcionar a partir das sedes de concelho, nomeadas pelos Governadores Civis. A estes organismos cabia a missão de elaborar “uma tabela de preços máximos dos géneros a promover se necessário o manifesto dos referidos géneros “ (Rodrigues, 2010:107). Também foram criadas Bolsas de Mercadorias e Armazéns Industriais em Lisboa e Porto. Os primeiros dariam conta das cotações dos produtos e matérias-primas, enquanto que os outros tentariam assegurar os bens essenciais às indústrias-chave da economia nacional, especialmente aquelas dedicadas à produção de bens de primeira necessidade. A juntar a estes organismos surgiu a Comissão dos Abastecimentos, que tinha a missão, não de coordenar os esforços de todas aquelas entidades a nível nacional, mas de sugerir ao Executivo “as medidas que considerasse adequadas para obstar a subida dos preços ou a falta de géneros essenciais à vida” (Pires, 2009:68).

O segundo ano da guerra acabou por se revelar mais nefasto para a economia nacional, levando à necessidade de se proibir a exportação e de se impor os manifestos dos cereais. Já no Verão de 1915, após a queda da ditadura de Pimenta de Castro (Janeiro a Maio de 1915), os produtores de trigo, feijão e grão passaram a ser obrigados a vender as suas produções unicamente à Manutenção Militar, que depois as distribuía pela respectiva indústria transformadora. Era necessária uma cada vez maior

intervenção do Estado na economia, pois a confiança na auto-regulação do mercado e as tentativas de algum controlo a nível local não estavam a resultar. Exemplo dessa ineficácia era dado pelas Comissões Reguladoras dos Preços dos Géneros Alimentícios, criadas em Abril de 1915. Eram organismos concelhios e tinham a missão da “elaboração de uma tabela de preços, para venda ao público nas freguesias e povoações da circunscrição de cada uma, dos géneros alimentícios de primeira necessidade, (...) e (...) doutros géneros acerca dos quais se julgue necessário tomar idênticas providências” (Pires, 2009:119).

Generalizavam-se os relatos de assaltos a lojas e armazéns de comércio, de tumultos no interior do país com vista a impedir a saída de géneros alimentícios para as grandes cidades do litoral. A ineficácia do Estado era criticada por quase todos os quadrantes da sociedade portuguesa. Um jovem professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra reclamava pela criação de um poder central forte, organizado, que tomasse sobre si tudo o que dissesse respeito às subsistências e que fosse capaz de domar as vontades individuais ao esforço e às necessidades do colectivo, “um verdadeiro ditador de víveres” (Salazar, 1998:359). Fevereiro de 1916 daria a conhecer o tal ditador, a Comissão Central de Subsistências, organismo na dependência do Ministério do Fomento que tinha a missão de coordenar a Manutenção Militar e as várias comissões locais (de âmbito distrital e já não concelhia). A intervenção do Estado sobre a economia aumentava, desejando agora o Governo o poder de requisitar matérias-primas e meios de transporte.

O conflito bélico ia agravando cada vez mais a situação política e económica em Portugal, sobretudo após a entrada oficial do país na guerra em Março de 1916, no seguimento da tomada dos navios alemães que estavam ancorados em portos portugueses. A generalidade dos políticos, de centro e esquerda, há muito que ansiava por tal acontecimento e, esse sentimento de unanimidade dará origem a um novo projecto político, a União Sagrada. Esta resultava na junção de dois dos partidos republicanos num Governo supostamente de “união nacional”, um bloco que se pretendia coeso para fazer face aos tempos ainda mais difíceis que se vislumbravam no horizonte. Esperava-se que um Executivo respaldado no essencial das forças republicanas assumisse com maior firmeza e objectividade as medidas necessárias para atenuar a difícil situação económico-social da jovem República, como por exemplo o racionamento. Contudo, e ao contrário do que já sucedia na Grã-Bretanha e França, a União Sagrada não implementou aquele sistema pois via nele “uma admissão de crise e

de fraqueza” (Meneses, 2000:240). A principal medida do novo Governo no âmbito em apreço passou pela mudança da Comissão de Subsistências para a Comissão dos Abastecimentos integrada no Ministério do Trabalho e da Previdência Social, na extinção das comissões de subsistências distritais e na transferência das respectivas competências para a alçada dos Governadores Cívicos.

Já em 1917, no estertor do Governo da União Sagrada, foi criado um super-organismo, a Administração dos Abastecimentos, que iria coordenar tudo o que dissesse respeito às subsistências, abarcando deste modo a acção das diversas comissões existentes (Abastecimentos, distribuição de Cereais e Farinhas, Abastecimento de Carnes). Longe das danças de cadeiras dos ministérios estava o grosso da população portuguesa, que se debatia diariamente com as dificuldades económicas que a guerra havia agudizado. As inúmeras greves, os assaltos ao pequeno comércio, a armazéns grossistas e a falta de géneros de primeira necessidade, faziam parte do quotidiano. Porém, a participação portuguesa na frente europeia com o Corpo Expedicionário Português acabou por ser uma gota de água num copo que há muito estava cheio. Portugal foi obrigado a desviar recursos humanos, materiais e financeiros de modo a concretizar a participação das tropas portuguesas na Frente Ocidental. O conflito que os “republicanos guerristas” tanto desejaram para a afirmação do novo regime acabou por levantar as sementes da sua queda.

Dezembro de 1917 marca o fim da União Sagrada e a sua substituição por um novo regime, a República Nova, liderada por Sidónio Pais, que reunia o apoio de parte significativa da sociedade portuguesa desde as franjas mais conservadoras, como católicos e monárquicos, até à burguesia e a parcelas das classes populares. No que toca à questão das subsistências, o sidonismo deu sinais de alguma ambivalência, talvez justificáveis, inicialmente, com o clima de insatisfação social que se vivia no país e, depois, com o descalabro da intervenção militar portuguesa no teatro europeu.

Foi ainda no mês da Revolução sidonista que se tomaram medidas no sentido de normalizar e liberalizar o mercado, como o dá conta Ana Paula Pires (2009:298): “Era considerada livre em todo o País a circulação de batata e promulgado o aumento do seu preço. Foi aliás com este espírito que se determinou também a livre circulação de açúcar e, ainda como medida provisória, o trânsito livre de cereais nas linhas férreas além Douro, disposição que de resto Cristóvão Moniz esperava ver alargada com brevidade a todo o território.” O novo regime também realizou uma nova reorganização do aparelho encarregue das subsistências ao extinguir a Administração dos Abastecimentos, que

seria substituída pela Direcção dos Serviços da Subsistência Pública (dirigida por Cristóvão Moniz). As alterações não se deram só a nível central, passando novamente a existir comissões concelhias de subsistências e outros organismos intermédios como o serviço de cereais e de produtos panificáveis; o serviço de géneros alimentícios; o serviço de carnes, peixe, leite e produtos derivados; o serviço de produtos diversos, exportação e importação; o serviço de informações, inquéritos e propaganda. Num curto espaço de tempo estava montada, pelo menos teoricamente, uma nova rede para lidar com o mais sério problema que afectava a economia nacional.

A relevância da questão é indubitavelmente realçada quando em Março de 1918 foi criado o Ministério das Subsistências e Transportes, liderado por um dos heróis da Revolução de 5 de Outubro, Machado dos Santos. O recém-criado Ministério dava ao Estado um controlo sobre a distribuição dos abastecimentos, assim como sobre a exportação e importação pois era este que concedia as respectivas licenças. O novo organismo tinha sob a sua dependência directa três Direcções-Gerais (Subsistências, Transportes Marítimos e Transportes Terrestres). Por seu lado, a Direcção-Geral das Subsistências abarcava cinco repartições que se ocupavam de dez Secções distintas. O pesado e complexo aparelho montado acabou por ser uma das causas da sua ineficácia, assim como a falta de “estatísticas ou inquéritos (...) que impossibilitava qualquer apreciação fundamentada da verdadeira dimensão da nossa situação económica” (Pires, 2009:316).

O tratamento que o Estado deu à questão das subsistências durante o sidonismo acabou por ser um sinal claro da confusão que reinava no país. Foram inúmeras as alterações que se registaram desde a criação do Ministério das Subsistências e dos Transportes até à sua extinção já em Setembro de 1919. Pelo meio, o Ministério foi transformado em Secretarias de Estado e em Comissariado Geral dos Abastecimentos isto para além fora dos momentos em que era simplesmente extinto sem que desse imediatamente lugar a um organismo que o substituísse. Nesta roda-viva sidonista sobressaíram duas medidas, a criação dos Celeiros Municipais e a implementação do racionamento.

Os Celeiros foram instituídos em Abril de 1918 com a missão “de prover o abastecimento dos concelhos, numa época de enormes carências de géneros de primeira necessidade, auxiliando o Governo na aquisição, armazenamento e distribuição “pelo país, de todo o centeio, milho, trigo e farinhas exóticas que o Estado venha a importar” (Rodrigues, 2010:304). Caso os municípios assim o entendessem, também poderiam ser

alvo da intervenção dos Celeiros outros produtos. As competências destes organismos não se ficaram pela distribuição, alargando-se também ao sector industrial, da moagem e panificação. Para um correcto funcionamento, os Celeiros necessitavam de fundos que lhes permitissem a aquisição dos bens que posteriormente iriam vender às populações. Aí residiu um dos problemas, visto que o Estado passava por graves dificuldades financeiras e não pôde financiar convenientemente tais organismos. À falta de dinheiro juntou-se a rapacidade e o nepotismo. Para superar a falta de capital, diversas Câmaras Municipais contraíram empréstimos junto de instituições bancárias para a criação dos respectivos Celeiros. Era necessário pagar o capital emprestado, ainda por cima com juros. Ora tal fez com que “em geral, os géneros vendidos pelo celeiro foram sempre mais caros do que fossem [os transaccionados] pelos comerciantes” (Rodrigues, 2010:315). O propósito dos celeiros era, assim, frustrado.

A outra medida simbólica do sidonismo, no que toca à questão das subsistências, foi a imposição do racionamento a partir de Setembro de 1918, a poucas semanas do fim da guerra. A população passava a estar obrigada a usar senhas de racionamento, atribuídas aos “chefes de família” por intermédio das respectivas Juntas de Freguesia. A experiência acabou por não ser bem sucedida, quer pela “corrupção, com administradores a cobrar pelos cartões e pelas senhas, e a falta de petróleo e de açúcar, os únicos produtos a serem racionados, o que sugere por si a falta de importância realmente atribuída ao sistema” (Meneses, 2000:240). Enquanto isso, aqueles que apoiaram a Revolução de Dezembro de 1917 mostravam-se agora insatisfeitos pela ineficácia da governação de Sidónio Pais. As greves e tumultos sucediam-se, deixando antever uma nova revolução. Os revolucionários saíram do poder da mesma maneira que entraram, pela força das armas. Sidónio Pais, o Presidente-Rei, foi assassinado em Dezembro de 1918, deixando o caminho novamente aberto à “governação guerrista”, que irá conseguir normalizar a economia nacional não tanto devido às suas medidas mas sim graças ao regresso da “economia de paz” no Mundo.

Em jeito de balanço, poder-se-á dizer que os diversos governos republicanos foram evitando abordar a questão das subsistências até ao momento que ela se tornou incontornável, quando desceu literalmente às ruas e aos mercados de Portugal, fosse através dos inúmeros assaltos ou da falta generalizada de géneros. Obrigados a enfrentar o problema, os sucessivos Executivos aplicaram medidas pouco intervencionistas, crenças que um mercado livre resolveria as dificuldades da economia. As acções mais concretas surgiram tardiamente e contaram com a fraca adesão tanto do aparelho estatal,

como dos produtores e das massas populares. Estes últimos viram na intervenção do Estado uma intromissão ilegítima na sua esfera particular, especialmente nos seus negócios. Os republicanos nunca conseguiram mobilizar a nação para que esta repartisse equitativamente as dificuldades. Será já durante o regime autoritário de Sidónio Pais que se tentarão levar a cabo medidas mais intervencionistas como o racionamento, que esbarraram novamente na incapacidade do complexo aparelho burocrático e, principalmente na oposição do povo anónimo, que nunca compreendeu os sacrifícios que lhe eram exigidos.

Oliveira Salazar, à semelhança de muitos portugueses, ficara chocado com a inefectividade das medidas tomadas naquele período. Elas não asseguraram o abastecimento do país durante o conflito e contribuíram, ainda, para agudizar a instabilidade social. O povo português mostrara-se desunido, com as aldeias e o interior do país a impedirem a saída dos bens que seriam levados para as cidades. As mesmas populações que pediam a intervenção do Estado para regularizar a situação, insurgiam-se depois contra os seus agentes pois, no fim de contas, eles não mereciam a sua confiança. António de Oliveira Salazar alertava que com a falta de subsistências estava-se a criar uma perigosa divisão na nação. Contudo, apesar de fundamentais, as falhas dos governos republicanos não passaram só pela má distribuição dos bens.

Fazendo uma análise profunda da *Questão das Subsistências*, o professor de Coimbra apontou as seguintes falhas à acção dos Executivos republicanos: o desconhecimento da realidade do país, que fez com o Estado nunca soubesse exactamente as produções e consumos das respectivas regiões; a constante instabilidade governativa, criadora de inúmera legislação, por vezes contraditória e de um rotativismo nos dirigentes dos organismos que a iriam aplicar; a falta de técnicos habilitados que assegurassem o bom funcionamento do aparelho montado; as restrições na circulação dos produtos, causador de uma grande injustiça para o produtor ao limitar os seus ganhos; o problema dos transportes, sobretudo dos ferroviários, que aparentemente colocaram os interesses das companhias à frente dos da nação; tabelas de preços defeituosas devido aos dados errados que os Governos tinham sobre as produções e consumos reais; o endividamento do país e o aumento da circulação monetária, fomentadoras da inflação; finalmente, a inabilidade na implementação de um poder forte que centralizasse e coordenasse toda a questão das subsistências, o tal “ditador de víveres”. A má experiência da sociedade portuguesa durante a Primeira Guerra ficava como lição para o futuro, quer para os políticos quer para as populações.

2- Abastecimentos, poder e sociedade

2.1-A guerra europeia e os abastecimentos

Quando os panzers da *Wehrmacht* invadiram o solo polaco, nem os mais pessimistas acreditariam que se começara a escrever a história do conflito mais mortífero e destruidor da história da humanidade, aquele que levará a guerra a todos os continentes. A escala global do conflito conduziu à maior mobilização de homens e recursos alguma vez vista mesmo nos países que não participavam directamente na guerra mas que acabaram por sofrer das indirectas contingências da mesma. É claro que as várias nações partiram de patamares bem diferentes, pois o nível de preparação para a guerra da Alemanha e do Reino Unido era bem distinto daqueles que a não desejavam como Portugal e a Suécia ou mesmo a Espanha. É o modo como estes países se organizaram que aqui nos interessa analisar, perceber quais foram as medidas legislativas tomadas e a criação do seu inerente aparelho de coordenação económica.

2.1.1-Suécia

A geografia facultara-lhe um lugar privilegiado para poder assistir ao renascimento do *Reich* alemão facto que a obrigará a gerir com cuidado a sua relação com o poderoso vizinho. Se a invasão da Polónia ainda deixara alguma margem de dúvidas no horizonte, já o avanço germânico pela Dinamarca e Noruega na Primavera de 1940 dissipou quaisquer dúvidas sobre os objectivos de Hitler, obrigando a Suécia a assumir uma posição de neutralidade colaborante, tornando-se num dos principais parceiros comerciais da *Großdeutschland*.

A posição sueca foi sendo delineada desde o início do conflito em Setembro de 1939 quando foi criado uma espécie de Ministério dos Abastecimentos, instituição a que tinham que responder a *Livsmedelkommissionen* (Comissão da Alimentação), a *Trafikkommissionen* (Comissão dos Transportes), a *Priskontrollnämnden* (Comissão dos Preços) e mais outras duas comissões, encarregues da supervisão dos combustíveis e da indústria, organismos que englobavam membros das associações patronais e que tinham a responsabilidade pela gestão de toda a economia de guerra sueca. O objectivo do Estado passou por tentar assegurar os meios de subsistência à sua população, ao mesmo tempo que tentava travar a inflação galopante, comum naquele período devido à

crecente escassez de produtos e ao aumento da circulação monetária em virtude do comércio oficial e oficioso com a Alemanha.

Com vista a minimizar tal consequência, implementou-se desde 1940 o racionamento da maior parte dos géneros alimentícios à excepção do leite, peixe, batatas e alguns vegetais. Já ao nível dos transportes, e como sucedeu por toda a Europa, a falta de combustíveis, óleos, pneus e outras peças automóveis contribuiu para o quase desaparecimento do tráfego particular, assim como para um acentuado decréscimo dos transportes colectivos. Contudo, a aplicação daqueles constrangimentos ao nível da economia real revelou-se burocrática de tal modo que o aparelho administrativo encarregue dos abastecimentos e racionamento chegou a contar, segundo Grant e Nekkens (1991:254), com cerca de 100.000 pessoas, numa altura em que a população do país contava com pouco mais de 6 milhões de habitantes. O “monstro” burocrático, assim como algumas das medidas legislativas que mobilizaram a população para a situação de economia de guerra só foram sendo desmanteladas no início dos anos 50, numa tentativa de controlar a inflação que entretanto atingira o país no pós-guerra.

O sofrimento e as dificuldades sentidas pela generalidade da população sueca foram muitas, no entanto, o país saiu da guerra mais forte pois a experiência traumática mostrara a necessidade de um esforço conjunto, para assegurar a sobrevivência de todos, lição que será utilizada por Gunnar Strang, ministro das Finanças da época, “in his plea for the creation of a strong welfare state” (Grant e Nekkens, 1991:254).

2.1.2-Reino Unido

A Europa dos meados dos anos 30 vivia um clima de tensão em resultado das questões mal resolvidas da Grande Guerra, agravadas pelo crescente sentimento nacionalista e imperialista encabeçado por italianos e alemães. A invasão da Abissínia, a ajuda aos “nacionalistas” espanhóis na Guerra Civil e os vários atropelos ao Tratado de Versalhes eram sinais inequívocos da tempestade que se formava no horizonte. Chamberlain, o Primeiro-Ministro da velha Albion, só perceberá realmente os propósitos de Hitler já corria o ano de 1939 porém, tal não impediu que os gabinetes ministeriais fossem elaborando os seus planos e tomassem algumas medidas tendo em vista o conflito. Tal verificou-se com a criação, em Dezembro de 1936 do *Board of Trade Food (Defence Plans) Department*, responsável pela elaboração de “plans for the

supply, control, distribution and movement of food” (Zweiniger-Bargielowska, 2000:14), organização que dará origem ao futuro *Ministry of Food*, com a tutela sobre o controlo e distribuição dos vários bens racionados.

Contudo, a mobilização da economia inglesa antes do conflito não foi muito intensa em virtude, tanto da titubeante liderança política britânica, como da confiança depositada no exército francês e na sua estratégia defensiva que assentava na supostamente inexpugnável linha *Maginot*. Por outro lado, o retardamento também foi condicionado pela opinião pública. Os líderes políticos acreditavam que o sucesso da sua economia de guerra dependia mais da colaboração da população do que da qualidade das medidas que tomassem. O plano só seria bom se aqueles que o fossem executar o aceitassem e compreendessem. Assim se percebe que, apesar do conflito se ter iniciado em Setembro de 1939 e de já estarem impressos milhões de cadernos de racionamento, este só foi implementado em Janeiro de 1940 quando “an opinion poll showed that, Press hostility notwithstanding, most people thought it [o racionamento] would be the best way of ensuring fair shares of scarce Essentials” (Mackay, 1999:70).

Inicialmente foram racionados alguns géneros alimentícios (manteiga, açúcar, bacon e presunto), a que se juntaram, ainda no mesmo ano, a carne, o chá, a margarina e outras gorduras alimentares. Já em 1941, um ano após a promulgação do *Emergency Powers Act (Defense)* e criação dos vários ministérios (*Supply, Food, Shipping, Economic Warfare, Home Security, Information*) que deram forma à economia de guerra. Foram também sujeitos ao racionamento o queijo e os produtos enlatados. Outros bens não racionados como a roupa, o mobiliário e bens alimentares perecíveis (peixe, fruta, vegetais) foram alvo de um sistema de pontos através do qual era dada ao consumidor liberdade de escolha já que, em virtude dos pontos que possuía, podia adquirir um ou outro produto. Com esse sistema o Estado procurava transmitir a ideia de que todos os produtos estavam disponíveis, combatendo assim o desenvolvimento do mercado negro. Incentivava o consumo de produtos menos procurados e mais abundantes ao fazer com os mesmos custassem menos pontos ao consumidor. Outra vantagem deste sistema resultava do seu carácter de “controlo flexível”.

O esquema de racionamento em que é atribuído semanalmente um contingente de produtos por pessoa, o que sucedia com o açúcar, chá e outros produtos acima mencionados, implicava que os indivíduos estivessem recenseados num comerciante e obrigava a uma rigorosa fiscalização para assegurar que cada um só recebia a quantidade que lhe estava destinada. Ora o esquema por pontos não requeria tão

complexo controlo, facilitando a vida ao Estado fiscalizador e aos consumidores. As leis só são válidas se os cidadãos as acatarem e, num período de grande carestia, em que a própria sobrevivência está em causa, poucos são aqueles que colocam os interesses colectivos à frente dos individuais. No entanto, a maioria dos britânicos fê-lo. O que estava em causa era a continuidade da sua pátria e isso requeria uma mobilização total de um país que, até à entrada na guerra da U.R.S.S. (Junho de 1941) e dos Estados Unidos da América (Dezembro de 1941), lutou praticamente sozinho contra o poderio germânico.

A população desde cedo desempenhou um papel fundamental para o sucesso da economia de guerra sobretudo, com a sua colaboração: “The enforcement of food control proved surprisingly easy, chiefly because it had widespread popular validity” (Dewey, 1997:316). O Estado conseguiu com as suas campanhas de fomento agrícola, poupança e produção caseira de alimentos (“*Dig for Victory*”, “*Kitchen Front*”, “*Make Do and Mend*”) mobilizar a população para um único objectivo, a vitória. Só com um nível tão elevado de adesão se consegue perceber a aceitação de modelos utilitários impostos pelo Estado para a roupa (com a supressão de colarinhos e botões), louça, calçado, têxteis-lar e cobertores. Já o fomento agrícola foi notório com um crescimento da área cultivável, durante o período da guerra, com o aumento da produção e da produtividade agrícola, destacando-se a cultura de batatas, vegetais e cereais.

Outra prova da adesão e colaboração da população na economia de guerra esteve patente no facto de o mercado negro não ter tido muito vigor nas ilhas Britânicas. “Altruism and commitment to the war effort contributed towards containing the black market and voluntary compliance was less forthcoming after the war” (Zweiniger-Bargielowska, 2000:202). Assim se compreende que determinados géneros alimentícios, como as batatas e o pão, só tenham sido racionados após o fim da guerra e da vitória dos Aliados, quando o vasto apoio económico externo que a Grã-Bretanha recebia dos membros da *Commonwealth* e sobretudo dos Estados Unidos da América foi reduzido.

O relativo bom funcionamento da economia de guerra britânica foi uma realidade, a guerra foi ganha e a população, apesar das vicissitudes a que esteve sujeita, viu os seus níveis de saúde melhorarem, especialmente nas franjas da população mais carenciada que, com o racionamento, tiveram acesso às doses correctas de calorias e de vitaminas necessárias para a sua sobrevivência: “The best testimony to the success of the rationing system was the health of the people. For the population as a whole, the

level of health was rather higher during the war than before it” (Mackay, 1999:82). Não menosprezando o altruísmo dos britânicos, há no entanto que salientar que o empenho e o compromisso eram acicatados pela existência, ao contrário do que acontecia nos países neutrais, de um inimigo bem real que mobilizou a população para a única solução possível, a vitória.

2.1.3-Alemanha

A pátria, entre muitos, de Lutero, Kant e Nietzsche viveu tempos muito conturbados durante a primeira metade do século XX, marcados indelevelmente pela Primeira Guerra Mundial. Foi nos continentes europeu e africano que o *Kaiser* procurou construir o seu Império Alemão, à semelhança das outras grandes nações europeias como a Grã-Bretanha e França. O sonho de Guilherme II esfumar-se-á nas trincheiras de Verdun e do Marne que para além do fim do seu reinado acarretarão pesadas consequências económicas e políticas a uma nação que se sentirá traída e humilhada na derrota.

O fim do Império deu lugar a um regime parlamentar, a República de Weimar, cuja governação esteve marcada pela instabilidade social, fruto das dificuldades económicas originadas pela guerra, e das convulsões entre grupos políticos de quadrantes bem distintos. Os anos 30 e a Grande Depressão acabaram por aplanar o terreno para a ascensão de ideias de extrema-direita que, na senda do fascismo italiano, deram origem ao nazismo alemão. Foi neste este cenário de profunda crise que a população aceitou o discurso xenófobo e imperialista de Adolf Hitler e do seu partido. As coligações levaram-no ao poder em 1933, de onde só sairá quando os tanques soviéticos já percorriam sem grande resistência a *Alexanderplatz*, em Maio de 1945. O projecto nazi já tinha sido anunciado ao mundo através do *Mein Kampf* e passava pela formação de uma vasta zona económica, o *Lebensraum*, vital e aparentemente justa, aos olhos dos seus proponentes, para a sobrevivência do povo alemão. Desde cedo que o III Reich começou os preparativos para a concretização dessa “Grande Alemanha”.

Pressupõe-se que a principal preocupação do regime nazi era o rearmamento a toda a velocidade, em detrimento dos bens de consumo para os seus cidadãos, a famosa dualidade entre “*guns and butter*”. Porém, os dois objectivos acabaram por estar intrinsecamente ligados entre si. “At a strategic level, guns were ultimately viewed as means of obtaining more butter, quite literally through the conquest of Denmark, France

and the rich agricultural territories of Eastern Europe. In this sense, rearmament was an investment in future prosperity” (Tooze, 2006:163). O cuidado com a alimentação do povo alemão fazia parte do ideário nazi e da memória recente da sociedade alemã, que durante a Primeira Guerra passara por grandes privações num tempo onde a fome fez parte natural do quotidiano.

Uma das primeiras medidas do *Führer* passou pela tomada de medidas proteccionistas na agricultura, que protegessem o mercado alemão da concorrência estrangeira. Tal foi possível através da criação de uma central de compras estatal que garantiria preços mínimos aos produtores. Já nos finais de 1933, tais competências passaram a fazer parte da *Reichnaehrstand* (Comissão para a Alimentação do *Reich*), cuja missão era controlar os preços e produções dos produtos agrícolas. Esta organização estava sob a alçada de Walter Darré, o ideólogo da teoria do “Blut and Boden” (sangue e solo), defensor do direito do povo de sangue alemão à terra ocupada “indevidamente” por povos alienígenas como os judeus. Este proteccionismo alemão ia de encontro aos desígnios autárquicos desejados para a sua economia.

Já em preparação para um eventual conflito os líderes germânicos prepararam o *Reich* para ser auto-suficiente num Mundo onde as outras grandes potências iam tomando consciência dos objectivos alemães e apertavam gradualmente o seu cerco estratégico àquele país. O plano económico do *Führer* visava reduzir drasticamente as suas importações, sobretudo das nações menos amigas como o Reino Unido, a França e os Estados Unidos da América, praticando assim uma autarcia selectiva. Estes últimos mercados passavam a ser substituídos por outros mais afáveis, como alguns países do Leste europeu e da América do Sul que não reclamavam tão intensamente o pagamento do défice comercial alemão. Contudo, a medida mais importante para a preparação da economia de guerra alemã passou pela *Reichnaehrstand*, uma vez que o poder deste organismo era amplo. Para além de controlar e fiscalizar a produção de todas as explorações agrícolas e pecuárias do país, tinha o controlo das cooperativas a quem os produtores vendiam as suas produções e ainda das instituições que lhes podiam conceder o crédito.

As opções autárquicas do *Reich* e o facto de privilegiar o rearmamento provocou a falta de bens de consumo e obrigou a que, desde muito cedo (1935), se iniciasse um racionamento dissimulado dos produtos. A ocultação do facto deveu-se ao discurso do Partido Nazi que punha agora em prática o que antes criticara na República de Weimar. Assim, o regime optou por uma política de substituição de alimentos por géneros

similares e pela introdução de listas de clientes junto dos retalhistas para exercer um controlo mais apertado sobre os consumidores. Um outro problema que afectou a economia alemã foi a mobilização militar, que retirou dos campos inúmeros trabalhadores, condicionando de tal modo as produções que futuramente os alemães foram forçados a empregar a força de milhares de estrangeiros na exploração das suas terras. Enquanto isso, os desenvolvimentos diplomáticos internacionais e a corrida aos armamentos levada a cabo por outras nações (Reino Unido, U.R.S.S., E.U.A., e França) obrigaram o *Reich* a jogar rapidamente as suas cartas, de modo a poder beneficiar da vantagem do seu madrugador rearmamento em relação àqueles países. Em termos económicos, o aproximar da guerra conduziu à requisição dos cereais junto dos agricultores.

A invasão da Polónia em 1 de Setembro de 1939 seria mais um passo para a formação da *Großdeutschland*, o espaço económico vital para a sobrevivência do povo alemão. Formar-se-ia então o “*Reich* dos mil anos”, que usaria a mão-de-obra e os recursos naturais dos povos conquistados, especialmente a terra, ocupada pelos seus agricultores germanos tal como os colonos americanos do “*velho Oeste*” tinham feito décadas de anos atrás. É um facto que os alemães contavam com o espólio das novas conquistas para abastecer a sua indústria e alimentar a sua população no entanto, tal não significou que não houvesse uma mobilização dos recursos da economia alemã.

Com o início da guerra, o sistema informal de racionamento que já existia deu lugar a um muito mais elaborado e que abrangia os principais bens de consumo, como a comida e a roupa. Os nazis sabiam que o futuro do *Reich* passaria pelos sacrifícios feitos nos lares alemães: “Rationing of consumer goods was the first line of defence” (Tooze, 2006:355). Mas não foi só através do racionamento que o povo alemão sustentou o esforço de guerra. A sua contribuição também se verificou com o trabalho e, sobretudo, com as poupanças, que foram canalizadas para muitos dos investimentos industriais e militares. O Estado conseguia desse modo impedir que o dinheiro dos seus cidadãos circulasse livremente e pudesse, assim, ir parar ao mercado negro que só nos anos finais da guerra atingiu uma dimensão significativa: “According to one independent estimate, the black market by the end of war accounted for at least 10 per cent of household consumption” (Tooze, 2006:645).

O período inicial da guerra até trouxe uma melhoria generalizada da alimentação nas classes mais desfavorecidas, a quem eram atribuídas cerca de 2 570 calorias por dia contrapondo com a ração dos combatentes que, segundo Adam Tooze

(2006:361) atingia as 4 000 calorias/dia. Estas quantidades irão cair para cerca de metade após o desastre de Estalinegrado e levarão à tomada de medidas extremas em termos de consumo. O ano de 1942, com as várias derrotas na frente soviética, fez com que Hitler reestruturasse o seu gabinete, promovendo o conhecido arquitecto Albert Speer para o Ministério dos Armamentos e da Indústria de Guerra, Herbert Backe para o Ministério da Alimentação e da Agricultura, nomeação que desencadeará uma grande transformação na política de abastecimentos alemã. Face às crescentes dificuldades em abastecer regularmente e em quantidades suficientes os homens na frente de combate decidiu-se que eles “were to feed themselves from the territories they occupied, without regard to the consequences for the local population” (Tooze, 2006:544). Tratou-se do chamado “Plano da fome”. Para os líderes do *Reich* a opção era clara: ou passavam por dificuldades alimentares as populações dos territórios recém conquistados ou então, teria que ser o povo alemão a pagar tal preço.

Esta viragem decisiva no curso da guerra faz com que alguns autores defendam que a economia de guerra alemã começa só com as derrotas do Inverno de 1942 e com as novas nomeações para o Governo. Contudo, numa análise mais detalhada da economia alemã percebe-se que a mobilização já se pode encontrar, ainda que com um menor grau de intensidade, bem antes do início do conflito bélico. O que aconteceu foi que as derrotas militares obrigaram à radicalização e implementação de novas estratégias com vista à chamada guerra total. É nesta conjuntura que se encontram relatos referentes a um nível de mobilização e repressão nazi nunca antes vista “For the entire month of August [1942], the city of Warsaw was to be sealed off from its agricultural hinterland. Peasants who failed to meet their delivery quotas were summarily shot” (Tooze, 2006:545).

O regime nazi teve, desde o início da sua ascensão ao poder, o apoio da maior parte dos grandes industriais alemães. Porém, foi durante a fase mais crítica da guerra que a relação foi reforçada em virtude do avanço dos comunistas a Leste. A indústria alemã estava consciente de que o seu destino e o do seu principal cliente, o III Reich estavam intimamente ligados. A nomeação de Albert Speer para o Ministério dos Armamentos e da Indústria de Guerra e as circunstâncias da guerra em 1942 obrigaram a um derradeiro esforço por parte do aparelho industrial alemão, alicerçado em promessas de menor carga fiscal sobre os lucros extraordinários de guerra. Em caso de cumprimento dos preços definidos por aquele ministério, os patrões poderiam contar em serem “exempt from any further official inspections” (Tooze, 2006:566) e até mesmo

virem a recuperar alguns dos impostos pagos ao Estado: “Paragraph 14 of the excess profit guidelines allowed those firms that agreed to accept the new standard prices set by the Armament Ministry to claim back a substantial share of their excess profit payments” (Tooze, 2006:566).

Um outro sinal do esforço de guerra alemão e do estado da sua economia de guerra foi a mobilização da mão-de-obra feminina, usada para substituir os milhões de homens que serviam nas frentes de batalha. Este é um dos aspectos da economia de guerra alemã que levanta alguma contestação, aludindo-se geralmente à fraca mobilização comparativamente a outros países beligerantes. Contudo, parece que a análise que é feita ao trabalho feminino parte de bases diferentes, não tendo em conta que antes da guerra começar já muitas mulheres haviam sido chamadas a suprir a mão-de-obra masculina ocupada nos preparativos militares para as campanhas que se avizinhavam.

Aparentemente, a mobilização terá estado ao nível da registada na Grã-Bretanha. “When the chief statistician of the Reich Labour Ministry investigated the issue in the autumn of 1943, using data that were very unfavourable to Germany, he arrived at the conclusion that the share of women in war work was 25.4 per cent in the United States, 33.1 per cent in Britain and 34 per cent in Germany” (Tooze, 2006:513). Já o contributo dos territórios ocupados pela Alemanha é que acabou por não ser o mais adequado tendo em vista a obtenção da vitória. Se é verdade que os vários países ocupados pelo III Reich contribuíram com os seus recursos económicos e humanos para o esforço de guerra alemão, o facto é que tal apoio nunca chegou a ombrear com o que foi dado aos Aliados pela grande máquina industrial americana, como se pode observar pelos seguintes números: “In absolute terms, in 1943 all deliveries to the Wehrmacht from occupied Europe came to 4.6 billion Reichmarks. By contrast, out of American munitions production in 1943 valued at \$54.4 billion (c.150 billion Reichmarks), Britain received deliveries valued at \$6.7 billion (c. 20 billion Reichmarks)” (Tooze, 2006:640). Um outro factor que pesou sem dúvida nesta realidade foi o facto de o invasor não contar com grande apoio junto das populações invadidas, que apresentavam níveis de produtividade em relação ao *Reich* bastante inferiores (condizentes com as poucas rações alimentares que também lhes eram atribuídas). Foi aqui, no aproveitamento dos recursos dos territórios conquistados que se assistiu à primazia dos princípios do ideário nazi sobre o conflito entre “raças superiores e inferiores” que acabaram por contribuir para um desfecho catastrófico do III Reich.

Um dos maiores problemas com que a economia alemã teve que lidar foi a falta de mão-de-obra, apesar de ter havido uma mobilização feminina bastante elevada, até superior ao das outras nações. Aumentar o contributo poderia não resolver a questão. “Hans Kehrl, one of the most draconian advocates of total mobilization, never hoped for more than 700,000 additional female workers. These are not the kind of figures which could have made much of difference. Germany needed not hundreds of thousands but millions of additional workers” (Tooze, 2006:514). A solução passaria por uma melhor utilização dos milhões de pessoas que viviam na *GroßDeustchland*, mas aqui a cúpula nazi não abdicou de colocar em prática os seus princípios raciais. O Holocausto, que terá provocado a morte a mais de seis milhões de cidadãos europeus de origem judaica, para além de ter sido um dos mais hediondos crimes praticados contra a humanidade, revelou-se numa das piores opções económicas do III Reich.

2.1.4-Espanha

Durante a II Guerra Mundial, a economia com a estrutura e com um relacionamento com o aparelho de Estado mais semelhante à portuguesa foi a espanhola. A pátria de Cervantes já tinha passado por uma experiência similar aquando da Grande Guerra (1914-1918). Apesar de não ter participado, tomou algumas medidas que abriram o caminho para a mobilização económica mais sistemática levada a cabo nos anos 30 e 40.

O Estado espanhol promulgou em 1916 a, *Ley de subsistências*, que o autorizava a comprar e a requisitar os géneros alimentícios que estivessem na posse dos particulares. Já próximo do final do conflito instituiu-se o *Ministerio de Abastecimientos* que, em 1920, uma vez terminada a guerra, foi transformado numa Comissão de Abastecimentos dependente do Ministério do Trabalho. Este breve intervencionismo do Estado foi novamente retomado já durante a Guerra Civil (1936-1939) pelo lado nacionalista, com a criação em 1937 do *Servicio Nacional del Trigo* cuja plenitude de poderes só foi atingida em Outubro de 1939, momento em que passou a controlar todo o comércio do trigo, de outros cereais e das leguminosas.

Entretanto em Janeiro de 1938 esta mesma facção criara o *Servicio Nacional de Abastecimientos y Transportes*, que passaria à categoria de *Comisaría General* no ano seguinte. A *Comisaría General de Abastecimientos y Transportes*, (CGAT), conjuntamente com a *Fiscalía de Tasas* (1940) e com a *Junta Superior de Precios*

(1941), passaram a ser os organismos encarregados da regulação da economia espanhola. A máquina burocrática espanhola reflecte uma das principais bandeiras do *Alzamiento* pois, à semelhança do que acontecera em Portugal, advogava a defesa e o apoio à lavoura, sobretudo o sector trigueiro, cuja situação não fora acautelada nos anos 30 pelo regime republicano e que terá conduzido milhares de proprietários espanhóis à ruína.

A experiência da Grande Guerra abriu caminho a uma maior intervenção na economia, mas foram as sequelas da Guerra Civil que obrigaram à implementação do racionamento em todo o território espanhol em Maio de 1939. A Espanha era um país que já vivia numa autêntica economia de guerra antes da Segunda Guerra Mundial deflagrar. Em Junho de 1939 foram definidos os quantitativos dos géneros alimentícios a atribuir: “para el hombre adulto: pan, 400 gramos; patatas, 250; legumbres secas, 100; aceite, 50; café, 10; azúcar, 30; carne, 125; tocino, 25; bacalao, 75; y pescado fresco, 200. Se estableció, por otro lado, que la ración de la mujer adulta y la de los mayores de 60 años sería del 80% de las primeras, y la de los menores de 14 años del 60%” (Moreno Fonseret, 1994:111). O aparelho regulador espanhol só ficaria concluído em 1941, quando houve uma descentralização de funções da CGAT ao serem criados organismos provinciais liderados pelo respectivo *Gobernador Civil*. Ainda nesse ano a Espanha foi dividida em dez zonas de abastecimento, tendo em conta vários factores endógenos como a produção, os transportes e o consumo, de modo a efectuar uma repartição mais adequada dos bens intervencionados. Responsável por cada uma dessas zonas ficava um *Comisario de Recursos* “cuya misión consistió en reunir las existencias disponibles para atender el consumo de los habitantes de la región, exportando el sobrante e importando el deficit” (Moreno Fonseret, 1994:111). Deveriam estes coexistir com os *Gobernadores Civiles* e com as delegações provinciais da CGAT.

A Espanha acabou por viver uma situação muito peculiar, onde aos já espectáveis constrangimentos provocados pela II Guerra Mundial se juntaram o estado calamitoso em que se encontrava a sua economia, fruto de três longos anos de Guerra Civil. Apesar da forte repressão existente no regime franquista com o “acerto de contas” após a vitória, a verdade é que a fuga aos controlos estatais sobre a economia de guerra e o mercado negro atingiram valores muito elevados. Estudos realizados mostram que a percentagem de azeite consumido através do mercado negro espanhol de 1940 a 1944 se situou próximo dos 53,14% da produção oficial em 1941 e os 11,97% em 1943. No período em causa a média situou-se nos 35%. Esta foi a análise de quem conseguiu ver

além dos números oficiais, pois houve historiadores que explicaram os mesmos números como uma grave regressão da economia espanhola dos anos 40, classificando-a como uma autêntica “Edad Media” (Gutiérrez del Castillo, 1984:153) onde a população teria deixado de produzir e sobretudo de consumir.

Aos sinais dados pelo mercado negro há que juntar outros, como a subida nas produções que ocorreu do lado dos produtos não intervencionados pelo Estado. O principal gestor da economia de guerra franquista acabou por ser não o Estado, mas sim a corrupção “que permitió ni más ni menos que en torno a la mitad de la producción agraria se vendiese ilegalmente a precios elevadísimos, y que éstos no se correspondiesen con la evolución de la producción, cuyo descenso no había sido tan drástico como quieren reflejar los precios del mercado negro” (Recio e Fernández, 2003:247). Em contradição com o regime, este fenómeno parece ter sido muito democrático, atingindo desde os anónimos produtores e comerciantes até às altas esferas policiais, governativas e empresariais da sociedade espanhola.

A explicação para a massificação do contrabando residiu na acção insuficiente do Estado para assegurar a subsistência às suas populações, obrigando-as, assim, a arranjam outros meios para sobreviverem. O mercado negro era encarado pela maior parte das pessoas como algo normal: “Al se mi padre transportista llevaba carbón... le dejaba un poquito más a uno y le daban a cambio más azúcar... no era estraperlismo [contrabando], eram más bien un trueque... yo te doy carbón y tu me das a mi lo que me hace falta” (Céron Torreblanca, 2007:295). Se aqui poderia existir alguma ingenuidade, o mesmo não se poderia dizer do que se passou nalgumas indústrias conserveiras, onde face aos preços extraordinários que o azeite atingiu, embalou-se e vendeu-se subrepticamente o mesmo em latas, unicamente com o líquido, sem o peixe.

Este nível mais organizado do mercado negro só foi possível devido ao envolvimento directo de quadros dirigentes do Estado nos negócios de guerra. Só é, no entanto, possível encontrar referências a detenções de *Guardias Civiles* e *Alcaides*. Porém, a preocupação dos franquistas passava por fazer uma alegada gestão deste fenómeno, o que, tendo em conta as condições económicas da economia espanhola, seria muito difícil de eliminar completamente. O fundamental passava por salvar a face do regime, lógica retratada na seguinte afirmação: “Y es que como bien sabía Manuel García del Olmo [Governador Civil de Málaga entre Outubro de 1945 e Agosto de 1954], lo importante en el estraperlo es que no transcienda la opinión pública. No hay que desprestigiar a la España de Franco” (Céron Torreblanca, 2007:297).

2.2- Salazar e a questão dos “abastecimentos”. Os abastecimentos e o seu aparelho.

O normal funcionamento da economia de guerra portuguesa esteve marcado pela acção dos diversos organismos criados pelo Estado Novo Corporativo, que acabaram por condicionar o funcionamento da economia. Eles definiram preços, atribuíram subsídios, controlaram a qualidade, o transporte e o armazenamento de diversos géneros encarados pelo Governo como vitais para a economia nacional. É verdade que as ideias corporativas do Estado Novo levaram à criação destas entidades, mas o certo é que a II Guerra Mundial apressou a entrada em cena das mesmas.

A ideologia corporativa nasce como resposta à ameaça socialista, que prometia incendiar a sociedade com a sua luta de classes. Assim, esta nova concepção defendia um sistema político onde fosse garantido o equilíbrio social tão necessário para o bom funcionamento e progresso da economia. Para tal seria instituído um Estado Corporativo que, através dos seus diversos organismos, enquadraria os vários grupos da sociedade, procurando uma “colaboração institucional” (Lucena, 1976:126) entre todos. No que toca à economia, as ideias do corporativismo português estavam influenciadas por uma forte matriz católica, defendendo a criação de uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo que pusesse freio aos abusos do primeiro mas que não controlasse completamente a economia como o segundo.

Seria um modelo onde patrões e assalariados, “aconselhados” pelo Estado, se entenderiam quantos às melhores decisões com vista à harmonia, equilíbrio e progresso da Nação. Resumidamente, o corporativismo luso caracterizava-se com: “anti-socialismo, autodirecção e intervencionismo” (Rosas e Brito, 1996:216). Contudo, o choque entre os últimos dois conceitos foi inevitável. O Estado foi forçado a intervir inicialmente nalguns dos sectores-chave da economia que atravessavam uma grave crise, sobretudo ao nível do comércio externo português e graças também ao pouco sentido colectivo dos empresários nacionais.

Inicialmente, a intromissão do Estado na economia teria um carácter pontual, só “para compensar insuficiências do sistema” (Lucena, 1976:207). Porém, os organismos criados acabariam por permanecer e a intervenção momentânea ganharia contornos de estrutural, acabando por ligar umbilicalmente os destinos da economia portuguesa às opções do Governo.

Antes de abordarmos os organismos de coordenação económica propriamente ditos, convém primeiro tentar perceber como funcionava a vasta trama institucional montada pelo Estado Novo (Anexo I). Dentro do espírito corporativo, parte da população assalariada do sector primário foi enquadrada conforme o seu sector de actividade económica. As Casas dos Pescadores para as profissões ligadas ao mar, as Casas do Povo para todos aqueles que tinham no campo a sua principal fonte de trabalho e, finalmente, os Sindicatos Nacionais para os restantes. Eram estas organizações, únicas representantes das classes trabalhadoras, as interlocutoras com o patronato tendo em vista a negociação colectiva, a comunicação de eventuais pretensões e a resolução de problemas. O poder de intervenção destes organismos acabava por ser reduzido, pois geralmente a sua representatividade era limitada e circunscrevia-se a uma pequena zona geográfica. Uma acção que Manuel de Lucena (1976:249) classificava de “apagada e vil tristeza”. A inoperância era grande e a sua existência devia-se à importância que assumia, não para os trabalhadores, mas para o Estado. O facto de existirem acalmava os anseios mais reivindicativos dos proletários, que dispunham assim uma válvula de escape e ao mesmo tempo impedia-se “a criação de verdadeiros sindicatos” (Lucena, 1976:249).

Foi através da criação dos Grémios que o Estado enquadrou os patrões da economia portuguesa. Se inicialmente a inscrição nestes organismos não era de carácter obrigatório tal rapidamente mudou com as dificuldades que atingiram a economia portuguesa durante a II Guerra Mundial. Tais factos obrigaram o Estado a intervir sobre alguns dos sectores fundamentais, quer pelo valor económico, quer pela importância estratégica para o país. Contudo, os Grémios não se limitaram, como aconteceu com os vários organismos dos trabalhadores, a serem meros sindicatos dos patrões. A sua missão foi mais além, acabando também por “orientar a produção, disciplinar a concorrência, reforçar os diversos sectores da economia nacional” (Lucena, 1976:266), o que fez deles autênticos “assessores do Estado” (Lucena, 1976:266). O seu raio de acção podia ser muito variável, indo desde os Grémios da Lavoura (sindicatos dos produtores agrícolas), que podiam aglomerar um ou vários concelhos, passando pelos Grémios do Comércio, que dividiam o país em grandes zonas (Norte, Centro e Sul), chegando às Federações e às Uniões, específicas de um só produto e que abrangiam os produtores de todo o território como a Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT).

Às Federações e às Uniões juntaram-se outros três tipos de organismos como as “comissões reguladoras, [que] condicionam a importação de harmonia com as necessidades da produção da Metrópole e das Colónias; as “juntas nacionais, [que] devem desenvolver, aperfeiçoar e coordenar as actividades da produção e do comércio nacional em ordem à maior expansão e exportação portuguesa; os “institutos” enfim, cobrirão também actividades para exportação, mas já corporativamente organizadas e onde o controlo da qualidade dos produtos é decisivo” (Lucena, 1976:307). Estes eram teoricamente os responsáveis pela coordenação económica, contudo, percebe-se que algumas Federações e Grémios acabaram por ter funções mais alargadas, deixando de ser apenas sindicatos patronais apesar de serem financiados pelas empresas.

Quanto às Juntas, Comissões Reguladoras e Institutos, a ingerência do Estado no funcionamento destes órgãos foi mais evidente, pois as cúpulas directivas dos dois primeiros eram nomeadas pelo Governo, enquanto que nos Institutos o seu poder se manifestava pela indicação de delegados. Já nas Federações e Uniões, organismos de índole patronal, o Estado estava presente desde a sua concepção e mantinha-as com uma rédea muito curta. Era o Governo que aprovava os regulamentos destes organismos chegando “ao ponto de fixar a remuneração dos seus dirigentes, que não podem de resto recusar cargos. Por pouco, seriam equiparados aos funcionários [públicos] ” (Lucena, 1976:279). Só do ponto de vista formal é que estas entidades não eram o Estado, pois elas funcionavam como verdadeiras “agências do Executivo” (Lucena, 1976:309), acabando por serem os instrumentos das várias políticas do Governo.

Descrito em linhas gerais o “aparelho corporativo”, faremos agora uma análise mais pormenorizada de alguns dos seus organismos, actores principais na gestão dos abastecimentos com o eclodir da II Guerra Mundial. Sabemos que a preocupação de Oliveira Salazar com a questão das subsistências da população portuguesa vinha de longe, desde o conflito de 1914-1918. As dificuldades da economia nacional nesse período, sobretudo ao nível da produção agrícola, residiam em causas estruturais com raízes muito profundas e que faziam dela uma “questão de todos os anos” (Lucena, 1991:103). Foi para combater esse problema, verificado ao nível dos abastecimentos, desregulador da paz social, que o regime criou em 1933 vários Grémios de inscrição obrigatória, com destaque para a FNPT, que acabará mais adiante por abarcar outros cereais como o milho e o centeio.

Logo a partir de 1934, toda a produção de trigo, o principal componente do pão, base da alimentação das camadas mais pobres e numerosas da sociedade portuguesa,

passava pelas secretárias da FNPT. Era esta entidade que comprava o trigo que devia ser manifestado pelos produtores junto dos Grémios da Lavoura. Após a recolha do cereal, este era vendido aos industriais da panificação por intermédio da Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM), onde também tinham que estar inscritos todos os empresários ligados àquela actividade sob pena de lhes ser vedado o acesso, quer à matéria-prima de origem nacional, quer à importada. Mesmo os cereais importados só podiam ser adquiridos pela mesma FNIM, que posteriormente os revendia às fábricas. Este controlo também se vai verificar com outros produtos de grande interesse nacional, como as conservas e o arroz, através da Comissão Reguladora do Comércio de Arroz. O Estado controlava, assim, os preços dos produtos junto dos produtores e consumidores, confinava os ganhos dos industriais, ao mesmo tempo que lhes assegurava a matéria-prima para a laboração. Já com a guerra, a missão destas entidades também serviu para limitar as exportações ilegais e prevenir a criação de um mercado negro, cerceador do acesso da população aos bens de consumo mais essenciais e que obrigará à tomada de medidas excepcionais a partir de 1939.

A Alemanha invadiu a Polónia no dia 1 de Setembro e seis dias depois é publicado o Decreto-Lei nº 29:904, que lançava as orientações para a montagem da economia de guerra portuguesa ao possibilitar o condicionamento da importação e exportação de mercadorias, a restrição do consumo, a requisição de estabelecimentos e a promoção de inquéritos sobre a produção. Acrescente-se que também foram estabelecidas a penalização para os comerciantes que colocassem em causa os interesses da economia nacional, punidos com a “proibição do exercício da respectiva actividade.”²

O afã legislativo continuou com a publicação, no dia 8 de Setembro de 1939 do Decreto-Lei nº 29:912, emanado do Ministério do Comércio e Indústria, isto apesar da aparente confiança do Governo no “abastecimento normal da população em géneros de primeira necessidade e de não haver lugar a estabelecer restrições de consumo, se o público mantiver calma e confiança.”³ O Decreto estabelecia a integração de todos os armazenistas de açúcar, sabão, bacalhau, massas alimentícias e géneros coloniais no Grémio dos Importadores e Armazenistas de Bacalhau e Arroz, colocando todos estes produtos – curiosamente os primeiros a serem racionados – debaixo da alçada deste organismo de coordenação económica. Para a correcta implementação das decisões em

² Cfr., *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 2º Semestre de 1939, p.216.

³ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, p.218.

causa foram concedidos poderes fiscalizadores, ao abrigo da Portaria nº 9:312, de 13 de Setembro de 1939, às autoridades policiais e administrativas, aos membros dos vários serviços de fiscalização dos organismos corporativos e de coordenação económica.

O Grémio dos Armazenistas de Merceria (GAM) foi remodelado em Outubro de 1939 com a publicação pelo Ministério do Comércio e da Indústria do Decreto-Lei nº 30:002, que incumbia aquele organismo de “orientar e coordenar, dentro da ordem corporativa nacional, a actividade das empresas que exercem o comércio por grosso de géneros de merceria.”⁴ A não inscrição no Grémio punha a causa a continuação do exercício da actividade de comerciante. O comércio a retalho também foi alvo da atenção do Estado, com a criação do Grémio dos Retalhistas de Merceria Norte, Centro e Sul (Decreto-Lei nº 30:003). Os princípios de organização eram semelhantes ao GAM, à excepção de que se dedicava ao pequeno comércio de géneros e merceria. A inscrição neste organismo só passou a ser obrigatória em Janeiro de 1942.

Finalmente, com a publicação, em Dezembro de 1939, do Decreto-Lei nº 30:137, o controlo do Estado estender-se-á a todos os produtos do comércio exterior, uma vez que já havia bens sob a alçada dos organismos de coordenação económica antes da guerra. Determinava-se que “as importações ou exportações de dados produtos seriam feitas em regime de contrato colectivo, celebrado pelo organismo corporativo ou de coordenação económica do respectivo sector.”⁵ Em poucos meses, o Estado Novo conseguia ter o domínio teórico sobre as actividades económicas desde a produção até à comercialização, controlando o acesso a todos os produtos essenciais para garantir o bom funcionamento da economia de guerra nacional.

Apesar desta intensa actividade legislativa, a verdade é que em Portugal, à semelhança do que sucedeu um pouco pelo resto da Europa, ainda não sentia verdadeiramente os efeitos da II Guerra Mundial. Vivia aquele período caracterizado como *drôle de guerre*, no qual as nações contavam que teriam muito tempo no sentido de prepararem as suas economias para a borrasca que formava no horizonte. Assim, só a partir de 1941 a generalidade dos países se apercebeu realmente dos verdadeiros efeitos do conflito e tomaram acções mais concretas para a situação de economia de guerra.

Em Setembro de 1941, foi condicionado em Portugal o transporte de mercadorias (açúcar, sabão, bacalhau, massas alimentícias) nos concelhos limítrofes da fronteira terrestre com a Espanha. Os armazenistas tinham agora de “se abastecer nos

⁴ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, p.383.

⁵ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, p.540.

mercados distribuidores que lhes forem designados pelo Grémio dos Armazenistas de Merceria”⁶ e eram obrigados a possuir guias de trânsito passadas pelo referido organismo, de modo a justificarem o movimento dos produtos. De notar que o arroz, o trigo e o vinho já estavam sujeitos às guias de trânsito desde antes do início do conflito.

Estas medidas do Governo vinham tentar apaziguar o clima de insatisfação que começava a espalhar-se pelo país, sobretudo nas zonas fronteiriças. Já se ouviam e liam relatos sobre a saída ilegal de muitos produtos: “Não haverá algum remédio para tão grave mal que assola toda a raia, cuja causa principal se sabe ser a exportação clandestina destes géneros de primeira necessidade!”⁷. Ou então: “Informações que estão correndo dizem-nos que há cearas já vendidas a contrabandistas, que contam passá-las para a Espanha.”⁸ Ficava, também, a promessa do Executivo de levar a cabo uma afinçada fiscalização para travar estes crimes contra a economia nacional.

Não foi de estranhar que se seguisse um maior controlo sobre os bens, tentando privar a generalidade dos agricultores e comerciantes de realizarem bons negócios num período de muita procura e de pouca oferta. Restar-lhes-ia satisfazerem-se com os preços tabelados pelos respectivos organismos de coordenação económica.

Outro dos constrangimentos que ajustou os interesses dos agricultores foi o preenchimento dos manifestos de produção, a entregar junto dos respectivos Grémios ou então às administrações concelhias, entidades que geralmente forneciam os impressos e que também ajudavam no seu preenchimento. Convém realçar que a maior parte dos declarantes não sabia ler e escrever. Não obstante o reforçado controlo, continuaram a surgir queixas, por vezes anónimas: “Tem-se notado na nossa região falta de alguns géneros, como arroz e açúcar, não obstante todos os esforços desenvolvidos pelas autoridades”⁹. Outras vezes, as denúncias eram feitas pelas autoridades locais, como narra o seguinte telegrama: “Situação angustiosa. Todo o concelho [Sabugal] falta absoluta géneros alimentícios. Rogo providências.”¹⁰ Os cidadãos, impotentes face à falta de géneros, solicitavam a intervenção do representante do poder central mais próximo, o Governador Civil, para que este desse conta junto dos organismos de coordenação económica e do Governo da calamitosa situação em que viviam, de modo

⁶ Circular do Ministério do interior, Direcção Geral de administração política e civil, 18 de Setembro de 1941, *Arquivo Distrital da Guarda, Fundo do Governo Civil da Guarda, Circulares Recebidas, cx.109.*

⁷ Redacção, “Abusos a corrigir”, *A Guarda*, 6 de Junho de 1941, p.2.

⁸ Redacção, “Medidas urgentes”, *A Guarda*, 27 de Junho de 1941, p.2.

⁹ Redacção, “Géneros alimentícios”, *A Guarda*, 26 de Setembro de 1941, p.2.

¹⁰ Telegrama do Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, 22 de Outubro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida da 2ª Secção, cx. 202.*

a serem tomadas as diligências necessárias para a sua resolução. A falta de uma entidade nacional que gerisse e fiscalizasse todo este complexo esquema do abastecimento das populações penalizava gravemente o Estado e os consumidores.

Em 1942 foram criadas as Comissões Reguladoras do Comércio Local (CRCL), que tinham como missão “a) Informar sobre as existências de produtos e sobre as necessidades das populações; b) Regular a sua distribuição e consumo dentro dos concelhos;”¹¹. Esta foi uma tentativa de simplificar e adequar as decisões governativas às diversas realidades regionais, uma vez que estes organismos eram compostos por representantes de autoridades locais (Câmaras Municipais, Grémios e personalidades escolhidas pelos Governadores Cívicos). Porém, a acção das CRCL acabou por ser condicionada pelo agravamento da situação económica mundial e portuguesa, dando origem a pedidos de medidas mais severas sobre o controlo dos géneros.

Segundo um articulista do periódico *A Guarda*, não “quis o Governo entrar no caminho do racionamento, preferindo confiar na inteligência do país e esperar que ele, colaborando com as medidas tomadas, assegurasse a ordem económica e a justa distribuição dos produtos. Verifica-se, porém, que o país se recusa a colaborar na sua própria salvação”¹². O racionamento da gasolina já era uma realidade desde Agosto de 1941 e, em alguns concelhos, apesar de não existirem indicações do Governo nesse sentido, foram implementadas limitações ao consumo dos bens que tinham maior procura como o açúcar, o bacalhau e o arroz. Isso verificou-se nos concelhos de Elvas e Campo Maior ainda durante o ano de 1941; no primeiro semestre de 1942 em Monção, Viana do Castelo, Braga, Espinho, Vila Real, Castelo Branco, Santarém e Faro, (Rosas, 1996:286), Sabugal, Guarda, Trancoso, Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Pinhel¹³.

De salientar é a disparidade que existia nas quantidades de géneros atribuídas apesar da proximidade entre os concelhos. Veja-se o caso do açúcar, que em Celorico da Beira correspondia a 1200 g por mês e por habitante, enquanto em Aguiar da Beira na melhor das hipóteses seriam 560g¹⁴. A extensão oficial do racionamento ao resto do país só se dará nos finais de 1943, após a criação da Intendência Geral dos

¹¹ Cfr., *COLP*, Portaria nº 9:996 de 9 de Janeiro de 1942, 1º Semestre de 1942, p.9.

¹² Anónimo, “Porque faltam os géneros e encarecem os que se vendem?”, *A Guarda*, 30 de Janeiro de 1942, p.2.

¹³ Respostas das várias Câmaras Municipais ao inquérito sobre o consumo enviado pelo Governo Civil da Guarda, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx.206*.

¹⁴ *Idem*.

Abastecimentos (IGA), organismo que irá “dirigir a acção das entidades encarregadas do aprovisionamento, armazenagem e distribuição das matérias-primas e produtos ou incumbidas de manter a disciplina da circulação e dos preços.”¹⁵ Este organismo teve delegações concelhias espalhadas pelo país, coexistindo simultaneamente com as antigas CRCL, o que deu origem a conflitos entre as duas entidades. Foi no sentido de terminar com possíveis confusões que se autorizou a substituição das CRCL por delegações da IGA¹⁶, ao mesmo tempo que se relembrou a hierarquia vigente¹⁷. Para o bem e para o mal, as Comissões eram compostas por autoridades e personalidades locais, que talvez fossem mais zelosas para com os interesses concelhios.

Com a criação da IGA, o aparelho regulador da economia de guerra nacional estava completo. Esta poderosa e por vezes disfuncional máquina administrativa irá continuar a funcionar, contrariando todas as expectativas, após o fim da guerra. De salientar, ainda, que a organização foi chefiada inicialmente pelo Major António Baptista, que acabou por ter nos seus quadros figuras destacadas do regime como o Major Silva Pais, o qual, após uma passagem pela PSP, em 1943, viria a “chefiar o Serviço de Fiscalização da Intendência Geral de Abastecimentos” (Pimentel, 2008:256). Mais tarde, já em 1962, ocuparia as funções pelas quais foi mais conhecido, a chefia da Polícia Internacional de Defesa do Estado, segunda versão da polícia política do Estado Novo.

O fim do conflito em 1945 não se traduziu numa melhoria imediata das condições de abastecimento das populações. O ano de 1946 e parte de 1947 foram marcados por um agravamento dos constrangimentos sobre a população portuguesa, salientando-se a obrigatoriedade de “guias de trânsito para a circulação ou transporte de quaisquer produtos ou mercadorias.”¹⁸ Contudo, face às crescentes críticas internas e externas de que o regime era alvo, foi necessário agir no sentido de assegurar a reprodução da “ordem social” que começava a ser posta em causa. As greves operárias e rurais entre 1942 e 1945, o recrudescer da actividade do Partido Comunista Português, a que se juntou, no pós-guerra, o Movimento de Unidade Democrática, obrigaram à tomada de medidas que apaziguassem a conturbada situação social.

Portugal, que dispunha de avultadas reservas de divisas em virtude de uma balança comercial favorável (1941-1943) – fruto das excepcionais exportações de

¹⁵ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1943, Decreto-lei nº 32:945 de 2 de Agosto de 1943, p. 40.

¹⁶ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1944, Portaria nº 10:697, de 5 de Julho de 1944, p.7.

¹⁷ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1944, Decreto-lei nº 10:803, de 22 de Dezembro de 1944, p.562.

¹⁸ Cfr., *COLP*, 1º Semestre de 1947, Decreto-lei nº 36:104, de 18 de Janeiro de 1947, p.24

volfrâmio, conservas de peixe, entre outros produtos – vai adoptar, temporariamente, uma política massiva de importação de bens de consumo. Conseguia-se, assim, a desvalorização dos “stocks de bens açambarcados, obrigando-os a acorrer ao mercado antes que a queda dos preços acentuasse ainda mais a sua depreciação, “esvaziando-se” assim o “mercado negro”; aumentava, por essa forma, a oferta de bens sobre a sua procura, originando, com o prosseguimento dessa política, uma tendência deflacionária” (Rosas, 2000:219). Face à sobrevivência do regime, o custo das medidas que assegurara a baixa de preços e o dismantelar do mercado negro era insignificante.

2.3- Economia de Guerra e impactos sociais

O Estado Novo foi um regime fascista, que usou do controlo e da repressão sobre a população para se manter ao longo de mais de 40 anos no poder. Após a sua institucionalização em 1933, uma das suas principais preocupações passou pela criação de “um corpo centralizado e especializado de informação e repressão política, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE)” (Rosas, 1998:246). A Europa dos anos 30 vivia tempos agitados, quer em termos económicos e sociais com os efeitos da Grande Depressão, quer politicamente com os movimentos extremistas de direita e esquerda que pululavam um pouco por todo o lado. O Estado Novo e o seu principal ideólogo, António de Oliveira Salazar, chegavam ao poder com a promessa de salvarem o país das terríveis condições económico-financeiras em que este se encontrava. Como já foi referido, uma das grandes preocupações do antigo professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra era a de assegurar os géneros alimentícios à população, sobretudo às camadas mais desfavorecidas, a famosa “Questão das subsistências”.

A Guerra Civil de Espanha e o correspondente “perigo comunista”, obrigara a um maior nível de alerta por parte do aparelho repressivo do regime, grau reforçado com o eclodir do segundo conflito mundial. A partir desse momento, Portugal viverá num clima de economia de guerra. Apesar de se ter declarado neutral, também sofreu com os constrangimentos provocados pelo conflito. A escassez e o elevado preço de muitos bens essenciais obrigaram a um maior controlo das autoridades para impedir a agitação social e um eventual derrube do regime.

Face aos blocos em contenda e tendo em conta a experiência passada pelo país durante a Grande Guerra (1914-1918), cujos resultados para a economia e para a população portuguesa não foram os melhores, o Estado Novo decidiu adequar o Código Penal ao período excepcional que se iria viver com a publicação do Decreto-Lei nº 29:964, de 10 de Outubro de 1939. Aí definiam-se os crimes de açambarcamento – “ocultar as suas existências de mercadorias ou produtos ou que se recuse a vendê-las segundo os usos normais da actividade agrícola, industrial ou comercial e ao preço corrente no mercado”¹⁹ –, e especulação “alterar ou tentar alterar os preços que do regular exercício das actividades económicas ou dos regimes legais em vigor

¹⁹ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, Decreto-lei nº 29:964, 10 de Outubro de 1939, p.1069.

normalmente resultariam para as mercadorias ou valores ou vender ou tentar vender por preços superiores aos que estiverem legalmente fixados.”²⁰

As multas para o primeiro delito seriam em função da mercadoria açambarcada, mas nunca deveriam ser inferiores a 500\$00. A especulação seria punida com uma multa entre os 500\$00 e 100.000\$00 e, em caso de reincidência, acrescentar-se-ia à pena pecuniária a suspensão da actividade assim como o desterro, no Continente ou Ultramar, num período entre seis meses a seis anos. A fiscalização dos delitos ficava a cargo de inúmeras entidades – “autoridades judiciais, administrativas, policiais e fiscais, membros da Legião Portuguesa, funcionários da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas”²¹ –, facto gerador de alguma entropia devido à rivalidade e conflitualidade criada entre os diversos organismos e que só será minorada com a criação da IGA em 1943.

Os processos dos crimes acima mencionados tramitariam pelos Tribunais das respectivas comarcas, à excepção dos de Lisboa e Porto, que passariam para a alçada do Tribunal Militar Especial, criado logo no dealbar do Estado Novo²². A chamada dessa instituição ao processo era uma prova evidente da seriedade com que os crimes económicos passariam a ser encarados pelo Estado. Numa altura de graves dificuldades económicas não poderia haver tolerância para com comportamentos sociais egoístas que punham em causa a colectividade e a “integridade territorial da Nação”²³. Contudo, a intervenção do TME só se alastrará a todas as comarcas do país a partir de 1942²⁴, com o adensar dos efeitos da guerra e a crescente necessidade de atacar seriamente o açambarcamento e a especulação.

Os efeitos destes dois fenómenos faziam-se sentir cada vez mais no dia a dia das populações, quer com as constantes faltas de géneros, quer com a escalada dos preços. A situação era tal que ainda no mesmo ano o Governo agravava as penalizações dos mesmos crimes, acrescentando seis meses de prisão à pena pecuniária, cujo valor máximo passava para os 300.000\$00²⁵. A fiscalização também foi alargada, com a

²⁰ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, Decreto-lei nº 29:964, 10 de Outubro de 1939, p.1069.

²¹ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, Decreto-lei nº 29:964, 10 de Outubro de 1939, p.1069.

²² Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, Decreto-lei nº 23:203, 6 de Novembro de 1933, p.359.

²³ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1939, Decreto-lei nº 23:203, 6 de Novembro de 1933, p.359.

²⁴ Cfr., *COLP*, 1º Semestre de 1942, Decreto-lei nº 31:840, 7 de Janeiro de 1942, p.6

²⁵ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1942, Decreto-lei nº 32:086, 15 de Julho de 1942, p.423.

generalização do regime das guias de trânsito à “circulação ou transporte de quaisquer produtos ou mercadorias.”²⁶

A acção do TME ficará formalmente concluída com a sua extinção já após o fim da guerra, em Outubro de 1945²⁷, apesar da continuação e até do recrudescimento dos crimes económicos que combatia. Essa foi a razão que levou Daniel Barbosa, na sua breve passagem pelo Ministério da Economia, a dar um maior enfoque à maior fiscalização e repressão já que “em Janeiro de 1948, anuncia, desde a sua entrada para o Governo, a abertura de 7000 processos judiciais por delitos antieconómicos, mais de 2000 outros em averiguações, 1000 prisões e detenções várias dezenas de milhares de contos em multas e cauções” (Rosas, 2000:133). Uma tal atitude do governante acabou por não recolher o apoio das camadas mais favorecidas da população, que de algum modo foram atingidas com aquelas medidas.

A missão da justiça durante o período em causa recaiu mais na dissuasão do que na condenação efectiva dos prevaricadores. Se, por um lado, as forças da lei não se mostravam muito empenhadas na perseguição destes crimes, por outro, quando os arguidos chegavam à barra dos Tribunais, poucos eram condenados. Mesmo os que chegaram a ser condenados recebiam sentenças muito leves tendo em conta a gravidade abstracta e as implicações sociais das actividades de especulação e contrabando.

A aparente benevolência das autoridades não foi exclusiva do Estado português. Até no Reino Unido, que vivia sob condições económicas mais complicadas e onde os efeitos do crime económico se reflectiam mais rapidamente na população, a justiça também foi branda. Estudos realizados mostraram que “looting from bombed premises was in theory punishable by death or penal servitude for life, but at no time were such draconian sentences imposed. What happened, as more and more cases came up, was a tendency away from the leniency of probation orders towards deterrent sentences of five years in prison” (Mackay, 1999:109). Encontram vários processos deste género, no Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, consultados no Arquivo Distrital da Guarda e dizendo respeito a delitos anti-económicos e correcionais. Em várias ocasiões os arguidos foram absolvidos, sujeitos a pequenas penas pecuniárias ou ao confisco dos bens apreendidos, não sem antes lhes ser efectuado o pagamento dos mesmos mas tendo em conta o valor tabelado.

²⁶ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1942, Decreto-lei nº 32:086, 15 de Julho de 1942, p.423.

²⁷ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1945, Decreto-lei nº 35:044, 20 de Outubro de 1945, p.222.

A complacência demonstrada pelo Estado face aos fenómenos criminais da economia de guerra era sinal de uma anuência officiosa do poder central, que não tinha meios humanos e materiais para exercer uma correcta fiscalização; sobretudo, que não tinha legitimidade moral para punir as populações, as quais se limitavam a fazer em pequena escala o que o Estado praticava massivamente.

Segundo António Ribeiro dos Santos (1999:289), nos anos 40, o número de efectivos da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) rondava os 12.000 homens segundo. Estas mesmas forças gozavam de uma reduzida mobilidade, pois os principais meios de transporte da G.N.R. continuavam a ser os solípedes, enquanto que a PSP, em 1937, contava apenas com 39 veículos motorizados, como destaca João Cosme (2006:149). Porém, tal realidade não era exclusiva das forças policiais, já que no período da II Guerra Mundial a autoridade mais importante do Distrito da Guarda, o seu Governador Civil, não contava com um veículo para as suas deslocações, necessitando de fretar um automóvel para o seu serviço oficial.

A questão moral da fiscalização e repressão da criminalidade relacionada com os fenómenos originados pela economia de guerra, raramente terá sido encarada dessa maneira por parte dos governantes. As leis eram severas, mas a sua implementação no terreno e posterior execução nos Tribunais ficaram muito aquém por culpa dos intérpretes institucionais. Não menosprezando o lado mais altruísta que alguns homens decerto terão tido, a verdade é que a preocupação do Estado passava por manter a paz social, evitando as revoltas populares frequentes em algumas localidades portuguesas e até na vizinha Espanha: “mayo de 1946 en Alcoy, donde “cien” mujeres ocuparon el Ayuntamiento protestando por la forma en que se estaban distribuyendo los artículos correspondientes a los cupones-prima (establecidos para remediar en parte a las clases más desasistidas), alegando que los alimentos eran insuficientes y se expedían a un precio superior al de los puestos librés” (Moreno Fonseret, 1990:928). Todavia, parte da explicação para aquela benevolência terá estado na avareza. O simples desejo de enriquecer também corrompeu as pequenas e grandes rodas dentadas dos sistemas político-administrativo e judicial.

A indulgência e as interpretações mais suaves da Lei justificaram-se pela participação no contrabando e na especulação por parte dos próprios funcionários encarregues da regulação e fiscalização dessas mesmas actividades, como dava conta uma notícia da época: “As faltas [de géneros] não são, por isso, devidas à defeituosa ou

insuficiente organização da distribuição, mas ao espírito de usura, de ganância e à falta de fiscalização. As autoridades locais para esse e outro, efeitos... não existem. Às vezes são elas as maiores culpadas na falta dos géneros e das causas que o determinam.”²⁸ As queixas, dadas à estampa pelos jornais, eram corroboradas com informações apresentadas ao Governador Civil da Guarda pela V Brigada da Repressão e Fiscalização da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios, onde se acusavam Regedores, Presidentes de Junta de Freguesia²⁹, membros das Câmaras Municipais³⁰ e até representantes do poder central, de estarem envolvidos em actividades que punham em causa a economia nacional³¹.

Por outro lado, as autoridades policiais não faziam tudo o que estava ao seu alcance, como vigiar as zonas de contrabando durante a noite. “Segundo informação fidedigna durante a noite saem do Souto [Sabugal] dezenas de cargas de géneros com destino a Espanha: Seria conveniente que se determinasse a Guarda Nacional Republicana actuasse no sentido de se evitar tal estado de coisas. Bastava que a G.N.R. posto do Souto fosse encarregada de patrulhar durante a noite com a missão de apreender todos os carregos de géneros alimentícios com destino a contrabando.”³² Já a um nível superior, nos Tribunais, o desenlace dos processos também não indicava um grande afã na repressão daqueles tipos de crime.

A análise de vários processos do TJCG entre 1945 e 1947, suscita dúvidas sobre o real interesse do Estado em condenar os prevaricadores. Na II Secção de Crime daquele Tribunal deram entrada, no período temporal acima referido, duzentos e oitenta processos, dos quais doze diziam respeito a delitos anti-económicos e que resultaram em quatro condenações e oito absolvições. Porém, o mais interessante não é tanto conhecer os números mas sim os factos dos processos.

Os delitos que deram origem às condenações deveram-se à falta do manifesto das colheitas, comércio ilícito de cereais, viciação de mapas de consumo e falta de guias de trânsito. Já nos processos que acabaram em absolvição, encontramos quatro acusações por falta de guias de trânsito, três por não terem manifestado as colheitas e uma por especulação. Analisando os processos, verificamos que as provas apresentadas nas queixas por falta de guias de trânsito para a circulação das mercadorias e nas

²⁸ P.R., “Distribuição de géneros”, *A Guarda*, 22 de Janeiro de 1943, p.3.

²⁹ Cfr. Anexo II.

³⁰ Cfr. Anexo III.

³¹ Cfr. Anexo IV e V.

³² Carta do Presidente da Câmara do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 10 de Abril de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida das Câmaras Municipais pela 1ª Secção*, cx. 188.

referentes à falta do manifesto das colheitas, não eram assim tão diferentes para terem dado origem a decisões opostas por parte do Tribunal no mesmo período cronológico.

No processo nº2³³, o arguido é acusado pelo funcionário dos Serviços de Inspeção do Instituto Nacional do Pão (INP) de não ter apresentado, no dia 19 de Janeiro de 1945, o manifesto da colheita de milho que justificasse a quantidade de cereal (500kg) encontrado na sua habitação aquando da realização de uma busca. Essa falta resultou na condenação do arguido.

Em Fevereiro do mesmo ano, dava entrada no Tribunal um outro processo o, nº7, resultante de uma outra investigação, feita por um funcionário dos mesmos serviços e que também encontrou a mesma quantidade de milho (500kg), assim como mais 193 kg de centeio por manifestar. No decorrer do julgamento, o arguido alegou em sua defesa que “procurou os impressos no Grémio da Lavoura e lá lhe disseram que estavam esgotados”³⁴, informação suficiente para absolver o arguido.

Já no processo nº8, o arguido foi acusado por um agente da Secção da PSP encarregue da luta contra o açambarcamento e especulação de transportar cereais sem as respectivas guias de trânsito, pois aquelas que apresentou no momento da busca estavam viciadas. No julgamento, o magistrado considerou os actos como não provados, optando pela absolvição do arguido, pagando o Estado o valor do cereal apreendido pelo preço em vigor na tabela. Um outro caso, o processo nº2525³⁵, referente a uma situação idêntica à acima mencionada e presenciada por um agente da PSP e outro dos serviços de fiscalização da Comissão Reguladora das Moagens em Ramas (CRMR), resultou na condenação do acusado, sentenciado ao pagamento de uma multa pecuniária que inicialmente era de 385\$70 mas que passou para 130\$00.

É com alguma estranheza que, após ter estudado os processos e tomado conhecimento dos factos lá apresentados, se observam as decisões tomadas pelo Tribunal, pois não se compreende como é que face a delitos iguais e com provas tão semelhantes as decisões acabaram por ser diferentes. Há ainda outras sentenças que adensam este sentimento. Ainda no fundo documental daquela Comarca encontrei nos

³³ Processo nº2, ADG, *Fundo do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, II Secção Crime, Processos Correccionais, Mç.78.*

³⁴ Processo nº7, ADG, *Fundo do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, II Secção Crime, Processos Correccionais, Mç.78.*

³⁵ Processo nº2525, ADG, *Fundo do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, II Secção Crime, Processos Correccionais, Mç.79.*

Corpos de Delito, I Secção, quatro processos³⁶ catalogados como de *Delitos Anti-Económicos*, ocorridos entre os finais de 1945 e o início de 1947. Estes processos diziam respeito a crimes de especulação e falta de guias de trânsito para a circulação das mercadorias. Destes processos não resultou nenhuma condenação e o Juiz justificou as suas decisões sempre com o mesmo artigo, o vigésimo quinto do Decreto-Lei nº 35.007, de 13 de Outubro de 1945, que dizia o seguinte: “Se se verificar não ter havido crime, ou estar extinta a acção penal, ou se houver elementos de facto que comprovem a irresponsabilidade do arguido, o Ministério Público abster-se-á de acusar, declarando nos autos as razões de facto ou de direito justificativas.”³⁷ Contudo, o mais estranho foi o facto de que em dois dos casos referidos, aqueles respeitantes à falta de guias de trânsito, os arguidos, apesar de serem absolvidos, foram privados da mercadoria sem sequer receberem a respectiva compensação, ao contrário do que acontecera anteriormente.

A flexibilidade da Lei e das suas forças policiais era notória, como o relata uma queixa do TME para com a actuação da PSP da cidade da Guarda. Aparentemente, os agentes daquela corporação efectuaram uma operação de fiscalização onde interceptaram várias caixas de sabão sem guias de trânsito que foram apreendidas. No entanto, o Tribunal alegava que o processo do caso não fora tratado e organizado convenientemente, sobretudo na questão da pena, procurando agora saber “em que Lei foi baseada a arbitragem da multa de mil escudos ao réu, quando esta era muito superior”³⁸. A acentuar as dúvidas sobre a actuação das forças policiais estão os relatos de alegadas apreensões que não davam entrada nos registos, onde o detido ficava com umas nódoas negras e sem os bens entretanto apreendidos ilegalmente.

O cuidado com que o poder judicial tratava alguns destes casos talvez seja explicado com as estranhas ligações que existiam entre membros do poder e alguns destes crimes contra a economia de guerra. Tal parece ser a situação que envolveu o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Ilídio Soares de Vilhena. Em Abril de 1944 dava entrada no Governo Civil da Guarda o pedido de informações para uma sindicância que investigava os actos daquele cidadão enquanto Vice-Presidente do município e antigo funcionário da FNPT. O processo teve origem

³⁶ Processos nº1932, 1936, 1940 e 1952, ADG, *Fundo do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, I Secção Crime, Processos Correccionais, Mç.39.*

³⁷ Cfr., COLP, 2º Semestre de 1945, Decreto-Lei nº35:007 de 13 de Outubro de 1945, p.188.

³⁸ Queixa do Tribunal Militar Especial, 3 de Dezembro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx. 206.*

numa queixa por parte de um quadro intermédio do Ministério da Economia em serviço na Delegação da IGA.

O autarca era acusado de ter relações privilegiadas com um dos principais contrabandistas da região, António Romão, que tinha um “largo cadastro nos Tribunais Militares Especiais”³⁹. A ligação entre os sujeitos chegava ao ponto de o contrabandista ter na sua posse um caderno de talões de guias de trânsito, factos que o próprio Governador Civil confirmava, acrescentando que “o referido Romão empregaria [o caderno das guias] a seu beltalante [sic] para cobrir géneros que se encaminhavam para a fronteira e daí, clandestinamente, para Espanha, praticando assim um crime contra a economia nacional.”⁴⁰ Também afirmava que o edil não teria implementado um sistema de racionamento no concelho, que a distribuição dos géneros estaria a ser feita atrabiliariamente por homens da sua confiança. Finalmente, Ilídio de Vilhena era ainda acusado de ter feito especulação na venda de suínos e, como funcionário da FNPT, compactuado com a falsificação da pesagem de cereais.

Do extenso rol de acusações foram extraídas duas queixas. Uma de extorsão de dinheiro, supostamente 4630\$00⁴¹, através da ameaça de denúncia às autoridades de delitos cometidos pelos extorquidos. A outra por ter auferido avultados lucros num negócio de suínos que mediou por intermédio de um funcionário do município. No processo consultado não é mencionada qualquer decisão judicial relativa ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Detectou-se no entanto uma nova exposição à Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, que posteriormente foi remetida ao Governador Civil da Guarda. O seu autor era novamente Abel Henriques, responsável pelas queixas iniciais, que clamava pela urgência de uma decisão judicial: “É indispensável que se esclareça se o signatário [ele próprio] é um caluniador, um difamador, e então se chame aos Tribunais para prestar contas do seu acto ou se, ao contrário, é uma pessoa honrada”⁴². O queixoso acrescentava ainda que a falta de uma decisão residia no apoio dado pelo Presidente da Câmara daquele município e por um deputado da Assembleia Nacional, o Dr. Luiz Maria Lopes da Fonseca, aparentemente o protector de todas as pessoas ligadas àquele

³⁹ Sindicância ao vice-presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*, cx. 118.

⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴¹ *Idem, ibidem.*

⁴² *Idem, ibidem.*

processo. A verdade é que, apesar dos factos levantados pela sindicância, nada aconteceu.

As ligações suspeitas entre o poder e os “fenómenos paralelos” da economia de guerra não foram um exclusivo nacional. Também na vizinha Espanha tal sucedia, apesar do opressivo recém-criado regime franquista e da sua aparentemente severa “vigilância moral”. Disso dava conta um relato do Governador Civil de Alicante nos anos da guerra: “ El problema de los estraperlistas [contrabandistas] es pavoroso y en un mismo día me he obligado, como Gobernador Civil, a destituir y encarcelar a cuatro alcaldes y numerosos afiliados al Partido [...]. (Otro) problema pavoroso es la falta de hombres capacitados y con moral política para desempeñar cargos directivos. El afán de enriquecerse estraperleando es general y me obliga a tomar medidas draconianas” (Moreno Fonseret, 1994:164).

Por Portugal, os sinais do poder central não indicavam uma grande preocupação em perseguir e condenar os delitos contra a economia de guerra nacional. Em Setembro de 1941, o Governador Civil da Guarda era obrigado a apelar ao Inspector-Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas para que mantivesse o chefe da Brigada de Repressão e Fiscalização da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios naquelas funções, pois “desde de 2 de Julho [de 1941] foram já três os funcionários que desempenharam tal cargo, donde resulta que são substituídos exactamente quando começam a estar em condições de bem desempenhar as suas funções, pelo conhecimento da região e dos elementos necessários à sua actuação”⁴³.

Os motivos para tão intensa rotatividade no cargo ficam por explicar, deixando no ar se haveria ou não um verdadeiro interesse no bom funcionamento daquele organismo, sobretudo numa zona fronteiriça tão exposta ao contrabando. O interesse do Estado em combater estes fenómenos também era alvo de análise por parte de um autarca do Sul do país, neste caso numa comunicação do Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa ao Governador Civil de Évora. Referir que “a continuar o estado de amolecimento cerebral em que vegeta a Guarda Fiscal, todos nos chegamos a convencer que o desejo de repressão é só para inglez ver, pois ninguém se convence que portugueses e espanhóis andem a passar pela fronteira carregados de géneros desde que

⁴³Carta enviada pelo Governador Civil da Guarda ao Inspector-geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, 1 de Setembro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Expedida pela I Secção*, cx. 175.

a Guarda fiscal tenha contra isso a necessária determinação” (Freire, Rovisco e Fonseca, 2009:243).

2.3.1-Tribunal Militar Especial

O corpo legal deste organismo foi estabelecido aquando do nascimento oficial do regime, logo em 1933, compartilhando o aniversário com outra estrutura que irá marcar profundamente o Estado Novo, a PVDE/PIDE/DGS. O regime ditatorial aproveitou as bases dos Tribunais Militares Territoriais para progressivamente ir alargando a sua esfera de influência aos então designados delitos políticos e sociais. Foi este Tribunal que deu o julgamento de inúmeros processos de crimes anti-económicos praticados durante o período da II Guerra Mundial, os quais do âmbito passaram a fazer parte do âmbito de intervenção dos TME a partir de Junho de 1941⁴⁴. Num universo de 7494 processos que deram entrada neste Tribunal, 3437 diziam respeito àquele tipo de crimes verificados entre 1939 e 1945. Infracções como o açambarcamento, o contrabando, e a especulação, mais do que serem uma afronta contra a economia, eram consideradas atentados contra o Estado, uma vez que podiam, em caso extremo, pôr em causa a sua soberania.

A sede do Tribunal funcionou em Lisboa, mas ocorriam julgamentos em outras cidades de Portugal continental. À frente daquele órgão ficavam “dois oficiais superiores (do Exército ou da Armada)” (Rosas, 2009:46) e um Juiz Auditor, o único a quem era exigido que o fosse *de jure* e não só de nome. A celeridade do tratamento processual era, no plano formal, uma das principais características do funcionamento do TME, pois como “os autos tinham a força de corpo de delito, o presidente despachava o processo em 24 horas” (Rosas, 2009:40). O réu tinha entre três a oito dias para elaborar e preparar a sua defesa, a qual, uma vez terminada, seria posta à prova em julgamento no espaço de cinco dias. A presença do arguido não era obrigatória para o prosseguimento dos trabalhos.

Já no terreno, não se verificou essa diligência na tramitação dos processos e os prazos foram-se perdendo nas teias do tempo. A maior parte dos arguidos por crimes políticos acabou por estar presa a aguardar julgamento mais de duzentos dias, havendo casos em que a espera superou os cinco anos. O carácter pouco rigoroso do TME

⁴⁴ Cfr., *COLP*, 1º Semestre de 1941, Decreto-Lei nº 31:328, de 21 de Junho de 1941, p.361.

também se percebe no desenlace tido pela maioria das acusações formuladas, uma vez que “só 3975 dos mais de 10 000 processos constituídos atingem a fase de julgamento” (Rosas, 2009:282). É verdade que os detidos que aguardavam a ida à barra do Tribunal acabavam por cumprir, sem enquadramento legal, a pena a que eram, ou a que nunca chegaram a ser condenados, esvaziando de substância o “pormenor” da sentença.

O eventual laxismo da justiça ou, quiçá, a excessiva repressão exercida pelas forças policiais, contribuiu para que houvesse um baixo número de condenações nos arquivados acusados de crimes que deram entrada nos TME entre 1933 e 1945. Tal é comprovado com a análise que feita em Tribunais Políticos. *Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura do Estado Novo*, pois numa “amostra de 5588 réus, 48% são condenados e mais de metade são despronunciados (784), absolvidos (1264) ou amnistiados (851)” (Rosas, 2009:282). Podemos, assim, afirmar que o período da II Guerra Mundial foi propício, em virtude da situação que o país viveu, a um intenso exercício da autoridade por parte das forças policiais que, muitas vezes de um modo discricionário, acabaram por arrastar os Tribunais cidadãos inocentes ou supostamente réus por infracção de natureza não criminal. Esse facto é corroborado pela redução significativa do movimento nos Tribunais Plenários Criminais, que substituíram em 1945 o Tribunal Militar Especial.

Os Tribunais Plenários Criminais foram criados após o fim da guerra, num momento em que o regime sofria pressões internas e externas no sentido de serem feitas “reformas democráticas”. O bloco político com o qual o Estado Novo tinha muitas afinidades acabara de ser derrotado. A Itália, a Alemanha e o Japão capitularam, resistindo, apenas alguns regimes ditatoriais de direita com destaque para Portugal de António de Oliveira Salazar e para a Espanha de Francisco Franco. Por outro lado, quem tinha triunfado haviam sido os regimes demoliberais e democráticos, com a excepção da União Soviética, que aproveitavam a oportunidade para pressionar os países que tinham colaborado com o Eixo. O Presidente do Conselho, para apaziguar os ânimos internacionais e pôr fim ao avanço interno do PCP, principal dinamizador das ondas grevistas dos anos de 1943 e 1944, prometeu efectuar algumas mudanças no sentido de um maior pluralismo político. À promessa de eleições livres seguiu-se a extinção do TME em Novembro de 1945 e, inclusive, a promulgação de uma amnistia que abarcava “todos os crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, com

excepção dos atentados pessoais, dos crimes de rebelião armada e dos que tomaram a forma de terrorismo político” (Rosas, 2009:98).

Apesar das promessas e das mudanças de nome – a PVDE passou a Polícia Internacional de Defesa do Estado –, o carácter repressivo e autoritário do regime manteve-se, manifestando-se nas eleições de Novembro de 1945 com a perseguição movida aos elementos do recém criado Movimento de Unidade Democrática. Como acima se referiu, o frenesim processual nos novos Tribunais Plenários não foi tão intenso como o registado durante a guerra.

2.3.2-Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios

O TME era coadjuvado pela acção de um outro organismo, o Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios (TCGA), cuja génese remonta aos últimos anos da Ditadura Militar, mais concretamente a 5 de Setembro de 1931. A sua criação acabou por ser uma consequência do funcionamento dos serviços da Inspeção-Geral dos Serviços de Fiscalização de Géneros Alimentícios (SFGA), nascidos um ano antes e que funcionavam junto da Intendência Geral da Segurança Pública. Esta instituição controlava “toda a substância ou preparado que se use como alimento ou bebida humana, à excepção das drogas medicinais, bem como toda a substancia que se utilize na preparação ou faça parte da composição dos alimentos humanos, compreendendo os condimentos.”⁴⁵.

O controlo deste vasto universo era exercido pelos respectivos funcionários da Inspeção-Geral dos SFGA, assim como as autoridades policiais (GNR e PSP), podendo ainda, em caso de necessidade, ser ajudadas nas suas diligências por outros funcionários públicos como técnicos de pecuária e de saúde. Tais especialistas seriam muito úteis na análise das peritagens que o serviço fazia aos géneros alimentícios nos seus laboratórios e que também deveriam ser realizadas, a um nível regional, junto do Comando das forças da ordem em cada distrito. Enquanto isso, funcionaria junto dos serviços centrais daquela entidade em Lisboa um laboratório-escola que, para além de dar apoio às análises que recebia dos diversos pontos do país, ocupava a sua actividade com a instrução dos agentes encarregues da fiscalização.

⁴⁵ Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1931, Decreto-Lei nº 20:282, de 5 de Setembro de 1931, p.497.

A intervenção do TCGA tinha lugar quando estivessem em causa produtos falsificados (adulterados na sua constituição mas que não colocavam em causa a saúde pública), produtos avariados (impróprios para consumo devido à acção do tempo ou outra), produtos alterados (manipulados de tal modo que colocavam em risco a saúde) e finalmente, produtos corruptos que em virtude do seu avançado estado de decomposição e que não podiam ser consumidos. Os prevaricadores, após terem decorrido todas as diligências da investigação – que passavam pela imprescindível recolha de amostras dos produtos alvo do processo –, teriam que preparar a sua defesa e apresentá-la junto do TCGA. O Tribunal em causa funcionava em Lisboa e, como o próprio nome indica, tinha vários elementos, sendo presidido pelo Intendente-Geral da Segurança Pública, coadjuvado por um Juiz Auditor e um oficial superior do Exército ou da Armada.

O crime de falsificação era o que merecia uma maior punição, com uma multa que devia ser vinte vezes a do valor do produto normal e nunca inferior a 5000\$00. Caso a falsificação fosse realizada com produtos que colocassem em causa a saúde pública, então os valores podiam atingir respectivamente o dobro e o triplo das quantias mencionadas anteriormente. O crime com produtos avariados, alterados ou corruptos era punido com menor vigor, podendo o comerciante ser obrigado a um pagamento que perfizesse dez vezes o preço normal dos produtos mas nunca inferior a 500\$00. A reincidência neste tipo de crime podia, para além de uma duplicação do valor da multa a pagar, acarretar numa segunda ocasião o encerramento definitivo do respectivo estabelecimento comercial.

Ainda no que toca à documentação examinada sobre a Guarda e acerca dos crimes anti-económicos, não se encontraram nos processos consultados referências ao TCGA durante o período da II Guerra Mundial. Tal facto indicia que houve poucos casos ou, então, que foi feita uma centralização em Lisboa de toda a acção daquele organismo. Provavelmente, a explicação residirá na última hipótese colocada, tanto mais que a legislação que enquadrava aquele tipo de crimes favorecia a denúncia, pois previa que 25% do valor das multas revertissem para “os autuantes, participantes ou descobridores”⁴⁶.

⁴⁶Cfr., *COLP*, 2º Semestre de 1931, Decreto-Lei nº 20:282, de 5 de Setembro de 1931, p.497.

3- A Guerra e a questão dos “géneros” no distrito da Guarda

3.1-Realidade Local

O distrito da Guarda localiza-se no interior do território continental de Portugal, fazendo fronteira a sul com o distrito de Castelo Branco, a norte com o de Bragança, a oeste com o de Viseu e a este com Espanha. A sua orografia é marcadamente montanhosa pois a sua região está inserida na Meseta Ibérica. É lá que se encontra a maior montanha continental portuguesa, a Serra da Estrela. O relevo acaba por ser um dos principais condicionantes do modo de vida e das relações que se estabelecem entre as suas populações. Por um lado, as serranias entravavam as benéficas e húmidas influências que o Oceano Atlântico podia exercer sobre os solos; por outro, contribuía para o agravamento do isolamento das suas aldeias que nas palavras de Aquilino Ribeiro “estavam sequestradas do mundo por montes e fragedos intransitáveis, quando não eram bosques compactos. O único meio de relação consistia nas veredas tenebrosas, tortas e estreitas” (Ribeiro *apud* Oliveira, 2002:41).

A natureza fora madrastra e ao relevo acidentado acrescentam-se os solos pouco férteis da região, não obstante ser atravessada por diversos cursos de água. O clima, caracterizado por baixas temperaturas no Inverno – que atingem por vezes valores negativos – um calor abundante no período estival, acaba por não ser favorável à prática de uma agricultura intensiva e de grande rendimento. Desde muito cedo que os habitantes desta zona de Portugal foram obrigados a procurar melhores condições de vida noutros lugares onde a natureza era mais benévola. Às condições naturais juntou-se o papel do Estado, que contribuiu para o atraso e pouco desenvolvimento económico da região ao não a dotar dos apoios financeiros e dos equipamentos necessários fomentadores da actividade económica. Era entre os estruturais condicionalismos geográficos, a precariedade do empreendedorismo regional, e o quase endémico abandono por parte do poder central que a população da Beira Alta, em plena década de 40 do século XX, arrancava da terra os seus rendimentos, fazendo da agricultura, à semelhança da maior parte do país, a principal actividade económica.

Num olhar sobre as gentes da Beira Alta e, mais concretamente, do distrito da Guarda, que é o pano de fundo do presente trabalho, percebe-se o seu pouco impacto conjunto da população nacional, pois o peso máximo que atingiu não ultrapassou,

segundo Jaime Ferreira (2000:21), os 5,5% atingidos em 1864. Daí para a frente nota-se uma tendência decrescente contínua, visível nos 1,9% recenseados em 1991 e que corresponderam a 176 962 pessoas. Esta propensão do distrito da Guarda insere-se numa lógica mais vasta, que atingiu a generalidade do interior de Portugal continental ao longo do século XX, traduzindo-se na perda de população para as zonas litorais mais desenvolvidas e, sobretudo, para a emigração. Curiosamente, ao analisarem-se os anos abordados no trabalho, nota-se que o número de habitantes no distrito durante a década de 40 foi um dos mais elevados, (295 663 habitantes), só superado pelos anos 50. Estar-se-á perante indícios da existência de melhorias relativas da situação económica; da ampliação dos obstáculos à transferência de pessoas para outras regiões ou países.

Quadro I							
População activa do distrito da Guarda por sectores de actividade							
	Primário		Secundário		Terciário		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
1940	66477	69,2	13672	14,2	15872	16,5	96021
1950	70269	70,5	15517	15,5	13875	13,9	99661

Fonte: *Relatórios Distritais do Recenseamento Geral da População e Habitação do INE, (1940 e 1950).*

Num olhar mais incisivo e tomando como referência os dados dos recenseamentos de 1940 e 1950 (Quadro I), dá-se conta que a grande maioria dos homens e mulheres do distrito da Guarda, 70% da população activa, dedicavam--se sobretudo a actividades do sector primário. O peso dos outros dois sectores era muito semelhante entre si (cerca de 15%), corroborando o fraco desenvolvimento industrial e urbano da região. Na análise da população ocupada no sector primário, verifica-se que daqueles 66 477 trabalhadores, só 390 é que realizavam outros trabalhos não ligados à exploração agrícola. Neste caso, pertenciam também à indústria extractiva, o que acentua o imenso peso da terra na economia das populações. Este cenário económico sai reforçado com os dados relativos a 1950, que mostram um ligeiro crescimento do número de pessoas ligadas ao sector primário.

A situação manter-se-á em parte até às décadas de 60 e 70. Só nos anos 80, já durante o regime democrático, se notarão as grandes mudanças significativas nesta estrutura económica. Os dados elaborados por Jaime Ferreira (2000:30) revelam uma lenta transformação, pois em plena década de 70 o sector primário continuava a ocupar

a maioria da população (51,5%) do principal e mais desenvolvido concelho do distrito (Guarda). Apesar de a agricultura ter assistido à fuga de muitos dos seus trabalhadores para os outros dois sectores, a verdade é que mesmo em 1981, perdida claramente a disputa com o terciário (40,3%), ainda conseguia rivalizar com o sector secundário (31%) ao ocupar 28,7% da população activa.

Estes números, apesar de estarem mais próximos da realidade nacional, continuavam a revelar o atraso do interior do país, pois nesse mesmo ano, a percentagem da população continental portuguesa empregue em actividades do sector primário só atingia os 19,3%. Apenas no século XXI a distribuição da população do concelho da Guarda pelos vários sectores de actividade económica apresenta valores mais condizentes com as percentagens nacionais, revelando sinais de um maior crescimento industrial e o desenvolvimento da vida urbana. Foi este peso avassalador do sector primário, nomeadamente da agricultura, que acentuou a importância de se fazer uma análise das suas principais produções durante o período da II Guerra Mundial.

Desde tempos imemoriais que a terra fornecera o sustento das populações e, numa zona rural por excelência, tal mantinha-se apesar dos ténues focos de industrialização que pulsavam na região. Os agricultores, condicionados como já vimos pelas condições geográficas e climatéricas, tentavam arrancar da terra vários produtos, sendo que o maior destaque ia para cereais panificáveis. Este alimento, o mais consumido pelas populações e grande causador de convulsões sociais desde a Roma Antiga, acabava por ser aquele que mais cuidados merecia por parte do agricultor, que o obtinha principalmente através do trigo, do milho, do centeio ou quando a necessidade era muita, recorrendo à castanha.

A alimentação das populações era complementada com o cultivo da batata – o tal “pain tout fait” (Braudel apud Oliveira, 2002:108) –, azeite e algum vinho. Em conjunto com diversos produtos hortícolas (grão, feijão, nabo, tomate, cenoura, cebola, alho, etc.), foram assegurando a sobrevivência das gentes. O peso da agricultura era visível no carácter rural das populações traçado por António Amaro quando refere que “em 1864, 85,4% dos residentes na Beira Alta viviam fora das cidades e sedes de concelho; passados 76 anos (1940), aquele número decrescia apenas para 83,2%. Por sua vez, o peso dos residentes, em cidades, também não sofreu grandes alterações: representavam 3,5%, em 1864 e 4,6% em 1940. Não admira, por isso, que, em plena II Guerra Mundial, mais de 95% dos residentes da Beira Alta não vivessem em qualquer

uma das suas cidades” (Amaro, 2006:61). As cidades da Beira Alta eram Viseu, Lamego, Guarda e Pinhel.

O cunho rural do distrito da Guarda sai reforçado ao percebermos que a generalidade dos seus habitantes vivia em pequenas aldeias, pois dos 924 lugares referenciados no Recenseamento Geral da População de 1940, 95,5% tinham menos de um milhar de pessoas. A pobreza dos solos e o isolamento a que estavam votadas estas gentes, quer em virtude do relevo pouco favorável, quer das fracas vias de comunicação, não lhes proporcionava outra hipótese senão a de praticar, na grande maior parte dos casos, uma agricultura de subsistência e de auto-consumo, quase semelhante à praticada na mesma região durante o fim do Antigo Regime (Oliveira: 2002). Era este horizonte económico, com poucas perspectivas de futuro, que esperava a maioria dos que ficavam. Muitos dos braços mais válidos partiam para o litoral e para o estrangeiro em busca da prosperidade que aquela terra não lhes oferecia.

O fim do século XIX e o início do XX ficaram marcados por uma sangria da população dos distritos mais interiores de Portugal continental. Segundo António Amaro (2006:77), entre 1890 e 1939, Viseu e Guarda perderam cerca de 281 509 dos seus habitantes. Números que ganham um relevo ainda maior pois representaram, de acordo com este autor, “cerca de 1/5 do total da emigração portuguesa (entre cada 100 emigrantes portugueses, 19,1 eram originários dos distritos da Guarda e Viseu) e a 40,2% da população residente, em 1930, na Beira Alta”. Estes mesmos emigrantes contribuíam para a manutenção de uma estrutura económica ultrapassada, que se reproduziu nas zonas menos desenvolvidas de Portugal com as poupanças enviadas para os familiares que ficavam.

Para além do cariz rural, este modelo assentava em explorações agrícolas a cargo dos agregados familiares, que faziam um aproveitamento insuficiente dos solos, com pouco recurso às inovações técnicas e organizativas no âmbito da agricultura capitalista. A estes factores juntava-se o diminuto mercado interno português e a predominância da pequena e média propriedade na região, onde a maior parte das explorações (74,2%) tinham cerca de 2,4 ha (Amaro, 2006:146). Esta realidade, inalterada durante a República, também não o iria ser com o Estado Novo. O regime preferiu a manutenção do *status quo* para não colocar em causa a tão desejada e “ordem social”. O bucólico campo, com as suas explorações tipicamente familiares e pouco modernizadas, era o terreno ideológico da ditadura.

O peso do sector primário em geral e da agricultura em particular na economia do distrito da Guarda é, pois, inquestionável. No entanto, a II Guerra Mundial criou, tal como o conflito de 1914-1918, uma janela de oportunidade para a extracção de minérios, sobretudo, devido à anormal procura de estanho e de volfrâmio. O tungsténio acabou mesmo, por desempenhar um papel importante nas relações comerciais e políticas entre Portugal e os dois blocos beligerantes. Tal ocorreu porque Portugal era o maior de volfrâmio, ao qual o III Reich manteve acesso depois de Junho de 1941 disputado acerrimamente por alemães, britânicos e norte-americanos em toda a Península Ibérica. Contudo, a exploração mineira no distrito da Guarda nunca atingiu um elevado grau de desenvolvimento que lhe conferisse uma importância estrutural na economia da região. A dispersão e as diminutas dimensões dos seus jazigos mineralíferos foram dos factores que resultaram na não implantação de uma indústria extractiva permanente. Ainda assim, tendo em conta os números nacionais da mão-de-obra da indústria mineira para o período, verifica-se que existiu um impacto significativo no distrito da Guarda, pois este "alcança 21,7% [do total de mão-de-obra mineira] no ano de 1941. Estabilizando em 1942 e 1943 com valores de 16,6% e 15,7%, perde influência até aos 1,8% verificados no ano de 1946" (Nunes, 2005:545). Naquela época, só o distrito de Castelo Branco, com as Minas da Panasqueira, é que teve um maior peso na mão-de-obra empregue pelo sector extractivo. Porém, segundo João Paulo Avelãs Nunes, estes eram os números da "ficção institucional" (2005:542), baseados nos dados apurados do Instituto Nacional de Estatística. Já os relatos das várias autoridades administrativas e policiais, assim como as notícias nos jornais e os testemunhos de quem conheceu de perto aquela realidade, traçam um quadro de muito maior mobilização de mão-de-obra. Milhares de pessoas abandonavam, total ou parcialmente, os trabalhos agrícolas para se dedicarem à prospecção do minério, fosse ela realizada legalmente (nas minas e coutos mineiros ou de forma ilegal).

De modo a controlar esta fúria que varreu o interior do país, as autoridades administrativas decretavam a suspensão temporária dos trabalhos mineiros clandestinos durante as épocas mais intensas das actividades agrícolas. Mesmo assim, a perspectiva de obtenção de riqueza fácil e imediata era mais forte do que as leis do Estado. Diversos interesses também confluíram para a manutenção de uma exploração que muitas das vezes era efectuada por quem a devia fiscalizar: "O que posso garantir a V. Ex^a é que o Senhor Vice-Presidente [da Câmara Municipal de Gouveia] assim como o Chefe da Secretaria, não levam a bem que nós [GNR] fiscalizemos o trânsito de minério e os

motivos são porque eles têm interesse nesse assunto.”⁴⁷ Esta actividade só foi suspensa em 1944, após muita pressão por parte dos Aliados sobre o Governo português.

O fenómeno do minério marcou a vida de muitas pessoas, mas acabou por não alterar a estrutura da economia do distrito da Guarda. As mais-valias efectuadas naquela ocupação foram, por vezes, parar a mãos pouco habituadas a lidar com dinheiro, que o “gastaram à tripa forra, sem critério, em orgias estúpidas, em excessos de alimentação e de vestuário, prodigalizaram todos os rendimentos em gastos mais do que inúteis, prejudiciais”⁴⁸. Outros, mais endinheirados, acabaram por aplicar as mais-valias do minério na melhoria e, ou na compra de propriedades rústicas, urbanas e até na aquisição de lojas⁴⁹. O custo deste frenesim consumista fez-se sentir na subida dos preços dos produtos, então mais disputados e que já há muito escasseavam no mercado. Tão depressa como aparecera, a grande corrida ao *outro negro* esmoreceu, sendo recordada pelos poderes locais como um período de prosperidade. Nas palavras do Presidente da Câmara Municipal da Guarda eu “sei que se diz dever-se ter já feito esse aumento de receitas no tempo das vacas gordas. Mas eu não tenho culpa que nem tudo já sejam rosas e espero que alguma coisa reste desses tempos do volfrâmio.”⁵⁰ O minério teve um último capítulo no distrito com o estalar de um novo conflito, desta vez a Guerra da Coreia (1950-1953).

Como vimos, o dinheiro obtido com a anormal valorização de alguns produtos da região durante a guerra não foi sempre encaminhado para investimentos geradores de novas fontes de riqueza. Deste modo, as actividades ligadas ao sector secundário e terciário continuaram pouco desenvolvidas. O carácter marcadamente rural das populações do distrito condicionou a criação de um mercado interno. A indústria, à semelhança do que se passava na maioria do território nacional, era incipiente e muito localizada. Só em algumas localidades, como a Guarda, Manteigas, Seia e Gouveia é que se podiam encontrar fábricas ligadas à produção de lanifícios. O número de operários era, no entanto, relativamente escasso, pois o peso do sector secundário era reduzido comparativamente com a população ocupada nas actividades agrícolas e extractivas. Quem não partisse para outros lugares teria a garantia de uma luta

⁴⁷ Governador Civil da Guarda remete uma queixa de um cabo da GNR para o Director Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, 11 de Abril de 1942, *ADG, Correspondência Recebida da III Secção, cx.208*.

⁴⁸ Redacção, “A lição do volfrâmio”, *A Guarda*, 31 de Março de 1944, p.2.

⁴⁹ O exemplo do volframista Martinho Júlio da Costa que será tratado mais à frente.

⁵⁰ Carta ao Grémio do Comércio da Guarda, Fevereiro de 1947, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

continuada, não por melhores salários e condições de vida precário, muitas vezes próximo do limiar de sobrevivência.

3.2- Culturas Agrícolas

O distrito da Guarda não tem as condições geográficas ideais para a prática de uma agricultura intensiva. Ainda assim, o homem foi forçado a tentar domar a terra sob pena de perecer. Uma das plantas que acompanhou esse esforço foi a oliveira, presente em quase toda a região, apesar de ser uma árvore que “prefere Invernos moderados e de chuvas abundantes na estação fria, assim como temperaturas superiores a 18° na época de floração e verões quentes, secos e prolongados” (Oliveira, 2002:129). Não obstante as citadas limitações, a verdade é que esta árvore, tipicamente mediterrânea, era um bom investimento para o agricultor, pois junto com as oliveiras podiam ser semeadas outras culturas sem problemas de maior. A boa adaptabilidade aos solos e ao clima permitiu que a sua cultura fosse realizada em zonas com terrenos pouco férteis, como no interior de Portugal, mais concretamente na Beira Alta e na Beira Baixa. Outra vantagem da cultura do azeite passava pela versatilidade das suas aplicações. Para além de ser uma excelente gordura natural, o azeite também era aplicado como combustível para iluminação em caso de necessidade. O referido hábito caíra em desuso nos finais do século XIX e início do XX para ser retomado, esporadicamente, em alturas de escassez e carestia de bens importados, como aconteceu durante a II Guerra Mundial.

A produção de azeite nacional nos inícios do século XX caracterizou-se por uma “extrema irregularidade” (Baptista, 1993:245), o que penalizava, tanto os produtores, que dependiam das eventuais receitas; como os consumidores, confrontados com preços inconstantes devido à oferta intermitente. Finalmente, também prejudicava a economia nacional, que não conseguia satisfazer o mercado externo, perdendo quota para outros países. Uma das explicações desta oscilação residia na própria cultura, cuja variedade predominante em Portugal, a galega vulgar, se caracterizava por esta irregularidade produtiva. A um bom ano de safra sucedia-se a contra-safra, que proporcionava uma colheita bem inferior. A situação poderia ser minimizada recorrendo a uma adequada irrigação dos solos e à aplicação de adubos.

A concorrência de outros óleos alimentares coloniais, nomeadamente o de amendoim, foi uma das principais preocupações dos empresários do sector, que pressionaram os vários Ministros da Agricultura. Instaram-nos a tomar medidas para defender a produção do azeite nacional. Tais diligências conduziram à criação, em 1931, da Junta Nacional de Olivicultura, incumbida de implantar uma “marca nacional

do azeite para fins de exportação” (Baptista, 1993:245) e que acabará por dar origem já em 1937 à Junta Nacional do Azeite (Decreto-Lei nº 28.153 de 12 de Novembro).

Os anos 30 do século XX acabaram por ser de expansão para esta cultura, motivada pela alta de preços do produto e que conduziu muitos agricultores a “intensificar as suas plantações de olival” (Baptista, 1993:246). Já a acção da recém criada JNA iria recair na regulação da produção e do comércio do azeite, tentando impedir as variações no preço do produto penalizadoras de produtores e consumidores.

Devido à situação de economia de guerra gerada pelo conflito mundial, de 1939-1945, através da JNA o Estado Novo passou a fixar os preços do azeite. Obrigará, ainda, à manifestação das produções e posteriormente, chegará mesmo a requisitar o azeite junto dos produtores de modo a garantir o abastecimento do mercado interno como relata Fernando Baptista (1993:248), um “exemplo desta política pode colher-se através da transcrição dalgumas determinações referentes à campanha de 1944-45: “O azeite produzido, deduzidas as quantidades necessárias para o consumo próprio e das casas agrícolas, calculadas de harmonia e em obediência às regras de racionamento estabelecidas pela Intendência Geral dos Abastecimentos, considera-se disponível para o consumo público e como tal será obrigatoriamente objecto de transacção segundo as regras a fixar nesta Portaria:

a) As quantidades disponíveis até 200 litros serão obrigatoriamente transaccionadas nos lagares antes do seu encerramento, e pelo não cumprimento se dispõe é solidariamente responsável o produtor do azeite e o dono do lagar onde tenha sido fabricado;

b) Os produtores com mais de 200 litros disponíveis para o consumo público deverão transaccionar o seu azeite até trinta dias depois do último dia de trabalho efectivo do lagar onde tenha sido fabricado;

c) Findo este prazo, o azeite considera-se requisitado pela Junta Nacional do Azeite, nos termos do Decreto-Lei nº 31.564, de 10 de Outubro de 1941, e portanto sujeita a sua entrega a um armazenista da escolha da Junta”. Os olivicultores não teriam, teoricamente, grandes hipóteses de se aproveitar das condições especiais provocadas pela guerra para especular com a produção dos respectivos olivais.

Se o azeite era importante, já os cereais eram indispensáveis para uma população cujo principal alimento era o pão. Preocupado com o abastecimento da população, o Estado Novo, também irá condicionar o comércio dos principais cereais (trigo, milho, centeio) através da FNPT. À semelhança do que já tinha ocorrido com o azeite, a

intervenção estender-se-á paulatinamente à fixação dos preços e à restrição da circulação dos cereais. Culminará na requisição e comercialização dos mesmos por parte daquela Federação.

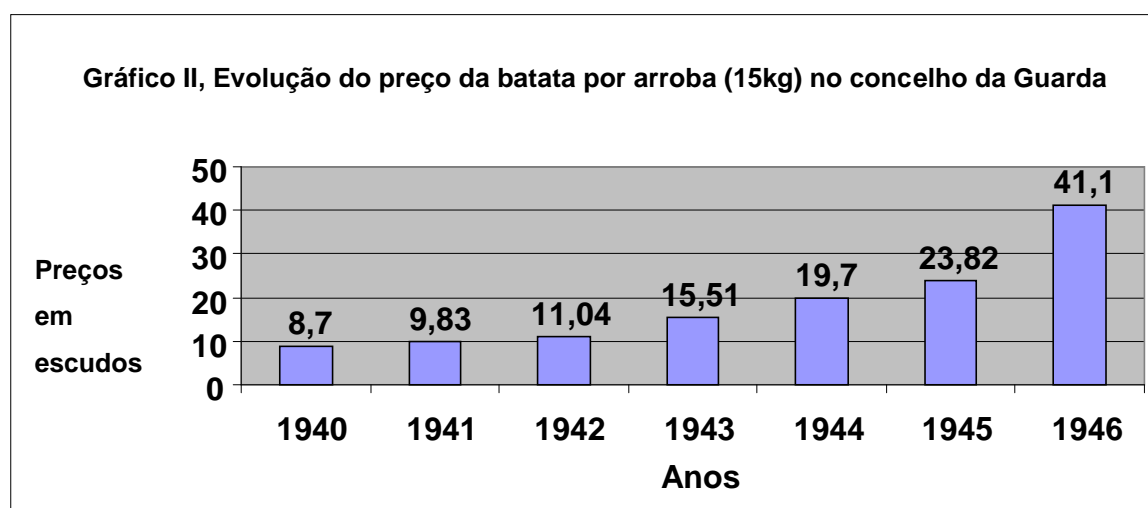
As condições geográficas do distrito da Guarda impediram a obtenção de níveis elevados de produção dos principais cereais. A própria relevância da Beira Alta, região onde o distrito estava inserido, nunca foi muito substancial para os números nacionais da produção de milho e de trigo. No período entre 1936 e 1939, a produção de milho desta zona representou 10,3% e a de trigo somente 1,8% (Amaro, 2003: p.168-167). Já a produção de centeio atingiu os 22,7%, fazendo dele o cereal predilecto do interior de Portugal graças às suas características, que lhe permitem uma boa adaptação aos solos pobres e, sobretudo, uma tolerância à elevada altitude. Contudo, não se pode deixar de destacar os concelhos mais a norte do distrito, Vila Nova de Foz Côa e Figueira de Castelo Rodrigo, a chamada Terra Quente. Devido a condições geográficas e climáticas mais favoráveis, conseguia ter produções de trigo consideráveis, surpreendentes para o visitante mais incauto fazendo-o “supor por vezes que nos deslocamos, subitamente, ao coração do Alentejo” (Amaro, 2003:167-168).

Durante a década de 30 do século XX, o distrito também foi alvo da Campanha do Trigo, que tentou apostar na modernização e rentabilização do plantio daquele produto para a acabar com a dependência externa em matéria de cereais panificáveis. Todavia, e apesar do norte do distrito ter terras favoráveis àquela produção, a verdade é que os condicionantes geofísicos (clima, solo) não favoreciam à partida a plantação da gramínea na maior parte território. Ainda assim, houve um crescimento na produção de trigo naquela década, que acabou por não ser muito significativo ao fazer-se uma análise de médio prazo pois tendo “em conta a produção média dos últimos cinco anos da década (1936-1940), os valores (48 949hl) são pouco superiores aos que se verificaram em 1920-1929 (47 943)” (Amaro, 2003:176).

O centeio era sem dúvida o principal cereal panificável das populações do distrito. A actividade agrícola baseava-se predominantemente na pequena propriedade, muitas vezes de carácter familiar e cuja produção se destinava, antes de mais, ao auto-consumo. Esta tendência era ainda mais vincada em tempos de crise, quando as colheitas não entravam no circuito comercial oficial devido à possibilidade de os agricultores obterem mais-valias com o comércio clandestino dos produtos.

A mesma terra, que era tão agreste para o plantio dos cereais, acabava por ser mais propícia para a batata, fazendo dela a produção agrícola mais importante da região.

Este tubérculo, oriundo da América do Sul, adaptou-se facilmente aos solos pouco férteis do interior de Portugal, transformando a província da Beira Alta na principal produtora nacional. Era a batata. Oriunda dos distritos da Guarda e Viseu que assegurava o abastecimento das principais cidades de Portugal, havendo quem afirmasse que “1/3 da batata, consumida na capital do país tinha origem na Beira Alta” (Amaro, 2003:186). Ao contrário do que acontecia com os cereais, a maior parte da produção deste bem agrícola tinha como destino não o auto-consumo, mas sim o mercado, como se verifica ao analisar-se a produção por pessoa naquela zona. Segundo António Amaro atingia-se em 1930 os 263,04 kg e em 1940 os 235,9kg. A grande maioria dos concelhos da Guarda, à excepção de Vila Nova de Foz Côa e de Figueira de Castelo Rodrigo, eram produtores excedentários tendo em conta que o consumo médio anual [por pessoa] rondava os 83,11kg (Amaro, 2003:188).



Fonte: Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Tribunal Judicial da Comarca da Guarda, 12 de Novembro de 1947, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

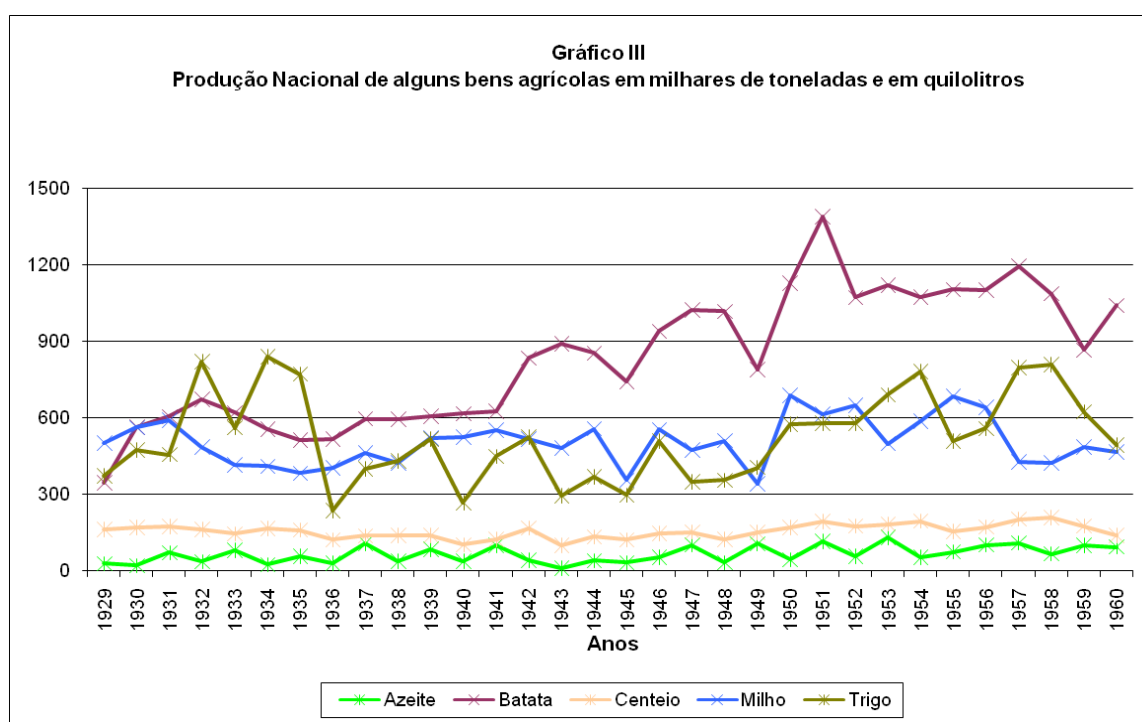
À semelhança de outros produtos agrícolas, a batata também sofreu a intervenção do Estado através da Junta Nacional das Frutas (JNF), organismo criado em 1936. A situação excepcional vivida durante a II Guerra levou a JNF a fixar preços de venda e margens de lucro, obrigando ao manifesto das colheitas e regulando o trânsito do produto a fim de facilitar o escoamento da produção das zonas interiores do país. Visava-se assegurar o normal abastecimento das populações citadinas e impedir o contrabando. Apesar dos constrangimentos, a verdade é que a batata foi um dos alimentos mais procurados durante aquele período, contribuindo assim inevitavelmente

para a subida do seu preço. Tal é destacado pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda numa missiva ao Tribunal da mesma comarca, onde dava conta do preço médio da arroba do tubérculo entre 1940-1946, evidenciando o seu contínuo movimento ascendente (Gráfico II).

O fim da guerra trará o levantar das restrições à comercialização de batata (Portaria nº 11 147, de 27 de Outubro de 1945) se bem que temporariamente, pois as mesmas seriam retomadas em 1948 como resposta ao congestionamento do mercado nacional em virtude do excesso de produção, que colocou em causa a sobrevivência de milhares de produtores. A batata, bem muito procurado e consumido durante a guerra sofria agora uma quebra na procura com a normalização dos abastecimentos, que devolvera ao mercado os produtos desejados que antes escasseavam. O agravamento das dificuldades no período do pós-guerra também se deveu à falta de instalações de armazenagem do tubérculo, que possibilitassem a sua conservação e garantissem um normal fluxo da oferta e a estabilidade dos preços quer a produtores quer a consumidores.

3.3-Produções

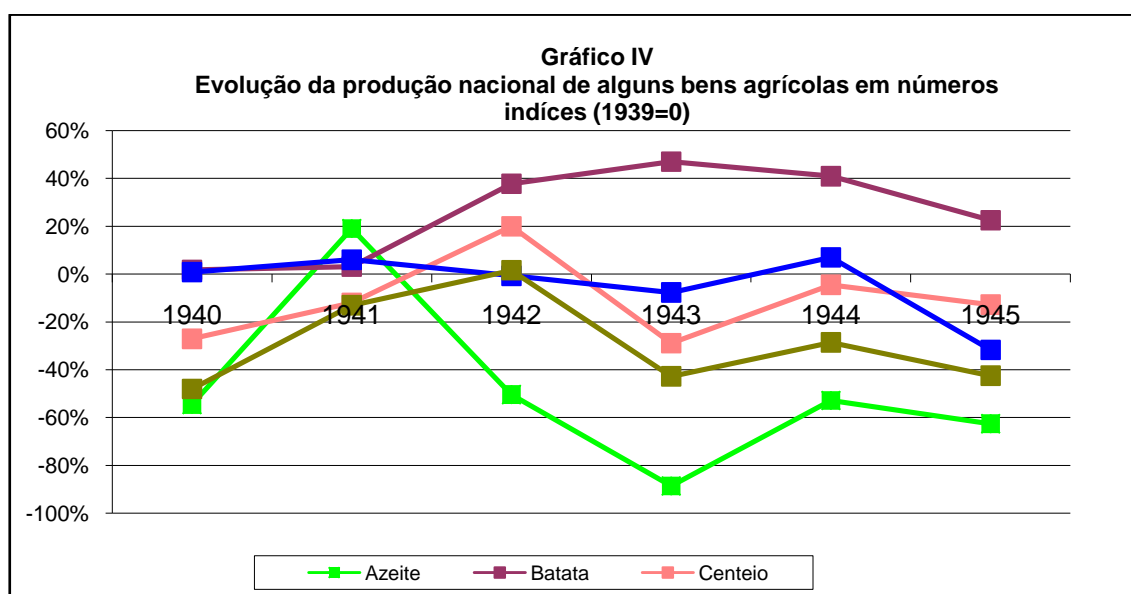
Antes de efectuar uma análise sobre os valores da produção registados nos *Anuários Estatísticos* do Instituto Nacional de Estatística, convém fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, os dados não são totalmente fidedignos. Como o afirma Alfredo Marques “a verificação empírica de qualquer hipótese interpretativa da evolução da economia dos anos 20 aos anos 40 depara com um problema de fundo: a escassez de dados estatísticos, em geral, e a qualidade precária daqueles que existem” (Marques, 1988:43).



Fonte: *Anuário Estatístico* (1939-1960); *Estatísticas Agrícolas* (1943-1960).

De acordo com o que será demonstrado mais à frente no trabalho, o preenchimento dos manifestos, fossem eles relativos a produções agrícolas ou a consumos, não contou sempre com a colaboração dos poderes locais, dos produtores e dos consumidores. As populações viram, em inúmeras circunstâncias o seu comportamento ser apoiado informalmente pelas autoridades municipais, que algumas vezes, eram, também, partes interessadas enquanto produtores ou consumidores. Daniel Barbosa, ex-ministro da Economia, partilha da mesma opinião sobre os manifestos ao

afirmar que “aos valores da produção abateram-se os relativos às sementeiras e, sempre que se tornou necessário e foi possível, corrigiram-se certos números do INE que se



Fonte: *Anuário Estatístico (1939-1960); Estatísticas Agrícolas (1943-1960).*

mostravam suspeitos de incorrecção por valores de maior confiança obtidos através de determinados Organismos (Barbosa, 1949:151)”.

Ao analisar os dados relativos à evolução da produção de vários bens agrícolas entre 1929 e 1960 (Quadro III) verifica-se que existiu uma tendência ascensional de praticamente todas as culturas à excepção do milho e do centeio. Este último manteve uma grande estabilidade, pois no início do período analisado (1929) apresentava 160 857 toneladas de produção e em 1960 138 404 t. O mesmo não se pode dizer do trigo, cereal que atingiu nos primeiros anos da década de 1930 as suas melhores produções, decerto influenciado pela “Campanha de fomento” promovida pelo Estado Novo. Os seus valores cairão abruptamente a partir de 1936, só voltando-se a aproximar-se dos níveis de meados dos anos trinta no final da década de 1950. A primeira metade do século XX acabou por estar marcada por um forte crescimento da produção de batata e por um progresso mais moderado no que concerne ao azeite. A produção daquele tubérculo encetou uma subida sustentada, só refreada nos finais nos anos do pós-guerra, devido ao excesso de oferta e à falta de condições de armazenamento. A cultura da oliveira, que padecia da irregularidade já relatadas, apresentou uma tendência genérica de crescimento quase quintuplicando o valor da sua produção num espaço de trinta anos. Em 1929 atingia os 28 646 litros e em 1960 já eram 94 200 l (Gráfico III).

Atendendo ainda ao Gráfico III, percebem-se alguns dos efeitos da II Guerra Mundial na evolução das principais produções agrícolas portuguesas. A azeitona, cultura com um comportamento muito irregular, atingiu o seu pior ano em 1943, com somente 9 599 t. Já da observação do Gráfico IV concluiu-se que este foi o produto mais afectado naquele período, atingindo níveis bem inferiores aos registados em 1939, antes de as sequelas da guerra afectarem significativamente o comportamento da economia portuguesa. A tendência em causa também se verificou nos cereais, que apresentaram fortes quebras na produção a partir de 1942, chegando o trigo a patamares negativos na ordem dos 40% em relação a 1939. A diminuição da produção de cereais esteve em parte decerto associada aos constrangimentos provocados pela guerra, com a falta de adubos e de outros meios de produção a cercear as hipóteses de algum crescimento num período em que até existiu um aumento da superfície cultivada. A falta de adubos foi significativa, sobretudo ao nível do sulfato de amónio e da cianamida cálcica. O consumo do primeiro passou, de acordo com os números citados por João Pinto da Costa Leite (1943:306), de 67 700 toneladas em 1939 para 200 em 1942. Já o segundo fertilizante passou das 3 500 toneladas para 0 no mesmo período. Todavia, por detrás da acentuada quebra de produção de alguns géneros terá estado a ocultação das produções através da viciação ou preenchimento incompleto dos manifestos. Os produtores desviavam uma importante percentagem das suas colheitas para consumo doméstico e venda no mercado negro.

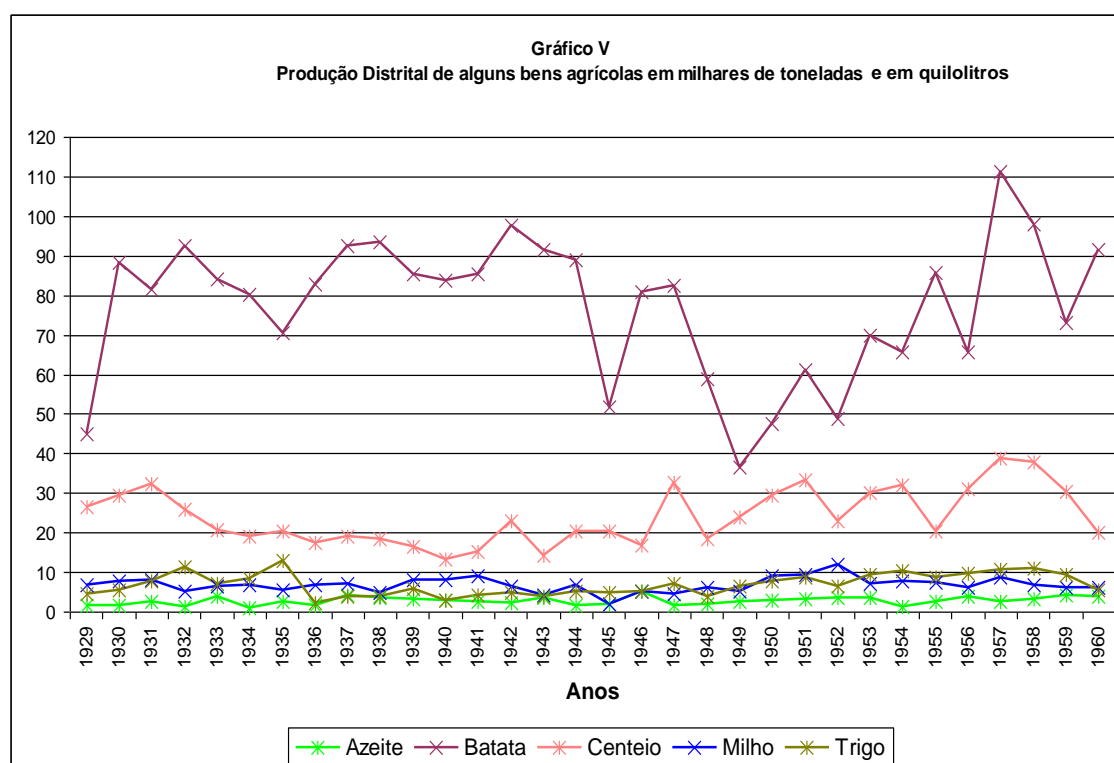
Um elemento positivo é dado pela produção de batata, que registou uma forte ascensão em praticamente todos os anos do ciclo estudado, sinal evidente da crescente importância deste produto na alimentação da população portuguesa. Em suma, há indícios quanto à produção nacional de bens agrícolas que comprovam a influência do segundo conflito mundial no sector primário. Resta saber qual a relação estabelecida entre os números distritais e a realidade global de “Portugal metropolitano” (Gráfico V).

A realidade agrícola do distrito da Guarda durante a II Guerra Mundial teve algumas similitudes com aquela existente no conjunto do país. Na produção de cereais e em consonância com o que se passou a nível nacional, verificou-se uma considerável redução dos quantitativos, apesar de os valores relativos ao centeio no Gráfico V indicarem um comportamento diferente. O mesmo se verifica com as produções de batata e de azeite em todo o ciclo analisado (1929-1960), à excepção do segundo conflito mundial. Aí, o paralelismo foi mais fraco, pois enquanto a produção nacional média do azeite decresceu 24,35%, no distrito de Guarda o decréscimo atingiu apenas

os 4,48%. Os números relativos à batata também causam alguma perplexidade, uma vez que a nível nacional se verificou uma descida na produção de 11,48% entre 1939 e 1945 enquanto no distrito da Guarda e no mesmo período ocorreu um aumento de 7,98%.

A descida mais ligeira da produção de azeite no distrito da Guarda, por comparação com os valores nacionais, é difícil de explicar pois trata-se de um dos produtos que atingiu valores especulativos no mercado negro português e no espanhol. Para além de tudo, o contrabando era facilitado pela proximidade da fronteira com o país vizinho.

Haveria, portanto, forte interesse por parte dos produtores em tentar ocultar a verdadeira dimensão das suas colheitas. Os testemunhos recolhidos confirmaram que seria frequente os agricultores esconderem, ou não manifestarem (parcial ou totalmente) as suas produções, quer para assegurar o auto-consumo do agregado familiar, quer para vender ilegalmente o restante no mercado negro. O crescimento da produção de batata



Fonte: *Anuário Estatístico (1939-1960); Estatísticas Agrícolas (1943-1960).*

expresso pelos números do INE deve já, pois, ter sido ainda superior. Outro factor que contribuiu para aquela situação foi a precariedade inicial do condicionamento imposto pelo Estado, não tão exaustivo como noutras culturas. Permitindo-se, assim, maior resistência dos produtores, perceptível na leitura de documentação da época. Numa

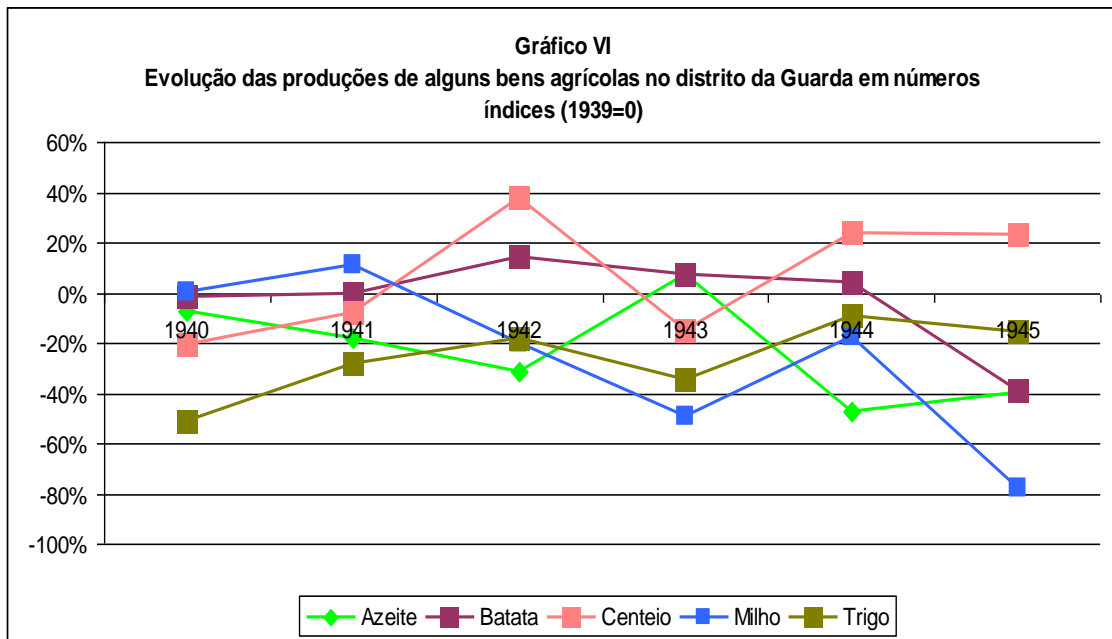
missiva enviada em Abril de 1943 pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao seu homólogo do Gavião, o primeiro informava que apesar de a Guarda, um dos principais concelhos produtores de batata, o referido alimento já escasseava. O tubérculo tinha atingido preços muito elevados (20\$00 cada 15 quilos) de modo que não havia a quantidade suficiente para fornecer batata ao concelho do Gavião (distrito de Castelo Branco). A referida situação verificou-se após 1942, o melhor ano de produção de batata no período entre 1939 e 1945 (Gráfico VI). Adensam-se, pois, as dúvidas quanto ao destino dado a grande parte da produção. Reforça-se, também, a hipótese de que se teria verificado um aumento da produção superior ao registado nos números do INE. Como abordaremos mais adiante, os montantes pagos pelos géneros vendidos no mercado negro eram muito recompensadores, podendo atingir a batata uma valorização na ordem dos 90% e o azeite de 150% em relação aos preços tabelados.

As autoridades estavam conscientes da dimensão atingida pelo contrabando. O conhecimento do citado fenómeno é notório na leitura da correspondência do Governador Civil da Guarda, nomeadamente quando este alertava o Comandante da PSP da mesma cidade para intensificar a fiscalização sobre os agricultores. Seriam muito “numerosos os lavradores que não manifestaram os produtos que colheram ou os têm açambarcados”⁵¹. A maioria dos pequenos agricultores que produziam para auto-consumo raramente manifestariam as suas colheitas. O controlo do Estado teria como principais alvos os grandes produtores, que para além de poderem influenciar mais facilmente o mercado, eram também os mais interessados em eventuais negócios ligados ao contrabando. Contudo, se se reflectir na soma de toda a produção que supostamente, só serviria para o sustento do agregado familiar, percebe-se que terá furado a rede das autoridades uma quantidade bem significativa de géneros, encaminhada em grande parte para o mercado negro e para o contrabando.

Mesmo após o fim do conflito, numa altura em que aparentemente não se vislumbravam razões para a ocultação das produções agrícolas, tal comportamento continuou a ser praticado até por representantes do poder local. Tal aconteceu em diversas povoações do distrito, nomeadamente em Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, onde o “Presidente e o Vogal da Junta [de Freguesia] colhem, cada

⁵¹ Carta do Governador Civil ao Comandante da PSP, 4 de Abril de 1944, *ADG, Correspondência Expedida*.

um, anualmente para cima de mil alqueires de cereal, mais de 300 arrobas de batatas, feijão, milho, etc. Pois não manifestam uma terça parte de qualquer género colhido”⁵².



Fonte: *Anuário Estatístico (1939-1960); Estatísticas Agrícolas (1943-1960).*

Na vizinha Espanha também se verificou, durante o segundo conflito mundial, a não declaração de uma percentagem significativa das produções agrícolas, “Barciela (1981) ha demostrado que el mercado negro superó al oficial en el trigo y Gutiérrez (1983) que estuvo muy cercano en el caso del aceite.” (Barciela, 2003:69). Ainda não existem estudos em Portugal que consigam quantificar tal realidade. No entanto, tendo em conta o que sucedeu no caso espanhol, onde a fiscalização e a repressão exercida pelas autoridades foi mais intensa, será provável que, entre nós, a percentagem de produtos desviados do circuito normal de venda tenha sido similar, se não mesmo superior. Para tal, muito terá contribuído a aparente condescendência das autoridades no tratamento dos crimes relativos à não manifestação das produções agrícolas.

Uma situação em torno de gado de capoeira na freguesia de Gonçalo, concelho da Guarda, ilustra bem a dimensão atingida pelas transacções informais. Já depois do fim da guerra e da passagem do período mais crítico no que concerne aos abastecimentos, os populares daquela localidade continuavam a omitir as suas reais produções, neste caso as aves de capoeira. Nas palavras do Inspector do Matadouro

⁵² Carta ao Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, 14 de Abril de 1947, ADG, *Correspondência Expedida*, cx.52.

Municipal, que demonstrava alguma frustração pela persistência daquele comportamento, é “urgente tratar do referido assunto, visto ter havido na área daquela freguesia, menos 136 manifestantes do que no Arrolamento de 1940 e, provavelmente menos 300 do que na realidade deviam existir.”⁵³ Segundo dados da própria autarquia da Guarda, na freguesia de Gonçalo residiam 1951 pessoas no ano de 1941⁵⁴, valores semelhantes aos registados no recenseamento de 1950 (1937 habitantes). Dessas poucas centenas, cerca de 40%, teriam menos de vinte anos de idade, comportamento típico da pirâmide de crescimento registada na altura em Portugal (Ferreira, 2000:33). Ficava, assim, a população adulta – a que supostamente teria as aves – reduzida a cerca de oitocentos indivíduos. Cruzando estes dados com as informações do Inspector do Matadouro, conclui-se que quase metade da população adulta de Gonçalo, em pleno ano de 1946, continuava a não manifestar o seu gado de capoeira. Tal facto aumenta as dúvidas sobre a real eficácia dos manifestos e, sobretudo, dos valores que eles forneciam ao INE e que acabaram por dar origem às estatísticas agrícolas do período em análise.

⁵³ Carta do inspector do matadouro municipal da Guarda ao Presidente da mesma autarquia, 9 de Março de 1946, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁵⁴ Indicação do número de fogos e de habitantes das freguesias do concelho da Guarda, Maio de 1941, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

3.4- Manifestos

A mobilização de toda a economia nacional com vista à superação da difícil situação em termos de abastecimentos que o país atravessava, levou o Estado a imiscuir--se mais na vida quotidiana das populações, obrigando os produtores a declararem as respectivas produções agrícolas. Tal “ingerência” não foi bem aceite pelo mundo rural nem por alguns dos municípios. O descontentamento da lavoura decorreu das dificuldades acrescidas em obter mais-valias com a venda dos seus produtos, numa conjuntura em que a procura era superior à oferta. Muitos autarcas temiam que o Estado viesse a conhecer detalhadamente as quantidades produzidas numa determinada região. Tal informação permitiria levantar inúmeras dificuldades às acções de contrabandistas e de especuladores, ao mesmo tempo, que poderia anular ou limitar fundamento às reclamações dos responsáveis municipais por causa da falta de bens agrícolas.

Finalmente, outro motivo que fomentou alguma da má vontade contra os manifestos foi sem dúvida o próprio Estado. Este, enquanto organismo responsável pela prestação de serviços aos cidadãos praticamente não existia naquele tempo. O contacto das populações com o Estado era limitado e sobretudo caracterizado por situações como o pagamento de impostos, o cumprir do serviço militar obrigatório ou a repressão por parte das forças policiais. Vislumbrava-se muito o lado punitivo e pouco as vertentes sociais. No interior de Portugal, essa relação era ainda mais ténue, pois a maior parte da população vivia afastada dos focos difusores do poder central. Em “plena II Guerra Mundial, mais de 95% dos residentes da Beira Alta não [viviam] em qualquer uma das suas cidades” (Amaro, 2003:64). Estabelecia-se uma convivência cúmplice - mais ou menos assimétrica e conflitual - entre vizinhos duma mesma comunidade, que dependiam sobretudo de si próprios em tempos de crise e de abundância, para quem o Estado era considerado um invasor, quase um inimigo.

A própria imprensa também não tinha, muitas vezes, uma opinião favorável acerca do Estado, apresentando casos ao leitor que demonstravam um exercício discricionário do poder, frequentemente injusto ou desfasado do meio onde actuava. Evoca-se o seguinte exemplo: “Um tecelão de lanifícios, que vive e trabalha na aldeia, foi à cidade levar ao dono a peça que tecera durante a semana. Contra os costumes e por ter chegado tarde, não trouxe outra para tecer na semana seguinte. No regresso, aproveitou o jumento, que vinha sem carga, e seguia montado para casa. Surge no

ângulo da estrada o fiscal, pedindo os documentos da lei. O burro tinha licença de carga, mas o dono não podia montá-lo. E foi multado”⁵⁵. Este Estado, zelador do rigoroso cumprimento da lei, era o mesmo que facilitava situações flagrantes de açambarcamento, mercado negro e contrabando; transmitindo uma imagem de pouca integridade e de desprezo pelas necessidades dos cidadãos.

A fraca colaboração da população com o Instituto Nacional de Estatística, organismo responsável pelos manifestos da produção agrícola, foi geral e perceptível ainda antes do início da Segunda Guerra Mundial. Segundo a Direcção do INE, “maior vai sendo o número dos agricultores que, desprezando o cumprimento da lei, não manifestam”⁵⁶. Era à CMG que chegavam as queixas de Regedores contra as pessoas que se recusavam a aceitar os impressos do INE. Contudo, as próprias autoridades também foram responsáveis pelo não envio dos manifestos. Tal aconteceu, por exemplo, em várias localidades do concelho da Guarda, mais concretamente em vinte e três freguesias⁵⁷, tendo as mesmas sido compelidas ao cumprimento da legislação pelo Presidente da edilidade.

O temor pelo real conhecimento dos números atingia, no entanto, diversos níveis do poder político. Quem antes chamava à atenção também era alvo de repreensão por parte dos Governadores Civis. O Governador Civil da Guarda lembrou ao autarca da Guarda, por várias vezes⁵⁸, a necessidade do envio “dos boletins de inquérito para efeito de racionamento, bem como os dos mapas-resumo por freguesia”⁵⁹. O Governo e a Comissão de Estudo do Abastecimento (CEA), através do Sub-Secretário de Estado da Agricultura, pressionavam, por sua vez, o Governador Civil da Guarda, pois há meses que esperavam por dados de todos os concelhos do distrito.

Aqueles impressos eram importantes para o Governo, mas, sobretudo, para os autarcas, pois permitiriam que o poder central definisse os contingentes de géneros atribuídos aos concelhos. Ora, se os organismos estatais soubessem com exactidão as necessidades reais das localidades, isso podia ser um problema para alguns poderes locais, já que facilitava a adopção de medidas de combate ao contrabando e à

⁵⁵ Redacção, “Caça à multa”, *A Guarda*, 14 de Julho de 1939, p.2.

⁵⁶ Circular de 14 de Janeiro de 1939 do INE ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁵⁷ Circular do INE para o Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 20 de Abril de 1940, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁵⁸ Circular de 18 de Agosto de 1942, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁵⁹ Circular do Governo Civil da Guarda, 14 de Julho de 1942, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

especulação. Essa relevância é perceptível na lentidão com que este assunto foi tratado no concelho da Guarda. Ainda no fim de 1942, o Governo Civil instou novamente a autarquia, recordando os múltiplos momentos em que pedira a resolução do caso, (“10 e 27 de Abril, 8 de Junho e 29 de Julho do ano corrente”)⁶⁰.

A deliberada letargia burocrática era ainda empolada com pedidos de esclarecimento por parte do Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que informava a CEA de que não tinha conhecimento do inquérito em questão, forçando a um novo envio⁶¹ da documentação por parte daquele organismo. As dúvidas do autarca não foram dissipadas e a Comissão foi forçada a entrar novamente em contacto com o município para “esclarecer definitivamente as dúvidas suscitadas”⁶², solucionando só então uma questão que acabou por se arrastar mais de dez meses. Este tipo de dificuldades não era específico das actividades comerciais, pois o preenchimento e o envio dos inquéritos agrícolas também suscitaram resistência da mesma natureza.

O Governador Civil fazia o papel de mensageiro dos “recados” emanados do poder central, sobretudo os vindos do INE, que estava encarregue dos inquéritos agrícolas. O organismo exortava à necessidade do total preenchimento dos impressos, visto que oito dos catorze concelhos do distrito tinham enviado dados incompletos sobre as suas produções (Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Fornos de Algodres, Manteigas, Pinhel, Sabugal e Vila Nova de Foz Côa⁶³). Tal falha, quase endémica, confirmava a pouca fé que o Governador Civil depositava nos manifestos: “Conhece-se sem que restem dúvidas que as quantidades manifestadas devem estar muito longe da verdade”⁶⁴. Isto apesar das penalizações existentes para as falsas declarações. Todavia, seria preferível ter dados incorrectos do que não ter nenhuns, o que motivaria o INE a contactar por várias vezes⁶⁵ a Câmara Municipal e o Governo Civil da Guarda com o intuito de os obter.

A autarquia demonstrou, propositadamente ou não, pouco empenho na questão dos inquéritos agrícolas, levantando resistências ao seu normal preenchimento. Tal

⁶⁰ Circular do Governo Civil da Guarda, 29 de Setembro de 1942, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶¹ Carta da Comissão de Estudo do Abastecimento, 31 de Dezembro de 1942, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶² Carta da Comissão de Estudo do Abastecimento, 1 de Fevereiro de 1943, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶³ Circular do INE, 2 de Janeiro de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Circulares Recebidas*.

⁶⁴ Circular do Governo Civil da Guarda, 23 de Março de 1943, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶⁵ Cartas do INE, 11 de Agosto e 26 de Novembro de 1943, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

verificava-se quando deixava acabar os impressos e não pedia mais: “Chegou ao conhecimento do INE que essa Câmara Municipal não possui já impressos para o manifesto do 2º período agrícola, cujo prazo termina ainda em 31 de Março próximo”⁶⁶. A própria burocracia também era inimiga do andamento dos processos de recolha de dados, pois para um correcto preenchimento dos impressos era necessário saber ler e escrever, o que não era muito comum naquele período, obrigando assim à mobilização de “um dos poucos funcionários desta Câmara para fazer a maior parte dos manifestos”⁶⁷.

No entanto, tal facto não explicava a condescendência com que o assunto era tratado e que motivava as várias chamadas de atenção por parte do Governador Civil, pois “é voz corrente que os produtores mais categorizados efectuem o manifesto das suas colheitas não só tardiamente, mas também com falta de verdade, não sofrendo com o seu procedimento quaisquer prejuízos ou sanções”⁶⁸. A atitude era comum à distribuição insuficiente dos impressos pelos agricultores. O próprio INE apercebia-se do ocorrido, pois recebia daquele concelho manifestos “em papel comum”⁶⁹ em pleno ano de 1944.

Se nem no período mais conturbado da guerra existiu uma preocupação do rigoroso cumprimento das normas no que toca aos manifestos, essa postura não iria aparecer após o fim do conflito, como foi anteriormente descrito episódio dos manifestos relativos às aves de capoeira na freguesia de Gonçalo (Guarda). Foi o Estado, através do INE, que mudou a sua atitude perante a lei, mostrando-se cada vez mais brande e compreensivo para com os faltosos, prorrogando os prazos de entrega dos impressos, por vezes até *ad eternum*, “Os processos [levantados pela não entrega dos boletins] foram todavia arquivados, aguardando o Instituto que no próximo ano a situação estatística desse concelho melhore apreciavelmente”⁷⁰. À semelhança de outras medidas de controlo e condicionamento da economia nacional, os manifestos

⁶⁶ Carta do INE, 28 de Dezembro de 1943, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶⁷ Carta do Governador Civil ao Director da F.N.P.T., 31 de Agosto de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

⁶⁸ Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 2 de Novembro de 1944, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁶⁹ Carta do INE ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 18 de Novembro de 1944, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁷⁰ Carta do INE ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 5 de Novembro de 1947, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

revelaram-se ótimos na teoria e péssimos na prática, pois aí era imprescindível a colaboração das autoridades locais e dos cidadãos.

3.5-Racionamento e consumo

Contra a vontade inicial do Estado Novo, o condicionamento dos principais géneros de mercearia, bacalhau, arroz e açúcar entrou em vigor no dia 1 de Fevereiro de 1942. Tal era encarado como o sinal do insucesso das medidas antes adoptadas, tendo em vista o normal abastecimento das populações. Ainda o ano de 1942 estava no início e já eram vários os pedidos para que o Estado interviesse, pois a situação social no país e, sobretudo, do interior dava sinais preocupantes (“Começam a faltar no mercado géneros de primeira necessidade”⁷¹). As razões por detrás da escassez podiam-se encontrar nos constrangimentos impostos exteriormente pela guerra, mas também – e talvez principalmente – nos problemas internos.

Muitos dos agricultores desta região cultivavam menos ou não cultivavam os campos – chegaram mesmo a destruir culturas – motivados pelas pesquisas de minério, de estanho e de volfrâmio. Tal facto fazia com que os bens surgidos no mercado tivessem preços incomportáveis para a maioria das bolsas. Culpados desse fenómeno eram, entre outros, os “novos-ricos”, pessoas que graças ao minério haviam adquirido poder de compra e que pretendiam consumir produtos que antes do “boom” de tungsténio lhes estavam praticamente vedados. Por outro lado, numa zona fronteiriça, a atracção pelo mercado espanhol era muito grande e o contrabando intenso, com prejuízos para a generalidade dos cidadãos, que viam os produtos encarecidos ou então a desaparecer por completo, pois iam “alimentar os nossos vizinhos espanhóis”⁷². As medidas tomadas em Fevereiro de 1942 foram encaradas como um mal necessário, que asseguraria uma tanto quanto possível equitativa redistribuição dos géneros, algo quase impossível de obter com o mercado livre.

As difíceis condições a que o concelho da Guarda era sujeito obrigaram ao racionamento imediato do açúcar, arroz e bacalhau, que começaram a ser distribuídos mensalmente nas seguintes quantidades: 1kg, 500gr e 300gr⁷³ por pessoa (Quadro VII). Contudo, o edil daquela cidade alertava o Governador Civil para a eventualidade do

⁷¹ Carta de um anónimo, “Porque faltam os géneros e encarecem os que se vendem?”, *A Guarda*, 30 de Janeiro de 1942, p.2.

⁷² *Idem, ibidem*.

⁷³ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao seu homólogo da Lousã, 4 de Abril de 1942, *AMG, Correspondência Expedida da Câmara Municipal da Guarda*.

alastramento da medida a outros bens, “É possível que no próximo mês [Abril de 1942] haja que racionar as massas e o sabão, artigos que vão rareando no mercado”⁷⁴.

Quadro VII							
Contingentes semanais de bens racionados (Abril-Junho de 1942)							
Bens	Almeida	Fornos de Algodres	Guarda	Celorico da Beira	Trancoso	Aguiar da Beira	Sabugal
Arroz	90gr por semana	140gr por semana	125gr por semana	55gr a 300gr por semana	250gr por semana	66gr a 98gr por semana	125gr a 250gr por semana
Açúcar	130gr por semana	180gr por semana	250gr por semana	55gr a 300gr por semana	Sem dados	81gr por semana	63gr a 188gr por semana
Bacalhau	90gr por semana	Sem dados	75gr por semana	55gr a 175gr por semana	Sem dados	36gr a 83gr por semana	63gr a 250gr por semana
					1L petróleo por semana		

Fonte: Informações prestadas pelos vários concelhos ao Governo Civil da Guarda entre Abril e Junho de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx.206.*

O racionamento tinha como ponto de partida um boletim, que era preenchido pelo “chefe de família” e onde este indicava o número de pessoas a seu cargo. O impresso era entregue ao Presidente da Junta, que atribuía as respectivas senhas de racionamento consoante as necessidades de cada agregado familiar. Posteriormente, o chefe de família dirigir-se-ia ao retalhista, onde trocava as senhas pelos respectivos bens. Estas senhas seriam pagas para cobrir as despesas com os respectivos materiais e com os funcionários. Cada concelho, consoante os bens que lhe foram atribuídos, decidiu como fazer a distribuição pela respectiva população.

Alguns, como Celorico da Beira e Aguiar da Beira, fizeram uma diferenciação atendendo às profissões dos seus munícipes. Concederam menores quantidades aos que viviam em zonas rurais, de “nível social” inferior e que à partida teriam um maior acesso aos bens agrícolas através do cultivo dos mesmos. A ração mais robusta ia para as populações urbanas, onde se encontravam: “magistrados judiciais, magistrados

⁷⁴ Carta do Presidente da Câmara da Guarda ao Governador Civil, 6 de Março de 1942, AMG, *Correspondência Expedida da Câmara Municipal da Guarda.*

administrativos, chefes de repartição, comerciantes, proprietários com família numerosa”⁷⁵. Outros concelhos, como a Guarda, simplesmente repartiram equitativamente os bens racionados ”não atendendo à profissão, idade ou poder de compra do consumidor, e isto por a quantidade de géneros atribuídos a este concelho ser tão diminuta que não dá lugar a diferenciações”⁷⁶.

Nem todos os concelhos enviaram elementos sobre o racionamento. Alguns simplesmente não responderam e outros comunicaram que ainda não o tinham implementado. Da análise dos dados enviados pelos vários autarcas verifica-se algum desequilíbrio na distribuição dos géneros pelas populações, destacando-se o município de Celorico da Beira, onde alguns dos seus habitantes conseguiam receber numa semana mais de o dobro da ração do que na maioria dos outros concelhos. No lado oposto estava o município de Aguiar da Beira (9 511 h) que levou o autarca a protestar junto do Governo Civil, pois apesar de ter um número de habitantes similar aos dos concelhos de Manteigas e de Fornos de Algodres (4 833h e 10 425 h) recebia contingentes bem inferiores àqueles⁷⁷. A falta de dados sobre alguns outros bens (sabão e massas, por exemplo) devia-se, segundo alguns Presidentes de Câmara, ao facto de estarem a ser atribuídas quantidades tão reduzidas desses géneros que tornava inútil a apresentação dos seus números.

A evolução do conflito trouxe um inevitável agravamento da situação alimentar, perceptível no pedido de aumento do contingente apresentado em finais de 1943, pelo autarca da Guarda ao Governador Civil. A quebra nos valores dos bens racionados em geral era considerável. Os valores mensais desse ano, para o sabão (50gr), o açúcar (400gr), o arroz (280gr), a massa (130gr) e o bacalhau (35gr)⁷⁸, estavam ao nível da dotação semanal de 1942 (Quadro VIII).

⁷⁵ Carta enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, 2 de Junho de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

⁷⁶ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 21 de Maio de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

⁷⁷ Carta do Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira ao Governador Civil da Guarda, 24 de Março de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*. (Os bens atribuídos em sacas eram respectivamente os seguintes para aqueles concelhos (bacalhau, 12,17,27; arroz, 22,30, 53; açúcar, 30,43,60).

⁷⁸ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 20 de Agosto de 1943, AMG, *Correspondência Expedida da Câmara Municipal da Guarda*.

Quadro VIII				
Contingentes mensais de bens racionados alimentícios em alguns concelhos do distrito da Guarda (Agosto 1943)				
	Guarda , Agosto de 1943 ⁷⁹	Sabugal , Outubro de 1945 ⁸⁰	Pinhel , Agosto de 1946 ⁸¹	Guarda , Maio de 1947 ⁸²
Arroz	280g	200g	175g	250g
Açúcar	400g	250g	300g	1000g/500g para as aldeias
Massa	130g	-	100g	250g
Azeite	-	-	0,3 L	0,3 L
Sabão	50g	-	150g	250g

Fonte: Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil, 20 de Agosto de 1943, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*; Carta do Presidente da Câmara Municipal do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 9 de Outubro de 1945, *ADG, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*; *A Guarda*, 23 de Agosto de 1946; *A Guarda*, 17 de Maio de 1947.

Os constrangimentos sobre a alimentação alastrar-se-ão ao pão pelo menos desde a Primavera de 1944. O principal alimento das populações estava a ser cada mais difícil de obter devido ao intenso contrabando e à especulação. Eram frequentes as filas nas padarias da cidade da Guarda: “Ainda há dias, passando na Rua Direita, onde a aglomeração tem impedido quase por completo o trânsito e até provocado alguns desastres, feriu os nossos ouvidos uma linguagem bem falta de respeito e delicadeza, ouvida também por muitas crianças que já conhecem o martírio das bichas”⁸³. Tal cenário não representava totalmente a realidade distrital, pois no mesmo período de Abril de 1944 eram vários os concelhos que não faziam o racionamento do pão (Quadro IX).

Aparentemente, segundo os relatos dos jornais, os problemas relacionados com o pão não estavam associados à escassez, mas à sua incorrecta distribuição pelas populações. O condicionamento do comércio do pão terá afastado do mercado quem procurava fazer mais-valias e não quem pretendia adquiri-lo com o intuito de consumo

⁷⁹ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil, 20 de Agosto de 1943, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

⁸⁰ Carta do Presidente da Câmara Municipal do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 9 de Outubro de 1945, *ADG, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*.

⁸¹ Redacção, “Carta de Pinhel – O preço dos géneros”, *A Guarda*, 23 de Agosto de 1946, p.2.

⁸² Redacção, “Abastecimentos”, *A Guarda*, 17 de Maio de 1947, p.3.

⁸³ Redacção, “Distribuição do pão”, *A Guarda*, 8 de Abril de 1944, p.2.

próprio. Terá, mesmo, em alguns casos chegado a verificar-se que: “finda a distribuição, sobrava pão”⁸⁴ nas padarias.

Quadro IX	
Racionamento do pão no distrito da Guarda em Abril de 1944	
Concelho	Quantidade diária de pão por pessoa
Aguiar da Beira	Não tem
Almeida	250gr
Celorico da Beira	Não tem
Figueira de Castelo Rodrigo	Não tem
Fornos de Algodres	Não tem
Gouveia	130gr de pão de trigo e 80gr de pão de milho
Guarda	250gr de pão de trigo ou de centeio
Manteigas	200gr
Meda	Não tem
Pinhel	Não tem
Sabugal	200gr
Seia	250gr de pão de milho
Trancoso	Não tem
Vila Nova de Foz Côa	Não tem

Fonte: Informações prestadas pelos vários concelhos ao Governo Civil da Guarda entre Abril e Junho de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx.206.*

A nível nacional, as quantidades recebidas pelos habitantes do distrito da Guarda estavam dentro dos valores atribuídos a quem residia nas principais cidades do país. Um outro aspecto causador de confusão e indignação eram as diferentes rações atribuídas em concelhos limítrofes. Os contingentes concelhios foram estabelecidos tendo em conta os valores da produção local. No entanto, a persistir a diferenciação, temia-se por um fomento do tráfico inter-concelhio, pelo aumento das tensões entre populações vizinhas e, sobretudo, pelo avolumar da incompreensão em relação a um Estado que não repartia as dificuldades do mesmo modo pelos habitantes.

Globalmente, o racionamento foi implementado com algum sucesso. As queixas, quer de particulares quer dos poderes locais, baixaram na quantidade e na intensidade. O aproximar do fim da guerra trouxe um melhor funcionamento da distribuição dos géneros, já que a diminuição da ração do pão nos primeiros meses de 1946 foi encarada

⁸⁴ Redacção, “O racionamento do pão”, *A Guarda*, 14 de Julho de 1944, p.2.

com muita naturalidade pela imprensa local. Ainda assim, a procura daquele produto e de outros géneros no mercado negro continuava forte como se pôde verificar pelas várias apreensões efectuadas pelas forças policiais⁸⁵.

Não existem muitos dados para se fazer uma análise comparativa entre os contingentes atribuídos às populações do interior e os destinados aos habitantes dos principais centros urbanos do país. No entanto, a partir da informação reunida, verifica-se que o distrito da Guarda saiu claramente penalizado (Quadro X). Fernando Rosas (1990:287) encontrou valores da dotação de açúcar na ordem de 1kg, no período de 1944 a 1947, para as principais cidades. Só no ano de 1947 esse quantitativo foi atingido e unicamente na cidade da Guarda, pois nas zonas rurais o valor era reduzido para metade. Quanto ao azeite, a quantidade disponibilizada na região foi muito semelhante à assegurada nas principais localidades nacionais. Aí beneficiou-se o distrito, que era um dos principais produtores daquele óleo alimentar.

Já os valores de arroz e de massa conferidos a alguns concelhos da Guarda rondaram a metade do disponibilizado a quem vivia nos principais núcleos urbanos de Portugal. Em relação ao pão, os únicos dados disponíveis dizem respeito ao ano de 1944, e aí também se confirmam os níveis inferiores da ração destinada ao interior, pois ao valor de 295g de pão de 2ª ou 186g de pão de 1ª (Rosas, 1990:287), contrapunham-se na região da Guarda rações totais entre os 200g dos concelhos de Manteigas e de Sabugal e os 250g registados em Almeida, Seia e na capital do distrito.

As populações do distrito da Guarda sofreram, à semelhança do resto do país, de uma sistemática redução das quantidades de géneros atribuídos com o decorrer do conflito armado. Tal facto esbater-se-á com o fim da guerra, quando o Governo português inundou o mercado com bens de consumo devido a importações massivas, cujo objectivo era normalizar o quotidiano das populações, combater o mercado negro e a especulação, aplacar a conflitualidade social e política ao regime. O período mais crítico terá sido vivido pelas populações terá sido entre 1943 e 1945, quando os valores dos bens racionados atingiram os seus mínimos, agravando a situação económica da lavoura e empurrando segmentos do campesinato do Centro e Norte para um confronto com o Estado.

⁸⁵ Redacção, “Pela polícia”, *A Guarda*, 29 de Março de 1946 e 5 de Abril de 1946, p.2.

Quadro X						
Contingentes mensais de bens racionados nos principais centros populacionais (1944-1947)						
	Janeiro 1944	Abril 1944	Outubro 1944	Outubro 1945	Outubro 1946	Janeiro 1947
Arroz			400g	400g	700g	400g
Açúcar	1000g	800g	1000g	1000g	1000g	1000g
Massa	-	-	400g	400g	400g	400g
Azeite	0,8 l	0,75 l	0,3 l	0,3 l	0,5 l	0,275 l
Pão	-	1ª=186g	186g	186g	-	-
	-	2ª=295g diários	295g	295g	250g	250g

Fonte: Rosas, 1990:287.

Os conflitos com as forças policiais aconteciam desde 1941 e ganharam um novo fôlego com surtos grevistas espontâneos que, a partir desse ano atingiram algumas das principais cidades industriais do país: Covilhã, Lisboa e Setúbal. O ano seguinte traria uma nova organização dos protestos, desta vez com a coordenação por parte do PCP, que tentou aproveitar a queda do *Duce* na Itália para cavalgar o descontentamento reinante entre as classes populares e parte das classes médias. No Verão de 1943 assistiu-se à quase paralisação da indústria na zona de Lisboa. Esses movimentos de contestação não alastraram ao resto do país, registando-se, apenas, algumas acções pontuais. Os anos seguintes ainda trouxeram alguma agitação social mas a uma escala mais reduzida.

O distrito da Guarda não ficou indiferente à realidade nacional tendo sido nos anos de 1943 a 1945 que se registou o maior número de motins populares. Estes fenómenos espontâneos e pouco organizados eram motivados pelas requisições de géneros efectuadas pelo Estado. As precárias condições económico-alimentares das populações também terão contribuído para a forte oposição oferecida às autoridades policiais. Eram estes homens e mulheres que tinham as rações mais reduzidas em relação à bitola das cidades do litoral. Tal diferenciação tinha origem na classificação das freguesias (rurais, piscatórias, mistas e urbanas) feita pela Intendência Geral dos Abastecimentos. Ora a quase totalidade da população da região era rural, recebendo assim os contingentes mais diminutos.

A justificação da distinção residia no facto de estas mesmas pessoas poderem, teoricamente, produzir e obter com mais facilidade alguns bens alimentares (pão, carne, legumes, batata), podendo desse modo completar a escassa dieta cuja aquisição era

proporcionada pelo Estado. É claro que outros factores se imiscuíam neste quadro, como o clima ou a posse de terrenos agrícolas e, por outro lado, a fronteira. A proximidade desta última fazia do contrabando uma das principais actividades de muitas localidades e pessoas da região, não sendo de estranhar o facto de “muitos moradores terem, no bilhete de identidade, inscrita a profissão de contrabandista”⁸⁶. Para atenuar o citado problema, o Estado procurou fiscalizar melhor o trânsito de mercadorias nas zonas fronteiriças, e passou a enviar contingentes menores de alimentos racionados. As populações confrontavam-se com um dilema, alimentarem-se ou venderem os produtos no recompensador mercado espanhol.

Quadro XI Motins populares no distrito da Guarda		
Data	Local	Motivo
8-3-1941	Figueira de Castelo Rodrigo (Escalhão) ²	O povo amotina-se opondo-se à saída do centeio
20-10-1941	Figueira de Castelo Rodrigo ³	O povo amotina-se opondo-se à saída do centeio
2-3-1942	Vila Nova de Foz Côa (Almendra) ⁴	O povo impede a saída de trigo do celeiro da FNPT
2-3-1943	Gouveia (Nespereira) ⁵	O povo amotina-se para impedir a saída de azeite
? -3-1943	Guarda ¹	Manifestação popular contra a saída de centeio
? -12-1943	Gouveia (Paços da Serra) ¹	O povo assalta a casa do regedor descontente com os salários e a ração alimentar
15-2-1944	Seia (Santa Marinha) ⁶	Povo impede a saída do milho
? -3-1944	Vila Nova de Foz Côa ¹	Manifestação de mulheres junto à Câmara Municipal devido ao fornecimento do pão
? -3-1944	Gouveia ¹	Manifestação contra a saída do milho
? -11-1944	Seia ¹	Manifestação de mulheres junto à Câmara Municipal contra a saída do azeite
28-11-1945	Seia (Paranhos) ⁷	O povo amotina-se para impedir a saída de azeite

Fontes: (1) Rosas, 2000: 249-252; (2) ADG, *Fundo do Governo Civil, correspondência recebida da 1ª secção*; (3) ADG, *Fundo do Governo Civil, correspondência recebida da 2ª secção*; (4) *Ibidem*; (5) ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência relativa aos Géneros Alimentícios*; (6) ADG, *Fundo do Governo Civil, Processos de assuntos do Governo Civil*; (7) ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

⁸⁶ Cfr. Anexo VI.

3.6 – Preços

Um dos objectivos da economia de guerra passava pelo controlo da inflação. Os preços foram tabelados pelo Estado de modo a assegurar o acesso aos bens que, embora escassos, continuariam a ter um preço comportável para a maioria da população. Todavia, tais desígnios não foram atingidos. A economia portuguesa sofreu, à semelhança das outras nações europeias, de uma alta de preços provocada, tanto pelo insuficiente fornecimento de produtos oriundos do estrangeiro, como – ou sobretudo – devido a causas internas. Se o intenso contrabando e o mercado negro podiam ser apontados como culpados, não é menos verdade que a população teve um papel importante na estruturação das dificuldades que acabou por viver.

A anormal valorização de parte das tradicionais exportações portuguesas – sobretudo do minério de volfrâmio e de estanho, de têxteis, de conservas de peixe e de alguns produtos agrícolas – inundou o mercado de moeda e determinados segmentos das camadas populares de um poder de compra inabitualmente elevado. A procura invulgar de bens e serviços escassos motivou a subida dos preços, que segundo os números oficiais atingiram “taxas de crescimento anuais rondando os 10 a 11%” (Rosas, 1990:298). Sem surpresa, verifica-se que a subida mais acentuada atingiu os bens mais necessários e procurados, os alimentares. O Banco de Portugal e o INE apontaram para um crescimento do custo destes bens, durante o período da guerra, na ordem dos 163% e de 117% respectivamente, níveis que deverão ter ficado aquém da realidade (Rosas, 1990:301).

Apesar de toda a máquina administrativa montada para controlar os abastecimentos e para mobilizar os recursos económicos, a verdade, é que tais iniciativas esbarraram muitas vezes na ineficácia das organizações tutelantes, na fraca colaboração das autoridades locais e das populações que estariam no terreno para implementar e ajudar ao cumprimento de tais directrizes. Destaque, ainda, para o potencial agrícola do país, ou, neste caso, para a falta dele, o que implicou uma grande dependência em relação às importações, muito condicionadas pelo conflito bélico.

O contributo das populações para a inflação dos preços pode ser constatado a dois níveis, como produtores e como consumidores. Os primeiros viram ser coarctadas as suas possibilidades de fazerem mais-valias quando o Estado introduziu o tabelamento dos preços dos seus produtos. Não havia grandes incentivos para o aumento da

produção pois a subida de preços não ocorreu com o mesmo ímpeto do lado dos produtores como acontecera com os retalhistas, visto que “os preços a retalho dos produtos alimentares sobem mais que os preços por grosso (mais 23%) e bastante mais do que os preços no produtor dos principais géneros de origem agro-pecuária” (Rosas, 1990:301). Quem lucrou com a subida não foram tanto os homens que trabalhavam a terra mas sim os armazenistas e os comerciantes. Perante a falta de motivação, a atitude do produtor passou muitas vezes pela diminuição da produção, tentando encarecer os preços, ou então falseando os valores declarados nos manifestos agrícolas. Desviava-se, assim, uma parte das colheitas para o mercado negro e para o contrabando, onde os preços praticados eram mais recompensadores.

O mercado paralelo poderia ter funcionado como uma válvula de escape para as populações, quase como um complemento, se tivessem sido outros produtos, não os racionados, as vedetas daquela realidade. Porém, o facto de os produtos alimentares essenciais surgirem entre os mais procurados indicia que as condições de acesso às “subsistências” se mantiveram precárias. Daí resultava que, muitas vezes, o único vector de oferta de produtos racionados era o mercado negro, fazendo daqueles preços especulativos os preços reais. É verdade que algumas pessoas conseguiram aumentar os seus rendimentos devido às oportunidades da economia de guerra, podendo comprar no mercado negro. Contudo, a grande maioria dos residentes não poderia consumir regularmente bens e serviços fornecidos pela “economia paralela”.

Os salários praticados naquele período não acompanharam a inflação, conduzindo à inevitável perda de poder de compra. A generalidade da mão-de-obra do distrito da Guarda dedicava-se aos trabalhos agrícolas e aí, em 1942, um homem poderia levar para casa, após um dia de trabalho, entre 10\$00 a 15\$00⁸⁷, cabendo metade desse valor às mulheres e um pouco menos aos trabalhadores jovens de ambos os sexos. É certo que a febre do *ouro negro* permitiu, por vezes, nas zonas onde a mineração de volfrâmio e estanho prospecção era mais intensa, que os salários atingissem os 20\$00 por dia⁸⁸, oscilações que o Estado procurou controlar. A elevação dos salários, medida que podia ser vista como a solução para a inflação, acabou por agravar a situação. Inúmeros proprietários agrícolas, sem condições de pagarem tais

⁸⁷ Carta do Grémio da Lavoura da Guarda e Manteigas ao Governador Civil da Guarda, 24 de Novembro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*, cx.206.

⁸⁸ Carta do Presidente da Junta de Gonçalo ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 24 de Março de 1942, AMG, *Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

valores, resolviam simplesmente não cultivar os seus campos, contribuindo para reforçar o círculo vicioso que se formara. Escassez de bens, aumento da procura, alta de preços, elevação dos salários, suspensão do cultivo dos campos. O próprio Governador Civil da Guarda tinha consciência da difícil situação vivida pelas populações: “São muito precárias as condições de vida da família nesta região. As casas não têm as mais rudimentares condições de higiene e a alimentação é deficiente”⁸⁹.

Devido à fraca subida que os salários irão registando, em 1943 um trabalhador agrícola já poderia ganhar diariamente entre 13\$00 e 16\$00⁹⁰, mas a população continuava a não ter poder de compra necessário para disputar os produtos vendidos no mercado negro. Este problema também afectava os funcionários do Estado. Por exemplo na Câmara de Manteigas, onde havia quem recebesse mensalmente 240\$00 e 300\$00⁹¹ o que correspondia na melhor das hipóteses, a cerca de 12\$00 por cada dia de trabalho. Estes valores chegavam para a compra de um quilo de bacalhau no mercado negro, mas já não permitiam adquirir um litro de azeite ou um alqueire de batatas.

Um aspecto importante a ter em conta no que toca às condições de vida das populações, passa pelo conhecimento das várias parcelas do orçamento familiar. A remuneração do trabalhador não se destinava exclusivamente à alimentação, havendo outras despesas como: o vestuário, a renda de casa, a iluminação, os combustíveis. Num relatório sobre o nível de vida da população, datado de Janeiro de 1947 e enviado pelo Presidente da CMG ao Governador Civil, o primeiro alude aos valores elevados das rendas de casa praticados na cidade, rondando os 300\$00 ou os 400\$00⁹² por uma habitação com cinco ou seis divisões. Naquele mesmo ano, os melhores remunerados trabalhadores agrícolas poderiam auferir diariamente cerca de 18\$00⁹³ (450\$00 mensais), ao passo que um oficial de obra levaria para casa 30\$00⁹⁴ (750\$00 mensais). O primeiro dificilmente suportaria uma renda como as que foram referidas e o segundo,

⁸⁹ Relatório do Governador Civil enviado ao Gabinete do Ministro do Interior, 6 de Julho de 1940, *IANTT, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 516*.

⁹⁰ Circulares do Governador Civil aos Presidentes de Câmara do Distrito, 1943, *ADG, Circulares Expedidas*.

⁹¹ Carta enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Manteigas ao Governador Civil da Guarda, 10 de Maio de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx.206*.

⁹² Relatório do Presidente da Câmara Municipal da Guarda enviado ao Governador Civil da Guarda, 27 Janeiro de 1947, *AMG, Correspondência Expedida*.

⁹³ Relatório do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao INE, Agosto de 1947, *AMG, Correspondência Expedida*.

⁹⁴ Carta enviada pelo Presidente da Junta de Famalicão, 15 de Abril de 1947, *AMG, Correspondência Recebida*.

se o fizesse, gastaria mais de metade do seu ordenado. Estas dificuldades irão requerer soluções que merecerão uma análise mais adiante.

Quadro XII						
Preços tabelados e preços praticados no mercado negro (1941-1947)						
Bens	Preços tabelados			Mercado Negro		
	Ano	Local	Preço	Local	Preço	Diferença
Arroz (quilo)	1941	Guarda	2\$80	Guarda	4\$00	+ 43%
Centeio (alqueire)	1941	Guarda	17\$85	Miuzela (Almeida)	30\$00	+ 135%
Pinho	1942	Guarda	60\$00 t (verde) e 85\$00 t (seco) 0\$06 ou 0\$085 kg	Guarda	4\$00 a arroba ou 0\$26 o kg	Entre +206% e +333%
Bacalhau (quilo)	1943	Porto	10\$40	Vila Nova de Foz Côa	16\$00	+54%
Azeite (litro)	1943	Guarda	7\$50 (consumo) e 8\$50 (extra)	Freixo Numão (V.N.F.C.)	24\$00, 35\$00 e 48\$00	Entre +220% e +540%
Batata (alqueire)	1943	Guarda	15\$51	Guarda	20\$00	+29%
Batata (arroba)	1946	Guarda	23\$82	Pinhel	45\$00	+89%
Azeite	1947	Guarda	11\$95 (consumo) 13\$45 (extra)	Guarda	30\$00	Entre +123% e +151%

Fonte: *A Guarda, (1939-1947); AMG, Correspondência Expedida e Recebida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda; (Rosas, 1990:303).*

O mercado negro, com os seus preços especulativos, só muito pontualmente terá servido as classes sociais com os rendimentos mais baixos. Os preços aí praticados só estavam ao alcance de quem tinha um alguma capacidade aquisitiva. A disparidade entre os valores praticados no mercado negro e os preços tabelados era muito grande. Alguns bens alimentares, como o azeite e o centeio, atingiram uma valorização extraordinária, duplicando, e até mesmo quintuplicando o seu preço em relação ao estabelecido legalmente (Quadro XI). De salientar que a produção agrícola destes dois produtos era significativa no distrito, facto que causaria alguma incompreensão não fosse o intenso contrabando levado a cabo pelas populações da região, que fazia desaparecer do mercado legal mesmo os produtos mais abundantes.

Um outro bem alvo de um aumento extraordinário foi a lenha, tão procurada devido à escassez de combustíveis reinante no país, fomentadora de inúmeras queixas de proprietários, que assistiam ao corte das suas matas por parte de madeireiros que a pagavam por um baixo preço. Já a batata, uma das principais produções do distrito, apresentou-se no mercado negro com uma considerável diferença de preço que se agravou com o fim da guerra (em 1946), quando o valor praticado quase duplicou, talvez motivado pela má colheita do ano transacto. Curiosamente, no período do pós-guerra (até 1947) ainda se verificaram grandes disparidades entre os dois mercados, indicadores de que a propalada normalização dos abastecimentos organizada pelo Estado Novo demorou a fazer-se sentir.

Difícilmente o mercado negro pôde servir como uma alternativa de acesso aos géneros racionados pelo menos com os preços referenciados. As classes populares não podiam gastar o salário de dois ou três dias de trabalho na compra de bens tão inflacionados. A solução passou, assim, pela contenção alimentar ou então pelo amanho de um pedaço de terra, indo ao encontro do desígnio nacional, “Produzir e Poupar”.

3.7- Distribuição de géneros

Já vimos anteriormente que os primeiros controlos sobre os principais géneros alimentícios, mais concretamente as suas produções, datam do período anterior à guerra. O Estado Novo lançava o seu modelo corporativo, que iria intervir e dirigir a economia, assim como servir de interlocutor entre forças diametralmente opostas, o capital e o trabalhado. O papel do Estado passaria pela arbitragem das questões que envolvessem estes dois contendores, de modo a manter as hierarquias e a ordem social; de forma a assegurar o acesso das populações aos bens de consumo a condicionar a oferta e, o preço dos produtos. Ao mesmo tempo, seriam garantidos preços justos junto dos produtores, a tal “realização do máximo de produção e riqueza socialmente útil e o estabelecimento de uma vida colectiva de que resulte poderio para o Estado e justiça entre os cidadãos” (Rosas e Brito, 1996:219).

Antes de passar à distribuição dos produtos no terreno durante a Segunda Guerra Mundial, convém recordar que eram várias as entidades condicionadoras do funcionamento da economia portuguesa. Os Organismos de Coordenação Económica (Institutos, Comissões Reguladoras, Federações, Juntas Nacionais) intervinham as empresas os empresários, de um modo directo através dos respectivos Grémios Patronais. Estas eram as estruturas fundamentais para aceder ao mercado. Quem não estivesse inscrito no respectivo Grémio ficava marginalizado, fosse para vender ou comprar, fosse para beneficiar de subsídios, facilidades de crédito e do acesso às matérias-primas que o Estado lhe poderia facultar. Não havia, teoricamente, vida económica à margem das organizações controladas directa ou indirectamente pela complexa máquina burocrática do Estado.

À inscrição dos agricultores acrescentava-se o manifesto das suas produções junto dos Grémios da Lavoura. Com os comerciantes era obrigatório o registo no Grémio dos Retalhistas de Mercearia (do Norte, Centro ou Sul), que possibilitava o acesso ao rateio dos bens disponibilizados pelo Grémio dos Armazenistas de Mercearia. Estar à margem desta realidade significava não ter produtos para vender. Os armazenistas também se envolviam em disputas pelo direito a fornecer os retalhistas de determinados concelhos. Era um negócio proveitoso, que talvez não estivesse bem estruturado do ponto de vista do consumidor, pois era comum serem armazenistas de Lisboa e Porto a fornecer grande parte dos concelhos do país, nomeadamente concelhos

do interior de Portugal continental, com os condicionantes inerentes. Os contingentes de géneros eram estabelecidos a um nível central pelos Organismos de Coordenação Económica, instrumentos do Governo que recebiam as informações necessárias ao exercício das funções de regulação das Comissões Reguladoras do Comércio Local, Governadores Civis e, posteriormente da Intendência Geral dos Abastecimentos e suas delegações.

Era longo o caminho percorrido pelos bens desde a sua produção até chegarem à banca do comerciante. Os atrasos tornaram-se frequentes, contribuindo para o agravamento das condições de vida das populações. As autoridades policiais também não escapavam a tais privações, como referia o Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que pedia ao Grémio dos Armazenistas de Merceria o envio urgente dos bens de consumo atribuídos ao comando da PSP daquela localidade, pois "desde o mês de Julho não recebe"⁹⁵, isto em Outubro de 1942. As demoras penalizavam, por vezes, duplamente os consumidores devido a modalidades inadequadas de transporte dos produtos e às deficientes condições de acondicionamento dos mesmos, fazendo com que os bens chegassem em estado impróprio para consumo⁹⁶.

A questão do armazenamento esteve sempre presente e fez correr muita tinta nos jornais. As críticas eram veiculadas pelos agricultores, lesados nos rendimentos do seu trabalho, e por autoridades locais, que assistiam quase impotentes ao desperdício de géneros num período tão crítico. Tal aconteceu por várias vezes com uma das maiores produções da região, a batata. A situação era séria e causou bastante indignação; "Estamos na eminência de ver perder dez milhões de quilos de batatas, atirados ao lixo, quando em Portugal há milhares de lares sofrendo as mais duras privações. De quem é a culpa? Da desorganização da lavoura, da usura dos intermediários, da falta de estradas e da deficiência de tarifas"⁹⁷.

Esquecendo, por momentos, todos estes contratemplos e uma vez chegados os géneros racionados, havia que proceder à sua distribuição junto da população. Tal era feito da seguinte maneira: "Cada chefe de família preencheu um boletim de racionamento com o nome, morada e pessoas cujo sustento está a seu cargo. Esses boletins são entregues ao Presidente da Junta de Freguesia que, em face do número de

⁹⁵ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Grémio Abastecedor de Mercadorias, 14 de Outubro de 1942, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

⁹⁶ Tal sucedeu com vários fardos de bacalhau que tiveram que ser destruídos após vistoria do veterinário municipal e do Intendente de Pecuária da cidade da Guarda, 19 de Janeiro de 1943, *AMG, Correspondência Recebida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

⁹⁷ Redacção, "Gentes do campo", *A Guarda*, 19 de Abril de 1940, p.1.

peças a alimentar, entrega as senhas de racionamento ao chefe de família”⁹⁸. Este foi o sistema adoptado no concelho da Guarda. Uma vez na posse das senhas, os consumidores dirigiam-se ao comerciante da sua freguesia onde procederiam à troca das senhas pelos géneros respectivos. Os impressos tinham de ser pagos, sendo essas verbas utilizadas para fazer face às despesas das Comissões Reguladoras do Comércio local, que se manteriam após a entrada em funcionamento da Intendência Geral dos Abastecimentos⁹⁹. De referir que a posse das senhas era um passo importante para garantir o acesso aos bens mas não o decisivo. Podia acontecer que o comerciante, apesar de todos os condicionamentos acima referidos, dispusesse dos bens para a venda no mercado negro, não estando, assim, em condições de fornecer aos clientes detentores de senhas de racionamento.

Com a entrada em funcionamento da IGA, passaram a ser fornecidas trimestralmente cadernetas com as várias senhas dos géneros racionados. Para ser válida, a senha precisaria de conter o nome do produto, “o concelho onde fora emitida, a indicação do mês e do ano” (Pousa, 2000:31). O consumidor também teria de estar inscrito num determinado estabelecimento comercial, onde levantaria o seu contingente. A criação daquele último organismo não acabou com o desejo de defraudar o sistema de racionamento, visto que um dos principais esquemas utilizados passava pela inscrição junto dos comerciantes de falsos consumidores. Usavam-se, assim, aumentar o contingente destinado ao retalhista, que posteriormente encaminhava os bens para o mercado negro e para o contrabando. Os nomes “eram comprados aos próprios funcionários da Intendência, nomes esses extraídos dos cadernos de racionamento existentes nos serviços, pagando o comerciante por cada nome cerca de 12\$00” (Pousa, 2000:35).

O segundo pós-guerra acabou por ser um período de balanço e de aplicação de uma política de importação massiva de géneros alimentícios, o que permitiu um certo desafogo no quotidiano das populações. A própria IGA foi alvo de uma reformulação e a sua Secção de Fiscalização passou a designar-se, em Março de 1947, a Secção de Contencioso. Já as instituições que faziam parte da grande máquina da economia corporativa em contexto de economia de guerra foram alvo de um inquérito que

⁹⁸ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao seu homólogo da Lousã, Correspondência Enviada pela C.M.G., 9 de Março de 1942, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

⁹⁹ Em 1943 sugeria-se o valor de 0\$60 a cobrar semestralmente a cada chefe de família. Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 11 de Novembro de 1943, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

salientou o evidente, um alto grau de burocracia e o nítido aumento do número e das competências dessas entidades. Contudo, o *Relatório geral da Comissão de Inquérito aos elementos da organização corporativa* serviu mais como uma “catarse da burocracia corporativa” (Garrido, 2003:617) do que para nomear e agir sobre os culpados das ilegalidades.

O racionamento não acabou imediatamente após o fim da guerra. Só em meados dos anos 50 foram libertos de tal constrangimento alguns géneros condicionados desde o início dos anos quarenta. O Estado Novo, ao contrário do que inicialmente defendeu, manterá e até robustecerá a intervenção na economia através dos Organismos de Coordenação Económica. A título de exemplo refere-se a criação da Comissão de Coordenação Económica em Outubro de 1950. O caminho para o fim do “intervencionismo e corporativismo” e do “intervencionismo de guerra” na economia portuguesa foi longo e só apressado devido à pressão internacional, primeiramente no âmbito da EFTA e depois da CEE.

4- Expressão social da crise dos abastecimentos

4.1- Queixas e protestos

Poder-se-á viver sem liberdade mas nunca sem alimentação. A população portuguesa, apesar de viver sob um regime autoritário e repressivo não deixou, durante um período de condições particularmente difíceis, de lutar pela sua sobrevivência. Foi na zona de fronteira que se registavam mais constrangimentos informais nos abastecimentos, sobretudo devido à proximidade física com Espanha, que desde 1936 enfrentava uma complicada situação económica motivada pela guerra civil. Os primeiros ecos de especulação e de açambarcamento surgiram, assim, na região antes do eclodir da Segunda Guerra Mundial, provocados pelo conflito espanhol.

Corria a Primavera de 1939 quando irromperam nas páginas d’A *Guarda* as dificuldades sentidas pelos consumidores para conseguir adquirir uma das produções mais abundantes da região, a batata. O tubérculo estava a ser guardado pelos intermediários, que o haviam comprado a um baixo preço aos lavradores e que, ao não o introduzirem no mercado, fomentavam uma subida especulativa dos preços. Aparentemente, a situação resultaria da “conquista da Catalunha, que criou uma procura inesperada [de batata] ”¹⁰⁰. Em Setembro de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, houve um agravamento das preocupações com o açambarcamento e com a alta inusitada de preços.

O Governo procurava tranquilizar a população assegurando que não se iriam verificar os problemas ocorridos aquando do primeiro conflito mundial (1914-1918). O Estado fazia ainda saber que o país dispunha das reservas necessárias para a população e que actuaria implacavelmente contra quem colocasse em causa a economia nacional. No entanto, apesar da mensagem de optimismo, iam-se verificando, quer um armazenamento anormal de batatas e de centeio, quer uma “subida teimosa, crescente e infundada [dos preços] ”¹⁰¹. Com a escalada da guerra e a inevitável mobilização das economias nacionais, os consumidores viram os efeitos especulativos propagarem-se a outros bens. Refere-se a situação do petróleo, que se vendia em algumas localidades da

¹⁰⁰ Redacção, “Um problema grave”, *A Guarda*, 21 de Abril de 1939, p.2.

¹⁰¹ Redacção, “A subida dos preços”, *A Guarda*, 13 de Outubro de 1939, p.3.

zona de Trancoso a valores acima do dobro estabelecido na tabela, originando queixas por parte dos particulares¹⁰².

Não obstante, eram os cereais panificáveis os alvos preferenciais dos especuladores e açambarcadores, despoletando os primeiros sinais de alarme face a uma potencial agitação social no distrito. Apesar das promessas de forte fiscalização sanções punitivas dos infractores, a verdade é que os cereais, tão necessários para a alimentação das classes populares escasseavam e as escassas quantidades que apareciam no mercado tinham preços proibitivos para a generalidade das bolsas. Tal era a preocupação manifestada pelo Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, concelho produtor de cereais – nomeadamente trigo – e cuja população se debatia com muitas dificuldades em adquiri-lo.

O clima de paz social era frágil e, num horizonte próximo, o autarca temia por “tumultos tanto mais que devido ao mau ano agrícola os trabalhadores rurais pouco trabalho terão”¹⁰³. As condições económicas de uma substancial franja da população estavam a ser agravadas pela avidez de uma minoria de pessoas, que tentavam controlar o mercado, esperando pelo preço mais conveniente para venderem os bens açambarcados. Outro factor que concorria para a alta dos preços de bens essenciais e para falhas no mercado era o problema dos transportes. Mesmo em situação de paz, o interior do país era servido por estradas em condições deficientes e por caminhos-de-ferro que serviam mal os interesses do público, dando por isso lugar a críticas severas da imprensa de âmbito nacional¹⁰⁴. A Segunda Guerra Mundial tornou ainda mais difícil o acesso a combustível, a novo material circulante e a peças de substituição.

O levantamento popular, ocorrido de Fevereiro de 1941 na freguesia de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, não terá surpreendido completamente o Governador Civil nem o poder central. Ambas as instâncias já tinham sido informadas pelas autoridades locais de potenciais sinais de agitação social.

¹⁰² Carta enviada pelo Conde de S. Miguel ao Governador Civil da Guarda onde é relatado que o petróleo estava a ser vendido na vila a 2\$00 o litro e nas aldeias a 2\$50 e 3\$00 quando, o valor de venda ao público na tabela era de 1\$60 (12 de Janeiro de 1940), *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

¹⁰³ Carta enviada pelo Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo ao Governador Civil da Guarda, 20 de Agosto de 1940, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida das Câmaras Municipais*.

¹⁰⁴ Em 19 de Abril de 1940 o jornal *A Guarda* dá conta dos problemas económicos do país, destacando um artigo do *Novidades* onde são focadas as deficiências nos transportes (ferroviário e rodoviário).

Aparentemente, a população revoltara-se “opondo-se à saída do centeio”¹⁰⁵, que era levado dos celeiros da região pela mão da Federação Nacional dos Produtores de Trigo e que raramente reaparecia sob a forma de farinha ou pão. Alertado para a situação, o Governador Civil procurou averiguar as condições dos *stocks* e do consumo daquele cereal. Inquiriu para efeito o Presidente da CMG¹⁰⁶, principal concelho do distrito.

O autarca assegurou ao Governador Civil que não havia motivos de preocupação e que caso viessem a existir contactá-lo-ia de imediato. Foi isso que se passou com o edil de Manteigas, onde “falta tudo [...] mas especialmente arroz, bacalhau, massas, azeite, centeio, milho e batata.”¹⁰⁷ Para fazer face aos acontecimentos o Presidente informava que decretara a proibição da saída de géneros alimentícios do concelho, objectivo aparentemente difícil de atingir, pois o preço dos bens mais cobiçados atingia valores muito elevados (o alqueire (15 litros) de milho vendia-se a 16\$00 e o de centeio a 19\$00). A fuga dos géneros deveria ser intensa, uma vez que a população existente no concelho rondava os 4840 habitantes e a produção declarada de batata as 2 699 toneladas¹⁰⁸. Feitas as contas, cada pessoa teria, teoricamente, ao seu dispor 557 kg do tubérculo.

A norte do distrito, mais precisamente no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a agitação das populações manteve-se em algumas localidades, motivando o autarca a solicitar o fornecimento de farinha. Em Junho de 1941, o Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo enviou um telegrama ao Governo Civil, que posteriormente o encaminhou para a Federação Nacional dos Industriais de Moagem, onde se referia que o “povo encontra-se alvoroçado. Falta pão.”¹⁰⁹ O avanço do contrabando era cada vez mais visível, merecendo o destaque da imprensa: “Não haviam podido comprar um pedaço de pão para matar essa fome!”¹¹⁰ A busca pelo do avultado e especulativo atingia agudamente a zona da raia, onde se ouviam relatos da venda de alqueires de centeio a 30\$00. Estes cereais, pagos a peso de ouro, tinham como principal destino o contrabando para Espanha.

¹⁰⁵ Carta do Governador Civil ao chefe de gabinete do Ministério da Economia relatando um levantamento popular na freguesia de Escalhão, 8 de Fevereiro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida da I Secção*.

¹⁰⁶ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 10 de Março de 1941, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal*.

¹⁰⁷ Carta do Presidente da Câmara Municipal de Manteigas para o Governador Civil da Guarda, 31 de Maio de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

¹⁰⁸ Anuário Estatístico de 1941

¹⁰⁹ Telegrama expedido pelo Governo Civil da Guarda para a FNIM em 2 de Junho de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Telegramas Expedidos*.

¹¹⁰ Redacção, “Abusos a corrigir”, *A Guarda*, 6 de Junho de 1941, p.2.

Tais “actividades paralelas” eram conhecidas de toda a população, inclusive das autoridades locais que clamavam por medidas condicionadoras da circulação dos géneros. Sugeriam o uso das guias de trânsito, um aumento da fiscalização dos preços praticados nos mercados e, sobretudo, a insistência na maior mobilização e eficácia no preenchimento dos manifestos agrícolas. Caso as referidas medidas não fossem tomadas, asseguravam que estaria seriamente comprometido o normal abastecimento das populações e a manutenção da paz social. O próprio autarca de Figueira de Castelo Rodrigo já não duvidava em afirmar e garantir que, apesar da boa colheita de 1941, “aos Celeiros irá menor quantidade de trigo que foi no passado ano”¹¹¹. A explicação residia nos vantajosos preços pagos pelos contrabandistas, compradores do trigo daquela região entre 100\$00 e 150\$00 por cada 50 quilos. Isto quando o cereal não era levado de Portugal já transformado em pão, pois “os fornos cozem dia e noite, e até mesmo aos domingos”¹¹² nas povoações fronteiriças.

As primeiras queixas sobre a escassez de pão tiveram, pois, origem no concelho que era o maior produtor de cereais do distrito da Guarda. No entanto, durante o Verão de 1941 verificaram-se casos semelhantes em Trancoso, Celorico da Beira, Aguiar da Beira, Seia e Sabugal. Neste último, o autarca ainda se lamentava do baixo contingente atribuído ao seu concelho, que segundo os seus cálculos dava “cinquenta gramas de pão por dia”¹¹³ aos munícipes e ao mesmo tempo colocava em causa o funcionamento da única padaria da vila por falta de matéria-prima. As autoridades locais não eram as únicas a queixar-se da situação. Indivíduos anónimos e o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios de Loriga, freguesia do concelho de Seia, juntavam-se aos protestos com um denominador comum, os preços proibitivos de alguns géneros de primeira necessidade. Os relatos colocavam o “pão de segunda” a custar 3\$00 cada 1,5kg (para além do mais com um peso inferior ao estabelecido). Por sua vez, o milho era vendido a 27\$00 cada 20 litros.

Face à escalada de preços e à escassez de bens, a agitação popular era inevitável, como se verificou no Verão de 1941. A população de Figueira de Castelo Rodrigo tentou barrar a saída de centeio do celeiro da FNPT para uma fábrica de moagem em Almendra, localidade do vizinho concelho de Vila Nova de Foz Côa (Ver Anexo VII).

¹¹¹ Carta do Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ao Governador Civil da Guarda, 23 de Junho de 1941, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

¹¹² Carta do Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ao Governador Civil da Guarda, 23 de Junho de 1941, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

¹¹³ Carta do Presidente da Câmara Municipal do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 5 de Agosto de 1941, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

A intervenção do edil sanara a situação, mas aproveitava a exposição ao Governador Civil da Guarda para dar conta de uma informação que ia no sentido inverso ao exposto pelo mesmo no último mês Junho. Referira então que ”a colheita de trigo no corrente ano deve considerar-se regular neste concelho, e sem optimismo exagerado pode afirmar-se que se aproxima mais de uma colheita boa do que uma colheita deficitária”¹¹⁴. Aparentemente, as condições alteraram-se: “A colheita de cereais foi aqui muito escassa”¹¹⁵, o que colocava a possibilidade de surgirem novos problemas.

Numa outra missiva para o Governador Civil, o autarca daquele concelho manifestava a sua preocupação com o Decreto-lei nº 31:452, de 8 de Agosto, que regulava a compra e venda de centeio, pois, no seu entender, vinha atentar contra os interesses legítimos das populações. Para garantir o abastecimento a todo o território nacional os proprietários eram obrigados a entregar os seus cereais à FNPT, que depois os distribuiria através dos comerciantes. Com esta medida defendiam-se sobretudo os interesses nacionais e não tanto os locais. Ao entregarem os bens agrícolas as regiões produtoras de cereais estavam posteriormente sujeitas aos condicionalismos da sua distribuição pelas estruturas oficiais, com os consequentes atrasos, limitados contingentes ou, mesmo, ausência. Podia assim, acontecer, que aqueles que haviam produzido os cereais de fornecimento não os tinham para consumo. As populações não conseguiam entender tal opção e a solução, aos olhos do Presidente de Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, passaria pela venda directa ao público dos cereais na delegação da FNPT instalada no concelho, sob pena de ocorrência de mais levantamentos populares (como se irá verificar no mês de Novembro de 1941).

O aproximar do Inverno trouxe novas situações de carestia, desta vez no próprio concelho da Guarda, na freguesia rural do Rochoso, onde a população lutava contra as mesmas dificuldades, no que concerne à obtenção de pão para o seu próprio consumo. As condições mereciam alguma inquietação, pois o Governador Civil interveio telegraficamente junto da Federação Nacional dos Industriais de Moagem para exigir a ”entrega imediata das requisições de farinha feitas por este Governo Civil em virtude de haver absoluta falta nesta cidade aquele produto.”¹¹⁶ A realidade distrital, mais concretamente o concelho de Pinhel, chegou a merecer as atenções do *Primeiro de*

¹¹⁴ Carta do Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ao Governador Civil da Guarda, 23 de Junho de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção.*

¹¹⁵ Carta do Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ao Governador Civil da Guarda, 20 de Outubro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção.*

¹¹⁶ Telegrama expedido pelo Governador Civil da Guarda para a FNIM a 5 de Janeiro de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Telegramas Expedidos.*

*Janeiro*¹¹⁷, que relatou as dificuldades sentidas pelas classes populares em adquirir o pão devido ao preço exorbitante dos cereais.

Os queixumes das populações devem ter surtido efeito, visto que alguns dos concelhos do distrito (Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Guarda, Manteigas, Sabugal, Seia, Vila Nova de Foz Côa e Trancoso¹¹⁸) adoptaram o racionamento – ou então o condicionamento – de alguns dos principais géneros alimentícios (açúcar, bacalhau, arroz) a partir da Primavera de 1942. Neste grupo inicial não figuram, no entanto, os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Pinhel, apesar de aí haver sérios problemas devido à escassez e à alta dos preços daqueles bens de consumo.

Em virtude das novas medidas de controlo ou de um afrouxamento do contrabando, o facto é que se passaram vários meses sem que dessem entrada novas reclamações junto do Governador Civil da Guarda excepção feita a descatos ocorridos em Celorico da Beira que acabaram com algumas prisões. O motivo por detrás deste descontentamento terá residido nos valores do contingente mensal dos bens racionados, que atingia nas freguesias rurais apenas 150gr de arroz e de bacalhau¹¹⁹ por pessoa.

A paz social no distrito só voltará a ser posta em causa com o aproximar a época dos trabalhos agrícolas, período em que havia uma maior necessidade de braços para a agricultura e de géneros alimentícios para entregar a título de pagamento a esses mesmos trabalhadores. Retomavam-se as críticas contra os contrabandistas e contra as autoridades responsáveis pela fiscalização e punição das actividades ilegais. Os primeiros pareciam actuar impunemente em toda a zona da raia, privando as populações dos bens de primeira necessidade. Os “representantes da lavoura” também não se esqueciam do minério que “levava todos os braços de homens e mulheres, rapazes e raparigas”¹²⁰ e provocaria sérios constrangimentos. Colocava muitas vezes em causa a realização dos trabalhos agrícolas, sobretudo pela elevação dos salários que podiam atingir os 30\$00 diários com comida e vinho (Ver Anexo VIII).

O fim do estio trará a agitação dos ânimos de algumas populações do sul do distrito fruto da escassez de um bem alimentar que também era utilizado como

¹¹⁷ Carta do Instituto Nacional do Pão para o Governador Civil da Guarda, 6 de Fevereiro de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹¹⁸ Cartas dos Presidentes da Câmara do Distrito ao Governador Civil da Guarda, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹¹⁹ Carta enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira ao Governador Civil da Guarda, 14 de Abril de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida*.

¹²⁰ C.N., “O preço dos cereais”, *A Guarda*, 14 de Agosto de 1942, p.3.

combustível, o azeite. A questão da obrigatoriedade do seu manifesto à Junta Nacional do Azeite não tinha sido pacífica. As populações temiam pela burocracia com que teriam que lidar, mas sobretudo com o teor “socialista”¹²¹ da medida, pois colocava o produtor mãos do Estado e a confiança naquele Leviatã não era a melhor. Aparentemente, as únicas vantagens que os populares vislumbravam não eram para si, mas sim para os armazenistas, que reuniriam todo o azeite da região, detendo assim um grande poder nas suas mãos.

A falta de azeite obrigará o Presidente da Câmara de Fornos de Algodres a requisitar o mesmo, de modo a “evitar um motim, que já se esboçava”¹²², tomando-o directamente aos produtores para depois o mandar distribuir pelo comércio retalhista. Tal facto indiciava que a aplicação das novas regras estabelecidas pela JNA não estava a surtir efeito, levantando-se um novo coro de protestos para com o organismo e, sobretudo, para com os “que se dizem corporativistas [e] só conhecem do corporativismo a face dos lucros que ele lhes oferece. Outros consideram-no apenas um biombo com que escondem manobras usurárias e gananciosas.”¹²³

A desconfiança em relação ao Estado era grande, especialmente quando os sinais dados pelos seus representantes mais próximos das populações eram duvidosos. A JNA, para tentar esclarecer o problema e deslindar a falta de azeite em Fornos de Algodres, informou o Governador Civil do respectivo contingente atribuído àquele concelho, que no seu entender era o suficiente para a população, não sem antes salientar os “vários pedidos de guias para fazer sair azeite do concelho”¹²⁴ feitos por aquele autarca. Acrescente-se, que no concelho citado não tinha sido mandada suspender a exploração clandestina de minério durante a época dos trabalhos agrícolas, motivo para as queixas¹²⁵ de particulares, que não conseguiam arranjar braços para a apanha da azeitona. A falta de azeite também era vivida nos concelhos vizinhos. Em Loriga (Seia), os dirigentes do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios temiam pela reacção violenta dos operários que se encontravam privados daquele produto. A situação económica daqueles populares era complicada, pois os seus salários tabelados

¹²¹ Redacção, “O comércio do azeite”, *A Guarda*, 4 de Setembro de 1942, p.2.

¹²² Carta enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres ao Governador Civil da Guarda, 25 de Setembro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹²³ Redacção, “Distribuição do azeite”, *A Guarda*, 20 Novembro de 1942, p.2.

¹²⁴ Carta da Junta Nacional do Azeite ao Governador Civil da Guarda, 7 de Dezembro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹²⁵ Carta de um particular ao Governador Civil da Guarda, 25 de Novembro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

não lhes permitiam a aquisição dos bens alimentares essenciais, ainda inflacionados pelo poder de compra acrescido dos homens da apanha de minério. De Loriga chegavam relatos de batata vendida a 25\$00 cada arroba e de vagens [feijão verde] que custavam 4\$00 o quilo¹²⁶.

Quem não avisou dos seus protestos foi a população da aldeia de Nespereira, amotinando-se perante as autoridades policiais na tentativa de impedir a saída do azeite para a sede de concelho (Gouveia). Todavia, apesar dos “toques de sinos a rebate e tiros”¹²⁷, o precioso líquido foi levado, deixando para trás alguns feridos e uma interrogação do Governador Civil sobre o sucedido: “Mas será esta uma boa organização?”¹²⁸

As populações continuavam a não aceitar pacificamente a intromissão do Estado no seu quotidiano porque aquele controlo manietava as possibilidades de obterem inabituais mais-valias com a venda dos seus produtos. Todavia, o que causava um maior desconforto era o facto dos organismos de gestão da economia de guerra ao repartirem os bens agrícolas pelo país, impedirem a reprodução dos circuitos de auto-abastecimento a que as populações rurais estavam habituadas. Tal situação obrigava a provações pouco compreensíveis, como a de comer “o caldo e as migas sem azeite já aproximadamente há um ano!”¹²⁹ no concelho de Vila Nova de Foz Côa, um dos maiores produtores daquele óleo alimentar no distrito da Guarda.

O egoísmo, a ânsia pelo lucro e a precariedade, quer do empenhamento cívico, quer da confiança na equidade da acção do Estado e das elites, contribuíram para o agravamento das dificuldades económicas ao nível local e, conseqüentemente, à escala nacional. Os particulares preocupavam-se sobretudo com o seu agregado familiar e as Câmaras Municipais faziam do “seu concelho um país dentro do país”¹³⁰. Era vulgar encontrar estas atitudes em pequenos actos individuais que tinham uma grande relevância para a economia, como por exemplo os manifestos falseados. A tentativa do Estado de conhecer exactamente os valores das produções dos géneros agrícolas, ao obrigar ao preenchimento daqueles impressos, era frustrada com as declarações erradas

¹²⁶ Carta da Secção de Loriga do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito da Guarda, 6 de Julho de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção*.

¹²⁷ Carta do Governador Civil da Guarda para o Ministério do Interior e Presidência do Conselho, 2 de Março de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹²⁸ *Idem, ibidem*.

¹²⁹ Carta de um comerciante de Almendra ao Governador Civil da Guarda, Agosto 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

¹³⁰ Redacção, “Carta de Lisboa – Os responsáveis da questão”, *A Guarda*, 19 Março de 1943, p.2.

ou com a ausência de respostas. Os agricultores guardavam uma parte considerável das colheitas para serem vendidas por preços mais convidativos (alheios ao tabelamento) para gastos domésticos ou como forma de pagamento aos trabalhadores eventuais. Os lamentos e a revolta dos que não podiam comprar os produtos inflacionados fazia-se sentir, sobretudo, quando viam os seus vizinhos enriquecer com os ganhos obtidos na adulteração dos manifestos: “Nesta terra apenas manifestaram 4 dos proprietários e esses puseram uma insignificância do que tinham, António Vicente manifestou 130 alqueires quando ele recolhe anualmente aproximadamente 700 alqueires e os outros foram a mesma linha.”¹³¹.

Os números do mercado paralelo em Portugal, durante a Segunda Guerra Mundial, ainda não foram alvo de um estudo aprofundado como o já realizado na vizinha Espanha, onde se concluiu que “las cantidades comercializadas en el mercado ilegal alcanzaron una importancia extraordinaria. Barciela (1981) ha demostrado que el mercado negro superó al oficial en el trigo y Gutiérrez (1983) que estuvo muy cercano en el caso del aceite” (Barciela, 2003:69).

A criação da Intendência Geral dos Abastecimentos, em Agosto de 1943, foi uma tentativa de centralização, num único órgão, de toda a parafernália que dizia respeito aos abastecimentos, de modo a exercer um controlo mais apertado sobre produtores e consumidores. Contudo, a aceitação do novo organismo não foi harmoniosa, como veremos mais adiante, pois vários poderes locais demonstraram alguma aversão à intrusão da nova agência nas respectivas esferas de competência. Populares e, por vezes, os Presidentes de Câmara continuaram a fazer chegar os seus lamentos e reivindicações junto do Governador Civil, ignorando completamente a reestruturação que havia sido feita. Este último manteve-se como a principal autoridade do distrito, a instância à qual as forças policiais deviam obediência e junto da qual faziam chegar a informação sobre as alterações à ordem pública. Desacatos esses que continuaram a verificar-se até depois no fim da guerra. Em 1944 e no concelho de Seia, na localidade de Santa Marinha, o *modus operandi* da população era o idêntico ao verificado em muitas outras situações: tocavam-se os sinos a rebate, reunia-se o povo e tentava-se impedir a saída dos cereais da localidade. As dúvidas levantadas pelo Governador Civil sobre a eficácia da condução das operações policiais eram

¹³¹ Carta de vários particulares da povoação de Sameiro ao Governador Civil da Guarda, 23 de Agosto de 1943, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida das Câmaras Municipais pela 1ª Secção*.

confirmadas pelo relato do autarca, que aludia aos “Impotentes dois agentes da Polícia aqui em serviço para manterem ordem”¹³². A situação deveria ser rapidamente alterada, sob pena de a agitação social se espalhar a povoações vizinhas.

Se a nível mundial o conflito sofreu alterações decisivas a partir de 1943, o mesmo não aconteceu no combate que a população portuguesa travava pela sobrevivência. Em 1944 a falta de pão acentuou-se e as queixas assumiam um carácter regular, surgindo dos mais diversos pontos do distrito: Gouveia, Manteigas, Celorico da Beira, Vila Nova de Foz Côa, Seia, Pinhel, Almeida, Sabugal, Meda, Fornos de Algodres, Guarda. A imprensa relatava com especial atenção os factos ocorridos na capital de distrito: “Diariamente juntam-se às portas destes estabelecimentos [padarias] grande número de pessoas, que disputam o melhor lugar”¹³³, chegando a formar bichas várias vezes durante o dia.

O Governador Civil encaminhava as queixas para o delegado da IGA e, ao mesmo tempo, incitava o comandante da PSP a “ordenar um rigoroso e rápido inquérito”¹³⁴, a estar preparado, pois a “extrema tensão em que se vive pode provocar [distúrbios] de um momento para o outro”¹³⁵. Não existem grandes dúvidas de que o principal responsável pela alta dos preços e pela falta de géneros era o contrabando. No entanto, não se pode deixar de salientar a inoperância ou má vontade revelada por algumas autoridades, como o caso das Câmaras Municipais e das Comissões Reguladoras do Comércio Local de Fornos de Algodres e do Sabugal, as quais apesar de conhecerem a realidade, não instituíram rapidamente o racionamento do pão¹³⁶.

Outras vezes, os problemas derivavam da irregular e discricionária distribuição das senhas de racionamento, concedidas em duplicado à mesma pessoa ou usadas como meio de pressão. Observa-se, a este propósito o seguinte exemplo: “O caso não é novo. Já em mais duas freguesias se tentou cobrar coercivamente a cômgrua para o Padre não se entregando as senhas de racionamento”¹³⁷.

¹³² O Governador Civil transcreve para o comandante da PSP da Guarda o telegrama do Presidente da Câmara Municipal de Seia, 15 de Fevereiro de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*.

¹³³ Redacção, “Distribuição do pão”, *A Guarda*, 10 de Março de 1944, p.3.

¹³⁴ Governador Civil da Guarda envia carta ao comandante da PSP da cidade Guarda, 4 de Abril de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹³⁵ *Idem, ibidem*.

¹³⁶ Carta do Governador Civil da Guarda ao Delegado da IGA, 19 de Maio de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*. O racionamento do pão entrou em vigor em Abril de 1944.

¹³⁷ Carta do Presidente da Câmara da Guarda para o Governador Civil da Guarda, 21 de Novembro de 1944, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

Se estes contratemplos podiam ser resolvidos pelos poderes locais, já outros fugiam completamente da sua intervenção, como as péssimas vias de comunicação, ou os frequentes atrasos no envio dos respectivos contingentes de géneros alimentícios, contribuindo ambos para uma descrença e desconfiança cada vez maior em relação ao Estado.

Foi o enfraquecimento do III Reich e dos outros países do Eixo, assim como a pressão dos Aliados sobre Portugal e a negociação de vários acordos comerciais que permitiram o atenuar das difíceis condições económicas do país e da sua população. Os problemas não acabaram de um dia para o outro, mas a cadência com que se manifestavam foi cada vez menor. Não fossem as “alterações de ordem pública”¹³⁸ para impedir a requisição de azeite ocorridas em Paranhos (concelho de Seia) e a “situação aflitiva devido falta absoluta pão”¹³⁹ vivida no concelho do Sabugal na Primavera e pouco mais haveria a registar sobre o estado do distrito no crepúsculo da guerra. O retrato da região na imprensa também era diferente. As queixas já não se focavam tanto na ausência do pão mas sim na sua qualidade (“salgado e mal cozido”¹⁴⁰). A retoma económica deu também alguns sinais visíveis através da criação de um mercado de gado semanal na cidade da Guarda e, sobretudo, com o intenso tráfego ferroviário de passageiros causador de reclamações pois “mal se cabe [cabia] no comboio”¹⁴¹.

Um pouco em contra ciclo com a realidade nacional, o distrito conheceu as suas primeiras contestações laborais só no ano de 1946, bem após o Verão quente de 1943. O primeiro momento ocorreu quando os operários que reparavam a Estrada Nacional nº102, no concelho de Celorico da Beira, recusaram a sua “colaboração [nas obras] por escassear o pão”¹⁴². Um outro incidente deu-se na localidade de Casteleiro, concelho de Sabugal, onde alguns elementos incitavam “os trabalhadores rurais a exigir aumento de salário sob pena de abandonarem o trabalho”¹⁴³, causando uma perigosa efervescência na zona e levando o Governador Civil a transmitir essa preocupação ao comandante da GNR. Totalmente enquadradas no quotidiano nacional estavam as inúmeras queixas

¹³⁸ Carta do Governador Civil ao comandante da G.N.R. da cidade da Guarda, 28 de Novembro de 1945, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹³⁹ Governador Civil envia uma informação ao Delegado Distrital da IGA em 25 de Março de 1945, *ADG, Fundo do Governo Civil, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*.

¹⁴⁰ Redacção, “Coisas da Guarda – O pão que se come”, *A Guarda*, 23 de Fevereiro de 1945, p.2.

¹⁴¹ Redacção, “Precisa mais carruagens”, *A Guarda*, 1 de Junho de 1945, p.2.

¹⁴² Carta do Governador Civil da Guarda ao Intendente Geral dos Abastecimentos, 28 de Janeiro de 1946, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹⁴³ O Governador Civil envia uma informação ao comandante da G.N.R. da cidade da Guarda, em 25 de Fevereiro de 1946, *ADG, Fundo do Governo Civil, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*.

relativas ao corte de lenhas, fundadas no baixo preço pago aos proprietários, mas, sobretudo, “na forma irregular por que o serviço é feito, não se pesando as lenhas imediatamente após o corte”¹⁴⁴. Esta disputa vai originar, só no ano de 1946, quarenta e uma queixas por parte da Direcção do Serviço de Requisição de Lenhas do Ministério da Economia junto da Câmara Municipal da Guarda, motivadas pela oposição levantada pelos proprietários ao abate das árvores requisitadas na área do seu concelho.

Com o fim da guerra, através do Ministro da Economia Supico Pinto, o Estado Novo iniciará uma política de importação de géneros alimentícios, visou-se saturar o mercado de bens de consumo, provocando o embaratecimento dos seus preços e ” esvaziando-se assim o mercado negro” (Rosas, 2000:129). Não obstante a medida referida, o distrito pagou a sua interioridade na demora que se fizeram sentir os seus efeitos, pois as acusações de especulação mantiveram-se, sobretudo nos concelhos mais a sul (Gouveia e Seia). A entrada de Daniel Barbosa no Ministério da Economia, em 1947, acabou por quase erradicar os ecos do mercado negro da região. Aquele governante mereceu os mais rasgados elogios por parte da imprensa local, acompanhado no entanto por apontamentos sibilinos: “Mas cautela. A guerra encheu os intermediários e enriqueceu a indústria.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 17 de Novembro de 1946, *AMG, Correspondência Expedida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁴⁵ Redacção, “Aos lavradores – Cuidado com o pânico”, *A Guarda*, 13 de Junho de 1947, p.2.

4.2- Expedientes de poder e sobrevivência

As dificuldades provocadas pela guerra criaram oportunidade de afirmação dos pequenos poderes locais, quer institucionais quer privados. Governador Civil, autarcas, agentes policiais, funcionários dos organismos corporativos, de fiscalização, etc., com os seus actos interferiram na complexa engrenagem do abastecimento de géneros às populações. Faziam-no com o propósito de se beneficiarem ou, em sentido inverso de agilizar a distribuição de bens, regular os preços ou aumentar os contingentes de géneros a atribuir. As suas competências conferiam-lhes uma autoridade acrescida, pelo menos aos olhos dos populares, motivo que levou aqueles agentes sociais a defender a reprodução desta rede de dependências.

Do lado não oficial foram sobretudo os comerciantes que ganharam um lugar de destaque. Condicionavam o quotidiano das populações com a abertura discricionária das lojas só aos amigos; com a venda ou o açambarcamento dos produtos; com o respeito pelos preços tabelados, ou fixando valores especulativos; muitas vezes transferindo bens alimentares e outros para os concelhos onde sabiam que atingiriam valores mais elevados. Os conflitos entre estes homens e o Estado só começaram a surgir no ano de 1941, altura em que o controlo sobre a circulação e a distribuição dos géneros alimentícios foi aumentando.

Aqueles que deram os primeiros sinais de descontentamento foram os pequenos retalhistas, através do Grémio do Comércio do Distrito da Guarda. Queixaram-se da concorrência desleal praticada pelos armazenistas, que, do seu ponto de vista, faziam uma incorrecta distribuição das mercadorias. Os retalhistas eram obrigados a “implorar (como se se tratasse de uma esmola) para que lhes vendam 1 saco de arroz, de açúcar ou de massa; uns quilos de bacalhau. Obtém quase sempre esta simples resposta: não tenho. Mas observa-se ao mesmo tempo que esse armazenista tem todos esses artigos para vender directamente ao consumidor que sabe já só ali poder encontrar.”¹⁴⁶

As dificuldades, em vez de serem repartidas equitativamente, recaíam mais sobre uma parte, ameaçando o negócio do pequeno comerciante ao mesmo tempo que dinamizavam o do armazenista. Talvez despertado por estes factos, o Governador Civil da Guarda alertou as populações, através de um comunicado no jornal¹⁴⁷, para que estivessem atentas e assumissem elas o papel de primeiro agente fiscalizador. A

¹⁴⁶ Exposição do Grémio do Comércio do Distrito da Guarda ao Governador Civil da Guarda 17 de Maio de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da I Secção*.

¹⁴⁷ Comunicado do Governo Civil, *A Guarda*, 11 de Julho de 1941.

desconfiança deveria fazer parte do quotidiano dos residentes no distrito mesmo perante decisões das autoridades, sob pena de estarem sujeitos a decisões controversas. Evoca-se o exemplo do sucedido na vila de Trancoso, onde o comandante do Posto da GNR fazia uma interpretação *sui generis* da lei, não autorizando o transporte de quaisquer mercadorias sem as respectivas guias de trânsito, mesmo “cal, cimento, madeiras, artigos de lavoura, ferragens, telhas, tijolos, ferro, carvão, cerveja, carboneto, mobílias de ferro, ferramentas”¹⁴⁸.

A distribuição dos géneros aos consumidores foi a problemática mais premente face a alguma desorganização do poder central e à entropia causada pelos poderes locais, cujo principal interesse parecia, por vezes, passar ao lado das populações. Devido à irregularidade no abastecimento, mas, sobretudo, à falta de transportes, a Junta de Freguesia de Gonçalo, concelho da Guarda, pediu ao Grémio do Comércio do Distrito¹⁴⁹, em Março de 1942 e com a anuência do Presidente da CMG, que o sistema de distribuição das senhas de racionamento dos comerciantes da localidade fosse alterado. Todas as senhas seriam canalizadas para a autarquia, que posteriormente as encaminharia para os respectivos receptores. Motivados pelas dificuldades em deslocarem-se à sede de concelho, os comerciantes de Gonçalo pretendiam assim reduzir as suas viagens. Levantariam os produtos todos de uma só vez, evitando que os mesmos ficassem por levantar como já ocorrera.

O Grémio compreendia a situação e até estaria disposto a aceitar a proposta, apesar de continuar a achar que tal “pouco adiantaria porque a mercadoria não vem toda junta mas sim em partidas diversas.”¹⁵⁰ Outra razão por detrás deste escasso empenho em colaborar resultaria do facto de os produtos não levantados pelos comerciantes serem vendidos a outros. Se nesta situação era o interesse das populações que estava em causa, havia outras em que era difícil identificar quem pedia o quê devido ao grau de promiscuidade existente. Em Janeiro de 1942 dava entrada no Governo Civil Guarda um pedido da Junta de Freguesia da Rebolosa, concelho do Sabugal, instando a autoridade a ajudar a população que estava a passar por uma grave carestia de géneros alimentícios, sobretudo pão. A autarquia sugeria que fosse autorizado ao comerciante

¹⁴⁸ Exposição ao Governador Civil da Guarda de um armazenista de mercadorias de Trancoso, 7 Fevereiro de 1942, ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela II Secção relativa a Requisição de Géneros*, cx.206.

¹⁴⁹ Exposição do Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 28 de Março de 1942, AMG, *Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁵⁰ Resposta do Grémio do Comércio do Distrito à pretensão da freguesia de Gonçalo, 4 de Abril de 1942, AMG, *Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

local, o Sr. José Francisco Barros, a aquisição dos tão necessários cereais para aquela povoação. O pedido era formulado pelo Regedor e restantes membros da Junta de Freguesia, encabeçada por um tal José Francisco Barros...

O clima de egoísmo parecia universal. A generalidade dos comerciantes não se preocupava com o bem colectivo mas sim com os lucros individuais, aproveitando todas as oportunidades nem que para isso prejudicassem os seus vizinhos. O fim da Primavera de 1942 foi marcado por uma maior vigilância e repressão para com os talhantes por parte da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, pois aqueles comerciantes, apercebendo-se da redução do consumo nalguns concelhos e dos preços pouco atractivos aí praticados, começaram a vender os produtos noutros concelhos, aproveitando-se das necessidades das populações e do seu maior poder de compra.

Quanto aos organismos de fiscalização e controlo, também o seu comportamento não era potenciador a uma mudança de comportamento por parte das populações. As Comissões Reguladoras do Comércio Local alteravam, por vezes, os preços fixados pelo Governo Civil para determinados géneros. Faziam tábua rasa das indicações emanadas superiormente alegando “com umas sofisticas razões de despesas de transporte”¹⁵¹. A explicação para tal facto talvez resida na falta de escrúpulos dos funcionários ou na sua incompetência. Não seriam os mais capazes os que estavam nestes organismos, como lamentava a Comissão Concelhia da União Nacional do Sabugal, reconhecendo que “parece ter havido o propósito de escolher pessoas sem competência, o que faz lembrar ser a Delegação [da IGA] uma dependência do Albergue Distrital e não uma repartição.”¹⁵²

As relações entre as estruturas do Estado também não eram as melhores tendo em conta a cooperação que deveria existir entre elas para defender os “superiores interesses da economia nacional”. Cada Director, Delegado, Presidente de Câmara ou de Junta de Freguesia, cuidava geralmente do seu serviço ou das suas populações como se vivessem em pequenos universos, isolados do resto da realidade. Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal teve uma infinidade de pequenos caseiros, cada um com o seu cadinho de terras e de gentes. Os sinais deste pequeno feudalismo sentiam-se no modo

¹⁵¹ Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 2 de Maio de 1944, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁵² O Governador Civil envia ao Delegado Distrital da Intendência Geral dos Abastecimentos a transcrição da carta da Comissão Concelhia da União Nacional do Sabugal, 13 de Abril de 1946, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

com que cada organismo encarava as intromissões no seu mundo, acoçando imediatamente os intrusos.

Assim actuou, por exemplo, o Presidente da Câmara Municipal da Guarda para com o Presidente da Delegação do Porto da Federação Nacional dos Produtores de Trigo. A um pedido de informações enviado por um responsável daquele organismo corporativo o edil respondeu nos seguintes modos: “ Não foi a Comissão Reguladora do Comércio que solicitou d’essa Federação o quer que fosse. [...] As informações que me são dadas no referido ofício deviam constar do anterior e assim se evitava troca de correspondência que rouba tempo precioso para outros assuntos a resolver. [...] Permita-me V.^a Ex.^a que chame a sua atenção para a forma como vem redigido o segundo período do referido ofício [...] quando diz “devendo V.^a Ex.^a informar-me na volta do correio”. Quem escreveu este período, é impossível que esteja convencido que o signatário do presente ofício é caixeiro ou empregado d’essa Delegação a quem se dão ordens”¹⁵³. Uma tal chamada de atenção visava definir as fronteiras das competências entre os diferentes organismos, ao mesmo tempo que o edil demarcava o seu território. O poder judicial também era envolvido e os autarcas, confrontados com decisões não favoráveis aos seus interesses, lançavam mão dos artifícios mais rebuscados para, através do Governador Civil, pressionarem um volte face nem que para isso usassem da chantagem¹⁵⁴.

Os choques entre poderes afectavam diversas autoridades, inclusive o Governador Civil da Guarda, que em 1942¹⁵⁵ foi chamado à atenção por requisitar a farinha sem informar a Comissão Reguladora das Moagens em Rama, efectuando a aquisição e distribuição de cereais sem as respectivas autorizações da FNPT. A juntar à complexidade da pesada máquina dos abastecimentos, acrescia-se a falta de comunicação entre os seus diferentes componentes, o que contribuía para o surgimento de pequenos malentendidos, originadores de muitas queixas¹⁵⁶. No entanto, a luta pela capacidade de decidir e bonificar ou penalizar vinha ao de cima sempre que um novo organismo surgia e provocava um conflito entre velhos e novos poderes. A criação da Intendência Geral dos Abastecimentos no Verão de 1943, entidade que iria centralizar

¹⁵³ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Presidente da delegação da Federação dos Produtores de Trigo que lhe havia requerido algumas informações, 10 de Março de 1942, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁵⁴ Cfr. Anexo IX.

¹⁵⁵ Cfr. Anexo X.

¹⁵⁶ Cfr. Anexo XI.

tudo o que dizia respeito à questão dos fornecimentos às populações, contou com fortes resistências por parte de quem pressentia uma redução na sua esfera de influência, nomeadamente os autarcas.

O mal-estar fazia-se sentir no final do ano de 1943, quando o autarca da Guarda informou claramente o Governador Civil das suas intenções relativamente à Delegação da IGA: “Não as cumprir [as suas ordens] por não existir diploma legal que atribua à referida Intendência essa autoridade.”¹⁵⁷ Para além do inevitável choque de poderes, os conflitos eram alimentados pela falta de informação, natural tendo em conta o grande aparelho burocrático montado, que ocasionava inúmeros pedidos de esclarecimentos. O próprio Governo Civil¹⁵⁸ recebia inúmera assim como correspondência endereçada incorrectamente, pois deixara de ser uma autoridade competente para assuntos relacionados com o abastecimento.

Algumas das disputas representavam a intromissão do impessoal e distante poder central na esfera local, sacrificando muitas vezes os interesses ou os privilégios das populações locais em detrimento do colectivo nacional. Os autarcas, enquanto puderam e com algum apoio tácito do Governo Civil da Guarda, foram emperrando as acções dos representantes dos novos organismos centrais. Em Março de 1944, o Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, acumulando funções com a direcção da Comissão Reguladora do Comércio Local, impediu a saída do seu concelho de vários milhares de quilos de centeio requisitados pela IGA, agudizando a crispação entre as várias entidades. O Governador Civil defendeu a posição do autarca, alegando que o aparelho regulador e fiscalizador dos abastecimentos tinha sido mal montado pois, “tendo-se entregue aos Presidentes das Câmaras Municipais a direcção das Comissões Reguladoras do Comércio Local, vieram assim a confundir-se, na mesma entidade, duas espécies de atribuições, frequentemente de impossível destrição, como é também o caso presente, em que o interesse local, que ao Presidente da Câmara Municipal compete defender, se choca com interesse doutras regiões, que à Intendência Geral dos Abastecimentos compete dar satisfação.”¹⁵⁹

¹⁵⁷ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 2 de Novembro de 1943, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁵⁸ Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal de Seia, 23 de Dezembro de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹⁵⁹ Carta do Governador Civil da Guarda ao chefe de Gabinete do Ministro do Interior, 21 de Março de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

Para acabar com os malentendidos, o Governador Civil sugeria a criação de delegações concelhias da IGA, de forma a sanar o clima de tensão existente, hipótese à qual ele já se tinha referido anteriormente. Contudo, enquanto tal não aconteceu, os atropelos de competências continuaram para contentamento de alguns e infelicidade de muitos. A falta de um poder forte permitiu o surgimento das mais diversas violações por parte das autoridades locais, desde o pagamento de farinhas pela CRCL de Pinhel a um preço diferente do estabelecido no edital do Governo Civil¹⁶⁰, à não observação das directivas daquela autoridade por parte dos autarcas¹⁶¹ ou, mesmo, à revogação das determinações da IGA¹⁶².

O Governo Civil da Guarda continuou a fazer esforços para informar os particulares e, sobretudo, as entidades oficiais, esclarecendo que “tudo o que diz respeito a abastecimentos está entregue, desde Outubro último [1943], à Delegação Distrital da Intendência Geral dos Abastecimentos”¹⁶³. Esta nota oficiosa deve ter demorado a chegar à sede da GNR, cujas instalações distavam menos de quinhentos metros do Governo Civil, pois o seu Comandante, poucos dias depois da emissão do citado aviso, informava o Governador Civil de que só pretendia atender as requisições de serviços da mesma força militar se fossem efectuadas por aquela autoridade¹⁶⁴. O estado de confusão também atingiu a Delegação concelhia da IGA, que pedia ao Governador Civil uma alteração dos preços das farinhas em rama, obrigando aquela autoridade a recordar ao organismo coordenador as suas competências, acrescentando que só podia alterar preços mediante novas informações emanadas do Instituto Nacional do Pão. Foi neste contexto que a Junta Nacional das Frutas requereu ao mesmo Governo Civil informações “sobre trânsito de batata no distrito”¹⁶⁵, que eram da exclusiva competência da Delegação da IGA.

O torpor das autoridades nacionais ou regionais competentes propiciava e quase obrigava as autoridades locais, conhecedoras das dificuldades das populações, a sentirem-se empossadas para a tomada de determinadas acções, que “exorbitando as

¹⁶⁰ Cfr. Anexo XII.

¹⁶¹ Cfr. Anexo XIII.

¹⁶² Cfr. Anexo XIV.

¹⁶³ Nota oficiosa do Governo Civil aos Presidentes de Câmara do distrito, 28 de Abril de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹⁶⁴ Carta do Governador Civil da Guarda ao Comandante do Batalhão nº5 da Guarda Nacional Republicana, 31[sic] de Abril de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

¹⁶⁵ Carta do Governador Civil da Guarda ao Sub-Delegado da Junta Nacional das Frutas, 20 Agosto 1945, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida pelo Governo Civil*.

suas funções”¹⁶⁶, as colocavam em choque com outros poderes. Tal situação verificou-se nomeadamente com a Câmara Municipal de Gouveia, a qual, perante os protestos da população, sem pão há mais de uma semana, distribuiu cereais pelos industriais de moagem sem a respectiva autorização da Comissão Reguladora das Moagens em Rama. Outras vezes, a usurpação de competências era mais evidente, como sucedeu com requisição das forças policiais por parte do Presidente da Câmara de Seia, atropelando completamente os poderes do Governador Civil, já que era dele a competência de “providenciar o que tiver por conveniente para a manutenção da ordem e segurança do distrito.”¹⁶⁷

A vaga de contestação à intromissão do poder central no âmbito local foi esmorecendo à medida que a Segunda Guerra Mundial entrou no seu epílogo e, também, com a criação de algumas delegações concelhias da IGA no distrito da Guarda. As relações entre as diversas entidades envolvidas na questão dos abastecimentos não foram as ideais, retratando o que acontecia com outros organismos do poder central. As respostas a pedidos de informações demoravam meses a chegar, quando não chegavam de todo¹⁶⁸. A panóplia de organismos existentes e as constantes alterações provocadas pelo fluxo legislativo levaram a que não se soubesse correctamente quais eram as suas respectivas competências – inclusive o Governo Civil –, o que acabou por prejudicar as populações, ainda que inadvertidamente. Um caso sintomático foi a questão relativa à manutenção ou perda do poder de alteração dos preços das farinhas e do pão por parte do Governador Civil. Iniciado esse debate entre o Governo Civil da Guarda – que achava não ter aquela competência – e a Delegação da IGA em Outubro de 1946, só no fim de Fevereiro do ano seguinte, depois da intervenção do Director do Instituto Nacional do Pão, se chegou à conclusão de que os poderes em causa se mantinham nas mãos do Governador Civil.

¹⁶⁶ Carta do Governador Civil da Guarda para o Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, 28 Dezembro 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida pelo Governo Civil*.

¹⁶⁷ Carta do Governador Civil ao Presidente da Câmara Municipal de Seia, 8 de Julho de 1947, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida pelo Governo Civil*.

¹⁶⁸ O Governador Civil envia pela sexta vez um pedido de opinião ao Grémio da Lavoura da Guarda e Manteigas relativo ao preço da batata, 20 de Julho de 1945, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida pelo Governo Civil*.

5- O quotidiano

5.1- Isolamento e transportes

O distrito da Guarda situa-se em pleno interior do país, mas na década de 1940 era já atravessado por uma das principais linhas de caminho de ferro, assim como por diversas estradas nacionais (algumas das quais não alcatroadas). A existência das mesmas devia-se, no entanto, mais ao facto de se tratar de um dos principais corredores de ligação a Espanha e a França do que ao potencial económico da região.

Os meios de transporte e as vias de comunicação são, ainda hoje, potenciadores do desenvolvimento ou do constrangimento económico de uma região. O distrito da Guarda e a sua população puderam viver essas duas faces na época em análise. Se o intenso tráfego ferroviário, fruto das exportações para com os países do Eixo, trouxe prosperidade a algumas localidades, já o mau estado das estradas, bem como a insuficiência dos transportes ferroviário e rodoviário, contribuíram para a permanência do isolamento de parte significativa da população.

O panorama das estradas do distrito era pouco favorável. Se tomarmos em conta uma informação da Câmara Municipal da Guarda à Junta Autónoma de Estradas relativa ao ano de 1939, verifica-se que dos 56,2 quilómetros de estradas municipais, só 10,8 km¹⁶⁹ eram em empedrado, mantendo-se os outros troços em terra batida. Ainda assim, a autarquia considerava as estradas num estado razoável de conservação, que permitia a circulação durante todo o ano. Um factor de atenuação do ritmo de desgaste passava pelo reduzido número de veículos, facilitador da manutenção das rodovias. Não obstante, o grau de conservação das mesmas suscita algumas interrogações, pois a edilidade não dispunha de nenhum cilindro mecânico e só podia contar com o trabalho de 8 cantoneiros para aqueles cerca de 56 km de vias.

As dúvidas ganhavam fundamento nas queixas veiculadas na imprensa, que caracterizava parte do importante troço que ligava a cidade da Guarda à fronteira de Vilar Formoso, entre as localidades de Arrifana e Jarmelo, como “lamaceiros enormes”¹⁷⁰. O estado das ruas da capital de distrito também era discutível, visto que o saneamento (fossas sépticas particulares) era quase inexistente e o mais vulgar era a recolha dos dejectos ser feita porta a porta. Tal verificava-se, apenas, nos núcleos

¹⁶⁹ Dados escritos à mão na folha de uma circular enviada à J.A.E., 10 de Abril de 1939, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁷⁰ Redacção, “Estrada de turismo ou de lama?”, *A Guarda*, 6 de Outubro de 1939, p.3.

urbanos mais desenvolvidos, que eram poucos em toda a Beira Alta. Nas aldeias o cenário não era muito diferente. Quem tivesse um pedaço de terra junto à sua habitação, depositaria aí os detritos. Quanto aos outros residentes, restava-lhes deixarem-nos na rua junto das suas casas, acrescentando-se depois palha e giestas para transformar aquela matéria orgânica em estrume, trasladado posteriormente para os terrenos agrícolas. Perante a escassez de adubos químicos, geravam-se, assim, toneladas de “adubos orgânicos”.

Retomando a observação da situação das vias rodoviárias do principal concelho do distrito, o cenário não era muito promissor, pois no plano de intervenção enviado ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações a quase totalidade dos quilómetros de estradas recém-construídos e em construção eram em terra batida. Os poucos que mereciam empedrado ou macadame encontravam-se sobretudo dentro das povoações. A própria Estrada Nacional nº16, que assegurava o acesso a Espanha, consistia em terra batida e alguma brita, o que tornava as viagens verdadeiras aventuras. Por definição imunes aos defeitos do piso estariam as inúmeras carreiras de autocarros, que ligavam diariamente a capital de distrito às cidades de Viseu, Lamego e Covilhã. Garantiam, também, os transportes semanais e bissemanais realizados para várias outras localidades vizinhas da Guarda como: Almeida, Escalhão, Manteigas, Sabugal, São Romão, Trinta, etc.. O panorama foi sendo alterado com o desenrolar do conflito, à medida que se acentuaram as dificuldades em adquirir combustível, pneus e outras peças para o material circulante.

Do ponto de vista ferroviário, a presença das linhas da Beira Alta, da Beira Baixa e do Douro permitia que o distrito fosse servido por vários comboios, facultando a circulação de pessoas e bens. Diariamente passavam composições oriundas de Vilar Formoso, Entroncamento, Pampilhosa, Porto e Barca D’Alva. Estes benefícios só eram directamente extensíveis aos concelhos atravessados pelo caminho-de-ferro ou seja, a Gouveia, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Trancoso, Pinhel, Guarda, Vilar Formoso e Vila Nova de Foz Côa.

O deficiente funcionamento dos transportes condicionou seriamente os circuitos económicos locais, regionais e nacionais. O mau estado de uma estrada poderia isolar uma povoação. Exemplo desse tipo de bloqueio é o apelo do Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra, que em Junho de 1940 roga à Câmara Municipal da Guarda a colocação de um cantoneiro que reparasse a via de ligação à sede do concelho,

pois “caso assim continue teremos de a perder [carreira de autocarro]”¹⁷¹. Sem transporte rodoviário e ferroviário, aumentariam as dificuldades de circulação de pessoas, de acesso e de compra de bens e serviços.

As contrariedades da região também se sentiam na economia nacional, sobretudo no que diz respeito ao irregular abastecimento de batata. O assunto chegou a merecer a atenção de um jornal como o *Novidades*, onde se alertava o Governo para a necessidade de obras urgentes, antes de mais nos concelhos do Sabugal e da Guarda, que continuavam com um nível de isolamento de tal ordem “que as comunicações postais de freguesia para freguesia, dentro do mesmo concelho demoram, ainda hoje, entre três a cinco dias.”¹⁷² Porém, a situação mais complicada verificava-se ao nível dos transportes ferroviários, tendo exigido a intervenção do Governador Civil junto do Chefe de Gabinete do Ministro da Economia. Relatou o primeiro a este que “vêm-se nas estações da Linha da Beira Alta muitas dezenas de vagões imobilizados com mercadorias que se destinam a Espanha. Alguns desses vagões estão retidos há cerca de dois meses.”¹⁷³ Se os comboios estavam ocupados, não poderiam ser utilizados para outros serviços penalizando produtores e consumidores.

O serviço ferroviário foi aquele que mais críticas recebeu, sendo acusado por várias vezes de estar ao serviço de interesses não coincidentes com os dos passageiros ou dos agentes económicos nacionais. Tais protestos ganharam força quando na Primavera de 1941 a Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP) suprimiu dois dos comboios que serviam o distrito e que ligavam a cidade da Guarda à capital através da Linha da Beira Baixa. Os contratempos para as populações eram grandes, pois para além da correspondência postal ser atrasada em vinte e quatro horas, obrigavam a que quem se deslocasse àquela cidade vindo pela Linha da Beira Baixa tivesse que lá permanecer. Caso desejasse voltar à procedência só o poderia fazer no dia seguinte.

A companhia pareceu indiferente ao protesto dos particulares e de vários autarcas de municípios do distrito, alegando que os motivos para a diminuição de comboios eram causados pelos efeitos da guerra. Explicações que não convenceram completamente as populações, já que a mesma empresa “passou a [...] estabelecer comboios suplementares de mercadorias, à razão de dois ou três por dia ao menos em

¹⁷¹ Carta do Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 4 de Junho de 1940, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁷² Redacção, “Gentes do campo”, *A Guarda*, 19 de Abril de 1940, p.1.

¹⁷³ Carta do Governador Civil da Guarda ao chefe de gabinete do Ministro da Economia, 18 de Novembro de 1940, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida da I Secção*.

alguns dias. Se a razão alegada para a supressão dos comboios é a falta de combustível, como se explica a formação diária dos comboios suplementares?”¹⁷⁴ À falta de composições juntava-se o não cumprimento dos horários a desarticulação entre as partidas da Linha da Beira Alta e as chegadas da Linha da Beira Baixa. Para além do transtorno causado ao quotidiano das pessoas, estes problemas também davam origem a histórias rocambolescas de utentes que partiam de Lisboa às dez horas e dez minutos da manhã e que só conseguiam chegar à Guarda às onze horas do dia seguinte¹⁷⁵.

O agudizar da falta de derivados de petróleo acabará por restringir fortemente o sistema de transportes rodoviário, forçando diversos autarcas (da Guarda, Meda, Sabugal, Pinhel e Gouveia) a comunicarem ao Director Geral dos Serviços de Viação a não realização de várias carreiras de autocarro devido à falta de combustíveis. Um tal cenário crítico obrigou à interrupção temporária da ligação entre a Guarda e Guarda-Gare, o que motivou o responsável da empresa que assegurava a ligação (Sociedade de Transportes, Lda.) a instar junto do edil por medidas sérias no racionamento de combustível. Caso contrário, “ficará tudo no caminho de ferro, tanto mercadorias como passageiros e as malas do correio”¹⁷⁶. O próprio Governador Civil¹⁷⁷ chegou a ser impedido de se deslocar a Pinhel pelos mesmos motivos, enquanto que em Gouveia¹⁷⁸ o Grémio dos Industriais de Lanifícios temeu pela paragem daquele sector por falta de combustíveis para o transporte da lã.

À escassez de combustíveis juntava-se a quase inexistência de pneus. As viaturas eram impossibilitadas de se deslocarem, condicionando seriamente a mobilidade das populações. A referida situação é perceptível na seguinte comunicação: “Câmara Meda acaba informar que carreiras foram suspensas falta pneus. Quatro concelhos isolados. Rogo V. Ex^a urgentes providências.”¹⁷⁹ Só uma pequena parte do distrito, como ainda hoje acontece, era servida pelo caminho-de-ferro, sobretudo os focos populacionais de maior dimensão. As povoações mais afastadas dependiam do transporte rodoviário para receberem e expedirem os produtos, pois a maioria dos

¹⁷⁴ Redacção, “Coisas da Guarda – Há razões respeitáveis?”, *A Guarda*, 13 Junho de 1941, p.2.

¹⁷⁵ Redacção, “Coisas da Guarda – A ironia dos...comboios”, *A Guarda*, 5 de Dezembro de 1941, p.3.

¹⁷⁶ Carta da Sociedade de Transportes, Lda. ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 16 de Fevereiro de 1942, *AMG, Correspondência Recebida da Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁷⁷ Telegrama expedido pelo Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, 4 de Julho de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Telegramas Expedidos*.

¹⁷⁸ Telegramas expedidos pelo Governo Civil da Guarda, 28 de Julho de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Telegramas Expedidos*.

¹⁷⁹ Telegramas expedidos pelo Governo Civil da Guarda, 24 de Setembro de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Telegramas Expedidos*.

comerciantes não dispunha de viaturas próprias, que fizessem a distribuição dos géneros alimentícios e outros pelas diversas localidades. Era a esse problema que se referia o autarca do Sabugal quando afirmava que “os comerciantes desta localidade [Cerdeira] são obrigados a ir levantar os géneros que lhes cabem em rateio, à sede do concelho, que dista desta povoação cerca de 22 quilómetros, tendo que alugar animais de carga para o transporte dos géneros”¹⁸⁰.

O estertor da guerra parece ter sido o tempo mais crítico em termos de falta daqueles bens industriais obrigando o Governador Civil a intervir junto da DGSV para que fossem atendidas as queixas de vários autarcas (da Guarda, Sabugal, Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Manteigas), cujos concelhos estavam em risco de ficar sem as poucas carreiras de autocarros ainda activas. Os organismos do Estado, como a Brigada Técnica Agrícola, sediada na Guarda, também não escaparam às dificuldades. Requereu a mesma, por várias vezes, junto do Governador Civil, os tão necessários pneus, frisando a importância daquela Brigada na luta contra o escaravelho da batata, um dos bens agrícolas mais importantes da região. As reivindicações acolheriam certamente a compreensão do Governador Civil, pois ele também era forçado a pedir os mesmos bens, não para si, pois nem de viatura própria dispunha, mas para o taxista cujo carro costumava estar ao seu serviço. A falta de mobilidade da principal autoridade do distrito só foi resolvida no final de 1947, com a atribuição de um carro oficial por parte do Ministério do Interior.

A generalidade da população era obrigada a fazer deslocações diárias na ordem da dezena de quilómetros (Famalicão-Guarda, Folgoso-Gouveia, Terrenho-Trancoso, Pousade-Guarda, Cubo-Trinta). Faziam-se a pé e, algumas vezes, em animais de carga, para irem vender e adquirir bens ou então, para entregarem os manifestos. A posse de animais de carga revelou-se, entretanto, durante o período da Segunda Guerra Mundial, uma benesse e uma inquietação ao mesmo tempo. Os animais tinham uma grande utilidade, quer para as tarefas agrícolas, quer para a mobilidade das populações. No entanto, estiveram igualmente sujeitos às requisições para as manobras do Exército, o que para além de privar os proprietários do seu contributo, implicava o risco da perda ou da incapacidade dos animais.

O isolamento e o quase abandono de algumas populações, sobretudo rurais, agudizaram o sentimento de desconfiança e algum desprezo para com o Estado. Esta

¹⁸⁰ Carta do Presidente da Câmara do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 8 de Setembro de 1942, *Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*.

entidade parecia pouco ou nada fazer por elas, mas retirava-lhes a possibilidade de realizar mais-valias com a venda dos seus produtos em contexto de guerra económica ao instaurar o regime de manifestos. Aproveitava-se dos seus animais de carga. Os populares estavam entregues a si próprios, pois muitas vezes não podiam contar com os contingentes alimentícios atribuídos, os quais que para além de serem em quantidades reduzidas, demoravam a chegar (quando chegavam). Isolados, passaram a desconfiar ainda mais do Estado e a fortalecer os laços com os seus vizinhos, os únicos que poderiam ajudar em tempos de necessidade. Estabelecia-se um pacto informal de cumplicidade no seio da comunidade local contra um adversário comum, o Estado.

Também no distrito da Guarda as condições de vida da generalidade da população se tornaram mais difíceis durante o período da guerra. Essa evolução verificou-se, quer nos meios rurais, quer nos arredores dos centros urbanos. Contudo, uma grande parte desses homens e mulheres, que todos os dias sentiam as dificuldades, encaravam-nas como um mal menor e preferível à guerra, indo ao encontro de palavras alegadamente proferidas alegadamente por António de Oliveira Salazar: “Salvo-vos da guerra mas não da fome.” A alimentação fornecida aos portugueses não era muito rica do ponto de vista nutricional contrariamente ao que sucedeu na Grã-Bretanha, onde o racionamento permitiu uma melhoria nas “diets of at least 40 per cent of working-class households” (Tooze, 2006:361).

A ementa quotidiana de um camponês consistiria em três a quatro refeições principais, onde o pão tinha um lugar de destaque, assim como outros produtos agrícolas geralmente cultivados nas cercanias das habitações. Verificava-se, pois um claro nível de auto-abastecimento. Num estudo realizado em 1938, *A vida social dos operários e trabalhadores rurais em Portugal*, José de Aguiar Pereira Frazão (1952:402 e seguintes) recolheu dados sobre a alimentação em várias localidades do país, entre as quais duas do distrito da Guarda, que apresentavam as seguintes ementas. Em Vila do Touro (Sabugal), na primeira refeição, sopa de hortaliça, batatas com pimentos e queijo; na segunda, sopa de feijão ou grão e batatas com carne de porco ou enchidos; na terceira, sobras do jantar, feijões guisados e queijo; na quarta batatas com bacalhau ou carne, papas de milho e queijo. Em Açores (Celorico da Beira), na primeira refeição, caldo de hortaliça; na segunda, caldo de hortaliça com batatas e um bocado de toucinho ou sardinha; na terceira o que tinha restado jantar. Verificava-se uma abundância dos bens agrícolas de produção local e uma falta de alimentos ricos em proteínas animais (peixe, carne, leite). Se os padrões de consumo alimentar referidos, mesmo limitados,

implicariam remuneração regular por parte de pelo menos um membro de cada agregado familiar durante a Segunda Guerra Mundial os problemas agravaram-se. Aumentaram os preços e as dificuldades de acesso aos bens essenciais; para os populares não envolvidos nas “corridas ao volfrâmio e ao estanho”, no boom da indústria dos lanifícios, cresceram as situações de desemprego ou subemprego.

Um outro indicador da insuficiente alimentação acessível às classes populares do distrito da Guarda passa pelo número de calorias diárias disponibilizadas a cada indivíduo. Dados relativos ao pós-guerra – altura em que as condições seriam mais favoráveis – foram apresentados por Daniel Barbosa, que definiu o valor da “ração de sustento” (1949:52) em 2 500 calorias diárias por pessoa. Seriam valores em tudo semelhantes às 2 570 sugeridas no estudo de Adam Tooze (2006) sobre a economia de guerra britânica. Tendo como referência esse valor, o ex-Ministro da Economia utilizou as quantidades de alimentos disponibilizados através do racionamento para averiguar acerca do número de calorias disponibilizado pelo Estado à população portuguesa. Após a realização dos cálculos necessários, constatou que o contingente de alimentos equivaleria a 896 calorias diárias e que, nem no caso dos trabalhos fisicamente mais exigentes, em que era atribuído uma ração suplementar (489 calorias), o valor se aproximava das 2 500. Os números mínimos necessários para a reposição da energia dispendida ganham uma outra dimensão ao serem comparados com o que se passava em países envolvidos directamente no conflito militar e cujas populações viveriam situações económicas mais exigentes.

O Quadro XIII ajuda a comparar o valor em calorias das rações alimentares atribuídas, em Portugal e noutros países, durante a Segunda Guerra Mundial. Observa-se que só os indivíduos de origem judaica concentrados em Minsk pelo III Reich receberiam uma ração alimentar inferior à das camadas pobres da população nacional. Quanto às populações de outros Estados referenciados, percebe-se que o nível de calorias estabelecido foi sensivelmente o dobro do atribuído aos portugueses, corroborando a caracterização aventada por Daniel Barbosa.

Quer as dificuldades de acesso aos alimentos, quer o aumento especulativo dos preços dos mesmos foram mais intensos nas cidades, onde os habitantes não tinham terrenos para cultivarem géneros que complementassem a ração definida pelo Estado português. A realidade vivida em centros urbanos do interior centro e norte foi retratada pelo autarca da cidade da Guarda em 1947, quando fazia um balanço da situação económica dos seus munícipes: “A carestia da vida tornou difícil a situação

económica da classe média e do operário nesta região e em especial na cidade que na sua grande maioria é constituída por funcionários e não se ignora que os ordenados não subiram na proporção dos géneros alimentícios, das fazendas, chapéus, calçado, etc.

Quadro XIII		
Dietas tipo durante e após a Segunda Guerra Mundial		
População	Número de calorias diárias	Período Temporal
Judeus de Minsk	420	1942-1943
Portuguesa	896	1946-1947
Belga e francesa	1 300	1941
Norueguesa e do Protectorado Checo	1 600	1941

Fonte: (Tooze, 2006:419 e 482; Barbosa, 1949:52)

O operário luta com graves dificuldades porque agricolamente a região é pobríssima, pois faltam as vinhas, não há oliveiras e se existem é só numa parte muito limitada do Concelho, não se cultiva o trigo e as terras são pobres inclusivamente para o centeio. Tem valido a batata aos pequenos lavradores, mas como cultura que precisa de poucos braços e os preços altíssimos que atingiu, vieram dificultar ainda mais a vida do operário, que não a podendo dispensar na sua alimentação, é forçado a pagá-la por preços fabulosos que os seus magros recursos não comportam¹⁸¹.

A elite do Estado Novo luso – os seus mais importantes dirigentes e ideólogos – não se pode resumir a uma única corrente de pensamento. Existiram, sim, diversos grupos de interesses, representados por dirigentes e concepções que tiveram momentos de maior e de menor preponderância. Mesmo não considerando os ruralistas ou conservadores/tradicionistas, os projectos de governo modernizado da economia portuguesa concentraram-se em duas grandes linhas, os neo-fisiocratas e os industrialistas. Defensores de um desenvolvimento económico assente na agricultura, no sector mineiro, nas respectivas actividades transformadoras e na produção de energia hidroeléctrica, os neo-fisiocratas surgiam como a alternativa aos industrialistas que advogavam a transformação do país através do fomento industrial. Por vezes, os

¹⁸¹ Relatório do Presidente da Câmara Municipal da Guarda para o Governador Civil, 22 de Janeiro de 1947, *GCG, Dossiers relativos a 1947*.

ruralistas apostavam no uso extensivo de mão-de-obra abundante e barata. Mesmo a indústria incipiente encontrava, na precariedade dos direitos laborais e na ausência de controlos ambientais o motor do seu crescimento. Inversamente, os industrialistas não rejeitavam o desenvolvimento da agricultura, defendendo a modernização da mesma para a transformar num factor de fomento da indústria. Contudo, a política económica do Estado Novo estava condicionada pelas suas opções ideológicas.

A modernização do país (a industrialização, a urbanização) era encarada com receio por parte da cúpula dirigente, nomeadamente do Presidente do Conselho e “Chefe” da ditadura, que temia a formação de uma classe operária forte, reivindicativa e socialista, destruidora da “harmonia social” e, em último caso, do próprio regime. O campo e o modo de vida quase ancestral das suas gentes era visto por estes homens do Estado Novo como o ideal, garante do equilíbrio na sociedade portuguesa. Apesar da ou devido à pobreza, as pessoas seriam obedientes teriam capacidade de sacrifício e espiritualidade católica. Foi António Ferro, Secretário da Propaganda Nacional, quem melhor traçou a visão dos ruralistas para Portugal: “um país na Europa onde a verdade é a lei dos homens, onde certos lares são como presépios, onde a terra chega a parecer, em certas manhãs diáfanas, um arrabalde do céu, onde não há febres nem ambições doentias” (Ferro apud Rosas, 1996:157). A manutenção desta “harmonia” seria acautelada pelo Estado Novo, que proibira o direito à greve e enquadrava as hipotéticas reivindicações dos trabalhadores dentro dos organismos corporativos. Contudo, os aparelhos repressivo e de enquadramento não conseguiram suster completamente os protestos, que originaram vários levantamentos e surtos grevistas durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

Numa economia profundamente rural, era na indústria que as classes populares encontravam os ordenados menos reduzidos. Entre 1941 e 1946, registou-se um crescimento dos salários, apesar de a média do período rondar os 17\$00 diários (Rosas, 1996:348).

Daniel Barbosa (1949:76) também fez um ponto de situação dos orçamentos das famílias operárias em Portugal, abarcando um período que englobava a Segunda Guerra Mundial. Tendo em atenção esses resultados, o ex-governante apontou como mínimo necessário, para a manutenção modesta de uma família com um agregado de cinco elementos, um rendimento diário de 42\$00 em 1938 e de 84\$60 em 1947, o que estava longe dos valores apresentados anteriormente, pois ” o salário operário médio não chega

sequer para cobrir as despesas alimentares essenciais da família-tipo indicada” (Rosas, 1996:356).

Em termos abstractos seriam os trabalhadores agrícolas quem enfrentava o cenário mais complicado. O seu *modus vivendi* era caracterizado, quase endemicamente, por uma pobreza que a guerra veio acentuar. Por um lado, havia a falta dos materiais necessários para o amanho da terra (adubos, alfaias agrícolas, sementes); por outro, os manifestos e as requisições dos produtos cerceavam as hipóteses de melhorar a situação económica. É neste meio que se encontram os salários mais baixos, recebendo um jornaleiro a seco 8\$00¹⁸² diários em 1939 e 18\$00¹⁸³ já em 1947.

A desigualdade em relação aos assalariados da indústria podia, no entanto, ser atenuada com uma eventual maior acessibilidade aos géneros agrícolas – adquiridos junto dos proprietários agrícolas ou cultivados em pequenos pedaços de terra, mais fáceis de arranjar nos espaços rurais do que nos meios urbanos – ; com a venda de bens agrícolas no “mercado negro”, com o envolvimento na mineração do volfrâmio e do estanho. Quem não tivesse essas possibilidades seria forçado a adquirir bens no mercado negro, onde se confrontava com valores muito altos para as suas bolsas. Analisando o preço de alguns produtos, percebem-se as dificuldades de muitas famílias. O quilo do bacalhau chegou a ser vendido a 16\$00, o alqueire de batata a mais de 30\$00, assim como o litro de azeite. É claro que todo este cenário poderia ser minimizado caso o fornecimento dos bens racionados fosse em quantidade suficiente e chegasse a tempo às populações.

Se a alimentação era essencial e consumia a grande quota-parte do orçamento de um trabalhador, não se podem menosprezar as despesas com a habitação, talvez a segunda maior preocupação de qualquer agregado familiar. Operários e trabalhadores rurais estariam em patamares diferentes, não tanto pelos salários que auferiam, mas sobretudo pelo local de residência. A localização era fundamental num país onde os transportes públicos estavam pouco desenvolvidos e sofriam notoriamente com os condicionamentos provocados pela guerra (falta de combustíveis e de peças). Já a posse de um automóvel particular era um sonho, só ao alcance das classes mais abastadas. Assim, os operários teriam que residir nos centros urbanos, perto do local de trabalho,

¹⁸² Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Engenheiro Chefe da Zona nº4 da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Rurais, 14 de Janeiro de 1939, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

¹⁸³ Inquérito enviado pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao INE, Agosto de 1947, *AMG, Correspondência Expedida pela Câmara Municipal da Guarda*.

sujeitando-se ao pagamento de rendas mais elevadas do que as que seriam cobradas nos meios rurais.

No Governo Civil da Guarda deram entrada, no início do ano de 1947, vários relatórios dos Presidentes de Câmara do distrito onde a propósito de um pedido da Federação de Caixas de Previdência relativo às habitações económicas, foram fornecidos vários *Elementos...*¹⁸⁴. Dessas informações destacaram-se os valores das rendas mensais pagas pela classe média e pelos operários, na quase totalidade dos concelhos, assim como alguns dados sobre os rendimentos dos agregados familiares em causa. Numa breve análise, verificou-se que o rendimento mensal médio das famílias da classe operária rondava os 524\$19, existindo uma certa homogeneidade nos vários concelhos. Desses elementos destacavam-se os valores extremos de 231\$75 em Aguiar da Beira e de 1 200\$00 de Gouveia. Neste último caso os valores relativamente elevados seriam explicados pela presença da indústria de lanifícios. Quanto às famílias da classe média, tinham um orçamento médio na ordem dos 948\$61, encontrando-se valores muito díspares (dos 1 400\$00 de Pinhel aos 515\$00 em Aguiar da Beira). Todavia, os valores mais elevados ainda se encontravam longe do montante apresentado por Daniel Barbosa (1949:76) como o valor mínimo para a manutenção de um agregado familiar de cinco elementos.

Quanto às rendas, verificou-se que a média distrital das que foram pagas mensalmente pela classe operária andaria à volta dos 49\$50, apesar das diferenças acentuadas entre alguns concelhos. Veja-se o caso de Seia, onde atingiam os 120\$00, quase o sêxtuplo do valor pago em Aguiar da Beira (25\$00). No que aos montantes pagos pela classe média, o valor médio estaria na ordem dos 151\$53.

Uma análise mais detalhada dos dados constantes do Quadro XIV confirma a variabilidade das rendas médias a nível concelhio era muito variável. Estabelecendo uma outra comparação, observa-se que em Fornos de Algodres, para uma habitação de classe média, bastariam 60\$00, enquanto que em Seia poderiam ser necessários quase 500\$00. Verificou-se, ainda, que nos concelhos menos desenvolvidos do ponto de vista da indústria e do nível de urbanização (Manteigas, Fornos de Algodres, Celorico da Beira) existiam poucas diferenças entre as rendas habitacionais dos sectores intermédios e das classes operárias ou artesanais. Seria um sinal das dificuldades económicas das

¹⁸⁴ Dossier intitulado *Elementos sobre o problema da habitação no distrito, AGCG, Dossiers relativos a 1947.*

Quadro XIV				
Custos do arrendamento de habitação no distrito da Guarda				
	Renda Mensal		Rendimento mensal	
Concelho	Classe operária	Classe média	Classe operária	Classe média
Aguiar da Beira	25\$00	100\$00	231\$75 (9\$00)	515\$00 (20\$00)
Almeida	-----	-----	400\$00	800\$00
Celorico da Beira	10\$00 a 50\$00	30\$00 a 120\$00	300\$00 a 500\$00	600\$00 a 1 000\$00
Figueira de Castelo Rodrigo	60\$00	150\$00 a 200\$00	-----	-----
Fornos de Algodres	30\$00	60\$00	386\$25 (15\$00)	772\$50 (30\$00)
Gouveia	40\$00	150\$00	400\$00 a 1 200\$00	1 200\$00 a 1 500\$00
Guarda	-----	300\$00 a 400\$00	-----	-----
Manteigas	80\$00	80\$00	600\$00	1 000\$00
Meda	60\$00	100\$00	600\$00	900\$00
Pinhel	35\$00	150\$00	800\$00	1 400\$00
Sabugal	50\$00	100\$00	-----	-----
Seia	60\$00 a 120\$00	300\$00 a 500\$00	500\$00	1 000\$00
Trancoso	30\$00 a 60\$00	100\$00 a 160\$00	-----	-----
Vila Nova de Foz Côa	50\$00	100\$00	-----	-----
Os valores mensais de Aguiar da Beira e de Fornos de Algodres foram obtidos com a multiplicação do salário diário por 25,75 dias de trabalho, valor retirado dos dados apresentados por Daniel Barbosa (1949:76).				

Fonte: Dossier intitulado *Elementos sobre o problema da habitação no distrito, AGCG, Dossiers relativos a 1947.*

respectivas classes médias e da quase inexistência de diferenciação relativamente às “camadas desfavorecidas”. As rendas mais elevadas encontravam-se nos dois maiores aglomerados urbanos do distrito, Guarda e Seia, fruto da existência de um número acrescido de serviços e de indústrias.

O destaque desses concelhos é muito notório, pois as terceiras rendas médias mais elevadas do distrito (Figueira de Castelo Rodrigo) eram quase metade das que se pagariam na Guarda e em Seia. Numa perspectiva nacional, os valores do distrito da Guarda estavam longe dos praticados nos principais centros urbanos de Portugal, sobretudo na zona da Grande Lisboa. Aí poderiam encontrar-se “rendas das novas casas em construção, oscilando entre os 800\$00 e os 3 000\$00” (Rosas, 1998:90). Tais montantes, inalcançáveis para a quase totalidade da população portuguesa, coincidiam

com o facto de as camadas mais desfavorecidas continuassem a viver em condições muito precárias, sem acesso a água canalizada, esgotos ou luz eléctrica, criando o tal “arrabalde do inferno” (Rosas, 2000:220).

Do confronto entre as rendas da habitação e os rendimentos, comprovou-se que a classe operária necessitaria de empregar cerca de 10% do seu orçamento com a renda de casa, ao passo que a percentagem da classe média rondaria os 15%. Estes valores são no entanto inflacionados pelos montantes verificados nos concelhos de Aguiar da Beira e Seia, cujas rendas fogem aos valores médios. Na primeira situação, como os rendimentos eram mais baixos, exigia-se um maior esforço orçamental das famílias. Quanto a Seia, que tinha as rendas mais altas do distrito, as quais consumiam parte

Quadro XV						
Peso do arrendamento de habitação nos orçamentos familiares (distrito da Guarda 1947)						
Concelho	Rendimento Médio Mensal		Renda Média Mensal		Percentagem do orçamento gasta na habitação	
	Classe Operária	Classe Média	Classe Operária	Classe Média	Classe Operária	Classe Média
Aguiar da Beira	231\$75	515\$00	25\$00	100\$00	10,7%	19,4%
Celorico da Beira	400\$00	800\$00	30\$00	75\$00	7,5%	9,3%
Fornos de Algodres	386\$25	772\$50	30\$00	60\$00	7,7%	7,7%
Gouveia	800\$00	1 350\$00	40\$00	150\$00	5%	11,1%
Manteigas	600\$00	1 000\$00	80\$00	80\$00	13,3%	8%
Meda	600\$00	900\$00	60\$00	100\$00	10%	11,1%
Pinhel	800\$00	1 400\$00	35\$00	150\$00	4,3%	10,7%
Seia	500\$00	1 000\$00	90\$00	400\$00	18%	40%

Fonte: Dossier intitulado *Elementos sobre o problema da habitação no distrito, AGCG, Dossiers* relativos a 1947.

acrescida dos rendimentos. Neste último caso, o peso da renda da habitação das famílias de classe média era elevado, podendo consumir quase metade dos respectivos orçamentos. Para aferir o peso das despesas com o arrendamento de habitação nos rendimentos dos habitantes do distrito, comparou-se com os dados apresentados por Lima Basto e Henrique de Barros, no *Inquérito à habitação rural*, efectuado na década de 1940 na região do Barroso em Trás-os-Montes.

Verificou-se que as percentagens dos orçamentos adscritos à renda da moradia era mais baixa em Trás-os-Montes do que as registadas no distrito da Guarda. A média mais próxima, relativa ao gasto de uma família abastada, representava 4,14% do seu

orçamento. Apesar do carácter rural do distrito da Guarda, o seu nível de desenvolvimento e a sua situação económica estariam alguns patamares acima dos verificados em Trás-os-Montes, pelo menos se tivermos em conta os valores superiores das rendas pagas pelas habitações.

Seria, pois, difícil gerir um orçamento familiar que fizesse face às despesas relacionadas com a alimentação a aos elevados valores de algumas rendas de habitação. Perante essa impossibilidade surgiram dois tipos de soluções. Em primeiro lugar, arrendavam-se habitações onde cada família vivia numa única divisão, que servia de sala, cozinha e quarto de dormir para todo o agregado. Pais e filhos repartiam o mesmo espaço, quando não era necessário acomodar ainda os animais domésticos. “Em muitos casos, a loja do porco e do burro, serve de alojamento a pessoas”¹⁸⁵.

A outra hipótese deu-se sobretudo nos meios urbanos, dividindo-se os gastos com a renda da casa por duas ou mais famílias, que passaram a viver na mesma habitação: “Estão a aparecer dentro de casas pequenas duas ou mais famílias”¹⁸⁶. Os espaços arrendados raramente reuniam as condições mínimas de habitabilidade. O mais comum era não disporem de esgotos, luz eléctrica ou água canalizada, contribuindo a falta dessas comodidades para um agravamento da miséria e, muitas vezes para a propagação de doenças. Nas palavras do Governador Civil da Guarda, “em muitas povoações, naquelas em que o abastecimento de águas é feito por fontes de mergulho, os casos de tifo são frequentes e provocam todos os anos grande mortandade”¹⁸⁷. Quem estava no terreno não encontrava, por vezes, palavras para descrever o estado de muitas das habitações no seu concelho, chegando a afirmar que “o nível de habitação é o mais baixo que se pode imaginar”¹⁸⁸.

À falta de condições de saúde juntava-se a mendicidade de muitos, que não tinham dinheiro para a alimentação nem para custear o arrendamento de habitação. Esta realidade esteve presente em quase todas as localidades, acabando por gerar iniciativas de natureza caritativa, como a Cozinha Económica ou a distribuição de agasalhos pela Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno. Um outro aspecto associado àquele ambiente económico foi o alcoolismo. O acto de beber não era encarado como uma

¹⁸⁵ Relatório do Presidente de Manteigas, *Elementos sobre o problema da habitação no distrito*, AGCG, *Dossiers relativos a 1947*.

¹⁸⁶ Relatório do Presidente Guarda, *Elementos sobre o problema da habitação no distrito*, AGCG, *Dossiers relativos a 1947*).

¹⁸⁷ Relatório do Governador Civil enviado ao Gabinete do Ministro do Interior, 6 de Julho de 1940, *IANTT, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 516*.

¹⁸⁸ Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, *Elementos sobre o problema da habitação no distrito*, AGCG, *Dossiers relativos a 1947*.

doença, mas sim como um hábito natural e social. Ocorreria mais frequentemente nas camadas populares, menos cultas, com condições de vida e de trabalho mais degradadas e precárias. Intrinsecamente relacionado com este fenómeno estava a violência pública mas principalmente a violência doméstica. Era quase inevitável que os alcoolizados provocassem distúrbios e perturbassem a ordem. Os relatos de grandes zaragatas associadas ao consumo de álcool ainda estão bem presentes na memória colectiva. Eram situações rapidamente resolvidas com a presença da polícia ou com a mera ameaça do seu envolvimento. Já outras agressões, praticadas na “segurança” do lar, só eram do conhecimento do perpetrador e das vítimas, geralmente mulheres e crianças.

Finalmente, existe ainda um outro aspecto que nos poderá ajudar a perceber o elevado grau de dificuldades económicas a que a maioria da população estaria sujeita. Trata-se da prostituição. Em 1947, estavam registadas junto do comando da PSP da cidade da Guarda vinte e três “meretrizes”¹⁸⁹, das quais dez tinham menos de vinte e cinco anos e várias roçavam a idade legal para começarem a exercer tal profissão (vinte e um anos). Para se perceber se o número era significativo, convém lembrar que no censo de 1950 a cidade da Guarda contou com 11 586 habitantes (Ferreira, 2000: 21), dos quais só 59,8% tinham idades superiores a vinte anos. Essa deveria ser a idade legal para a frequência de tais estabelecimentos apesar de “no citado Regulamento nada há que a proíba [a ida aos prostíbulo com idade inferior]”¹⁹⁰. Dos 6 928 guardenses aptos a frequentar os bordéis, mais de metade seriam mulheres, que provavelmente não utilizariam aqueles serviços. Reduzido o universo dos potenciais utentes regulares a 3 464, haveria, no fim dos anos 40, uma prostituta para cada 150 habitantes masculinos da cidade. A relação em causa, aliada à juventude de muitas das mulheres que se prostituíam, ajuda a retratar o cenário socioeconómico do interior de Portugal e, neste caso, de uma zona com um carácter conservador e católico muito forte.

¹⁸⁹ Regulamento da Prostituição, 1947, AGCG, *Dossiers relativos a 1947*.

¹⁹⁰ Regulamento da Prostituição, 1947, AGCG, *Dossiers relativos a 1947*.

5.2- Negócios e investimentos

Desde tempos imemoriais a humanidade tem, por vezes, conseguido aproveitar as dificuldades e fazer delas oportunidades. Nós hoje existimos porque os nossos antepassados foram capazes de sobreviver a doenças, crises e guerras, porque prosperaram e tiveram descendência. O período da Segunda Guerra Mundial potenciou essa capacidade e, num país neutral, uma franja da população conseguiu retirar da guerra benefícios e acumular riqueza quando muitos outros lutavam para sobreviver num contexto de dificuldades agravadas.

Foram vários os negócios que floresceram durante a guerra, desde o sector dos lanifícios à indústria de conservas de peixe, passando pela produção e comercialização de pão e de outros bens alimentares, pela extracção de minério de volfrâmio e de estanho. No interior de Portugal, as situações de enriquecimento, deveram-se sobretudo, naquele período, à mineração de tungsténio e à proximidade da fronteira com Espanha, o que potenciou a especulação e o contrabando. Para além do mais todo o país beneficiou, durante no período da guerra, de uma balança comercial favorável, o que catapultou a circulação monetária para níveis nunca antes vistos. Muitas pessoas passaram a poder adquirir regularmente bens de consumo, conduzindo a uma escalada dos preços. A procura crescia ao mesmo tempo que a oferta estagnava ou era cada vez mais reduzida. Entretanto um segundo segmento da sociedade conseguiu, através de uma melhor gestão dos proventos ou por enriquecimento extraordinário, investir e, desse modo, consolidar o seu futuro e o dos seus descendentes.

O Governo do Estado Novo tentou apropriar-se de parte das mais-valias geradas devido ao contexto de economia de guerra. Fê-lo através do lançamento, em 1942, de um imposto sobre lucros extraordinários, medida também aplicada noutros países (neutrais, não-beligerantes ou beligerantes). O Governo português usava os dados sobre rendimentos das empresas relativos a anos normais (1937 a 1939) e comparava-os com os resultados dos anos da guerra. O imposto variava entre 20% e 50% sobre esses lucros extraordinários, obtidos em virtude das condições do conflito.

As mais-valias realizadas por diversas sociedades industriais e comerciais portuguesas terão sido substanciais, pois entre 1942 e 1945 os impostos sobre as empresas atingiram valores muito elevados, sobretudo devido ao imposto sobre os lucros de guerra que contribuiu com cerca de metade do valor que foi cobrada às empresas. Como seria de esperar, foram as actividades ligadas à exploração mineira e

ao comércio de conservas as mais atingidas por aquela tributação. Já numa perspectiva geográfica, destacaram-se os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. De salientar, ainda, os valores apreciáveis referentes a Castelo Branco, Viseu e Guarda, fruto, antes de mais, da intensa exploração de volfrâmio concretizada até Junho de 1944.

A extracção mineira ocupou, formal e informalmente, uma parte substancial da população do distrito da Guarda durante a Segunda Guerra Mundial. Milhares de pessoas batiam campos e serras em busca do “ouro negro”. Procuravam, assim, melhorar as suas condições de vida ou, mesmo, “acumular fortuna”. Esta exploração industrial ou artesanal era, para muitos camponeses-mineiros, um complemento dos rendimentos agropecuários. Por vezes, para além de gerarem o abandono dos trabalhos agrícolas, as iniciativas legais ou clandestinas de lavra destruíam culturas ou áreas de floresta. Na freguesia de Codeceiro (concelho da Guarda), por exemplo, a exploração era feita “no largo da Igreja da mesma povoação”¹⁹¹.

Foram vários os empresários ligados a esta indústria que residiam no distrito. Referem-se Cândido Dias Lopes, António Gonçalves Moreira, José Fernandes, António Marques Rebelo, Amadeu Marques Rebelo, António João, Jerónimo José Martins, Joaquim Júlio da Costa, José do Nascimento Soares, Silvino Soares Costa, José Vaz Júnior e Martinho Júlio da Costa¹⁹². À semelhança da generalidade dos seus conterrâneos, estes homens encaravam a extracção mineira como uma actividade complementar e temporária. Após a suspensão da lavra de 1944 a 1946, os montantes da produção nunca voltaram a ser tão elevados, nem mesmo durante a Guerra da Coreia (1950-1953).

Por ocasião de outras investigações foi possível conhecer um pouco mais sobre Cândido Dias Lopes e Martinho Júlio da Costa. O primeiro, apesar de estar ligado ao sector das obras públicas, tinha passado parte da sua juventude a trabalhar em explorações de volfrâmio e estanho. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, lançou-se como empresário mineiro. Progressivamente, adquiriu várias concessões no distrito da Guarda, dando trabalho a várias centenas de trabalhadores que se ocupavam na procura de estanho mas, sobretudo de volfrâmio. A respectiva produção rondava “algumas toneladas por mês”¹⁹³.

¹⁹¹ Carta do Presidente da Junta de Codeceiro ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 3 de Janeiro de 1942, *AMG, Correspondência Recebida*.

¹⁹² Cfr., Ferreira, 2000, Tadeu, 2008.

¹⁹³ “Reportagem através das importantes instalações mineiras do Sr. Cândido Dias Lopes – Guarda-Gare,” *Revista Turismo*, nº43, Ano VI, Novembro de 1941, s.p..

Já Martinho Júlio da Costa nascera no seio de uma família de proprietários rurais. Tendo começado por residir numa localidade do concelho de Trancoso, adquiriu uma pequena empresa, a *Aliança Minero-Industrial Limitada* (instalada em Celorico da Beira-Gare desde a Primeira Grande Guerra). Este empresário foi um dos exemplos de rentabilização das mais-valias realizadas no período da guerra, pois usou-as para fazer vários investimentos na cidade da Guarda.

Sabemos que em 1942 Martinho Júlio da Costa já possuía uma padaria na Guarda-Gare e que tentara montar uma outra na aldeia de Vila Fernando, situada a cerca de 10 quilómetros da Guarda. Não concretizou esta segunda iniciativa, entre outras razões, porque o Presidente da autarquia desconfiava das intenções do empresário. Disso o deu conta à Delegação da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, tendo afirmado que “pretende-se, estou convencido, fazer contrabando d’aquele pão para Espanha por a vigilância da polícia não ser eficaz n’esse local [Vila Fernando]”¹⁹⁴.

Os “negócios paralelos” de Martinho Júlio da Costa já tinham dado origem a uma queixa¹⁹⁵, junto do Delegado do Procurador da República da Comarca da Guarda, quando foi acusado de ter tentado negociar a compra do crucifixo da igreja da Paróquia de Avelãs de Ambom, concelho da Guarda, com o respectivo Presidente da Junta. Porém, estas peripécias não impediram a aquisição e remodelação, entre 1943 e 1944, de três imóveis na zona da Guarda-Gare que tiveram utilizações distintas mas convergentes no mesmo objectivo, o lucro. Uma das habitações serviu de residência à sua família e de sede da sua padaria, negócio que vendeu nos anos 50. Outra foi alugada aos seus operários (fornheiro e amassador) e utilizada como depósito de lenhas. Finalmente, o último imóvel teve a função de prédio de rendimento.

O relativo poder económico do empresário mineiro e panificador verificou-se na utilização de materiais de construção onerosos e difíceis de obter durante o período guerra (cimento armado, madeira de castanho e tijolos). O imobiliário parece ter sido um dos investimentos favoritos dos “volframistas”. Nas palavras de um observador coevo, o Centro/Norte de Portugal continental “foi sensível à euforia do minério. Camponeses pobres adquiriram um pedaço de terra, aldeias de casas colmatadas cobriram-se de telha, grande parte dos capitais foram investidos na construção civil” (Nunes, 2005:410). O depósito nos bancos das mais-valias assim obtidas não terá sido

¹⁹⁴ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda à Delegação da Inspeção-Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, 17 de Novembro de 1942, *AMG, Correspondência Expedida*.

¹⁹⁵ Carta do Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Ambom ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 29 de Junho de 1940, *AMG, Correspondência Expedida*.

muito frequente, pois o rendimento alcançado em outros tipos de negócio era, apesar dos riscos, muito superior.

A exploração de minério de volfrâmio e de estanho também encheu os cofres do poder local, nomeadamente através das consideráveis receitas dos impostos que Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia lançavam sobre a actividade. Explicava-se, assim, em parte, a complacência ou mesmo a cooperação demonstrada por aquelas entidades para com quem abandonava os trabalhos agrícolas, nem que fosse temporariamente, e passava a explorar minério. A falta de emprego que afectava a região, sobretudo o concelho da Guarda (“não há quem dê um granel a ganhar, por não haver trabalhos agrícolas e não haver indústrias”¹⁹⁶), era outro factor justificativo da mobilização das pessoas para a prospecção do volfrâmio.

A legislação permitia suspender a extracção de minério durante as épocas de maior intensidade dos trabalhos agrícolas, mas muitos poderes locais declinavam essa possibilidade. Argumentavam com as más colheitas, que provocavam uma menor procura de mão-de-obra; ou com os bons préstimos dos trabalhadores, que garantia a execução dos trabalhos agrícolas em simultâneo com a “apanha de minério”. Outros explicavam a benignidade de algumas autoridades com a sua compaixão, pois face às grandes dificuldades “não é justo que se tire a milhares de braços aquele ganha-pão numa hora em que eles não podem ter outra ocupação.”¹⁹⁷ Porém, como foi referido anteriormente, existiram casos que indiciavam a existência de interesses dos poderes locais na extracção mineira. Evoca-se o exemplo da freguesia do Alvendre, próxima da Guarda, onde “a Junta, em virtude da suspensão dos trabalhos de exploração de mineira, deixou de receber a quantia diária de 60\$00 a 70\$00, importância oferecida pela Sociedade Mineira Nunes, Vaz & Companhia com sede nesta freguesia”¹⁹⁸. No concelho do Sabugal também havia negócios similares, desta vez com a Junta de Freguesia de Quintas de São Bartolomeu, que receberia 3.000\$00 de um Sr. Augusto Fitz Alan Quintela “pelas explorações de minérios em terrenos pertencentes à Junta de Freguesia”¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao Governador Civil da Guarda, 6 de Setembro de 1940, *AMG, Correspondência Expedida*.

¹⁹⁷ Redacção, “Abusos a corrigir”, *A Guarda*, 25 de Julho de 1941, p.1.

¹⁹⁸ Carta do Presidente da Junta do Alvendre ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 27 de Dezembro de 1941, *AMG, Correspondência Recebida*.

¹⁹⁹ Carta do Presidente da Junta de Freguesia de Quintas de São Bartolomeu ao Governador Civil da Guarda, 8 de Abril de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da I Secção*.

A promiscuidade entre o poder económico e os responsáveis político-administrativos, assim como a avidez e necessidade dos homens, fizeram com que muitos autarcas se colocassem em situações que roçavam a ilegalidade, chegando mesmo a ultrapassar a letra da lei. Foram inúmeros os pedidos de Presidentes de Junta de Freguesia no sentido de não se verificarem suspensões da exploração mineira, alegando com a inexistência na sua zona de falta de mão-de-obra para as tarefas agrícolas. Tal facto parecia estranho, tendo em conta que, em anos anteriores ao frenesim do “ouro negro”, muitos desses locais eram produtores de azeite e de outros bens agrícolas. Há várias hipóteses que podem explicar tal comportamento. Por um lado, o rendimento das culturas agrícolas não era sempre uniforme; por outro, o encobrimento dos números reais das produções.

Fruto da solidariedade no seio das comunidades locais, os produtores que não manifestaram as quantidades correctas e venderam os seus bens ao melhor preço, assim como facilitaram o abastecimento da vizinhança. Não obstante o carácter mais ou menos consensual dos referidos comportamentos, houve quem não concordasse com esta passividade por parte de agentes da autoridade do Estado: “Apenas na freguesia de Marialva [Meda] se continua na exploração de minerais, desenfreadamente e sem respeito algum pelo que estava superiormente determinado. Isto atribuiu-se ao facto de o polícia florestal em serviço na Câmara ser natural desta freguesia e estar portanto ligado a esta gente por relações de amizade e parentesco. Ele próprio me declarou que tinha dó d’ eles”²⁰⁰.

A febre do minério atacou quase toda a população da região, atingindo também os homens ligados ao poder local. Cita-se mais um exemplo verificado no concelho da Guarda: “Constando nesta Câmara que vários proprietários dessa freguesia [Codeceiro], entre eles um membro da Junta de Freguesia, andam fazendo pesquisas mineiras em propriedades suas sem que tenham qualquer registo ou em propriedades já registadas por outros, o que é contra a Lei, deve V. Ex.^a. prevenir os mesmos para que terminem tais pesquisas a fim de evitar consequências desagradáveis para os mesmos pesquisadores de minério.”²⁰¹

Também o sector da panificação protagonizou, durante a guerra, um crescimento significativo, resultado da grande procura de que o pão era alvo no território português e

²⁰⁰ Carta de um particular ao Governador Civil da Guarda, 29 Março de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da III Secção*.

²⁰¹ Carta do Presidente da Câmara Municipal da Guarda ao autarca de Codeceiro, 17 de Janeiro de 1942, *AMG, Correspondência Expedida*.

no espanhol, onde as populações viviam numa grave situação devido aos efeitos da devastadora guerra civil. Foram vários os particulares sem ligações prévias àquele sector (veja-se o caso de Martinho Júlio da Costa) que no período da guerra resolveram investir nas rentáveis actividades da produção e do comércio de pão. Esta situação era descrita com regularidade pelo Governador Civil da Guarda: “aparecem com frequência requisições de farinha subscritas por pessoas que não exercem nem nunca exerceram a indústria de padaria”²⁰².

Para esclarecer a situação em causa, o Governador pediu aos municípios informações sobre a identidade de quem se dedicava àquele negócio nas suas circunscrições e, sobre se a sua situação era legal ou não. As informações remetidas foram um pouco confusas e incompletas, pois alguns autarcas não responderam ou, quando o fizeram, não distinguiram o estatuto dos padeiros (a excepção foram os concelhos de Almeida e Gouveia). Todavia, a maioria das pessoas indicada laborava em situação ilegal. Provavelmente, muitas delas não produziram pão em grandes quantidades. No entanto, a força dos números é avassaladora e dá a imagem de um mercado negro do pão pujante. No concelho de Almeida, das quarenta e oito pessoas associadas àquela actividade, só duas é que estavam legalizadas. Já em Gouveia, eram dez em setenta e duas²⁰³.

²⁰² Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, 9 de Setembro de 1941, *AMG, Correspondência Recebida pela Câmara Municipal da Guarda*.

²⁰³ Lista de padeiros legais e ilegais em alguns concelhos do distrito da Guarda, Novembro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida da II Secção*.

5.3- O Contrabando

O contrabando é uma actividade imemorial, exercida em zonas de fronteira. Resulta no transporte e comercialização de produtos à revelia das limitações, das taxas e dos impostos estabelecidos pelos Estados. Cereais ou pão, vinho e azeite foram sempre, em Portugal, dos produtos mais contrabandeados. Enquanto aventureiros individuais ou como membros de comunidades instaladas em regiões periféricas, os contrabandistas eram figuras incontornáveis das zonas da raia. Os seus sinais de riqueza – ou, pelo menos, de menor penúria – provocavam a censura, a inveja e/ou a admiração dos conterrâneos.

Segundo João Francisco Marques, nos “tempos agudos do contrabando, as aldeias do Sabugal e dos concelhos vizinhos acolhiam, com pasmo e estima, esses homens que, muitas vezes ensanguentados pelas balas dos guardas, lhes metiam em casa o pão, o azeite, o tabaco, o calçado, todos os produtos necessários à vida, por um preço compatível com a magra bolsa, a toda a hora esvaziada pelo devorismo do Estado” (Montemor apud Marques, 2004:680).

No romance *Maria Mim* de Nuno Montemor, originário da aldeia raiana de Quadrazais, é retratado este modo de vida, quase natural para quem a terra não era benévola e o Estado desamparava. O seu autor, conhecedor desta realidade, justificava aquelas actividades com as dificuldades económicas, que obrigavam desde muito cedo os filhos a perfilharem os passos dos seus pais, fazendo do contrabando uma actividade familiar e de carácter regular. O escritor não se esqueceu de lembrar que a mesma sociedade que condenava o comportamento dos contrabandistas fazia por ignorar que a existência do contrabando pressupõe a presença da outra parte envolvida, o consumidor.

O contrabando nasceu com as fronteiras, pois uma simples linha imaginária não conseguia impedir a convivência e o comércio milenar entre populações vizinhas. O fenómeno cresceu à sombra das diferentes conjunturas económicas dos países e, sobretudo, em épocas de maior dificuldades como no período de conflitos militares (civis ou internacionais). Mas o contrabando não era todo igual, havia “o contrabando à jeira (levava-se o trêlo [aquilo que se ia vender a Espanha clandestinamente] a um determinado sítio previamente definido e na volta recebia-se uma pagamento do dono da mercadoria – jeira); o contrabando simples (quando se comprava alguma mercadoria num dos comerciantes das aldeias com o intento de a ir vender a Espanha mais cara para se ganhar dinheiro); e um contrabando de maior escala, feito pelos comerciantes (que

podia adquirir maiores quantidades de produtos contrabandeáveis, como o café, por exemplo) ou homens mais abastados” (Araújo, 2008:12).

Estudos realizados sobre o contrabando indicam factores de ordem económica, moral e política para a realização do mesmo. A motivação económica residia nas dificuldades de subsistência, que impeliam homens e mulheres das regiões da fronteira “a não perder a oportunidade de complementar os seus rendimentos familiares” (Freire, Rovisco e Fonseca 2009:240). Acrescente-se que a maior parte da população das zonas da raia, essencialmente ligada à agricultura, estava dependente dos ciclos temporais das sementeiras e colheitas, sendo cronicamente afectada por situações de subemprego e de desemprego. O argumento moral era invocado pelo facto do contrabandista não ser um ladrão, pois comprava os bens que contrabandeava.

Finalmente, o aparente fundamento político, categorizado desta maneira porque o contrabando era uma actividade ilegal, penalizadora dos interesses do Estado e de carácter oposicionista. Isso porque os contrabandistas, devido à sua “arte”, eram também utilizados como transportadores de materiais políticos clandestinos (propaganda, livros) e até como acompanhantes de refugiados. Todavia, essa ajuda à oposição não era deliberada, pois o contrabandista procurava sobretudo melhorar as suas condições económicas. O contrabando era apenas uma janela de oportunidade, se bem que, para muitas populações da raia portuguesa e espanhola, tal actividade transformava-se num ofício como outro qualquer.

Os principais bens contrabandeados em Portugal, no período da Segunda Guerra Mundial, foram géneros alimentícios (cereais e pão, azeite, batatas) e volfrâmio. Estes produtos, muito procurados no território nacional, atingiam preços mais elevados no lado de lá da fronteira, como se pode observar no Quadro nº XVI. Os preços do mercado negro em Espanha teriam sido superiores aos praticados em Portugal. Se, por outro lado, compararmos os preços tabelados na região da Guarda com os do mercado negro em Espanha, percebe-se claramente que o contrabando era uma actividade perigosa mas altamente recompensadora. A diferença de alguns quilómetros possibilitava ao contrabandista um lucro entre os 300% e 500%. A maior parte do contrabando praticado naquele período terá sido concretizada por simples particulares, que buscavam o lucro fácil e rápido.

Geralmente em grupo e do sexo masculino, partiam a coberto da noite com sacolas às costas onde levavam os produtos tão cobiçados. O cuidado era repartido entre as veredas – caminhos tortuosos muitas vezes perigosos – e o medo da polícia. Por

vezes, esta deveria compactuar com as actividades de contrabando, uma vez que a magnitude do fenómeno nalgumas localidades era demasiado grande para ser ignorada pelas autoridades. Às mulheres cabia geralmente um papel secundário, de venda ou aquisição dos produtos contrabandeados. Também existem relatos aludindo a uma “alta candonga”. Já não era o pequeno contrabandista que, a coberto da noite, levava meia dúzia de ovos ou de pães numa sacola.

As dimensões do referido fenómeno obrigavam ao uso de “guias de requisição para quantidades enormes de farinha, sob nomes fictícios, sem se indagar do destino”²⁰⁴. Esses contrabandistas até se dariam ao luxo de transportar os seus produtos em “vagons

Quadro XVI - Preços de alguns géneros contrabandeados				
Espanha			Portugal	
Bens	Ano	Mercado Negro	Mercado negro	Preço tabelado na Guarda
Sabão (kg)	1941	20\$00	-----	----- ----
	1943	-----	8\$00 (Guimarães)	3\$50
Açúcar (kg)	1941	25\$00	-----	Entre 4\$35 e 4\$70 mais frete (0\$10 ou 0\$20)
	1942	-----	7\$50 a 9\$00 (Olhão)	----- -----
Azeite (l)	1941	25\$00	-----	7\$00
	1943	-----	24\$00 (Porto)	----- -----

Fontes: Ofício enviado pela Brigada de Repressão do Comércio Ilícito de Mercadorias que actuava na Guarda, 24 de Dezembro de 1941, *IANTT, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 528*; Rosas, 1996:303; *AMG, Correspondência Expedida pela CMG*, 30 de Janeiro de 1943; *A Guarda* [1941-1942].

e vagons?!!”²⁰⁵, algo só possível com a conivência das autoridades. Os factos eram do conhecimento do Governador Civil da Guarda que, em missiva para o Ministério do Interior, afirmava: “Segundo se diz, o grande movimento de batata no Sabugal é

²⁰⁴ Carta de um anónimo, “Porque faltam os géneros e encarecem os que se vendem?”, *A Guarda*, 30 de Janeiro de 1942, p.2.

²⁰⁵ *Idem, ibidem.*

facilitado pelas próprias autoridades, visto que a batata é acompanhada de guias devidamente autenticadas pelas autoridades”²⁰⁶. Num outro momento acrescentava, ainda, que “o contrabando por caminho de ferro na Guarda tem aumentado de forma apreciável, avultando o transporte de sabão.”²⁰⁷

O Regedor da localidade de Miuzela, concelho de Almeida, acusava em 1942 o Chefe da Estação de caminho-de-ferro da Cerdeira de contrabando de sabão e outras mercadorias, usando para tal actividade as composições da Companhia de Caminhos de Ferro: “Por mim, Regedor desta Freguesia, foi encontrado [o contrabandista] acompanhando um carro de bois que levava 32 caixas [de sabão] e lhe perguntei pela sua guia de trânsito e me disse, não levava nem tinha. Quis impedir-lhe o seguimento mas exitou [sic] e como nos encontrávamos já a uma certa distância desta localidade tentou e seguiu dizendo-me que se sujeitava às consequências que adviessem. Ora, como V^a. Ex.^a sabe já por várias vezes foi chamado a essa Brigada por candonguisses idênticas. Mais venho pô-lo ao facto do que se passa, do sujo procedimento de António Álvaro e de Amadeu Augusto Ladeiro (Chefe desta Estação) capa de todos os candongueiros desta terra.”²⁰⁸

Face à visibilidade do contrabando e à falta de géneros, as críticas das populações faziam-se sentir, exigindo das autoridades policiais um comportamento honesto e soluções que pusessem cobro àquelas actividades: “Não tem a fronteira guardas que a defendam dos crimes da candonga? Tem sim senhor. E o que fazem esses guardas? Há más línguas que os dão feitos com os candongueiros, pares nas manobras do contrabando.”²⁰⁹ O desempenho das autoridades não era o mais adequado, no entanto os meios físicos disponíveis eram insuficientes para controlar todos os pontos de passagem de uma extensa fronteira terrestre. Por outro lado, elas não podiam alegar o desconhecimento dos crimes, pois mantinham uma relação próxima com os candongueiros ao mesmo tempo que procuravam a manutenção do equilíbrio social. Não era possível a prisão centenas de pessoas, por vezes aldeias inteiras que se dedicavam ao contrabando como acontecia em Soito, Vale de Espinho ou Quadrazais (concelho do Sabugal).

²⁰⁶ Carta do Governador Civil da Guarda para o Ministro do Interior, 28 de Agosto de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2^a Secção relativa a Requisição de Géneros*.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*.

²⁰⁸ Carta do Ministério da Economia ao Governador Civil da Guarda onde é remetida a queixa do Regedor da Cerdeira, 4 de Setembro de 1942, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2^a Secção relativa a Requisição de Géneros*.

²⁰⁹ Redacção, “Uma das causas da candonga...”, *A Guarda*, 20 de Fevereiro de 1942, p.3.

Nesta última aldeia, terra sobejamente conhecida como de contrabandistas, o clima reinante deveria ser semelhante ao das povoações do Oeste americano, onde a lei era colocada em causa todos os dias e o roubo fazia parte do quotidiano. Nas palavras do Presidente da Câmara do Sabugal, “[Quadrazais] é um foco de desordem: contrabandistas quase todos os seus habitantes, as rixas e os furtos são constantes. A situação atingiu tal acuidade que está mesmo afectando o nosso prestígio perante as autoridades espanholas, que se estão convencendo da impotência das suas congéneres portuguesas para pôr fim a tal desordem e acabar com os frequentes furtos, sobretudo de gado, que os quadrazinhos efectuam de surpresa, do lado de lá da fronteira, acarretando depois para o País o produto desses furtos, certos da sua impunidade pois, embora haja dezenas de mandados de captura, impossível se torna cumpri-los, por os delinquentes se afastarem dos povoados logo que presentem qualquer autoridade.”²¹⁰

A actividade contrabandista também beneficiava da actuação do poder judicial, o qual actuaria, geralmente, de um modo condescendente e conivente para com os infractores. Tratava-se, por vezes dos próprios representantes do Estado. Evoca-se, a este propósito, um testemunho da época: “Para conhecimento de V^a. Ex^a., informo que Teodoro Martins Chorão, Regedor da Freguesia de Aldeia da Ponte, do Concelho de Sabugal, distrito de que V. Ex^a é mui digno Governador Civil, foi preso em flagrante delito de contrabando e de delito contra a Economia Nacional, tendo sido indiciado por tal.”²¹¹ Os casos chegavam ao conhecimento do próprio Ministro do Interior, pois o relatório da Brigada de Repressão do Comércio Ilícito de Mercadorias (BRCIM) não deixava dúvidas: “Acontece, como já tenho informado V^a. Ex^a., que as primeiras pessoas a não cumprirem, a facilitar contrabando e até executá-lo, são de uma maneira geral os Regedores, os Presidentes e membros das respectivas Juntas de Freguesia.”²¹²

As denúncias também incluíam autarcas de concelhos fronteiriços, acusados pelo Chefe da Brigada de Repressão e Fiscalização da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios (BRFEIGA) de não colaborarem com a sua missão, chegando mesmo a condicionar a sua actuação. O Governador Civil da Guarda, autoridade que tinha um conhecimento detalhado do que se passava no distrito, instigado a responder ao

²¹⁰ Carta do Presidente da Câmara do Sabugal ao Governador Civil da Guarda, 15 de Outubro de 1947, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

²¹¹ Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara do Sabugal, 8 de Fevereiro de 1943, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

²¹² Transcrição de um ofício enviado pela Brigada de Repressão do Comércio Ilícito de Mercadorias que actuava na Guarda, 24 de Dezembro de 1941, *IANTT, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 528*.

Ministério do Interior sobre a veracidade daquelas afirmações, relacionou-as com a “comprovada inexperiência, o pouco senso, um transparente e exagerado desejo de mostrar superiormente grande zelo funcional”²¹³ daquele funcionário. Acrescentou, ainda, que aquela atitude em nada ajudava a combater o contrabando e que até criava graves situações de incompatibilidade entre aquele organismo e as autoridades acusadas.

Honestidade não seria a palavra melhor usada para caracterizar a situação e o relacionamento existentes entre os vários organismos do Estado. Desconfiava-se de tudo e de todos, ao mesmo tempo que se tentava estar a par de todos os negócios. Leia-se o seguinte protesto: “Consta que várias camionetas, algumas de enorme envergadura, vêm escoando grandes quantidades de batata do nosso concelho, que dizem destinar-se a unidades militares. [...] Tenho para mim que toda a batata que se destinasse a unidades militares, e [que fosse] adquirida neste concelho, devia ser controlada por esta Comissão Reguladora ou Câmara Municipal, para evitar negócios escuros ou especulações, o que muito bem pode acontecer à sombra do exército.”²¹⁴ O intrincado jogo de interesses não seria ignorado pelas mais altas autoridades dos concelhos e do distrito. Contudo, poucos terão sido os grandes contrabandistas severamente punidos.

Algumas vozes insinuaram haver interferência no sistema judicial de membros do regime com assento na Assembleia Nacional, de modo a protegerem os contrabandistas: “É público e notório em todo o concelho [de Figueira de Castelo Rodrigo] – e disso se jactam os criminosos [contrabandistas] que acuso – que são escandalosamente protegidos, sendo a Lei e a Moral calcadas a pés, pelo Sr. Dr. Luiz Maria Lopes da Fonseca, deputado da Nação, pessoa intimamente ligada a esses malfeitores”²¹⁵. Talvez assim se compreenda melhor a benevolência com que foi tratada a pequena candonga. Existem inúmeras estórias de contrabandistas apanhados e cuja pena aplicada, para além de uns sopapos, era a apreensão da mercadoria, que muitas vezes era simplesmente roubada pelas forças policiais: “O meu pai foi apanhado duas

²¹³ Gabinete do ministro recebe esclarecimentos do Governador Civil da Guarda sobre a actuação do Inspector da Brigada de Repressão 12 de Abril de 1943, *IANTT, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 528*.

²¹⁴ Carta do Governador Civil da Guarda ao delegado da Intendência Geral dos Abastecimentos, 10 de Março de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*.

²¹⁵ Sindicância ao Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, 3 de Abril de 1944, *ADG, Fundo do Governo Civil da Guarda, Processos de Correspondência Recebida e Expedida*.

vezes na mesma semana. Ficaram-lhe com o produto [azeite]. Mais tarde, os guardas devolveram-lhe os odres, dizendo que se tinham rompido.”²¹⁶

Um outro aspecto suscitador de dúvidas sobre o real desejo de combater o contrabando esteve na aparente rotatividade dos funcionários da BRFEIGA. Por um lado, seria compreensível que tal fenómeno ocorresse para impedir o estabelecimento de relações muito próximas com a comunidade que tinham por missão fiscalizar. Contudo, esse movimento condicionava o desempenho daquele organismo, como o reconhecia o Governador Civil da Guarda em carta ao Inspector-Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas: “Efectivamente, desde de [sic] 2 de Julho foram já três os funcionários que desempenharam tal cargo, donde resulta que são substituídos exactamente quando começam a estar em condições de bem desempenhar as suas funções, pelo conhecimento da região e dos elementos necessários à sua actuação.”²¹⁷

²¹⁶ Silva, Maria Anabela, *Na rota do contrabando de azeite*, Disponível na Internet em <http://www.leirianet.pt/leiria/noticia.php3?ind=1601>, consultado às 21:00 do dia 23 de Agosto de 2009.

²¹⁷ Carta do Governador Civil da Guarda para o Inspector-geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, 1 de Setembro de 1941, *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida da I Secção*.

6 - O retomar da “normalidade”

6.1- O desmantelamento da economia de guerra

O dia 8 de Maio de 1945 ficou na História como o dia da vitória dos Aliados sobre III Reich e os seus aliados na Europa. Os níveis de destruição e de sofrimento atingiram valores inauditos. Chegara agora a hora da reconstrução e da recuperação económica. Contudo, o fim das hostilidades não implicava a imediata normalização do quotidiano e, conseqüentemente, da questão dos abastecimentos às populações. O caminho seria longo e, por vezes, com momentos quase tão penosos como os que se viveram durante o conflito, o que causou alguma incompreensão.

A evolução dos equilíbrios internacionais na segunda fase da guerra contribuirá, em Portugal, para o acentuar de algumas movimentações políticas, sobretudo pela mão do PCP, que procurava cavalgar a onda grevista registada entre 1943 e 1945, assim como a vitória dos Aliados, países onde vigoravam regimes com os quais o Estado Novo não tinha muitas afinidades. Era conhecida a simpatia do salazarismo pelas ditaduras chefiadas por Benito Mussolini e Adolf Hitler, comprovada pelo luto nacional decretado aquando da morte do *Führer*. A Alemanha fora, ao longo da guerra, um dos principais parceiros comerciais de Portugal. Tal estatuto só fora alterado com forte pressão política de americanos e ingleses no seguimento das derrotas militares da *Wehrmacht*.

A importância da U.R.S.S. na vitória dos aliados contribuiu para um novo alento do PCP, que foi um dos principais responsáveis pelo engrossar das fileiras oposicionistas ao regime. Ainda em plena guerra (1943) surgiu o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), congregador de diferentes sensibilidades políticas contestatárias do Estado Novo. O fim do conflito parecia trazer ventos de mudança, com a realização de eleições legislativas em moldes jurídicos aparentemente mais pluralistas. Aproveitando o facto, o PCP vai integrar o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Visou-se confrontar o regime através da disputa eleitoral, não obstante se continuar a afirmar a necessidade de um “levantamento nacional” (Rosas, 1998:347) que derrube o regime. Todavia, o Estado Novo resistiu e reagiu recorrendo a um misto de repressão e enquadramento, contando com apoio tácito das potências demoliberais, reafirmou que “o regime não cai nem a tiros nem a votos” (Rosas, 1998:348). A frustrada tentativa de golpe militar e civil de 10 de Outubro de 1946 e o

apoio junto, quer de camadas urbanas, quer do campesinato do Ribatejo e Alentejo que o MUD granjeara, despoletaram uma reacção por parte da ditadura, que lutava pela sobrevivência num período em que a conjuntura política internacional não lhe era aparentemente favorável.

O final do ano de 1946 foi marcado pela perseguição aos dirigentes e militantes oposicionistas mais destacados. A justificação formal para tal vaga repressiva decorreu do facto do MUD se ter manifestado “contra o pedido de adesão do governo de Lisboa à ONU” (Rosas, 1998:352). O Rubicão estava atravessado. Os primeiros meses de 1947 foram marcados pela violenta repressão de greves, pela perseguição dos militares e civis envolvidos no golpe falhado de Outubro de 1946 e demissão de vários professores universitários opositores ao regime. A estocada final dar-se-á, já em Janeiro de 1948, com a ilegalização do MUD. Uma tal estratégia de recusa de qualquer alteração na natureza ditatorial do salazarismo decorreu da certeza do apoio de americanos e britânicos ao Governo português no âmbito da “Guerra-fria”, da capacidade de renovar, uma vez mais, os equilíbrios internos do regime. Ocorreu uma remodelação governativa e a inclusão de elementos da ala mais liberal e industrialista do Estado Novo. O engenheiro Daniel Barbosa passou a desempenhar o cargo de Ministro da Economia.

A missão confiada ao novo governante teria passado por “desarmadilhar o clima generalizado de descontentamento social entre as “classes operárias” e a “classe média”, entre os consumidores pobres ou remediados dos centros urbanos, a grande base de apoio conquistada pelo oposicionismo político ao regime” (Rosas, 2000:124). O mal-estar era fomentado pelos problemas relacionados com os abastecimentos, que subsistiam apesar do tempo de paz. Os preços dos géneros continuavam a atingir valores inoportáveis para a maioria da população, que tinha perdido progressivamente o seu poder de compra ao longo da guerra. O problema era económico e político. A solução passaria pelo uso das divisas estrangeiras, do ouro e dos créditos acumulados durante a guerra para importar massivamente bens de consumo de modo a serenar os ânimos e, em alguns casos, para garantir a sobrevivência das pessoas.

Para explicar o prolongamento das dificuldades económicas e de abastecimento, convirá referir a permanência do controlo político-administrativo do comércio internacional por parte dos Aliados, a diferença entre oferta e procura de bens e serviços, a continuidade da hipertrofia da organização corporativa, a reprodução dos mecanismos do açambarcamento e do “mercado negro”. Muitos industriais e

comerciantes acumularam riqueza fruto de actividades especulativas. A solução adoptada por Daniel Barbosa resolveria as dificuldades imediatas, mas não solucionaria os problemas estruturais da economia portuguesa. À semelhança de outros industrialistas, o novo Ministro da Economia defendia o desenvolvimento nacional assente num vasto plano hidráulico e de electrificação, impulsionador do progresso da agricultura, da indústria e do comércio. Dotaria as classes populares com o poder de compra necessário para o sustento de um mercado interno estimulador da indústria nacional.

Para além das importações em larga escala, Daniel Barbosa tentou desmobilizar a conflitualidade social com o reforço do combate aos crimes de açambarcamento e especulação. Produtores e comerciantes foram obrigados a disponibilizar de novo as suas mercadorias no mercado oficial em vez de no paralelo. Era a única forma de minimizarem as perdas, pois a oferta de bens estrangeiros e a espiral deflacionista faziam com que o consumidor tivesse deixado de depender do “mercado negro”. Outra medida de normalização da vida económica no período do pós-guerra passou pela reabertura das inscrições no Grémio dos Armazenistas de Mercearia, dando aos comerciantes de retalho “liberdade de escolha do fornecedor” (Garrido, 2003:623-624). Tal medida permitiu que os retalhistas já não estivessem reféns dos armazenistas de Lisboa e Porto, que geralmente não tinham tanto interesse e urgência em abastecer os seus clientes do interior do país. Finalmente, foi sendo progressivamente liberalizado o comércio dos bens racionados e condicionados, processo esse que ainda se irá arrastar pela década de 1950.

Aparentemente, Daniel Barbosa redescobriu a cornucópia e os resultados da sua “política das farturas” foram visíveis. Convirá, entretanto, não esquecer o seu antecessor no cargo, Supico Pinto, que iniciara a política de importação massiva de bens. Os resultados destas iniciativas traduziram-se na descida da inflação, “de 11,2% em 1946 cifrou-se em 2,5% em 1947” (Garrido, 2003:624). Tal evolução era necessária para restaurar o equilíbrio social, resultado que o Ministro anunciou à imprensa no ano de 1948, quando falou na “inteira regularidade obtida para o problema dos abastecimentos” (Rosas, 2000:138). Contudo, as medidas de Daniel Barbosa, inicialmente aplaudidas por quase todos os sectores da sociedade portuguesa, acabaram por perturbar alguns dos principais apoiantes do Estado Novo. A importação massiva de bens agravou as dificuldades económicas de algumas pequenas indústrias de empresas comerciais e de explorações agrícolas, atestadas pelo número de falências: “Entre 1946

e 1949, se regista uma média de 530 sociedades comerciais e industriais dissolvidas por ano (mais cerca de 200 por ano do que entre 1939 e 1945) e que o crescimento, até aí explosivo, de novas sociedades sofre, de 1946 a 1950, uma quebra de cerca de 40% em número e de mais de 50% em capital” (Rosas, 2000:140).

Por outro lado, o ímpeto fiscalizador e repressivo sobre quem lucrava com a especulação, o contrabando e outros delitos económicos, incomodou muitos empresários bem relacionados com o regime, levando-os a juntarem a sua voz às críticas ao ministro. Essa contestação foi comentada por Daniel Barbosa na obra *Alguns aspectos da Economia Portuguesa*, escrita após a sua saída do Governo para tentar justificar as políticas adoptadas. O ex-ministro via com estranheza as discordâncias e questionava por onde tinham andado aquelas vozes aquando das intervenções que ocorreram na Assembleia Nacional a favor da importação massiva de géneros. Recordou os debates lá verificados sobretudo a intervenção do deputado Bustorff Silva, defensor à altura dessa política para “facilitar a vida enquanto a abastança não chega” (Barbosa, 1949:123). Teria, ainda, considerado acrescentando que “nenhum dispêndio, sacrifícios alguns, serão excessivos! (Apoiados). *Salus populi; suprema lex* [a salvação do povo; a lei suprema] ” (Barbosa, 1949:123).

Rapidamente os objectivos de abundância, pouco condizentes com os princípios de poupança e de sobriedade do Estado Novo, foram alvo de crítica, ao mesmo tempo que as divisas acumuladas durante a guerra se esvaíam para equilibrar uma balança comercial que voltara a ser claramente desfavorável a Portugal. A intensidade das importações mereceu reparos de Ferreira Dias, o qual criticou “os efeitos perniciosos da fúria de negociar artigos importados que se apoderou de milhares de pessoas deste país logo que as hostilidades acabaram” (Garrido, 2003:626). Desaproveitar-se-ia, assim, uma oportunidade para lançar as bases da industrialização nacional.

As dificuldades económicas do Reino Unido e o regresso dos saldos negativos da balança comercial levarão o Governo chefiado por António de Oliveira Salazar a aceitar as ajudas do Plano Marshall, anteriormente declinado, atestando assim “dos limites da autarcia, das vulnerabilidades que a Guerra deixou à vista [...] da insuficiência da produção nacional e da dependência externa e da inexorável internacionalização da economia portuguesa (Rollo, 2007:675). Outra consequência da crise de pagamentos foi a saída de Daniel Barbosa da pasta da Economia a 16 de Outubro de 1948, substituído por Castro Fernandes até à chegada de Ulisses Cortês a 2

de Agosto de 1950. Este último era um destacado membro da União Nacional, próximo do Presidente do Conselho e crítico das políticas de Daniel Barbosa.

6.2- O pós-guerra e o balanço à organização corporativa

Depois do fim do conflito mundial foi considerado necessário realizar um balanço do funcionamento dos vários organismos ditos corporativos, através dos quais o Executivo dirigiu a economia de guerra em Portugal. Constituiu-se uma Assembleia Nacional uma Comissão de Inquérito presidida por Mário de Figueiredo, um dos dirigentes do Estado Novo mais próximos de António de Oliveira Salazar. A Comissão tinha quatro objectivos: “1º Investigar os vícios do funcionamento dos elementos da organização corporativa; 2º Procurar as causas do ambiente político que os cerca; 3º Indicar aqueles vícios, havendo-os, para que sejam corrigidos; 4º Referir estas causas, para que sejam eliminadas.”²¹⁸ O Relatório da Comissão levou quase uma semana a ser debatido na AN (Março de 1947).

A questão que suscitou maior preocupação aos deputados foi a de demonstrar que os problemas apontados no Relatório tinham sido causados por más práticas de dirigentes e funcionários dos organismos corporativos, não por uma falha no modelo corporativo do Estado Novo. Uma das primeiras críticas centrou-se na criação dos organismos de coordenação económica. No entender do deputado Luís Teotónio Pereira, irmão de um dos pais do corporativismo português, aquelas entidades transportavam em si o “germe anticorporativo, e [...] abriram a porta à intervenção do Estado, falseando assim o pensamento e a clarividência do Chefe, que no começo da Revolução proclamara: “O intervencionismo, sempre que o Estado o fez e onde quer que o fez, só tem concorrido para esterilizar as iniciativas, sobrecarregar o número de funcionários, agravar desmedidamente as despesas e os impostos, diminuir a produção, delapidar grande parte da riqueza privada, restringir a liberdade individual, torná-lo insuportável inimigo dos povos”.”²¹⁹

A Assembleia Nacional servia, pois, de palco à luta entre os arautos do “corporativismo de associação” e os mais pragmáticos defensores do “corporativismo de Estado”. A discussão também se focou em alguns dos vícios bem conhecidos da “máquina corporativa”, nomeadamente o desinteresse demonstrado na resolução dos problemas das pessoas que devia servir. Criticava-se o facto de alguns dos seus funcionários parecerem estar “ fechado[s] a sete chaves num gabinete mais alto que a

²¹⁸ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909

²¹⁹ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909.

torre de marfim”²²⁰, levando as pessoas a desistir ou a procurar soluções alternativas. Outra falha apontada foi o enriquecimento de alguns desses organismos, chocante para os deputados que assistiam à compra de inúmeras moradias em Lisboa “a fim de nelas instalarem faustosamente as suas repartições”²²¹.

Os representantes das várias correntes do Estado Novo também não compreendiam as diferenças entre os preços pagos aos produtores e os de venda, posteriormente definidos pelos organismos corporativos. Focalizando a atenção no sector dos couros, o deputado Mendes Correia referiu que “a Junta [dos Produtos Pecuários] paga por um couro de uma rês morta 300\$ e vai, ela própria, vender o mesmo por 600\$.”²²² O excesso de burocracia não era esquecido e até foi debatido com algum humor por Quelhas Lima, que aludiu do seguinte modo aos vários impressos que tinham que ser preenchidos: “brancos, cor de rosa, esverdeados, azul pálido ou amarelos. Quase... um arco-íris!”²²³ O elevado número de funcionários dos organismos – perto de dez mil (9 337²²⁴) – mereceu críticas dos deputados, sobretudo porque não resultava na superação dos atrasos e entraves que bloqueavam o funcionamento da organização corporativa.

Alguns dos deputados da AN, mais precisamente Pacheco Amorim, culpabilizaram a censura pela manutenção dos vícios dos organismos corporativos devido ao silenciamento que impunha. O deputado achava que se a opinião pública tivesse sido informada, então teria havido uma pressão maior para a correcção dos erros. Pacheco Amorim aproveitou para fazer um *mea culpa*, pois motivado pelo clima de maior contenção vivido durante a guerra, ele próprio se auto-censurou de modo a “evitar as críticas não só à política económica do Governo, mas até aos actos dos organismos corporativos e afins.”²²⁵

A maior parte das intervenções dos deputados foi, no entanto, no sentido de uma culpabilização genérica e difusa. Ninguém punha em causa o deficiente funcionamento dos organismos corporativos e o Relatório da Comissão focou isso mesmo. O que ficava ausente era a indicação dos eventuais infractores, fossem eles os organismos ou os seus funcionários. O Presidente da Comissão justificava tal situação com a missão da mesma, que não passava por fazer as vezes de Ministério Público. O Relatório era visto

²²⁰ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909.

²²¹ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909.

²²² *Diário das Sessões*, nº107, de 20 de Março de 1947, p.929.

²²³ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909.

²²⁴ *Diário das Sessões*, nº106, de 19 de Março de 1947, p.909.

²²⁵ *Diário das Sessões*, nº109, de 22 de Março de 1947, p.972.

como um guia de orientações para o Governo, de modo a que tomasse as medidas necessárias para corrigir os abusos e, eventualmente, punir os infractores. Às acusações de que o Relatório era “inodoro, insípido”²²⁶, Mário Figueiredo respondia com uma ideia aparentemente revolucionária: “A comissão propõe que se extingam os organismos de coordenação à medida que se forem constituindo as Corporações.”²²⁷ Contudo, a referida afirmação, já proferida por outros anteriormente, não tinha muito impacto, pois desde 1933 que se esperava pelas Corporações.

A Segunda Guerra Mundial levou a um reforço da intervenção do Estado na economia, apesar de a mesma ser contraditória com o modelo corporativista português. As modalidades de intervenção anteriores a 1939 foram ampliadas durante a guerra, acabando por ganhar contornos de permanência. Eram justificadas com a manutenção da paz social. Exemplo paradigmático dessa intervenção, que se arrastou no tempo para além de Maio de 1945, foi o comércio do bacalhau, que, “nos anos decisivos do pós-guerra mobilizou formas de regulação estatal ainda mais densas e verticais do que aquelas que o Estado impusera por meados da década de trinta” (Garrido, 2003:631).

O debate do Relatório terminou com a intervenção de Mário Figueiredo, passando-se depois à fase dos elogios. Foi Ulisses Cortês, também integrante do círculo dos próximos de António de Oliveira Salazar, que apresentou uma moção de cinco pontos, alegadamente sintetizadora do trabalho da Comissão e da opinião de todos os deputados à Assembleia Nacional: “1.º Que não foi afectado o princípio corporativo, cuja eficiência na estruturação das actividades essenciais do País é manifesta; 2.º Que todos os organismos de coordenação económica corresponderam a conveniências do momento ou a exigências da própria lógica do princípio constitucional da orgânica corporativa; 3.º Que na emergência de guerra o País ficou devendo à organização corporativa relevantes serviços, como instrumento da política económica da Nação; 4.º Que no sector social a acção realizada se integrou nos princípios definidos nas leis fundamentais e correspondeu às aspirações da Revolução Nacional no sentido de assegurar a melhoria progressiva das condições dos trabalhadores no quadro da paz e da ordem social; 5.º Que os defeitos e erros apontados no relatório, se provieram, sem dúvida, de deficiências de ordem técnica e de faltas que importa corrigir, se explicam também pelo facto de a organização ter sido surpreendida pela guerra na sua fase quase

²²⁶ *Diário das Sessões*, nº109, de 22 de Março de 1947, p.974.

²²⁷ *Diário das Sessões*, nº109, de 22 de Março de 1947, p.974.

embrionária e de ter sido utilizada, por imperativo das circunstâncias, em intervenções e actividades estranhas à índole, à pureza e aos objectivos do sistema.”²²⁸

A intervenção do futuro ministro da Economia acabou, no entanto, por lançar alguma confusão no debate e por atrair vozes críticas, como a de Botelho Moniz, contestatário do corporativismo de Estado e, mais tarde, apoiante de Craveiro Lopes, em movimentações com vista à substituição do Presidente do Conselho. Ainda se lhe juntaram Paulo Cancela de Abreu, Pacheco Amorim e Henrique Galvão (nos anos cinquenta ligado a Humberto Delgado e sequestrador do paquete *Santa Maria* já na década de 60). Face à contestação, Ulisses Cortês tentou fazer pequenas alterações nos pontos mais polémicos, mas não conseguiu sossegar as críticas. O cerne da discordância residia no tom geral das conclusões, pois os deputados não queriam que fossem iguais às do Relatório da Comissão. Contudo, se fossem diferentes, então haveria um problema, uma contradição entre a opinião da Assembleia e as conclusões do Relatório. Do imbróglio resultou a seguinte moção anódina, merecedora de aprovação por unanimidade, “A Assembleia Nacional saúda a sua Comissão de Inquérito pelo trabalho realizado; considera que os princípios informadores da organização corporativa não saíram diminuídos do inquérito parlamentar e confia em que o Governo saberá zelar a defesa e o prestígio desses princípios, dando satisfação aos votos expressos nas conclusões do Relatório.”²²⁹

²²⁸ *Diário das Sessões*, nº109, de 22 de Março de 1947, p.979.

²²⁹ *Diário das Sessões*, nº109, de 22 de Março de 1947, p.980.

Conclusões

À partida havia dúvidas e preconceitos sobre um tempo que se achava monolítico e, sobretudo, pintado a preto e branco. Após o estudo da economia de guerra no distrito da Guarda, surge um Estado Novo matizado em tons de cinzento. O carácter totalitário do regime e a forte propaganda contribuíram para uma exaltação dos sucessos do regime ao mesmo tempo, que omitiu os seus fracassos e enublou a realidade.

Finalizado este projecto de investigação, percebe-se, no seguimento de outros estudos, que a economia portuguesa não estava preparada para a guerra. Essas dificuldades deveram-se, quer às orientações seguidas pelo Governo, quer aos problemas estruturais da realidade nacional. Quanto às limitações, sabia-se que a sua resolução só seria possível numa perspectiva de médio e longo prazos, não no curto prazo dado pela guerra. Era a acção governativa, com medidas concretas a aplicar imediatamente, que poderia fazer a diferença. Oliveira Salazar e vários membros da sua *entourage* conheciam perfeitamente os problemas que o país enfrentara durante a Primeira Grande Guerra. Esperava-se dos principais críticos da acção dos governos republicanos medidas que evitassem a repetição das dificuldades sentidas após 1914. Ora, não foi isso que aconteceu.

O Estado Novo, que queria manter a paz social a todo o custo, demorou muito tempo a reagir, a preparar efectivamente a economia e a sociedade portuguesa para o conflito desencadeado a 1 de Setembro de 1939. Apesar dos vários diplomas prontamente publicados logo em Setembro de 1939, teria sido necessária uma aplicação imediata dessas e de outras medidas para que se começasse a controlar o mercado e o fornecimento dos principais bens de consumo, para impedir a subida dos preços e evitar o açambarcamento, para distribuir, de forma minimamente equitativa, as vantagens e as agruras associadas à economia de guerra. Quanto ao contrabando, parece ter sido encarado com alguma naturalidade, quase como uma inevitabilidade oriunda do tempo em que não havia fronteiras. Outro factor explicativo da passividade para com o fenómeno terá passado pelo apoio prestado aos “nacionalistas espanhóis” durante a guerra civil, que intensificara e solidificara as relações entre as populações da raia.

A entrada em vigor das primeiras medidas preparatórias da economia de guerra nacional (alargamento da abrangência dos manifestos agrícolas, condicionamento do trânsito de alguns géneros) só teve lugar no final de 1941. Portugal foi dos países europeus que mais tardiamente começou a mobilizar a sua economia e respectiva

população. Para tal muito terá contribuído a recusa do regime em alterar a generalidade dos equilíbrios sociais e dos privilégios vigentes. Num plano mais especializado faltou a existência de um órgão central, que reunisse em si todas as questões relacionadas com os abastecimentos.

A entidade em causa poderia, efectivamente garantir a orientação do funcionamento da multiplicidade de organismos públicos e corporativos envolvidos na coordenação da economia de guerra. A ausência dessa estrutura resultou num vazio de poder, que foi aproveitado pelas inúmeras estruturas e autoridades locais. A criação da Intendência Geral dos Abastecimentos (IGA) em 1943 trouxe alguma ordem a um sistema com múltiplas entropias, que demorariam ou nunca chegariam a desaparecer. Sinal inequívoco dessa autonomia dos poderes locais foi a modalidade de aplicação do racionamento, implantado em todo o território nacional nos finais de 1943 mas já praticado em vários concelhos desde 1941 com a aprovação dos Governadores Civis. A margem de manobra conquistada pelas Câmaras Municipais foi um dos maiores entraves às acções da IGA e de outras entidades que tentaram confrontar hábitos enraizados. Ocorreram, sobretudo, resistências à intromissão na vida de empresas e particulares, pouco acostumados a este tipo de actuação por parte de um Estado habitualmente quase ausente do seu quotidiano, em especial nas regiões do interior. Um outro entrave ao bom funcionamento da economia de guerra foi a escassa colaboração das populações. O Governo, à semelhança, por exemplo, do que sucedeu na Alemanha e Reino Unido, deveria ter sabido mobilizar a população, de modo a que ela fosse a primeira barreira contra o açambarcamento, a especulação e o contrabando. A falta de uma cultura cívica e a limitada eficácia do poder executivo contribuíram para desbaratar o pouco capital de confiança que o Estado ainda dispunha junto das populações. Em vez de ter um fiscal em cada consumidor, o regime, com as gravosas condições a que sujeitou as classes populares e parte das classes médias, conseguiu que cada português agisse cada vez mais como agente económico ou como consumidor egoísta, procurando assegurar os seus interesses pessoais independentemente dos prejuízos colectivos.

A entropia instalada nos diversos organismos do Estado foi outra das características presentes, quer no funcionamento da economia de guerra, quer no desempenho da justiça. O discurso político e a legislação produzida para o enquadramento dos crimes contra a economia (especulação, açambarcamento, contrabando) eram severos, no entanto, raramente forma aplicados. Por diversas vezes, a acção das forças policiais no terreno e dos magistrados nos tribunais acabou por ser

muito condescendente para com os infractores. A explicação para tais atitudes terá estado na protecção oficiosa concedida a alguns desses réus, na dificuldade em penalizar comportamentos adoptados de forma generalizada, no facto de algumas dessas actividades serem da responsabilidade de estruturas do aparelho de Estado ou da organização corporativa.

Não haveria, para além dos mais, condições para controlar todas as produções agrícolas nem toda a fronteira terrestre. Era bem conhecida a exiguidade de meios para vigiar e fiscalizar as zonas de fronteira, onde ocorriam os crimes de contrabando. O forte sentimento de comunidade foi outro factor que contribuiu para o insucesso das acções policiais, pois as populações encobriam os infractores, sabendo que, em caso de necessidade, a ajuda chegaria mais depressa dos seus vizinhos do que do Estado, que quase abandonou as gentes do interior de Portugal à sua sorte.

O cenário económico-social do país durante o período da guerra foi confuso e as dificuldades económicas fizeram-se sentir, praticamente, em todas as camadas da população excepto as mais abastadas, que raramente sofrem com as crises. A classe média e, sobretudo, os operários e os trabalhadores rurais foram os que lidaram com a maior parte dos problemas. Estes últimos enfrentaram uma árdua luta pela sobrevivência devido aos baixos salários e à escassa ração de géneros assegurada pelo racionamento do Estado. Tiveram de obter outras fontes de rendimento, fosse através da criminalidade, da prostituição ou com o plantio de terrenos agrícolas, possibilidade menos acessível nos centros urbanos. Residiria aqui a hipotética vantagem das populações rurais em relação às que viviam nas cidades, pois de um modo geral o interior de Portugal – mais concretamente o distrito da Guarda – sempre estivera afastado da acção do poder central.

Os transportes rodoviários particulares eram escassos e os públicos mais ainda, transitando em vias que de estradas só tinham o nome, transformando-se em autênticos lamaçais quando chovia ou nevava. O comboio destoava neste cenário e a região era atravessada por algumas das principais linhas de caminho-de-ferro. Todavia, este meio de transporte acabou por estar mais ao serviço de um comércio internacional oficial ou oficioso, do que das populações. A guerra veio agravar uma situação já de si problemática. A falta de combustíveis e peças impediram o normal funcionamento dos meios de transporte. De um modo geral, o isolamento das populações foi agravado neste período, apesar de a grande maioria da população depender sobretudo dos animais de tiro e da sua própria força motriz para se deslocar. Nos anos 40 era comum efectuarem-

-se a pé trajectos superiores a 30 quilómetros, fosse para comprar, para vender ou para ganhar a jorna.

Deste modo, a suposta vantagem das populações do interior sobre quem morava nos centros urbanos – o facto de poderem mais facilmente criar animais e cultivar pedaços de terra – era esbatida fortemente e tornou-se até muito dúbia. Talvez pudesse existir nas zonas rurais do litoral, onde a atracção do contrabando era menor em virtude da distância relativamente à zona fronteiriça com Espanha. No interior a disputa pelos géneros era grande, pois à procura normal dos consumidores juntavam-se os inúmeros contrabandistas, muito activos nas zonas da raia. Se tivermos em conta os valores extraordinários que os bens atingiram no mercado negro, dispomos de inúmeros indícios do peso alcançado pelo contrabando. Para além de tudo, um outro dado que reforça esta ideia, as queixas efectuadas junto do Governo Civil da Guarda, motivadas pela falta ou insuficiência dos géneros alimentícios.

Os protestos vieram de todos os concelhos do distrito. Destacaram-se, contudo, claramente três grupos: aqueles onde os solos eram mais generosos e havia uma relativa abundância de cereais (casos de Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa e Seia); um outro grupo, constituído pelos concelhos mais próximos de Espanha e do contrabando, encabeçado pelos dois primeiros referidos anteriormente, aos quais se juntavam Almeida, Guarda, Pinhel e Sabugal; o terceiro, com os concelhos menos queixosos (Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas, Meda e Trancoso) que se encontravam na zona oeste do distrito, mais longe de Espanha.

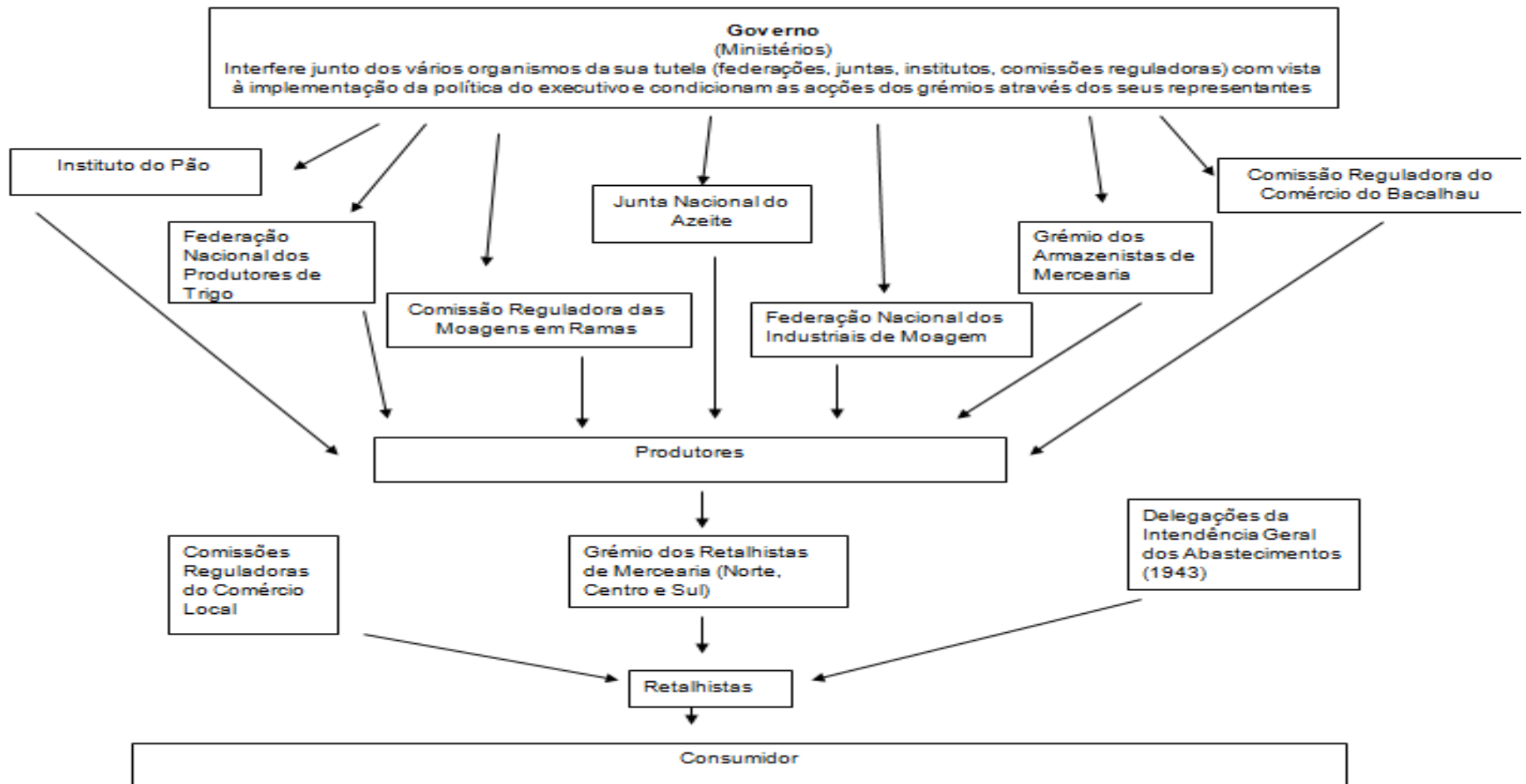
Quanto à primeira situação, a explicação reside na intromissão do Estado através dos manifestos agrícolas e das requisições, cerceadoras das hipóteses dos agricultores em realizar mais-valias com os seus produtos. Já a proximidade da fronteira foi o principal factor que influenciou os protestos no segundo grupo de concelhos, cujas populações sofriam agudamente com o contrabando. Foi novamente a situação geográfica, mas agora de distanciamento, que resultou na existência de menos protestos no terceiro grupo de concelhos, traduzindo a presença de um mercado mais normalizado. Verifica-se, pois, que as piores condições económicas durante o período da economia de guerra terão sido vividas por gentes do interior rural e por algumas camadas da população urbana. Já grupos sociais mais endinheirados e habitantes de outras zonas do interior acabaram por não estar sujeitas ao mesmo nível de privação.

O fim da guerra trouxe a necessidade de operar mudanças na política económica do Estado Novo. Tratou-se de uma necessidade face, quer à penosa situação económica enfrentada pelos portugueses, quer aos interesses e reivindicações dos sectores empresariais mais dinâmicos. Foi um período de esperança em termos políticos e económicos. Os sectores modernizadores do regime defendiam o intensificar da industrialização e a inovação da agricultura. Face à vitória das democracias sobre as ditaduras, as oposições acreditavam ter chegado o momento de se proceder à substituição do salazarismo. Rapidamente os desejos dos segundos se esfumaram entre o saber resistir do regime e lógica da “Guerra-Fria”. Quanto aos primeiros, poder-se-á dizer que, pelo menos até à década de 1950, experimentaram uma sucessão de vitórias e derrotas, simbolizadas pela forma como Ferreira Dias e Daniel Barbosa passaram pelo Governo.

Outra aspiração não cumprida do pós-guerra passava por uma maior aproximação ao modelo corporativista inicialmente proclamado, com a extinção dos organismos do Estado responsáveis pelo dirigismo económico, aparentemente não desejado. Todavia, o cenário acabou por ser bem diferente. Para além de a maior parte dessas entidades terem sido mantidas, algumas ganharam, ainda, um novo ímpeto, como foi o caso da Comissão de Coordenação Económica, substituta do Conselho Técnico Corporativo desde 1950. Num cenário de graves dificuldades vivido pela maioria da população, perante os objectivos não realizados de oposicionistas e industrialistas, sobressaiu um vencedor, António de Oliveira Salazar e a ala conservadora do Estado Novo, que superou as ameaças à sua permanência na liderança do regime e se preparou para mais algumas décadas de poder.

ANEXOS

Anexo I- Esquema representativo do condicionamento que sofriam alguns dos principais géneros alimentícios



Anexo II

Carta do Governador Civil da Guarda Para o Presidente da Câmara Municipal do Sabugal (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“ (...) transcrevo para conhecimento de V. Ex^a. o texto do ofício nº51 que o Comandante da Secção de Vilar Formoso, da 6^a Companhia da Guarda Fiscal, enviou a este Governo Civil:

Para conhecimento de V. Ex^a. informo que Teodoro Martins Chorão, regedor da Freguesia de Aldeia da Ponte, do Concelho de Sabugal, distrito de que V. Ex^a é mui digno Governador Civil, foi preso em flagrante delito de contrabando e de delito contra a Economia Nacional, tendo sido indiciado por tal. Este individuo deu hoje entrada na cadeia civil de Almeida, nos termos do artº. 130º. do Contencioso Aduaneiro por não ter prestado a caução de 3.000\$00 que lhe foi arbitrada.

Vilar Formoso, 6 de Fevereiro de 1943.

O Comandante da Secção.- José Brás Hipólito.- Alferes

Guarda, 8 de Fevereiro de 1943

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de Castro”

Anexo III

Carta do Governador Civil da Guarda para o Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“Pelo Chefe da 5ª Brigada de Repressão da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios, com sede nesta cidade, foi comunicado superiormente o seguinte:

É voz corrente que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira diz autorizar que se cometa naquele concelho delitos por especulação. Dizem que aquele mesmo senhor, chega por vezes a mandar afixar Editais e, quando os comerciantes, lhe vão dizer qualquer coisa a esse respeito, ele lhes responde, vendam pelo preço que entendam.

É de crer isto aconteça pelos autos levantados, por especulação a vários vendedores ambulantes de azeite em que entre eles um há que já foi enviado a V. Exa., em 19 de Janeiro e outro que é enviado amanhã pelo mesmo correio em que segue este ofício, em que diziam os arguidos, que tinham sido autorizados pelo Senhor Presidente da Comissão Reguladora do Comércio Local, de Celorico da Beira.”

Guarda, 15 de Março de 1943

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de Castro”

Anexo IV

Carta enviada pela V Brigada da Repressão e Fiscalização da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios ao Ministério da Economia e remetida por este último ao Governador Civil da Guarda (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil da Guarda, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*)

“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex que nesta data foi enviado Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas o processo instaurado contra Manoel Joaquim Torres e Padre António Fernandes Monteiro, pároco e presidente da Junta de Freguesia de Pousafoles do concelho do Sabugal.

Mais informo V. EX que o referido processo foi instaurado contra aqueles indivíduos pelo delito de especulação na venda de farinhas de trigo de primeira e segunda qualidade e de tipo único. “

Guarda, 14 Abril de 1942

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de Castro”

Anexo V

Carta do Chefe da 5ª Brigada de Repressão da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios (Guarda) para o Governador Civil da Guarda (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“Sobre os casos de especulação passados em Celorico da Beira, foi esta Brigada informada por um indivíduo de nome Vences Ferraz, ex-funcionário da Delegação do Comissariado do Desemprego, nesta cidade, que me disse: ser o Senhor Presidente da Câmara Municipal (...) quem autoriza que se cometam crimes de especulação em virtude de quando algum comerciante se queixava de qualquer Edital ou Decreto lhe ir alterar o seu negócio aquele Senhor lhe dizer para fazer os negócios como melhor entender, e por António Albuquerque, Polícia dos Serviços de Viação e Trânsito que me disse que naquele concelho se especulava imenso a ponto de haver mercearias e tabernas onde se vendia tabaco por preços exagerados, e ainda por António Nunes Curto, António Jacob e José Jacob, vendedores ambulantes de azeite, em suas declarações cujos processos foram enviados a Tribunal, constando dos mesmos a declaração de que foram autorizados a vender azeite por preço superior ao da tabela, pelo Exmº Senhor Presidente da Comissão Reguladora do Comércio Local de Celorico da Beira, autorização essa que foi comunicada àqueles vendedores por um empregado daquela Câmara e pelos soldados da Guarda Nacional Republicana de apelidos Adelino e Pinheiro, em serviço no Posto daquela Vila.

Ainda na sede deste Concelho e no mercado semanal que ali se realiza todas as terças-feiras se cometem delitos de especulação não constando nesta Brigada que providências tenham sido tomadas tanto pela autoridade administrativa local pelas praças da G.N.R., que na citada Vila tem o seu Posto.

Pelos elementos existentes nesta Brigada, verifica-se que só nos dias em que a mesma ali pode comparecer se atenua um pouco mais os delitos de especulação cometidos no dito mercado. Fora disso, todos os géneros, duma maneira geral, atingem preços exorbitantes.

Apesar de terem sido dadas instruções, indicando a forma de agir ao Comandante do Posto da G.N.R., de Celorico da Beira, já há mais de um ano, não consta nesta Brigada que por aquela autoridade tenha havido qualquer procedimento que demonstre a sua actuação.

Guarda, 19 de Março de 1943

O Chefe da 5ª Brigada de Repressão da Exportação Ilegítima de Géneros Alimentícios
[Assinatura ilegível] ”

Anexo VI

Carta do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Interior (Fonte: *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“ Cerca das 22 horas do dia 20 do corrente encontrei-me acidentalmente, numa das ruas desta cidade, com o Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública deste distrito que me pediu informações sobre a desordem de Quadrazais, para onde – acrescentou – seguira às 19 horas, com o Snr. Comandante da Companhia, toda a Guarda Nacional Republicana aqui aquartelada.

(...)

A povoação de Quadrazais, situada na fronteira, é uma localidade sui generis: Toda a população vive do contrabando, - chegou-se ao desplante de muitos moradores terem, no bilhete de identidade, inscrita a profissão de... contrabandista – as crianças são industriadas nessa prática desde tenra idade e talvez porque o normal é que cada individuo, a partir dos 13 ou 14 anos, use armas de fogo, frequentemente de calibre proibido, os habitantes são tidos como gente desordeira e aventureira.

(...)

Em conclusão: Parece ser momento oportuno para proceder a uma nova rusga, ao que se vai dar já execução até que V. Ex^a decida o que entender por conveniente sobre a instalação do posto da Guarda Nacional Republicana e demais medidas que entender adequadas.

Guarda, 24 Setembro 1946

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Roberto Vaz de Oliveira”

Anexo VII

Carta do Governador Civil da Guarda ao Ministério do Interior remetendo as informações constantes da missiva recebida da Firma Soares & Irmãos, Lda. que relatava o levantamento na povoação de Almendra (concelho de Almeida) (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“Pela nossa fábrica de Almendra fomos informados do incidente ultimamente registado naquela freguesia de Almendra e de que V. EX por intermédio das autoridades locais já deve ter tido conhecimento, e que foi provocado pelo povo da freguesia, que ao ver chegar uma camioneta para carregar trigo que se encontrava armazenado no Celeiro, entendeu por bem protestar para não sair esse trigo, chegando mesmo a impedir o seu carregamento.

Nestes termos que aquela n/Fábrica de Almendra nos fornece alguns pormenores daquele incidente:

À chegada da camioneta à porta do Celeiro o povo protestou para não sair o trigo, mas como continuassem a encher os sacos, algumas mulheres gritavam para tocar os sinos, juntando todo o povo. Quando j estavam alguns sacos cheios entraram pelo Celeiro dentro, despejaram os sacos e ameaçaram os empregados da delegação da F.N.P.T. de Vila Nova de Foz Côa. Então já eram mulheres, homens e rapazes. Enquanto uns exigiam a chave, outros vieram chamar o Snr. Francisco (sócio-gerente da fábrica de Almendra), contando-lhe que o povo desejava que a chave lhe fosse entregue. O Snr. Francisco, para evitar que os empregados da Delegação fossem agredidos, aceitou a chave que j tinham tirado ao empregado do Celeiro e acompanhou o mesmo empregado penso, tendo-lhe em seguida entregue a chave que a levou para Foz côa.

Temos a certeza que voltando cá a camioneta para carregar o trigo, este sairá sem embaraços, pois temos feito ver o mau gesto que tiveram, visto estarmos a receber centeio que garante não só o abastecimento de Almendra como de outras freguesias e esperando ainda esta semana receber mais centeio, nenhuma falta lhes fará o trigo que está no celeiro.

De facto só por irreflexão ou ignorância que o povo daquela freguesia de Almendra se opôs ao carregamento do trigo existente no Celeiro. Esse trigo nenhuma falta lhe faz ao seu abastecimento, visto que a n/Fábrica de Almendra, como do conhecimento de V. Ex está a receber todos os meses cerca de

100.000 quilos de centeio que a Comissão Reguladora das Moagens de Ramas lhe vem distribuindo

Almendra, 2 de Março de 1942
[Assinatura ilegível] “

Anexo VIII

Exposição de um produtor de azeite (capitão António Soares) ao Presidente da Câmara Municipal de Almeida que remete a carta ao Governo Civil, 19 de Dezembro de 1942, (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*).

“ (...)

Pede o Governo, sempre bem intencionado, que se produza e se poupe o mais possível. Essa teoria tem-me seduzido sempre, mesmo antes da actual situação. Mas para se conseguir esse objectivo, parece-me que não basta que exista somente a boa vontade de trabalhar, é preciso que o produtor seja ajudado.

Essa ajuda consiste, muito principalmente, em valorizar condignamente os seus produtos de maneira a convidá-lo a produzir cada vez mais e melhor, pondo de parte a ideia de lucros excessivos, mas de molde a poder enfrentar a alta dos outros produtos que lhe sejam indispensáveis.

É o caso do azeite que me sugere esta minha iniciativa e que passo a expor: Em 1941 a colheita foi fraca e os salários dos operários subiram de 6 para 10\$00, e o azeite foi tabelado pela forma conhecida.

O preço das outras coisas, como seja a carne, o vestuário, o calçado, etc., elevou-se extraordinariamente, e o azeite continuou na mesma até hoje.

Este ano, que colheita foi ainda mais fraca, espera o produtor que a sua situação seja melhorada.

Senhor Governador – a obtenção deste produto para quem dele tratar como dever ser, é deveras trabalhoso e dispendioso, como passo a referir:

- a) Limpeza da Oliveira - por técnicos que percebem salários superiores a 12\$00, acrescidos de vinho e alguns abonados ainda de azeite e batata para a sua alimentação.
- b) Lavra – Duas a tres vezes cujos lavradores auferem actualmente 50\$00 diários e um litro de vinho.
- c) Escava – feita por operários que ganham diariamente 10\$00 e sistematicamente não dão 8 horas de trabalho
- d) Cava- feita por operários que auferindo 10\$00 diários são abonados de litro e meio de vinho
- e) Adubação – feita por operários nas condições da alínea d) e adubo a preço

elevado

- f) Apanha da Azeitona – Feita por homens a 10\$00 diários e mulheres a 5\$00 com a agravante de, devido ao tempo frio em que geralmente é apanhada, nunca trabalhem 8 horas por dia. Nesta operação é preciso atender ao estrago de sacas a 20\$00 cada e toldos a preço elevado.
- g) Condução para casa – É conduzida por muares ao preço de 1\$00 por saca ou por lavradores, nas condições da alínea b)
- h) Condução para a fábrica – Feita em camioneta a preço estipulado, ou na sua falta, como sucederá este ano, por carreiros que tendo de percorrer 29 ou 30 quilómetros (Escalhão), cobram duas geiras à razão de 40 escudos cada, e se o azeite se não fizer prontamente, terão de esperar, e o proprietário pagar ainda mais essa demora.

Senhor Governador – Feitas bem as contas com a tabela actual, quanto ficará para o produtor como recompensa do seu trabalho e canceiras?

Dizem os probresinhos que o azeite devia ser pago ao produtor à razão de 10\$00 cada litro, porque num dia ganham azeite para quinze.

E o proprietário teria o prazer de ver assim recompensado, regularmente, o seu trabalho.

19 de Dezembro de 1942

[Assinatura legível]
António Soares”

Anexo IX

Carta do Presidente da Câmara Municipal do Sabugal ao Governador Civil da Guarda que a remete ao Ministro da Justiça (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*).

“ (...)

Pela cópia que junto, verificará V. Ex^a que o M^o Juiz de Direito da Comarca de Sabugal determinou, baseando-se, para isso, na impossibilidade material de os funcionários darem expediente a tanto serviço como é o da comarca, que fiquem a aguardar, até melhor oportunidade, os processos de transgressão ao Código de Posturas Municipais e as participações por crimes de dano resultantes da apascentação de gados em prédios alheios.

Sem sequer por em dúvida a razão que porventura assista ao digno Magistrado, este Governo Civil não pode contudo, deixar de vir solicitar de V. Ex^a as providências necessárias para que se ponha fim a este estado de coisas. O facto de os processos em causa, “por serem os processos de menor gravidade”, ficarem a “aguardar nas secções, depois de a estas averbadas, até ulterior resolução e quando o serviço o permita sem prejuízo dos processos de maior gravidade”, redundará em que se torna incerto que os arguidos venham, alguma vez, a ser responsabilizados.

O que digo resulta fácil é de ver: os prédios dos particulares serão devassados e devastados permanentemente; as posturas municipais, passarão a ser letra morta – pois serão faltas a que, na prática, não corresponderá sanção.

Por outro lado, haverá um desprestígio para a Câmara Municipal que, além do mais, é a entidade que, nos termos do Código Administrativo, fornece ao Estado, instalação, mobiliário, água e luz ao Tribunal Judicial.

(...)

Sabugal, 6 Julho de 1945

Presidente da Câmara de Municipal do Sabugal
[Assinatura ilegível]”

Anexo X

Carta da Comissão Reguladora das Moagens em Rama para o Governador Civil da Guarda (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros, cx.206*).

“(…)

Tendo chegado ao conhecimento desta Comissão que V. Ex tem requisitado farinha, a diversos industriais de moagem de ramas doutros distritos, vimos informar que o abastecimento daquele produto regulado por nosso intermédio e de cooperação com as autoridades administrativas distritais, depois de averiguadas as necessidades locais pelo que rogamos a V. Ex o favor de nos informar quais as quantidades que prevê necessárias mensalmente ao consumo da população desse distrito, a fim de tomarmos providências no sentido de regularmos os respectivos fornecimentos.

17 de Novembro de 1942 (...)

[Assinatura ilegível] “

Anexo XI

Carta do Presidente da Câmara Municipal de Seia para o Governador Civil da Guarda (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Recebida pela 2ª Secção relativa a Requisição de Géneros*)

“ (...)

A F.N.P.T. está passando guias de trânsito de milho deste concelho, para outros estranhos, designadamente o de Nelas, sem que a saída desse milho seja controlada por esta Câmara e acompanhada das respectivas guias desta mesma Câmara, tendo esta só conhecimento desse facto, quando o milho já está retirado.

Assim é que, já saíram 4.755 quilos de milho da colheita passada e 5.605 da presente colheita; e até por sinal que um dos produtores-vendedor não o manifestou, ou se o manifestou foi directamente à Federação.

Ora, por este caminhar não sei onde chegaremos, isto é, teremos em breve uma crise como a do ano de 1940, em que tivemos de importar 10 vagons de milho colonial, sem que a Federação nos acudisse.

Seia, 30 de Novembro de 1942

Presidente da Câmara de Municipal de Seia
[Assinatura ilegível]”

Anexo XII

Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal de Pinhel (Fonte: ADG, *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“Esteve hoje neste Governo Civil o gerente da firma Silva & Pereira, com fábrica de moagem em Pomares, desse Concelho, queixando-se, pela segunda vez, de que a Comissão Reguladora do Comércio Local desse concelho se recusa a pagar a farinha em rama ao preço estabelecido por este Governo Civil em edital de 30 de Agosto de 1943.

(...)

Esta recusa manteve-se, segundo o referido industrial informa, apesar de a um dos membros da mesma Comissão Reguladora ter sido apresentado um exemplar do aludido edital, o que apenas lhe serviu para fazer referências desprimorosas e desprestigosas a este Governo Civil e aos seus serviços.

Evidentemente que essa situação não se mantém, e cessa desde já, pelo cumprimento e rigoroso do edital deste Governo Civil, o que V. Ex^a se dignará de ordenar e fiscalizar.

Ao mesmo tempo, V. Ex^a dignar-se-á ainda ordenar à mesma Comissão Reguladora que explique imediatamente qual o motivo da sua atitude e quais as razões que lhe assistem para se queixar dos serviços deste Governo Civil, ficando bem assente que a falta de motivos fundados dará lugar a um enérgico procedimento contra os membros da referida Comissão Reguladora.

Guarda, 8 Abril de 1944

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de Castro”

Anexo XIII

Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, (Fonte: *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

“Transcrevo carta de particular queixando-se da Junta de Freixo de Numão:

(...) A Junta de Freguesia é, nesta terra, composta pelos principais proprietários. O presidente e o vogal da Junta colhem, cada um, anualmente para cima de mil alqueires de cereal, mais de 300 arrobas de batatas, feijão, milho, etc.

Pois não manifestam uma terça parte de qualquer género colhido (...) todos os anos vendem azeite às escondidas durante algumas noites.

(...) este ano deve ter cada um desses senhores mais de um pipa de azeite sem estar manifestado. Nestas condições se encontra também um comerciante de nome Francisco Gonçalves Tomé, que tem sido um grande especulador. Acabam de nomear como novo regedor de freguesia um proprietário, irmão do presidente da Junta que também não faz o [sic] seus manifestos com verdade, e como substituto, o filho do mesmo, que é comerciante.

(...)

Também informo a V. EX^a Snr. Governador Civil, que a mim como regedor, que me demitiram, por eu cumprir porque o Snr. Presidente da Junta e Snr. Presidente da Câmara não queriam que eu cumprisse pois até as ordens que V. Ex^a Snr. Governador Civil, mandava, para aqui se cumprirem, não se cumprem

(...).

Guarda, 14 Abril de 1947

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Ernesto da Trindade Pereira”

Anexo XIV

Carta do Governador Civil da Guarda ao Presidente da Câmara Municipal de Manteigas (Fonte: *ADG, Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*)

"Devolvendo a circular que acompanhou o ofício dessa Câmara Municipal (...) de 28 de Setembro findo, informo V. EX^a de que é estranha a este Governo Civil a competência para revogar as determinações da Intendência Geral dos Abastecimentos às Comissões Reguladores do Comércio Local, embora este Governo Civil tenha sempre o maior desejo em aplanar dificuldades - no que se vai empenhar com todo o interesse.

Guarda, 2 de Outubro de 1944

O Governador Civil
[Assinatura legível]
Roberto Vaz de Oliveira"

Documentação

1-Documentação oral

Entrevista a Manuel Pires (1927-...) – natural de Pousade (Guarda), filho de pequenos proprietários rurais.

Entrevista a Luciano Alves (1920-...) – natural de Famalicão da Serra (Guarda), mineiro no Couto Mineiro da Gaia e filho de pequenos proprietários rurais.

Entrevista a Manuel de Sousa Júnior (1924-...) – natural de Almeida, ex-funcionário da Câmara Municipal de Almeida e do Grémio da Lavoura de Figueira de Castelo Rodrigo.

Entrevista a José dos Santos André (1923-...) natural da aldeia de Rio Seco (Almeida), filho de pequenos proprietários rurais.

Entrevista a Fernando Jerónimo Pina (1926-...) natural da Guarda, filho de uma cozinheira de uma pensão na cidade da Guarda.

Entrevista a Irene Tadeu (1918-...) – natural de Folgosinho (Gouveia), agricultora, comerciante e filha de proprietários rurais.

Entrevista a José Ramos (1926-...) – natural de Terrenho (Trancoso) e filho de pequenos proprietários rurais.

Entrevista a Maria dos Santos Cabral (1926-...) – natural do Cubo (Guarda), agricultora e filha de proprietários rurais.

2-Documentação de arquivo

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT)

Fundo do Ministério do Interior. Gabinete do Ministro: Correspondência (Mç.516 e 528)

Arquivo Distrital da Guarda (ADG)

Governo Civil (1939-1947)

Circulares Recebidas pelo Governador Civil da Guarda (cx.109)

Correspondência Recebida pelo Governador Civil da Guarda (cx.107,108)

Correspondência Expedida da I Secção (cx.175 a 178)

Requisições Relativas aos Géneros Alimentícios (cx.614)

Circulares Expedidas pelo Governador Civil (cx.84)
Correspondência Expedida pelo Governador Civil (cx.46 a 53)
Correspondência Relativa aos Géneros Alimentícios (cx.206)
Correspondência da II Secção vinda das Câmaras Municipais (cx 203 a 204)
Correspondência Recebida da I Secção (cx.184, 185)
Correspondência Recebida da II Secção (cx.202)
Correspondência Recebida da III Secção (cx.208)
Correspondência Recebida das Câmaras Municipais (cx.188 a 191)
Telegramas Expedidos pelo Governador Civil (cx.99)
Mapas de Produção de Produtos Agrícolas (cx.614)
Processos de Assuntos do Governo Civil (cx.118 a 139)

Tribunal Judicial da Comarca da Guarda (TJCG)

Processos da I Secção Crime (1944-1952), Corpos de Delito, Mç., 39.
Processos da II Secção Crime (1944-1952), Correccionais, Mç., 52, 78,79, 80,81,82.

Arquivo do Governo Civil da Guarda (AGCG)

Dossiers de assuntos (1946 e 1947)

Arquivo Municipal da Guarda (AMG)

Correspondência Recebida e Expedida pelo Presidente da Câmara (1939-1947)

3-Publicações Periódicas

Anuário Comercial de Portugal [1945-1947]
Anuário Estatístico [1939-1960]
A Guarda [1939-1947]
Diário das Sessões [1947]
Estatísticas Agrícolas [1943-1960]
Relatórios Distritais do Recenseamento Geral da População e Habitação do INE, [1940 e 1950]
Revista Turismo [nº43, Ano VI, Novembro de 1941]

4-Artigos e monografias

- BARBOSA, Daniel, *Alguns aspectos da economia portuguesa*, Porto, Livraria Lello & Irmão, 1949.
- BASTO, Lima e BARROS, Henrique, *Inquérito à Habitação Rural: a habitação rural nas províncias do Norte de Portugal, Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro*, Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- FRAZÃO, José de Aguiar Pereira, “A vida social dos operários e trabalhadores rurais em Portugal” in *Revista de Pesquisas Económico-sociais*, nº4-5, vol. III, nº4-5, Setembro - Dezembro de 1952, p.381-400.
- LEITE, João Pinto da Costa, *Alguns aspectos da economia de Guerra*, Coimbra, s.e., 1942.
- LEITE, João Pinto da Costa, *Economia de guerra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943.
- LEITE, João Pinto da Costa, *A moeda e a política monetária de 1939 a 1945. Relatório apresentado à Assembleia Nacional*, Lisboa, IN, 1947.
- Relatório geral da Comissão de Inquérito aos elementos da organização corporativa*, Lisboa, AN, 1947.
- RODÓ, L. López, *Intervencionismo administrativo en materia de subsistencias*, s.e., Coimbra, 1944.
- RUIZ MORALES, José Miguel, *La economia del bloque hispano-portugués*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1946.
- VALÉRIO, Nuno (coord.), *Estatísticas históricas portuguesas*, 2 volumes, Lisboa, INE, 2001.
- VALÉRIO, Nuno (intro. e org.), *António de Oliveira Salazar – O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos (1916-1918)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

5-Sítios da internet

<http://www.leirianet.pt/leiria/noticia.php3?ind=1601> - às 21:00 do dia 23 de Agosto de 2009.

<http://academics.smcvt.edu/geography/sweden.htm> - às 9:30 do dia 26 de Agosto de 2009.

Bibliografia

- AMARAL, Luciano, *O país dos caminhos que se bifurcam. Política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1930-1954)*, Lisboa, 1993 (policopiada).
- AMARO, António Rafael, *Economia e desenvolvimento na Beira Alta*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006.
- ARAÚJO, Eduardo, “Quem manda nesta terra? Estados, pessoas, e memórias de uma fronteira”, *Arquivos da Memória*, Nova Série, nº4, 2008, p.68 – 89.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- BARCIELA, Carlos (coord.) *Autarquía y mercado negro, el fracaso económico del primer franquismo (1939-1959)*, Barcelona, Editorial Crítica, 2003.
- BECK, Earl R., *The european home fronts, 1939-1945*, Harlan Davidson, Wheeling, 1993.
- CARVALHO, Rita Almeida, *A Assembleia no Pós-Guerra (1945-1949)*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- CATALAN, Jordi, *La economía española y la Segunda Guerra Mundial*, Barcelona, Editorial Ariel, 1995.
- CÉRON TORREBLANCA, Cristian Matías, *La Paz de Franco. La Posguerra en Málaga (desde los oscuros años 40 a los grises años 50)*, Málaga, Servicio de Publicaciones de la Universidade de Málaga, 2007.
- COSME, João, *História da Polícia de Segurança Pública. Das origens à actualidade*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006.
- DEWEY, Peter, *War and progress, Britain 1914-1945*, Harlow, Longman, 1997.
- ENES, Carlos, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994.
- FERREIRA, Jaime (coord.), *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2000
- FREIRE, Dulce e outras (coord.), *Contrabando na fronteira luso-espanhola*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009.
- GARCÍA PÉREZ, Rafael, *Franquismo y Tercer Reich. Las relaciones económicas hispano-alemanas durante la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1994.

- GARRIDO, Álvaro, *Abastecimentos e poder no salazarismo. O "bacalhau corporativo" (1934-1967)*, 2 volumes, Coimbra, 2003 (policopiado).
- GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a campanha do Bacalhau*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.
- GARRIDO, Álvaro, “Arquivos salgados mas não conservados. Memória documental dos organismos corporativos e de coordenação económica das pescas do Estado Novo”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVIII, Coimbra, 2006, p.465-482.
- GRANT, Wyn e outros, *Organising business for war. Corporatist Economic Organisation during the Second World War*, Oxford, Berg Publishers, 1991.
- GÓMEZ MENDOZA, A., “La economía española y la Segunda Guerra Mundial: Un estado de la cuestión”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série VII, 1994, p.349-371.
- GUTIÉRREZ del CASTILLO, Carmen, “Una estimación del mercado negro del aceite de oliva en la postguerra española”, *Agricultura y Sociedad*, nº29, Octubre-Diciembre de 1984, p.153-173.
- HARRISON, Mark (ed.), *The economics of World War II. Six great powers in international comparison*, Cambridge, CUP, 1998.
- LEITZ, Christian, *Economic relations between nazi Germany and Franco's Spain (1936-1945)*, Oxford, OUP, 1996.
- LOFF, Manuel, *Salazarismo e franquismo na época de Hitler (1936-1942)*, Porto, Campo das Letras, 1997.
- LOUÇÃ, António, *Hitler e Salazar: comércio em tempos de guerra (1940-1944)*, Lisboa, Terramar, 2000.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 volumes, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel de, “Salazar, a fórmula da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário”, *Análise Social*, nº110, vol. XXVI, 1991, p.97-206.
- MACKAY, Robert, *The test of war. Inside Britain (1939-1945)*, London, UCL Press, 1999.
- MARQUES, Alfredo, *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, João Francisco, “O contrabando no romance contemporâneo português contextos espaço-sociais e histórico-económicos”, *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, FLUP, 2004, p.669-695.

- MATEUS, Abel, *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto internacional (1910-2006)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2006.
- MELLO, António de Sampayo, *A Guarda Nacional Republicana*, Lisboa, GNR, 2001.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *União sagrada e sidonismo. Portugal em guerra (1916-18)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- MOA, Pío, *Años de hierro. España en la posguerra (1939-1945)*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2007.
- MORENO FONSERET, Roque, *La autarquía en Alicante (1939-1959)*, Alicante, Institut de Cultura «Juan Gil-Albert» (Diputació D’Alacant), 1994.
- MORENO FONSERET, Roque, *El racionamiento alimenticio en la Provincia de Alicante durante la Postguerra*, Actas, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1990, p.921-933.
- MORENO FONSERET, Roque, *Movimientos interiores y racionamiento alimenticio en la postguerra española*, (<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=111597>) – consultado a 4 de Junho de 2008, 20:00.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, 2 volumes, Coimbra, 2005 (policopiado).
- NUNES, João Paulo Avelãs, "Volfrâmio e poderes locais em Portugal (1931-1947)", *Revista de História Económica e Social*, 2ª Série, , nº 4, 2º Semestre de 2002, p. 83-120.
- OLIVEIRA, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840 gentes e subsistências*, Braga, Palimage Editores, 2002.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Biografia de um inspector da PIDE (Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- PINTO, António Costa, "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)", *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, Inverno de 2001, p.1055-1076.
- PIRES, Ana Paula Soares, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Lisboa, 2009 (policopiado).
- POUSA, José Alberto, *Da Intendência-Geral dos Abastecimentos (1943) à Inspeção-Geral das Actividades Económicas*, Lisboa, IGAE, 2000.
- RAMOS, Rui, "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)", *Análise Social*, III Série, vol. XXII, nº 90, 1986 (1º), p. 109-135.

- RECIO, Glicerio Sánchez e FERNANDEZ, Júlio Tascón, *Los empresarios de Franco. Política y Economía en España (1936-1957)*, Barcelona, Editorial Crítica, 2003.
- RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra. A questão das subsistências (1914-1918)*, 2 Volumes, Lisboa, 2010 (policopiado)
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra (O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50)*, Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Col. “Biblioteca Diplomática”, 2007.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945). Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de história do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1938-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- ROSAS, Fernando, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- ROSAS, Fernando (coord.), *Tribunais Políticos – Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura do Estado Novo*, Amadora, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009.
- SALGADO, António Serralheiro, *Apontamentos para a História da Guarda Nacional Republicana na região centro do país*, Coimbra, CMC, 2004.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Inéditos e Dispersos, II, Estudos Económico-Financeiros (1916-1928)*, tomo I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1998.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a Ordem Pública. As instituições militares portuguesas*, Lisboa, ISCSP 1999.
- TADEU, Tiago, “O imposto sobre os lucros extraordinários de guerra (1942-1946)”, Coimbra, 2007 (policopiado).
- TADEU, Tiago, “Um guardense na exploração de volfrâmio durante a Segunda Guerra Mundial”, *Revista Altitude*, 3ª série, Ano LXVII, nº11, 2008, p.53-71.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1991.

TELO, António José, *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Lisboa, Quetzal Editores/MNE, 2000.

TOOZE, Adam, *The Wages of destruction. The making & breaking of the nazi economy*, London, Penguin Books, 2006.

ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, *Austerity in Britain. Rationing. Controls and Consumption (1939-1955)* Oxford, Oxford University Press, 2000.

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

POPULAÇÃO ACTIVA DO DISTRITO DA GUARDA POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	P.61
EVOLUÇÃO DO PREÇO DA ARROBA DE BATATA NO CONCELHO DA GUARDA.....	P.70
PRODUÇÃO NACIONAL DE ALGUNS BENS AGRÍCOLAS EM MILHARES DE TONELADAS E EM QUILOLITROS (1929-1960).....	P.72
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE ALGUNS BENS AGRÍCOLAS EM NÚMEROS ÍNDICES.....	P.73
PRODUÇÃO DISTRITAL DE ALGUNS BENS AGRÍCOLAS EM MILHARES DE TONELADAS E EM QUILOLITROS (1929-1960).....	P.75
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS BENS AGRÍCOLAS NO DISTRITO DA GUARDA EM NÚMEROS ÍNDICES.....	P.77
CONTINGENTES SEMANAIS DE BENS RACIONADOS (ABRIL-JUNHO DE 1942)	P.85
CONTINGENTES MENSAIS DE BENS RACIONADOS ALIMENTÍCIOS EM ALGUNS CONCELHOS DO DISTRITO DA GUARDA (AGOSTO 1943)	P.87
RACIONAMENTO DO PÃO NO DISTRITO DA GUARDA EM 1944.....	P. 88
CONTINGENTES MENSAIS DE BENS RACIONADOS NOS PRINCIPAIS CENTROS POPULACIONAIS (1944-1947)	P.90
MOTINS POPULARES NO DISTRITO DA GUARDA	P.91
PREÇOS TABELADOS E PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO NEGRO (1941-1947).....	P.95
DIETAS TIPO DURANTE E APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	P.127
CUSTOS DO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO NO DISTRITO DA GUARDA	P.131
PESO DO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO NOS ORÇAMENTOS FAMILIARES (DISTRITO DA GUARDA 1947)	P.132
PREÇOS DE ALGUNS GÉNEROS CONTRABANDEADOS	P.143

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I- ESQUEMA REPRESENTATIVO DO CONDICIONAMENTO QUE SOFRIAM ALGUNS DOS PRINCIPAIS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS.....	P.164
ANEXO II- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL.....	P.165
ANEXO III- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA.....	P.166
ANEXO IV- CARTA ENVIADA PELA V BRIGADA DA REPRESSÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO ILEGÍTIMA DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	P.167
ANEXO V- CARTA DO CHEFE DA 5ª BRIGADA DE REPRESSÃO DA EXPORTAÇÃO ILEGÍTIMA DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA.....	P.168
ANEXO VI- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA AO MINISTRO DO INTERIOR.....	P.170
ANEXO VII- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA AO MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	P.171
ANEXO VIII- EXPOSIÇÃO DE UM PRODUTOR DE AZEITE AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA.....	P.173
ANEXO IX- CARTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL AO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA.....	P.175
ANEXO X- CARTA DA COMISSÃO REGULADORA DAS MOAGENS EM RAMA PARA O GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA.....	P.176
ANEXO XI- CARTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA PARA O GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA.....	P.177
ANEXO XII- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL.....	P.178
ANEXO XIII- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA.....	P.179
ANEXO XIV- CARTA DO GOVERNADOR CIVIL DA GUARDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS.....	P.180

